

OS HOLANDESES
NO BRASIL

A tradução desta obra foi feita do original em francês

LES HOLLANDAIS AU BRÉSIL

PARIS — Ernest-Thorin — Librairie Editeur
Boulevard Saint-Michel, 58

(La Haye, Belinfante Frères — Editeurs, 1853)



Joan Maurice. Príncipe de Nassau.

P. M. NETSCHER

TENENTE DE GRANADEIROS DO EXÉRCITO REAL DOS PAÍSES-BAIXOS

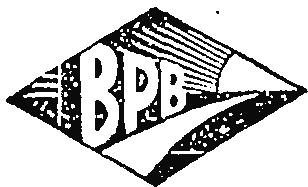


OS HOLANDESES NO BRASIL

NOTICIA HISTÓRICA DOS PAÍSES-BAIXOS
E DO BRASIL NO SÉCULO XVII



Tradução de
MARIO SETTE



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO — RIO DE JANEIRO — RECIFE — PORTO ALEGRE

1942

A SUA MAJESTADE

D. PEDRO II

IMPERADOR DO BRASIL

PIETER MARINUS NETSCHER

ÍNDICE

Prefácio	9
Relação comentada das fontes consultadas para a composição desta obra	15
Tábua cronológica dos fatos de que trata esta obra.	33

PRIMEIRA PARTE

Origem da colônia do Brasil e viagens dos holandeses à América do Sul antes da fundação da Companhia das Índias Ocidentais	39
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

SEGUNDA PARTE

Fundação da Companhia das Índias Ocidentais, Expedições ao Brasil. Domínio Holandês nesse país até a chegada do Conde João Maurício de Nassau	51
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

TERCEIRA PARTE

O Conde João Maurício de Nassau é nomeado Governador Geral do Brasil Holandês. Prosseguimento da guerra do Brasil. Riqueza e prosperidade da colônia. Regresso do Conde Maurício de Nassau.	149
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

QUARTA PARTE

Rápida decadência da colônia depois da partida do Conde João Mauricio. O Brasil abandonado pelos holandeses	219
Conclusão	251
Notas	255

P R E F Á C I O

A narrativa, aqui apresentada ao leitor, já viêra à luz, em parte, entre 1848 e 1849, em vários números do *Moniteur des Indes-Orientales et Occidentales*, um mensário editado em Haia, sob os auspícios de S. A. R. Príncipe Henrique, dos Países Baixos, e dirigido pelo Barão Melvill de Carnbée. Essa publicação, porém, deixou de sair por algum tempo, por haver sido, o sr. Melvill, que é oficial de marinha, destacado para servir nas Índias Orientais (1) (*).

Meus artigos no *Moniteur* formavam um resumo histórico escrito no intuito de esclarecer uma parte interessante e pouco conhecida de nossa história, e de exaltar os feitos gloriosos de nossos antepassados na América Meridional, no século XVII. Há algum tempo venho procedendo a investigações em tôrno das nossas relações com o Brasil e, achando-me hoje de posse dos resultados dessas pesquisas, esclarecedoras de pontos duvidosos, acudiu-me a idéia de ampliar meu trabalho histórico.

Tive de recorrer novamente à língua francesa para tornar melhor conhecidas do estrangeiro as ações de nossos avoengos (**) e as peripécias da luta no Brasil que, por muitos títulos, merece tanto ser estudada em fontes seguras.

(*) — Os números, entre parênteses, intercalados no texto, se referem às notas insertas no fim desta obra e necessárias à maior clareza do assunto.

(**) — Por causa do emprêzo da língua francesa, del a este livro o título de *Os Holandeses no Brasil* em vez de *Os Nerlandeses*. Esta última denominação seria mais exata, porque abrangeria todos os habitantes das províncias dos Países-Baixos, ao passo que holandeses são apenas os fillos da provincia da Holanda. Todavia, essa expressão "holandeses" era de tal modo usada no estrangeiro, na época alludida, e mesmo atualmente, que preferi adoptá-la.

A posse dêsse belo país, para nós, foi de curta duração ; perdêmo-lo por negligência e erros da própria Companhia das Índias Ocidentais que o conquistára ; por isso tratarei de provar quanto é merecida a expressão "*verzuimd Braziel*" (o Brasil desprezado), creada pelo nosso poeta nacional van Haren e atualmente proverbial quando se alude à nossa antiga colônia do Brasil. Mas, por outro lado, reconhecer-se-á serem os grandes homens, que alí se distinguíram, como guerreiros ou como administradores, merecedores da nossa relevante homenagem.

Entre essas figuras notáveis, o Conde Maurício de Nassau ocupa um dos principais lugares e nós nos sentimos bem em fazer justiça à memória dêsse príncipe, digno rebento de um dos ramos da ilustre família Nassau, que soube contribuir para a prosperidade do Brasil Holandês durante os 8 anos de seu salutar govêrno.

Frequentemente, neste trabalho, sobretudo na sua primeira parte, ressaltar-se-á o heroísmo e o espírito empreendedor dos holandeses. Estávamos, então, no apogeu da nossa glória e do nosso poder. Era a época em que Reynal assim se exprimia : "A maioria das nações comerciais da Europa caía numa espécie de letargia. Tornava-se preciso, para pôr fim a êsse adormecimento, que um outro povo saísse do nada, espalhando a vida e a luz por todos os espíritos, a abundância por todos os mercados ; um povo que emprestasse grande atividade à circulação dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, e que, incentivando o consumo, animasse a agricultura, o comércio e todas as modalidades da indústria. A Europa deve aos holandeses todos êsses benefícios".

Êsse testemunho, da parte de um dos mais competentes historiadores, tem inegável valor e nós procuraremos, evitando o que houver de exagêro, provar o que os holandeses de fato realizaram na América Meridional,

de modo a justificar aquele honroso conceito, não obstante tudo o que se tem escrito em contrário.

Sempre me senti de acôrdo com a opinião sustentada pelo sr. Ampère, num dos seus artigos cheios de inteligência e de vérvé, na *Revue des Deux Mondes*: (*) “E’ mais útil a uma nação respeitar-se e admirar-se in mesmo um pouco de mais, do que viver a se maldizer e a se julgar filosòficamente digna de piedade”. Contudo, fazendo neste livro o elogio dos holandeses, não esconderei suas faltas e não encobrirei os atos de bravura do adversário; não é do meu feitio truncar a história numa parcialidade tão comum, mas tão indigna do historiador.

Suponho que um relato das expedições e viagens dos holandeses à América do Sul, notadamente o Brasil, composto em face de documentos autênticos, conservados nos Arquivos do Reino, não será desprovida de interêsse não sòmente para meus compatriotas como para os estrangeiros. Animei-me a êsse empreendimento lendo a descrição das laboriosas buscas feitas acêrca da história do seu país, pelo cavalheiro Da Silva, encarregado dos negócios do Brasil em Haia e membro do Instituto Histórico no Rio de Janeiro (2).

Sua Majestade o Imperador d. Pedro II é o presidente, não apenas em nome, mas de coração, dessa sociedade de homens cultos; o amor que dedica às ciências em geral, e, sobretudo, o interêsse que o inclina para a história do seu belo império, me encorajaram a prestar uma homenagem de minha admiração a êsse soberano esclarecido, dedicando-lhe êste fruto dos meus esforços. Essa dedicatória será, por si mesma, uma aproximação a meus leitores brasileiros, de quem precisarei de quando em quando, por isso que não encontrei fontes tão autên-

(*) — *Passeio na América*, por M. AMPÈRE — “*Revue des Deux Mondes*”, 1-1-1853.

ticas e tão numerosas de origem portuguesa quanto as do seu país.

Para facilitar a leitura do meu livro darei um quadro cronológico dos principais acontecimentos. Esse quadro precederá o texto que dividi em quatro partes :

1.ª) Origem da colônia do Brasil e viagens dos holandeses para a América Meridional, antes da fundação das Índias Ocidentais (1500-1621).

2.ª) Fundação da Companhia das Índias Ocidentais, expedições ao Brasil ; estabelecimento do domínio holandês nesse país até a chegada do Conde João Maurício de Nassau (1621-1636).

3.ª) O Conde João Maurício de Nassau nomeado governador-geral do Brasil Holandês ; prosseguimento da guerra no Brasil. Prosperidade e riqueza da colônia. Regresso do Conde de Nassau à Holanda (1636-1644).

4.ª) Rápida decadência da colônia após a partida do Conde João Maurício de Nassau. Os Holandeses deixam o Brasil (1644-1654).

Na conclusão de meu trabalho contarei ligeiramente qual foi a sorte da Companhia das Índias Ocidentais, depois da perda do Brasil.

Notar-se-á, na quarta parte, ter eu sido mais sucinto do que nos três capítulos precedentes : não dispuz de documentos portugueses, e as fontes holandesas à nossa disposição, relativas a essa época (1644-1654), são menos claras e menos exatas que de ordinário. Ademais, a história do Brasil não perderá muito com isso, pois o nome de Vieira, êsse corajoso chefe que expulsou os holandeses do Brasil, faz jús bastante à admiração de seus compatriotas, para que o seu elogio venha a ser feito por um brasileiro. Seria lamentável viesse a caber essa tarefa a um estrangeiro, porque Vieira é um dêsses nomes pouco comuns em cada povo, que não pertence a nenhum

partido, mas à nação inteira e que honra a todos os seus patrícios.

Vieira libertou a sua terra de um domínio repeido pela população e contrário a suas idéias religiosas. Os brasileiros, de então, não podendo ainda formar uma nação independente, voltaram a ser portugueses e católicos. Quasi duzentos anos mais tarde, em 1822, emanciparam-se de outro jugo que não correspondia a seus ideais políticos : o Brasil se sentiu forte, declarou-se independente ; e êsse país, antigamente colônia desprezada, é agora um dos mais ricos impérios, a que o futuro destina um dos mais destacados postos entre as grandes potências.

Haia, Fevereiro, 1853.

Relação comentada das fontes consultadas para a composição desta obra

Torna-se merecedor de reparo o fato de se manifestar mais vivamente entre as nações que conquistaram sua independência após longas lutas e de armas nas mãos o desejo do conhecimento de sua antiga história. Na Holanda e nos Estados Unidos surgiram ultimamente várias obras históricas comemorativas de suas lutas de independência, e no Brasil se faz sentir essa mesma tendência. O valor de alguns desses trabalhos, os mais recentes, consiste no modo por que foram elaborados. Começa-se geralmente a nutrir certa desconfiança dos livros de história, de data mais antiga ou moderna, na maioria escritos de forma parcial, ou que frequentemente não passam de cópias habilmente disfarçadas em história original; por isso cada vez mais se faz questão de remontar às verdadeiras fontes históricas, aos documentos autênticos e oficiais. Nem sempre, é verdade, se deve dar inteiro crédito a esses documentos oficiais, diante do modo de julgar certos fatos da história contemporânea, interpretados da maneira que mais satisfaça ao partido dominante. Todavia, confrontando-se os testemunhos de todas as fações, os relatórios oficiais, os panfletos da época, pode-se distinguir, à vontade, o verdadeiro do falso e, o mais possível, a verdade.

De acôrdo com esse princípio esta narrativa foi escrita, e é talvez o seu único mérito; não temos pretensões a um estilo elegante e a outras qualidades que são o apanágio dos bons historiadores. Evitamos declamações, e ao encontrarmos alguns desses discursos nas nossas fontes reduzimo-los às proporções indispensáveis. Procuramos porém ser bem exatos nas datas e nas situações dos lugares, e, também, no indicar as causas e os

efeitos de cada acontecimento. Os nomes próprios foram reproduzidos, tanto quanto possível, de conformidade com as assinaturas autógrafas das personagens ou de acôrdo com as melhores autoridades no assunto, quer holandesas, quer portuguesas.

As indicações e os pormenores que encontramos nos Arquivos do Reino dos Países Baixos, em Haia, formam a base da maior parte dêste livro. Nesses arquivos se encontra a história política do mundo civilizado, no século XVII, época em que a república das Províncias Unidas era o árbitro das mais poderosas monarquias. Formam êsses arquivos magnífica coleção que já tem sido utilizada em várias ocasiões, entre outras por *Maccauley's — History of England* e *O' Callaghans — History of New Netherland* (New York). Está entregue sua direção ao sr. M. J. C. de Jonge, arquivista do Reino. Graças à bondade do sr. de Zwaan, auxiliar do Arquivo, a quem testemunhamos nosso reconhecimento, ali encontramos grande número de documentos preciosos, como, por exemp'lo, os originais de todas as cartas dirigidas aos Estados-Gerais, não sòmente pelos governadores do Brasil Holandês, como pela Assembléia dos XIX, entre os anos de 1629 a 1654. Ali também se encontram : os registros das "Nótulas" das sessões dos Estados-Gerais, principalmente as dos anos de 1638 a 1651, contendo todas as resoluções tomadas a respeito da Companhia das Índias Ocidentais e de suas possessões ; as minutas das mais interessantes cartas enviadas pelos Estados-Gerais aos governadores do Brasil e à Assembléia dos XIX ; e, por fim, os livros dos atos (*Commissie-boeken*) dos Estados Gerais, nos quais se encontra o texto autêntico das comissões conferidas aos oficiais superiores e aos altos funcionários da Companhia. A existência de todos êsses documentos valiosos nos Arquivos do Estado prova que os governadores ou admi-

nistradores de todas as possessões da Companhia das Índias Ocidentais prestavam também compromisso aos Estados Gerais, e que, por conseguinte, enviavam seus relatórios não sòmente aos Diretores da Companhia como aos mesmos Estados. Por uma deplorável decisão, os Arquivos da Companhia, principalmente os da Câmara de Amsterdam, contendo particularidades ainda mais preciosas, foram vendidos em 1821. Todavia, uma grande parte do da Câmara da Zelândia foi reencontrada em 1851, em Mildeburgo, e transportada para Amsterdam, onde a confiaram aos cuidados do sr. van Dijk, do Ministério das Colônias. Êste se encarregou especialmente do exame e do colecionamento d'esses papéis, trabalho que executou com intelligência e tácto, graças a que podemos obter as muito interessantes minudências que constam destas notas. Êsses Arquivos de Amsterdam, todavia, oferecem mais interêsse para o que diz respeito aos assuntos internos da Companhia, do que mesmo para a narrativa geral dos acontecimentos.

De tudo o que acabamos de dizer, quanto aos Arquivos dos Países Baixos, torna-se evidente constituírem êles, por si sós, uma história quasi completa da época de que nos occuparemos ; mas, para preencher as lacunas deparadas aquí e ali, como, também, para atingir um justo juízo dos fatos em sua relação com outros acontecimentos contemporâneos, consultamos e comparamos as obras mais notáveis, em várias línguas, que se entroncam com a nossa narrativa. Essas buscas nos foram facilitadas pelo bondoso auxílio do sr. Holtrop, diretor, e sobretudo dos srs. Campbell e Handel, conservadores da Biblioteca Real de Haia (biblioteca composta de 140.000 volumes e 3.000 manuscritos), onde se acham a maior parte dos livros abaixo citados :

Descrição das Índias Ocidentais, de ANTONIO HERRERA, Cronista Mór de Sua Majestade das Indias e seu

Cronista de Castela. Madrid, 1601, in-fol. Êsse livro apresenta descrições muito curiosas e informes interessantíssimos a respeito das primeiras descobertas dos espanhóis. Tornou-se rara a 1.ª edição, mas foi reimpressa várias vêzes, existindo traduções em holandês, francês e latim.

Commentarien ofte memorien van den Nederlandtschen Staet, Handel, Oorloghen ende Gheschiedenissen van onsen tijdt, etc. (Comentários ou memórias a respeito da política, do comércio e das guerras dos Países Baixos e da história contemporânea até 1611, etc.), por EMANUEL VAN METEREN. Amsterdam, 1647, in-fol. Essa obra aparecida primitivamente em latim e em alemão, sob o título de *História Bélgica* foi impressa em holandês, em Delft, no ano de 1599; pela segunda vez em 1608; obteve boa aceitação e teve reimpressão ainda várias vêzes mais, até 1638. Existem traduções latinas e francesas.

Spiegel der Australische navigatie, door den wijdt vermaerden ende cloeckmoedigen Zeeheldt Jacob le Maire. (Espelho da navegação austral do ilustre e intrépido marinheiro J. le M.). Amsterdam, 1622, in-fol. Êsse livro, muito curioso e bastante raro, foi escrito com o intuito de reclamar para o sr. Le Maire a honra de haver descoberto o Cabo Horn, feito êsse atribuído erradamente a Schouten que apenas acompanhara Le Maire como seu comandado.

Restauración de la ciudad del Salvador y Baía de Todos-Santos, en la provincia del Brasil, por D. TOMÁS TAMAIO DE VERGAS. Madrid, 1628, in-4º. Êsse livro espanhol, raríssimo, foi traduzido para o português pelo coronel brasileiro Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, e publicado na Baía em 1849, in-8º. Contém particularidades interessantes a respeito da retomada de S. Salvador, em 1626, por D. Fradique de Toledo.

De Nieuwe Wereld, of Beschrijving van West-Indien (O Novo Mundo ou descrição das Índias Ocidentais), por JOHANNES DE LAET, 1.^a edição, 1626 ; segunda edição revista e aumentada, 1630, Leyde, iii-fol. Essa obra, tão célebre, foi publicada em latim em 1633, sob o título de *Novus Orbis, seu descriptionis Indiae Occidental. Libri XVIII*, existindo dela também uma tradução francesa moderna. Valemo-nos dela várias vèzes para a descrição dos lugares, mas, no curso desta obra, citando o nome de DE LAET, o que frequentemente acontece, queremos nos referir à seguinte obra do mesmo autor :

Historie ofte Jaerlijck Verhael van de verrichtinghen der Geotroijeerde West-Indische Compagnie zedert haer begin tot het eijnde van't jaer. 1636. (História ou Narrativa anual das operações da Companhia das Índias Ocidentais desde sua fundação até o fim do ano de 1636). Leyde, 1644, in-fol. Êste livro, extremamente interessante, escrito com a maior imparcialidade e inteira boa fé, serviu de base para a segunda parte de nossa narrativa. Em mais de uma passagem teremos ocasião de citar essa obra que se pode considerar autêntica, em vista do seu autor haver sido um dos diretores da Companhia. E' bem verdade que se trata de cópia dos diários e relatórios dirigidos à Assembléia dos XIX, pelos almirantes e capitães a serviço da Companhia, mas, por isso mesmo, êsse livro é tão importante. Todos os historiadores holandeses, e mesmo SOUTHEY, quando se referem a êsse período histórico que vai de 1621 a 1636, cingiram-se quasi textualmente à narrativa de DE LAET, em face de sua exatidão e de sua sinceridade. Nesse mesmo volume há um apêndice intitulado :

Kort herhael van de diensten en nuttigheden die desen Staat bij de West-Indische Compagnie heeft genooten. (Sucinta exposição dos serviços prestados e dos resultados que a Companhia das Índias Ocidentais ofereceu

ão Estado). Esse apêndice contém pormenores muito notáveis acêrca das finanças, das prêsas e das frotas equipadas pela Companhia. DE LAET recebeu uma recompensa por haver dedicado essa obra aos Estados Gerais.

Veroveringh van de stadt Olinda ghelegen in de capitania van Phernambuco door den E. E. manhaften gestrenghen Hendrick C. Lonck, generaal te water en te lande. (Conquista da vila de Olinda, situada na capitania de Pernambuco, pelo nobre e bravo Hendrick C. Lonck, general de mar e terra). Amsterdam, 1630, in-4°. Essa brochura contém o texto da capitulação das fortalezas de São Jorge e Santo Antônio, em holandês e português; é conservada na Biblioteca Real de Haia, na secção "Biblioteca Duncaniana".

Oorspronckelijke missive geschreven bij den generael Weerdenburch aan Ho. M. Heeren Staten Generael, noopende de veroveringhe van de stadt Olinda de Fernambuco met al hare forten. (Original da carta escrita pelo general Weerdenburck a Suas Altas Potências os Estados Gerais, a respeito da conquista de Olinda, em Pernambuco, com todas as suas fortalezas. (Haia, 1630, in-4°. Essa brochura, muito interessante e autêntica, se encontra na Biblioteca Duncaniana).

Olinda ghelegen in't land van Brasil, in de capitania van Phernambuco, met mannelijcke dapperheitjt ende groote couragie inghenomen, etc. (Valorosa tomada de Olinda, situada nas terras do Brasil, na capitania de Pernambuco, etc., por J. BAERS, ministro protestante e testemunha ocular da conquista. Amsterdam, 1630, in-4°. (Essa brochura muito rara e curiosa é guardada na Biblioteca Duncaniana).

Gasparis Barlaei, Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis J. Mauritii Nassoviac, etc., etc., Historia — História

de tudo quanto se passou no Brasil e outras partes durante os oito anos de govêrno do illustre Conde João Maurício de Nassau, etc., por GASPARD BARLAEUS, grande volume in-fol. com mapas e plantas magnificas executadas por F. Post. 1.ª edição. Amsterdam, 1647. 2.ª edição, Clèves, 1660.

Existe dessa obra uma tradução alemã, publicada em 1659, in-8º. Êsse livro constitue uma base de tudo o que se escreveu posteriormente acêrca dêsse período de história das guerras no Brasil, de 1636 a 1644, e se reveste de maior importância ainda porque o autor a escreveu nos próprios locais dos acontecimentos e merecem do príncipe de Nassau as mais autênticas informações. Há dessa obra um magnífico exemplar de luxo que pertenceu ao próprio Conde Maurício, com seu autógrafo em alemão, na Biblioteca Real de Haia.

BARLAEUS recebeu uma gratificação dos Estados Gerais por êsse seu trabalho.

Ontdeckinghe van Rijcke Mijnen in Brasil. Descoberta de ricas minas no Brasil. Amsterdam, 1639, in-4º. Damos uma tradução quasi textual dessa brochurazinha, extremamente interessante, na nota 72, no fim desta obra.

Kort verhael van den staet van Fernambuco door Augustus van Quelen. Sucinta exposição do Estado de Pernambuco, por A. v. Q., dedicada à Assemblêia dos XIX. Brochura in-4º. Amsterdam, 1640. (Biblioteca Duncaniana).

Auctentijck verhael van 't remarquabelste dat is voorgevallen in Brasijl tusschen den Hollandtschen admirael Willem Cornelisz, en de Spaensche vloote. Narrativa autêntica do que se passou de notável no Brasil, entre o Almirante holandês Willem Cornelisz e a armada espanhola. Brochura in-4º. Amsterdam, 1640. Biblioteca Duncaniana.

Journalier verhael ofte copie van sekeren brief geschreven uit Brasilj, nopende de victorie van januarij 1640, aan de Bewindthebeeren ter Kamer van de Mase. Diário ou cópia de uma carta escrita do Brasil a respeito da vitória de janeiro de 1640, e dirigida aos Diretores da Câmara do Mosa. Brochura in-4°. Rotterdam (?) 1640.

Historie ofte verhael van saken van staet en oorlogh, in ende omtrent de Vereenigde Nederlanden van 1621-1668. História ou narrativa dos negócios de Estado ou casos de guerra, das Províncias Unidas, entre 1621 e 1668, por LIEUWE VAN AITZEMA, conselheiro, e residente nas cidades hanseáticas de Haia, publicada em 1626 a 1669 em Amsterdam. A primeira edição é in-4°; a segunda, aumentada de muitos documentos bastante interessantes, é composta de 7 volumes in-fol. Essa última edição é a mais correta e metódica. O que empresta uma alta importância a essa obra é o fato dela constituir-se de uma série de documentos originais, como sejam instruções, tratados, memórias de embaixadores, resoluções dos Estados Gerais, não encontrados noutros trabalhos. As relações do autor com os mais elevados funcionários do Estado lhe facilitaram meios de obter êsses documentos, mesmo, como ficou provado, empregando inescrupulosamente meios pouco recomendáveis, como o suborno. Daí, porém, resultou tornar-se a sua obra uma das fontes mais seguras e ricas para o estudo da época a que se reporta. WICQUEFORT diz no seu livro *O Embaixador* que essa obra de AITZEMA pode servir de subsídio aos que não logram acesso nos Arquivos do Estado; mas a colaboração do próprio autor nesse trabalho não vale grande cousa.

Em 1669 moveram um processo contra AITZEMA, acusando-se-lhe de haver subornado vários funcionários do govêrno para obter documentos oficiais. Êle morreu nesse mesmo ano, mas o seu secretário e alguns funcio-

nários foram condenados a penas infamantes. A obra foi continuada por SYLVIVS.

De nieuwe en onbekende wereld of beschrijving van Amerika en't Zuidland. (O Novo Mundo desconhecido ou descrição da América e das terras do sul), por ARNOLDUS MONTANUS. Amsterdam, 1671, in-fol. Essa obra de uma excelente feição tipográfica é dedicada ao Conde João Maurício de Nassau e contém uma descrição exata dos habitantes, da região e da história dessa parte do mundo. As guerras dos holandeses no Brasil são ali apreciadas minuciosamente; apenas há a notar que até 1636 o autor se atém principalmente ao trabalho de LAET, e após a partida de Nassau sua narrativa se torna pouco clara e falha de ordem cronológica. O livro é magnificamente ilustrado e traz um dos melhores retratos do Conde Maurício.

Um dos mais notáveis plágios já perpetrados foi o dessa obra por um tal Dapper que publicou, em 1673, em Amsterdam, o mesmo livro em alemão sob o título "Unbekannte Neuwelt, etc.". Êle se arrogou de autor do trabalho, sem se confessar apenas um tradutor; as próprias gravuras e mapas foram reproduzidos. Dapper é frequentemente citado como uma autoridade por escritores estrangeiros que sem dúvida ignoram essa circunstância, tão pouco recomendável, de um plágio.

Journal ofte Historiælsche beschrijvinge van Matheus van den Broeck, van 't geen hij seifs ghesien ende waerachtigh gebeurt is, wegen 't begin van de Revolte van de portugese in Brasiel. (Diário ou descrição histórica por MATHEUS VAN DEN BROECK, de tudo que viu e que realmente se passou, no comêço da revolta dos portugueses, no Brasil. Amsterdam, 1651, in-4°. Livro muito raro e curioso.

História da Restauração de Portugal, por D. Luís DE MENESES, Conde de Ericeira. Lisboa, 1679 e 1698,

in-fol. Essa obra, muito interessante, foi várias vezes reimpressa em Portugal.

Gedenkweerdige Brasiliaense zee en landt reize. Notável viagem por terra e por mar ao Brasil. Por JOHANN NIEUHOFF. Amsterdam, 1682, in-fol. Essa interessante obra ornada com um retrato do Conde Maurício de Nassau, oferece detalhada descrição dos habitantes e da terra do Brasil, assim como narra todos os acontecimentos que se verificaram entre 1640 e 1649, por ocasião da viagem de NIEUHOFF a essa região como representante da Companhia das Índias Ocidentais. SOUTHEY, em sua *História do Brasil*, se refere a uma tradução que existiria dêsse livro; todavia, não podemos encontrar nenhuma indicação segura dêsse trabalho.

Leevens en Daaden der Boorluchtigste Zeehelden. (Vida e atos dos mais ilustres almirantes). Amsterdam, 1683, in-4º. Êsse livro, ilustrado com vários retratos dos mais célebres marinheiros holandeses, contém pormenores muito curiosos e verdadeiros.

Storia delle guerre del regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda. História das guerras no reino do Brasil sustentadas pela coroa de Portugal contra a república da Holanda. Pelo padre JEAN JOSEPH DE SANTA TERESA, da ordem dos Carmelitas. Roma, 1698, in-fol. Esse livro italiano, dedicado a d. Pedro II, rei de Portugal, é acompanhado de um mapa e de várias plantas. Foi vasado em dados de origem portuguesa, muito parciais; o autor era português.

História das Províncias-Unidas, por WICQUEFORT, hóspede do duque de Brunswick-Luneburg-Zell, em Haia. Haia, 1719, in-fol.

Essa obra constitue uma das melhores fontes para a história dos Países Baixos no século XVII. O autor privava da intimidade do ilustre Conselheiro pensionista

De Witt, que o tinha como secretário, mesmo para suas correspondências privadas. Êle estava em condições de andar ao par dos acontecimentos e de suas causas. Após dois primeiros volumes de sua obra êle acrescentou um terceiro, contendo apenas "Provas", ou documentos autênticos para servirem de apôio ao que escreveu. Os volumes impressos contêm a história dos Países Baixos somente até 1658; a continuação que êle deixou, ao morrer em 1680, vai até 1676 e é em manuscrito, achando-se na Biblioteca Real de Haia. Após o falecimento de De Witt, WICQUEFORT esteve prêso acusado de traição; êle teria mantido relações secretas com as potências inimigas, pondo-as ao par de segredos do Estado. Foi na prisão, em Gevangenpoort, que êle escreveu sua famosa obra do "Embaixador".

Beschrijving der Nederlandsche historiepenningen (Descrição das medalhas históricas neerlandesas), por VAN LOON, Haia, 1726 — 4 volumes, in-fol. E' essa obra ilustrada com gravuras que reproduzem medalhas e tem um texto explicativo e cronológico, o que a torna uma espécie de história, muito mal arranjada e muito inexata, das Províncias Unidas, num período entre 1555 e 1713. A descrição prôpriamente das moedas é curiosa e clara. Em 1752 apareceu em Haia uma tradução francesa desse livro, sob o título singular de *História metálica das XVII províncias dos Países Baixos, desde a abdicação de Carlos V até a paz de Bade, em 1716.*

Beschrijving van Guiana of de wilde kust in Zuid-Amerika. (Descrição da Guiana ou da costa selvagem ãa América do Sul), por JAN JACOB HARTSINCK, arquivista da nobre Escola do Almirantado de Amsterdam. Amsterdam, 1770, 2 vols., in-4°. Contêm essa obra uma descrição, das mais interessantes, do estado das regiões septentrionais da América do Sul e de seus habitantes bem assim das descobertas feitas por holandeses, portu-

gueses, espanhóis e franceses. A qualidade de arquivista do autor é de grande importância, em face das autênticas fontes de que dispunha.

História filosófica e política das possessões e do comércio europeus nas Duas Índias, pelo abade RAYNAL. 1.^a edição, 1770, in-8º, sem nome do autor. Reimpressão em Amsterdam, 1772, 6 volumes, in-8º. A primeira edição, reconhecida pelo autor, apareceu em Genebra, in-4º, com 5 volumes, sendo um de mapas. Foi várias vezes reimpressa e traduzida em holandês. Esse livro é tão conhecido e espalhado que nos abstermos de lhe ressaltar os incontestáveis méritos, como também as inexatidões inevitáveis numa obra que abrange tantos acontecimentos.

Hollands rijkdom (Riqueza da Holanda), por ELTAS LUZAC. Leyde, 1780, 5 volumes, in-8º. Esse livro é a tradução revista e aumentada de uma obra francesa publicada em 1778, em Londres, sob o título "Riqueza da Holanda" (por MIGNON). Contém particularidades históricas e observações financeiras da maior importância. Existe uma tradução alemã de LÜDERS, com o título de *Geschichte des holländischen Handels*. Leipzig, 1788.

Nederlandsche reizen, tot bevordering van den koophandel naar de meest ofgelegene gewesten des Aardkloots (Viagens neerlandesas empreendidas no intuito de estender o comércio até aos pontos mais longínquos do mundo). Amsterdam, 1787, 14 volumes, in-8º. Essa obra oferece várias gravuras de paisagens e de combates, sendo muito interessante e verídica.

Vaderlandsche Historie. História Pátria, por JAN WAGENAAR. Amsterdam, 1749-1759, 21 volumes, in-8º. Essa obra, ornada de retratos e gravuras, possui o grande valor de ser muito minuciosa e ao mesmo tempo exata. O autor era historiador, na cidade de Amsterdam, e, nesse caráter, escreveu uma crônica dessa cidade, além

de muitos outros trabalhos. O livro, de que aqui nos ocupamos, é ainda, hoje, muito consultado pelos que se ocupam com a história. Êsses 21 volumes abrangem um período que vai somente até 1751, mas a história de que êles tratam foi continuada em três outros tomos publicados, entre 1788 e 1789, revistos e anotados por VAN WIJN, arquivista do Estado, e, também, em outros sete volumes dados a lume de 1797 a 1801, sob os títulos de *Bijvoegselen en Nalezingen op Wagenaar door van Wijn*, etc. (Notas sobre Wagenaar por Wan Wijn). A obra de WAGENAAR também foi continuada por P. LOOSJES, até 1811, em 48 volumes, in-8º.

Existe uma tradução alemã de WAGENAAR, publicada em 1756, em Leipzig, in-4º, e uma outra, francesa, aparecida entre 1758 e 1770, em Paris, in-4º. Os autores dessa última versão (DU JARDIN et SELLIUS?) não aludem ao original de que se serviram. A história de WAGENAAR que foi submetida, antes de ser publicada, a uma censura ou exame dos burgomestres de Amsterdam, é tida, por vêzes, como um pouco parcial contra a casa de Orange (?), o que, todavia, em nada influiu no uso de que dela fizemos, uma vez que os príncipes de Orange raramente aparecem nesta narrativa.

History of Brazil (História do Brasil), por ROBERT SOUTHEY. Londres, 1810-17-19, 3 volumes, in-4º. O 1.º volume foi reimpresso em 1822. Essa obra volumosa é, a nosso ver, o melhor livro escrito até o presente sobre a história geral do Brasil. Abrange tudo o que ali se passou, e também na província do Paraguai, de 1500 a 1810, e oferece detalhes os mais preciosos sobre a época de que nos ocupamos, por isso que o autor consultou fontes portuguezas, espanholas e holandesas com grande imparcialidade. Raramente notamos um ou outro engano. Coordenou os seus subsídios com muito tato e o seu estilo é magnífico. Frequentemente recorreremos a essa notável

obra, de que existem poucos exemplares na Holanda, graças à gentileza do sr. M. VEEGENS, na Segunda Câmara dos Estados-Gerais de Haia.

Histoire du Brésil depuis sa decouverte en 1500 jusqu'en 1810, por ALPHONSE DE BEAUCHAMP. Paris, 1815, 3 volumes, in-8°. E' essa obra cheia de inexatidões que ressaltaremos várias vêzes no decurso desta narrativa. Nos pontos em que se encontra fidelidade nessa história é ela quasi uma tradução textual da de SOUTHEY. Si ao menos o autor tivesse tido a boa fé de citar o original, não haveria muito mal nisso; mas, ao contrário, êle procurou disfarçar um pouco o estilo e a redação das frases, como querendo esconder estar contando a mesma cousa que um historiador digno de fé já contara. Fez ainda mais - no seu prefácio, dando uma lista de autoridades no assunto, provàvelmente copiada de SOUTHEY, entrega-se à tarefa de depreciar o primeiro volume da obra de seu mestre inglês. Em seu 2.º volume, publicado em 1817, SOUTHEY desmascarou êsse deslavado plagiário. Todavia, nós nos serviremos bastante do livro de BEAUCHAMP, para contradizer suas errôneas afirmativas que tiveram grande repercussão por serem escritas em francês, língua muito conhecida em todo o mundo civilizado, e, sobretudo, porque o autor possui um estilo elegante e agradável. De quando em quando, porém, ao nos parecerem exatos os seus dados, usamos de suas próprias frases, tendo o cuidado de citar o autor para não cair na mesma falta de que o acusamos. Êsse livro foi traduzido em português pelo abade Inácio Felizardo Fortes, e publicado no Rio de Janeiro, em 1818 e 1819.

Gedenkstuk van Neerlands heldendaden ter zee (Memórias dos feitos heróicos dos neerlandeses no mar), por ENGELBERTS GERRITS. Amsterdam, 1831-1834, 2 volumes, in-8°. Êsse livro é muito exato e de uma linguagem agradável; foi traduzido para o francês por

M. F. Douchez, com o título de "Fastos da Marinha Holandesa", publicado em Amsterdam, 1835-1837, 2 volumes, in-8°.

De Nederlanders buiten Europa. (Os Neerlandeses fóra da Europa), por VAN KAMPEN. — Harlem, 1831-1833. 3 vols., in-8°. Ésse interessante livro oferece um resumo geral, sobremodo verídico, da história de todas as colônias dos Países-Baixos, e de todas as expedições realizadas pelos holandeses às várias partes do mundo. E' um dos melhores entre os numerosos trabalhos que o autor ofereceu à literatura neerlandesa.

Geschiedenis van het Nederlandsch Zeezezen (História da Marinha dos Países-Baixos), por J. C. DE JONGE, Arquivista do Reino. Haia e Amsterdam, 1833-1848, 6 vols., in-8°. Esta obra tão notável pela sua exatidão e autenticidade, porquanto o autor a escreveu louvando-se nos dados obtidos no próprio Arquivo Real, se tornou ainda mais valiosa porque uma parte daqueles arquivos (o da marinha), foi destruída posteriormente ao aparecimento do livro, por ocasião de um incêndio irrompido em 1844 no edificio do ministério da marinha em Haia. M. JONGE publicou, entre outros trabalhos do maior interêsse, o *Verhandeligen en onuitgegeven stukken betreffende de Geschiedenis der Nederlanden.* (Notícias e documentos inéditos da história dos Países-Baixo.). Haia, 1825-1827, 2 volumes, in-8°.

Leven van Joan Maurits graaf van Nassau-Siegen. (Biografia de João Maurício, Conde de Nassau-Siegen), por D. VEEGENS, "griffier" da Segunda Câmara dos Estados Gerais. Harlem, 1840, in-8°.

Essa magnífica biografia é uma continuação da série "Vidas de homens ilustres" começada pelo falecido VAN KAMPEN (o autor do *Nederl. buiten Europa*). A obra de VEEGENS é notável pela elegância da fôrma e por ter bebido subsídios em fontes dignas de fé.

Existem, ainda, outras obras históricas que se occuparam também dos acontecimentos apreciados neste livro, as quais citaremos apenas de relance ou poucas vêzes na nossa narrativa. São elas as seguintes :

PIÏSO — *Historia Naturalis Brasiliae*. Leyde, 1648, in-fol.

MARCGRAF — *Historia Brasiliae*. Leyde, 1648, in-fol.

FR. PLANTE — *Epopéia latina em honra do Conde Maurício*. Leyde, 1647, in-fol.

PIETER BOR — *Historie der Nederl. oorlogen*. (História das guerras dos Países-Baixos, até 1600). Amsterdam, 1684, in-fol.

CAPELLEN — *Gedenkschriften* — Memórias de 1621-1632, publicadas por R. J. VAN DER CAPELLEN. Utrecht, 1777, 2 volumes, in-8°.

ANDREW GRANT — *History of Brazil*, traduzida do francês e publicada em S. Petersburgo, 1811, in-8°.

FERDINAND DÉNIS — *Resumo da História do Brasil*. Paris, 1825, in-8°. (Ver a respeito dessas duas últimas histórias, muito resumidas, a nota 17.ª desta obra). Devemos acrescentar, aquí, que si o sr. FERDINAND DÉNIS, conservador da Biblioteca Santa Genoveva, em Paris, revise, agora, seu trabalho, éle ficaria perfeito, porquanto adquiriu, em virtude de outras publicações a respeito do Brasil, muito bem escritas e conscienciosas, uma notável reputação.

DR. LUDWIG DRIESEN. — *Leben des Fursten Johan Moritz von Nassau*. (Biografia do Conde João Maurício de Nassau). Berlin, 1849. Ver a nota 89.ª dèste livro.

BAENA — *Compêndio das eras da Província do Pará*. Crônica resumida da província do Pará. Pará, 1838, in-8°. Ver nota 8 dèste livro.

ABREU E LIMA — *Sinopsis ou dedução cronológica*. (Quadro sinótico e cronológico). Pernambuco, 1845, in-8º. Ver nota 8.

Memórias Diárias da Guerra do Brasil, etc. Memórias quotidianas a respeito da guerra do Brasil, de 1630 a 1639, por DUARTE D'ALBUQUERQUE COELHO, marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco. Esse livro, dado a lume em Madrid, no ano de 1654, tornou-se extremamente raro. Teve a redação do "Jornal do Comércio" a feliz iniciativa de reproduzir essas páginas nas suas colunas, em língua portuguesa. Até agora só saíram alguns capítulos desse diário que é de uma alta importância. (Ver nota 37 neste volume).

Apareceram, igualmente, em grande número, outros trabalhos em português relativos à História do Brasil. Encontra-se uma nomenclatura completa e pormenorizada dessas obras, surgidas até 1644, em um livro muito útil publicado pelo sr. JORGE CESAR DE FICANIERE, em 1850, em Lisboa, com o título *Bibliografia Histórica Portuguesa*.

Há uma outra bibliografia, intitulada *Biblioteca Americana ou catálogo das obras relativas à América que apareceram a partir de sua descoberta até o ano de 1700*. (Bibliothèque Américaine ou catalogue des ouvrages relatifs à l'Amérique qui ont paru depuis sa découverte jusqu'à l'an 1700). É da autoria de H. TERNAUX, e saiu em Paris em 1837. Trabalho também valioso, embora seja menos completo no tocante aos livros portugueses. Em compensação faz menção da maior parte dos livros que foram escritos acerca da geografia do Brasil e da América em geral.

Um livro, de data mais recente, a *Bibliothèque Universelle des Voyages*, por G. BOUCHER DE LA RICHARDERIE, Paris, 1808, 6 volumes, in-8º, é também digno de atenção e muito exato. Contém uma descrição sensata de todas

as viagens antigas e modernas às diferentes partes do mundo, publicadas quer em língua francesa, quer nas estrangeiras, e nos oferece, ao mesmo tempo, a indicação de várias obras históricas escritas a respeito da América.

Encerraremos esta relação recomendando aos nossos leitores portugueses uma publicação do mais alto valor que aparece no Rio de Janeiro, desde 1839, já se achando no 15.º volume, in-8º — a “Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”, associação fundada no Rio de Janeiro, sob a imediata proteção de S. M. o Imperador d. Pedro II. (*Revue Trimestrielle de l’Institut Historique et Geographique du Brésil, fondé à Rio de Janeiro sous la protection immédiate de S. M. I. D. Pedro II, etc.*).

Tábua cronológica dos fatos de que trata esta obra

PRIMEIRA PARTE — 1500-1621

- 1500 — Descoberta do Brasil — Êsse belo país torna-se uma colônia de Portugal.
- 1549 — Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil — Prosperidade da colônia.
- 1581 — Portugal, com suas colônias, cai sob o domínio espanhol.
- 1598 — Viagem à volta do mundo de Olivier van Noord — Visita o Rio de Janeiro.
- 1599 — Primeira tentativa de expedição ao Brasil pelos holandeses, dirigida por Pieter van der Does.
- 1600 — Primeiros estabelecimentos dos holandeses às margens do Amazonas.
- 1602 — Fundação da Companhia das Índias Orientais.
- 1609 — Importantes deliberações a respeito da fundação de uma Companhia das Índias Ocidentais.
- 1614 — Viagem à volta do globo, feita por Joris van Spilbergen; seu desembarque em Santos (Brasil); combate naval perto de Caláo, Perú.
- 1615 — Viagem de Le Maire e Schouten — Êles dobram, pela primeira vez, o cabo Horn. 29 de janeiro de 1616.
- 1621 — Expiração da trégua com a Espanha.

SEGUNDA PARTE — 1621-1636

- 1621 — Fundação da Companhia das Índias Ocidentais.
- 1624 — Grande expedição ao Brasil sob a direção dos almirantes Jacob Willekens e Piet Heyn. Tomada de São Salvador.
- 1625 — Os espanhóis e os portugueses reapoderam-se de São Salvador. Expedição ao Brasil e às Índias Ocidentais, pelos almirantes Boudewijn Hendrikszoon e Jan Dirkszoon Lam.
- 1627 — Piet Heyn realiza dois ataques infrutíferos a São Salvador, visando retomá-la; combate glorioso contra a esquadra inimiga na baía de Todos-os-Santos.

- Instalação dos holandeses às margens do Wiapoco.
Aprisionamento de um grande número de navios espanhóis e portugueses.
- 1628 — Combate do almirante Pieter Adriaanszoon Ita com a frota espanhola nas proximidades de Cavannes (Cuba). Os indígenas destróem a pequena colónia holandesa de Wiapoco.
Captura da frota da prata, por Piet Heyn.
Prosperidade da Companhia das Índias Ocidentais.
- 1629 — Expedição do almirante Adriaan Janszoon Pater ao Brasil e à Guiana espanhola.
Morte de Piet Heyn.
Preparativos de uma expedição ao Brasil.
- 1630 — Tomada de Olinda e do Recife de Pernambuco pelo almirante Lonck e coronel Waerdenburch.
Proseguimento da expedição de Pater. Êle se apodera da cidade de Santa Marta.
Deliberações acêrca de uma trégua com a Espanha.
- 1631 — Batalha naval perto da Baía entre Pater e Oquendo.
Evacuação de Olinda e concentração das fôrças holandesas no Recife.
Fracassada expedição do tenente-coronel Steyn-Callenfelds à Paraíba.
- 1632 — Domingos Fernandes Calabar passa-se para os holandeses.
Tomada de Iguarassú pelo coronel Waerdenburch.
- 1633 — Heroica defesa de Pedro de Albuquerque no forte do Rio Formoso.
Chegada dos directores-delegados Mathys van Ceulen e Johan Gysselingh, ao Recife.
Acôrdo assinado com os portugueses do Brasil no sentido de se fazer doravante uma guerra mais leal.
Tomada de Itamaracá pelo coronel Sigemundt von Schkoppe.
O comendador Jan Janszoon van Hoorn apodera-se de Truxillo e de São Francisco, na costa de Honduras.
Tomada do Rio Grande por Van Ceulen.
- 1634 — Lichthardt e Schkoppe empregam inúteis esforços para tomar a Paraíba; mas tomam o forte de Pontal no cabo de Santo Agostinho.
Van Ceulen e Gysselingh voltam à Holanda.
Conquista da Paraíba por Lichthardt, Schkoppe e Artichofsky.
Proclamação conciliadora do govêrno holandês aos habitantes do Brasil.

- 1635 — Tomada do Arraial (o forte dos portugueses), por Artichofsky.
 Expedição a Porto Calvo. Morte de Calabar.
 Quatro capitânicas do Brasil reconhecem a soberania holandesa.
 Inquietações na côrte espanhola. Vem ao Brasil uma expedição sob o comando de d. Luiz de Roxas y Borgia.
- 1636 — Combate de Roxas e Artichofsky, perto de Porto-Clavo.
 Situação da Companhia das Índias Ocidentais no fim de 1636.

TERCEIRA PARTE — 1636-1644

- 1636 — João Maurício, Conde de Nassau, é nomeado governador-geral do Brasil holandês.
- 1637 — Chegada do Conde a Pernambuco.
 Expedição a Porto-Calvo e ao rio São Francisco.
 Situação do Brasil-holandês nesse ano. Nova organização do govêrno da colônia.
 Tomada de São Jorge de Elmina, na costa da Guiné, pelo tenente-coronel Van Koin.
 Conquista da província de Sergipe de Rei, pelo coronel Schkoppe.
 Partida do coronel Artichofsky para a Holanda.
 Conquista da província de Siara pelo major Garstman.
- 1638 — E' declarado livre o comércio do Brasil.
 Glorioso combate do almirante Schaap com três navios espanhóis.
 Intolerância dos ministros protestantes no Brasil.
 Tentativa fracassada contra São Salvador, sob a direção de Maurício.
 Volta Artichofsky ao Brasil com tropas de refôrço e com a patente de Mestre-general de artilharia e comandando como coronel um regimento de infantaria.
 Infrutífera tentativa de aprisionamento da frota da prata pelo almirante Jol.
- 1639 — Discórdia entre o Conde Maurício e Artichofsky.
 Chamada de Artichofsky à Holanda.
 Riqueza e desenvolvimento da colônia no govêrno de João Maurício.
 Fundação da cidade de Mauritsstad (Maurícia).
 Aprestamento de uma poderosa esquadra hispano-portuguesa destinada a recuperar o Brasil. E' nomeado comandante dessa esquadra o Conde da Torre.
 Conspiração descoberta em Pernambuco.

- 1640 — Batalha naval do Itamaracá entre o Conde da Tõrre e o almirante Willem Cornelissen.
Vitória de nossas fôrças de terra sob o comando do coronel van Koin.
Expedição hostilizadora contra São Salvador, dirigida por Lichthardt.
Chegada do marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil português.
Revolução em Lisboa. D. João IV aclamado rei de Portugal.
- 1641 — Os portugueses do Brasil emprestam sua adesão à revolução e expulsam os espanhóis.
Destituição do vice-rei, marquês de Montalvão.
Intenções meio-pacíficas do novo rei d. João IV para com a Holanda; duplicidade dos Estados-Gerais e da assembléia dos XIX.
Expedição à África; o almirante Jol se apodera de São Paulo de Loanda e de São Tomé onde morre.
Armistício de 10 anos entre a República e as Províncias Unidas e Portugal. (12 de junho).
Conquista do Maranhão por Lichthardt e Koin.
Viagem ao interior do Brasil por Hercksmans.
- 1642 — Repetidas queixas do Conde Maurício a respeito da insuficiência de suas fôrças e da falta de víveres — Johan Carl Torner é enviado à Holanda numa missão especial.
D. Antônio Teles da Silva nomeado governador-geral do Brasil português.
Insurreição no Maranhão e em São Tomé.
Conspiração descoberta de João Fernandes Vieira.
- 1643 — Correspondências relativas à volta do Conde Maurício.
Expedição ao Chile por Hendrik Brouwer e Herckmans.
- 1644 — Punição dos negros de Palmares.
Embaixadas do Conde junto ao Conde Maurício.
Partida de João Maurício, Conde de Nassau, para a Holanda.
Fatos ulteriores da vida do Conde na Europa.

QUARTA PARTE — 1644-1661

- 1644 — Hamel, Van Bullestrate e Bas assumem o govêrno no Recife.
Declínio do poder holandês no Brasil.
Conspiração tramada por João Fernandes Vieira.

- Convocação dos principais e mais ricos proprietários em Pernambuco; chegada de Cardoso.
- 1645 — Dois portugueses e cinco judeus denunciam essa conspiração ao Alto-Conselho do Recife.
Vieira foge e levanta abertamente a bandeira da insurreição.
Viagem de van de Woorde e Hoogstraeten a São Salvador.
Tomam-se na Holanda medidas para salvar o Brasil de sua decadência.
Deliberações acêrca da fusão da Companhia das Índias Ocidentais à das Índias Orientais.
O coronel Haus batido pelos insurretos sob a direção de Vieira, no monte das Tabecas.
O forte de Nazarê é vendido ao inimigo, por Hoogstraeten.
Lichthardt destrói por completo uma frota portuguesa, na baía de Tamandarê.
As principais províncias do Brasil holandês se entregam aos insurretos.
- 1646 — O Recife é cercado pelos revoltosos; dificuldades dos sitiados; terrível penúria.
Chegada de Schoonenborch com uma frota carregada de víveres e tropas de refôrço.
Proclamação de anistia dos novos regentes holandeses; contra-proclamação de Vieira.
Morte do almirante Lichthardt.
- 1647 — Expedição do coronel Schkoppe a São Salvador.
Entendimentos dos Estados Gerais com o embaixador de Portugal em Haia, a respeito da revolta no Brasil.
D. João IV ordena aos chefes da insurreição que cessem as hostilidades; elles recusam.
Nova crise de falta de mantimentos no Recife. Deserção da tribo dos Tapúias.
Prorrogação da concessão da Companhia das Índias Ocidentais.
Os Estados Gerais e a Companhia tomam a resolução de enviar um poderoso socorro ao Brasil, sob as ordens do almirante Witte Corneliszoon de With.
Novas negociações com o embaixador português em Haia.
O Conde de Vila-Poura é nomeado governador-geral no Brasil em substituição de Da Silva.
- 1648 — Chegada de De With ao Recife; situação penosa do Brasil-holandês.
Francisco Barreto é enviado ao Brasil, por d. João IV, para assumir o comando dos insurretos.

O general Schkoppe é batido pelos insurretos, sob o comando de Barreto, Vieira e Vidal, na montanha dos Guararapes (19 de abril).

Fundação de uma Companhia Portuguesa das Índias Ocidentais.

- 1649 — Segunda batalha dos Guararapes (19 de fevereiro).
 Regresso de De Wìth à Holanda, sem permissão do Alto-Conselho.
- 1650 — Chegada à Bafa de um novo governador-geral — o Conde de Castelo-Melhor.
 Infrutíferas negociações com o embaixador português em Haia acêrca da restituição do Brasil aos holandeses.
- 1651 } Situação cada vez peor dos sitiados do Recife.
 1652 }
- 1653 — Missão de Van der Houve e Rudolphy a Lisboa.
 O Recife bloqueado por mar por Magalhães e Brito Freire.
- 1654 — Capitulção do Recife (26 de janeiro).
 Os holandeses deixam o Brasil.
- 1657 — Expedição dos almirantes Van Wassenaer e De Ruyter a Lisboa.
- 1661 — Assinatura de paz entre a República das Províncias-Unidas e Portugal, em Haia (6 de agosto).

CONCLUSÃO

- 1664 — Perda da Nova Zeelândia (New York).
- 1667 — Conquista de Surinam.
- 1674 — E' dissolvida a Companhia das Índias Ocidentais.
- 1675 — Fundação de uma nova Companhia das Índias Ocidentais.
- 1791 — E' declarado livre o comércio das Índias Ocidentais.
- 1828 — Organização de uma Sociedade das Índias Ocidentais (West-Indische Mastschappij), por 25 anos, sem comércio exclusivo.

PRIMEIRA PARTE

Origem da colônia do Brasil e viagens dos holandeses à América do Sul antes da fundação da Companhia das Índias Ocidentais

1500-1621

O Brasil foi descoberto em Janeiro de 1500, quasi simultâneamente, por Vicente Yanez Pinzon e Diogo de Lepe, companheiros de Colombo. Desembarcaram nas proximidades da foz do Maranhão ou Amazonas, não se tendo, porém, aí demorado. Em abril do mesmo ano o almirante português Pedro Álvares Cabral, no decorrer de uma viagem às Índias Orientais, tocou involuntariamente em Porto-Seguro onde desceu tomando posse da terra em nome de S. M. o Rei de Portugal. Deu à nova colônia a denominação de Santa Cruz (*), mais tarde mudada para a de Brasil em virtude da grande quantidade de madeira assim chamada por seu préstimo em tinturaria e naquela região abundante (6).

Após alguns revêzes, a nova possessão começou a prosperar, principalmente a partir de 1549, quando passou a ser governada por Tomé de Souza, homem de espírito superior. Não tardou essa prosperidade a despertar a avidez de outras potências; sobretudo os franceses realisaram várias expedições ao Rio de Janeiro, Rio Grande, Paraíba e ilha do Maranhão, mas, como disse Raynal, “a impaciência não lhes permitiu colher os frutos, geralmente demorados, dessas emprêsas”, e bem depressa abandonaram essas novas conquistas (**).

(*) — HERRERA.

(**) — RAYNAL — Livro IX.

A partir de 1581, quando essa magnífica região caiu, com Portugal, sob o domínio espanhol, ficou exposta às ousadas investidas dos holandeses, então em pleno estado de guerra com a Espanha. Todavia, somente numa época mais distante começou a série de sangrentos combates, quer no mar, quer em terra, constituidores do assunto desta narrativa.

Antes de principiá-la, porém, julgamos oportuno lembrar aos leitores as principais viagens dos holandeses a essa parte do mundo, viagens que deram margem à fundação da Companhia das Índias Ocidentais e tanto contribuíram para estender o poderio marítimo e colonial da República das Sete-Províncias Unidas.

As relações comerciais dos holandeses com as costas septentrionais da América do Sul datam de 1580; eram, no entanto, de pequena importância, limitando-se a um ligeiro comércio de cabotagem; a república estava em guerra com a Espanha e todos os grandes portos das colônias americanas espanholas ficaram fechados à Holanda. Esse comércio era exposto a muitos riscos e pensou-se então em protegê-lo por meio de sociedades. Já em 1597 Gerrit Bicker Pieterszoon, de Amsterdam, e Jan Corneliszoon van Leijen, de Enkhuisen, a conselho de Willem Usselinx⁽⁶⁾, organizaram, respectivamente, duas empresas de exploração comercial que vieram a se fundir posteriormente; elas equiparam vários navios com destino à América, mas não se ficou sabendo dos resultados desses empreendimentos.

Olivier van Noord foi o primeiro holandês a visitar as costas orientais do Brasil. Partindo em 1598, para uma viagem à volta do mundo, escalou, para fins de reabastecimento, nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro e no Rio-Doce. Recebido hostilmente pelos habitantes, atravessou o estreito de Magalhães e prosseguiu sua derrota

até as Filipinas, depois de haver tentado inútilmente se estabelecer no Chile.

A primeira grande expedição, destinada a prejudicar os interesses espanhóis na América, efetuou-se em 1599, sob o comando de Pieter van der Does; com 70 navios elle teve ordem de tomar conta de uma possessão qualquer dos espanhóis, nas Índias Ocidentais. Em caminho apossou-se da Grande-Canária (uma das ilhas Canárias) e fez voltar à Holanda metade da sua grande frota, conduzindo as prêsas que fizera. Dalí, ao invés de se dirigir diretamente à América do Sul, termo de sua viagem, rumou para a costa da Guiné, onde se apesou da ilha de São Tome. Ali, porém, a hostilidade do clima causou sensível mortalidade nos seus homens: em menos de duas semanas o chefe e 1.200 dos comandados sucumbiram de febre amarela. Os sobreviventes ficaram tão abatidos e desanimados que o almirante Leynssen, substituto de Van der Does no comando da armada, desistiu de ir ao Brasil com todos os navios; mandou para lá apenas 7, constituindo uma esquadra sob a direção dos capitães Hartman e Broer. Leynssen regressou à Holanda onde chegou em janeiro de 1600, trazendo como prisioneiro a d. Francisco de Menezes, governador de São Tomé (?). A frota que se dirigira ao Brasil, ali obteve grandes despojos, aprisionou algumas pequenas embarcações e regressou por sua vez à Europa, também em 1600 (*). Nessa mesma época cogitava-se, em Flessingue, dos meios de estabelecer colônias às margens do Amazonas. Expedições partidas daquele porto fundaram duas delas, uma chamada Orange, a 73 léguas da embocadura daquele rio, e a outra, denominada Nassau, a sete léguas acima da ilha de Cojamine. Essas colônias não custaram muito a ser destruídas pelos portugueses (8).

(*) — VAN METEREN — LIVRO 21. PIETER BOR — IV.

Cada vez mais se concentrava a atenção pública, nos Países Baixos, na importante questão do comércio com as Índias Orientais e Ocidentais, e no desejo de se organizarem companhias ou sociedades para o maior êxito dêsses empreendimentos. Em 1602 fôra fundada a Companhia das Índias Orientais, e no mesmo ano alguns negociantes da província da Zelândia recommçaram a explorar as costas da Guiana e ilhas adjacentes, sob a direção de hábeis navegadores, tendo êles obtido dos Estados-Gerais, por ato de 10 de julho de 1602, integral isenção dos direitos de comboio.

Pouco tempo depois a Espanha, fatigada dessa prolongada guerra com as Províncias-Unidas, e desiludida de reconquistá-las, iniciou negociações para a paz. Essas propostas encontraram muitas simpatias por parte de um grande número dos membros dos Estados Gerais, os quais achavam que, si por um lado as condições de paz excluíaem inteiramente os holandeses do comércio com as Índias, por outro lado, em compensação, concedia-se-lhes liberdade de commerciar com a Espanha e Portugal. Outros membros dos Estados Gerais, porém, se manifestaram formalmente contra um tratado nessas bases. E opinavam que, ao invés de se abandonar o direito de commerciar com as Índias Orientais, se organisasse também uma Companhia das Índias Ocidentais, destinada a estender ainda mais o comércio e a navegação, prosseguindo-se na guerra contra a Espanha até que tivessem conquistado uma parte dos seus tesouros no Novo Mundo.

Usselincx, um dos chefes do partido da guerra, fixou sobretudo sua atenção no Brasil, de onde se exportava, já nesse tempo, e por ano, cêrca de 4.800.000 florins (*) de açúcar, além de pau-brasil, algodão, etc.. Um personagem notável, dessa época, êsse Unsselincx. Sem

(*) — O florin dos Países-Baixos tem um valor de 2.10 francos ou de 1 sh., 8 din. em moeda Inglesa.

desempenhar nenhuma função pública era consultado e dava opiniões como uma autoridade em tudo que se relacionasse com o comércio. Seu parecer, nessa questão, foi o de que, embora assinada a paz, a Holanda devia se estabelecer nas zonas da América ainda não ocupadas pelos espanhóis e portugueses. A facção pacífica se opôs com veemência a êsses planos que trariam mais obstáculos a um tratado de paz; julgava que os males provenientes de uma continuação da luta não seriam compensados pelos proveitos obtidos no Novo Mundo, atendendo-se a serem as possessões espanholas bem defendidas, exigindo, assim, uma conquista, um demorado cêrcio das armadas holandesas.

Apesar de todas essas divergências, os Estados Gerais firmaram, em 1609, uma trégua por 12 anos, com a Espanha. O direito da Holanda de navegar para as Índias não foi reconhecido pelo rei Felipe; contudo, êle prometeu não se opôr ao nosso comércio com as regiões não ocupadas pelos espanhóis. Não se tratou mesmo das Índias Ocidentais e veremos mais para diante que nem nessas paragens, nem nas das Índias Orientais, a trégua chamada dos 12 anos foi respeitada pelas duas partes; realmente nunca cessaram as hostilidades nas colônias.

Após o famoso viajante van Noord, que visitou em 1598 pela primeira vez a América do Sul, não sabemos, a não ser o intrépido almirante Joris van Spilbergen, de outros holandeses que tenham ido ao Brasil, antes de 1615. Êle fôra enviado em agosto de 1614 pela Companhia das Índias Orientais no propósito de procurar um caminho mais curto para as Molucas, pelo estreito de Magalhães, e teve sob suas ordens seis navios: — o *Groote Zon*, o *Groote Maan*, o *Jager* e o *Meeuw*, da Câmara de Amsterdam; o *Eolus*, da da Zelândia e o *Morgenster*, da de Rotterdam.

Chegando ao Brasil ancorou perto da Ilha Grande e, depois, nas proximidades de Santos ou São Vicente, afim de dar repouso à tripulação enfraquecida pelas doenças que a haviam acometido na travessia. Foram recebidos pelos portugueses de fôrma hostil, e falharam todas as tentativas para estabelecer relações comerciais, razão porque os holandeses abriram de novo suas velas deixando aquelas regiões inhospitaleiras. Antes de partir, no entanto, aprisionaram uma caravela portuguesa carregada de prata, relíquias, cruces e bulas de indulgência. Propôs o almirante van Spilbergen aos portugueses uma permuta dos prisioneiros e da carga dessa embarcação, por alguns holandeses retidos no Rio de Janeiro, mas em vão; recusaram, dando com essa negativa, que feria seus próprios interesses (*), uma prova do seu encarniçado rancor aos holandeses. Vencidos muitos obstáculos e perigos, através de temporais e ventos contrários, conseguiu a frota batava atravessar o Estreito de Magalhães e rumar ao Chile, desembarcando com êxito o almirante Spilbergen na ilha de Santa Maria, e na cidadezinha de Auroca, por duas vêzes; expulsou dali a guarnição espanhola e mandou incendiar todas as casas. A 2 de junho de 1615 fundeou em Valparaíso onde encontrou já todas as habitações incendiadas pelos espanhóis. 200 marinheiros e soldados obtiveram grande vitória contra as tropas inimigas, fazendo prisioneiros que, de conformidade com as ordens recebidas da metrópole pelo almirante espanhol Rodrigues de Mendonça, se achavam naquelas paragens com uma formidável armada à espera da esquadra holandesa. Certamente por espões enviados à Holanda o rei da Espanha tivera ciência dessa expedição de Spilbergen. Avançando sempre de rumo norte e após haver escalado em Quintero e Arica, nosso almirante se apoderou a 17 de julho

(*) -- *Ned. reizen* -- Tom. VII.

de um alentado barco mercante espanhol carregado de prata. Horas depois avistaram a frota espanhola composta de oito galeões tripulados por 1.600 marujos e soldados, sob o comando do almirante Rodriguez de Mendoza, sobrinho do marquês de Montes Claros, vice-rei do Perú.

Fôra de opinião o Grande-Conselho do Perú não convir à armada real dar caça a alguns navios mercantes holandeses, parecendo-lhe melhor esperá-los tranquilamente em Caláo, porto de Lima ; aparecidos alí seriam alvo das baterias assestadas à entrada da baía e forçados à rendição. Não concordou com essa ordem o jovem almirante cujo sangue castelhano se revoltara com a contingência de se manter escondido e de espreita ao adversário, motivo porque, usando de toda sua influência junto ao tio, o vice-rei, ao qual ponderou que as condições de resistência dos holandeses seria pequena, por extenuados da travessia que vinham realizando, obteve permissão para pôr-se ao largo. Jurou não regressar antes de haver capturado um ou mais navios do inimigo, e, para dar maior solenidade a êssa promessa, comungou antes da partida.

A 17 de julho de 1615 as duas frotas se viram uma em frente da outra e às 10 horas da noite o ardoroso Mendoza, desobedecendo aos conselhos do vice-almirante Álvaro de Pigro, experimentado guerreiro, iniciou o combate, atirando contra o Groote Zoon que bem depressa se viu obrigado a retirar-se do fogo. Muito desigual foi a luta porquanto dois dos barcos holandeses, o Eolus e o Morgenster, haviam ficado muito atrás, retidos pelas calmarias, não tomando parte no combate ; sòmente no dia seguinte puderam alcançar o resto da esquadra. Lutaram de parte a parte encarniçadamente, durante a noite inteira ; atirava-se a êsmo porque a calmaria não consentisse que se afastassem para aguar-

dar a luz do dia. As profundas trévas aumentavam os horrores da cena cruenta ; o terrível alarido das imprecações de guerra se misturavam aos lamentos e aos gemidos dos moribundos, de mistura com os rugidos dos canhões, tudo numa horrenda confusão. Uma chalupa armada que, por ordem de Spilbergen, se dirigira em socorro do Meeuw empenhado num combate com o navio-chefe espanhol, não foi reconhecida ; na escuridão atingiram-na os disparos do próprio Meeuw e submergiu-se com todos os tripulantes, não obstante os gritos de "Orange ! Orange !". O galeão São Francisco também foi ao fundo com toda a sua gente bombardeado pelo navio do almirante Spilbergen.

Ao amanhecer cinco galeões se encontravam num estado tão lastimável que não puderam mais tomar parte na peleja. Os dois almirantes espanhóis foram perseguidos por três barcos holandeses (o do almirante, o do vice-almirante e o Eolus) que, alcançando-os, ofereceram-lhes um combate dos mais rudes. Dos 450 homens que tripulavam o navio-chefe espanhol, o Jesus-Maria, não sobreviveram senão 50, contando-se que por várias vezes a tripulação içou uma bandeira branca em sinal de rendição, mas sempre descida por alguns cavalheiros espanhóis, embarcados com Mendoza para satisfazer seu ardor belicoso, e que preferiam morrer a se entregar à Holanda. Por fim o almirante Mendoza se viu obrigado a bater em retirada, porém, no correr do dia, o seu navio naufragou, não se salvando ninguém.

A mesma sorte tivera o galeão do vice-almirante, Maria do Rosário, que fôra perseguido pelo Eolus ; Pigro, alcançado, declarou render-se sob a condição de lhe ser poupada a vida, mas, não obstante seu navio estar se submergindo pouco a pouco, exigiu que o vice-almirante holandês fôsse pessoalmente buscá-lo, sem o que não sairia de bordo, preferindo morrer ao serviço

do seu rei e da sua pátria. À tarde a embarcação sumiu-se nas ondas levando para o fundo do mar toda a sua equipagem e mais alguns dos nossos que tinham ido ao Maria do Rosário para pilhá-lo. No dia seguinte ainda se viam alguns dêsses infelizes boiando, agarrados a destroços do navio, implorando misericórdia, no que não foram atendidos por uma inútil crueldade que não mereceu aprovação de Spilbergen embora procurassem justificá-la como represália aos meios bárbaros com que os espanhóis nos faziam a guerra. Entramos em pormenores dêsse combate porque foi êle o primeiro em que os holandeses tiveram uma vitória completa contra os espanhóis nessa parte do mundo, vitória tanto mais significativa quanto foi ganha com fôrças sensivelmente inferiores às de nossos temíveis adversários (*). Essa derrota custou à Espanha quatro grandes galeões e, entre os mortos, que se elevaram a cêrca de mil, os próprios almirante e vice-almirante; do lado holandês as perdas foram relativamente mínimas. Depois dessa retumbante vitória a frota holandesa aprobeu para Caláo; nenhum ataque foi ali tentado porque o vice-rei defendia a cidade com 4.000 homens de infantaria e 8 esquadrões de cavalaria, sem falar nas formidáveis baterias espalhadas pelo litoral. Navegando ainda para o norte, Spilbergen tomou a localidadezinha de Paita que incendiou, e, lutando com rijos temporais no Equador, conseguiu ancorar em Acapulco, excelente porto da Nova-Espanha, onde o acolheram benêvolamente os espanhóis, porquanto existiam entre êles alguns que haviam outrora servido nos Países Baixos, conhecendo-lhes a língua. O vice-rei visitou o almirante Spilbergen no seu navio-capitânea, curioso que estava de ver de perto essa esquadra que destruíra uma armada real da Espanha. Spilbergen trocou todos os prisioneiros que fizera por 30 bois, 50

(*) — *Nederl. reizen — VII e Leeten en Daaden der doorluchtigste Zeehelden.*

carneiros e outras provisões, e, após haver se abastecido também d'água, levantou ferros a 18 de outubro de 1615. Navegou até o 20º gráu de latitude norte e depois de haver sofrido as hostilidades dos habitantes de todos os pontos da costa em que tentou desembarcar, proseguiu sua rota na direção das ilhas Ladrones e de lá para a ilha de Java. A narrativa das aventuras de Spilbergen nos levou ao ano de 1615; retrocedamos agora ao ano anterior afim de nos inteirarmos do que aconteceu na viagem do célebre Le Maire e Schouten realizada quasi ao mesmo tempo da de Spilbergen.

Alguns negociantes e outros cidadãos de Hoorn, cidade da Holanda septentrional, então de grande importância pelo seu comércio, haviam constituído em 1614 uma sociedade sob o título de Companhia da Austrália e obtiveram um privilégio dos Estados Gerais que lhes assegurava a navegação exclusiva, durante as seis primeiras viagens, para quaisquer regiões que porventura viessem a descobrir (*). Não custou muito a essa empresa equipar dois navios, o *Eendracht* e o *Hoorn*, tripulados por 65 homens. Jacob le Maire foi nomeado presidente e ao mesmo tempo comandante (*president ende overste*) e Willem Corneliszoon Schouten escolhido para auxiliá-lo nas funções de imediato ou ajudante de ordens. A partida efetuou-se a 14 de junho de 1615 e somente ao transpor a linha equatorial teve a tripulação ciência do destino que os barcos levavam; o de procurar uma passagem mais ao sul do estreito de Magalhães e de descobrir terras de cuja existência se suspeitava, nas regiões austrais. Coube, portanto, a Le Maire a honra de haver dobrado pela primeira vez a ponta mais meridional da América, o que ocorreu a 29 de janeiro de 1616, recebendo êsse promontório o nome

(*) — Ver os documentos originaes no *Spiegel der Australische navigatie, door den wijdt vermaerden ende cloeckmoedighen Zeeheldt Jacob Le Maire, Amsterdam, 1622.*

de cabo Hoorn, em homenagem à cidade de onde partiu a frota que o descobrira. Por um êrro de alguns geógrafos foi essa ponta chamada de cabo Horne. A um grupo de ilhazinhas, nas proximidades do cabo, deram o nome de Barneveld, em honra do famoso advogado Olden Barneveld: à passagem entre o Statenland e a Terra do Fogo se denominou de Estreito de Le Maire.

Saíndo no Oceano Pacífico, Le Maire continuou a viagem de rumo às Índias Orientais e alcançou Batavia no dia 28 de outubro de 1616, sem lhe passar pela idéia o mau acolhimento que lhe dariam ali, injustamente, os seus compatriotas. Sob pretexto de haverem sido violados os direitos e o monopólio da Companhia das Índias Orientais, o governador Jan Pieterszoon Koen confiscou os dois navios de Le Maire e fê-lo regressar à Holanda, aonde não conseguiu chegar por ter morrido durante a travessia.

Após essas expedições tão gloriosas e tão importantes para as ciências, reavivou-se novamente na Holanda a idéia da criação de uma Companhia das Índias Ocidentais, tanto mais porque se obtivera a convicção de não serem tão arriscadas, como se pensava, as viagens para o Novo-Mundo e de que os proveitos a se tirar compensariam perfeitamente o empreendimento. Foi, sobretudo Usselinckx, quem se esforçou em avigorar essa crença e em fazê-la digna de aceitação por parte dos Estados Gerais. Ademais, a trégua com a Espanha (nunca observada por sinal nas colônias) estava prestes a caducar e o partido pacifista perdera com a morte de Olden Barneveld seu melhor apóio. Nada havia a se temer por êste lado e veremos, no capítulo seguinte, que a tão desejada Companhia obtivera enfim o privilégio dos Estados Gerais, logo depois do reinício das hostilidades com a Espanha, em 1621.

SEGUNDA PARTE

Fundação da Companhia das Índias Ocidentais
Expedições ao Brasil. Domínio Holandês
nesse país até a chegada do Conde
João Maurício de Nassau.

1621 - 1636

Foi, assim, em 1621, que se fundou a Companhia das Índias Ocidentais. Nasceu amparada pelo partido que defendia a guerra e, embora reconhecendo quanto essa empresa foi útil à obra de enfraquecimento da Espanha, não podemos deixar de reconhecer também que ela trouxe da sua origem os germens motivadores de sua rápida decadência. Era mais uma sociedade de armadores coligados, para combater os espanhóis, do que uma companhia de *comércio*: — seus resultados provinham quasi exclusivamente das prêsas feitas ao inimigo. E, por isso, não poderia durar muito tempo. Êsses proventos decresciam aos poucos enquanto as despesas de manutenção das novas colônias aumentavam.

Não nos antecipemos, porém, à marcha da história. A 3 de junho a Companhia recebeu dos Estados Gerais seu regulamento redigido em 45 artigos (*) dos quasi os principais eram os seguintes: — direito exclusivo, durante 24 anos, de negociar com as costas e terras da África situadas entre o trópico de Cancer e o cabo da Boa-Esperança; com as terras e ilhas da América ou Índias

(*) — Vide original dêsse regulamento na obra intitulada *Historie ofte Jaerlich Verhael van de verrichtingen der Goetroyeerde West-Indische Compagnie beschreven door JOHANNES DE LAERT, Bewinthebber derselver Compagnie. Ano 1644* — Há uma tradução inglesa de O. CALLAGHAN, *History of New Netherland* — 1846.

Ocidentais, a partir da ponta meridional da Terra Nova pelo estreito de Magalhães até o estreito d'Anjan, e, também, com as regiões austrais que ficavam entre os meridianos do Cabo da Boa Esperança e a costa oriental da Nova-Guiné. Quem quer que, não pertencendo à Companhia, fôsse surpreendido a comerciar nessas paragens, estaria sujeito à confiscação de seus navios e respectivos carregamentos. Obteve ainda a Companhia o direito de construir fortes e trincheiras nessas zonas, assinar tratados de aliança e comércio com os soberanos e indígenas dessas terras, nomear governadores e funcionários que, além dos compromissos assumidos com a Companhia, fariam igualmente protestos de fidelidade e obediência aos Estados-Gerais. As tropas necessárias para a conquista das terras descobertas ou sua posterior defesa seriam fornecidas pelos Estados Gerais, mas percebendo soldos dos cofres da Companhia. Ainda havia a exigência de juramento ao Stadhouder ou Capitão-General dos exércitos da república.

Os Estados se comprometiam a pagar anualmente à Companhia, durante 5 anos, a importância de 200.000 florins, participando, pela metade dessa soma, dos lucros da Companhia. Si esta fôsse arrastada a uma guerra importante o govêrno poria à sua disposição 16 grandes navios de guerra e 4hiates, obrigando-se a Companhia a armar também uma frota da mesma fôrça. Iniciou-se a Companhia com um capital de 7.108.161 florins que sem demora subiu a 18.000.000 florins (*) divididos em ações de 6.000 florins. Compunha-se de cinco câmaras ou secções que foram admitidas na seguinte proporção; a Câmara de Amsterdam por $\frac{1}{9}$; a da Zelândia por $\frac{2}{9}$; a de Meuse, Roterdam, o distrito do norte (Hoorn e Frísia) e a cidade e região de Groningue, cada um por $\frac{1}{9}$. Tinha cada câmara seus diretores, mas a admi-

(*) — *Nederl. reizen* — XIV, pg. 12 et *Hollands rijkdom*, por LEZAC — 1.º vol. pgs. 316-318.

nistração geral da Companhia era confiada a 19 diretores escolhidos pelas diversas secções na ordem seguinte: 8 pela Câmara de Amsterdam, 4 pela de Zelândia e as outras, dois cada uma. O 19.º diretor, quando o julgavam necessário, era nomeado pelos Estados-Gerais. Devia essa assembléia ter séde ora em Amsterdam ora em Middelbourg (6 anos na primeira cidade e 2 na segunda).

Balancear-se-iam de seis em seis anos os lucros e perdas da sociedade sem que se pudesse fazer distribuição anual de juros senão quando montassem a 10 %. O excedente, deduzidos despesas e prejuízos, a parte que cabia ao Stadhouter a título de Almirante-General, e de um décimo para o soldo das tropas, ficava inteiramente à disposição da sociedade. Durante os anos de 1622 e 1623 foram ampliadas pelos Estados Gerais as concessões dadas à Companhia, de modo que as províncias onde não havia ainda câmaras ou secções gozaram a faculdade de escolher-lhes diretores na proporção da soma de seu interêsse na empresa. Decorreram os anos de 1621 e 1622 em deliberações acêrca do regulamento interno, especificando-se direitos e obrigações dos diretores e acionistas. No comêço de 1623 a sociedade assentou diversas ordens relativas ao comércio na costa ocidental da África que ficava na sua linha de demarcação, e em Setembro para alí despachou uma pequena frota composta de dois navios e dois hiates armados com 75 bocas de fogo e com 222 homens de equipagem, às ordens do comandante Filipe Van Suylen e do bravo Tomas Sickes como immediato. Essa frota, ao sul do Cabo Verde, empenhou-se em combate com os portugueses, no rio Cacheu, e se apoderou de algumas pequenas embarcações, perto da Serra Leôa, onde no ano seguinte nós a reencontraremos.

Entrementes, a Companhia já organizada estabelecia vários planos para combater vigorosamente a Espanha,

seu maior adversário, e, entre êles, o que mais se lhe afigurou eficaz foi o de atacar suas colônias no continente americano, principal fonte de riquezas. Algum tempo antes uma frota equipada conjuntamente pelos Estados e pela Companhia das Índias Orientais partira, sob a direção de Hermite e Schapenham, ao que se julgava então, com destino à América ⁽⁹⁾; procurara-se debalde interessar também nessa expedição a Companhia das Índias Ocidentais, e, embora vários dos seus diretores insistissem para que se enviassem fôrças disponíveis nas águas daquela armada, a opinião geral, porém, achou que não deviam expôr todos os recursos navais da Sociedade numa aventura tão incerta quanto arriscada. Por fim o Conselho dos XIX resolveu tentar um ataque ao Brasil, principalmente contra a Baía de Todos-os-Santos ou de São Salvador, pondo deste modo pé na América e fazendo dessa baía ponto de apóio para outros empreendimentos. Escolhera-se sobretudo o Brasil porque se pensava, como realmente se deu, que êsse país, tendo sido antes uma possessão portuguesa, não seria tão bem guardada pelos espanhóis quanto as suas próprias colônias. Mereceu êsse projeto aprovação dos Estados e do Stadhouder e, sem demora, organizou-se grande frota cujo comando confiaram a Jacob Willekens d'Amsterdam, como almirante, e a Pieter Pieterszoon Heyn ⁽¹⁰⁾, como vice-almirante. Johan van Dorth, Senhor de Horst e Pesh, fôra nomeado comandante das tropas embarcadas nesses navios e governador das terras que fôssem ocupadas. A frota assim ficara composta :

NOMES DOS NAVIOS		CAPACIDADE	BOCAS DE FOGO	NUMERO DE HOMENS	
				MARUJOS	SOLDADOS
Pertencentes à Companhia	Holândia	300 <i>lasts</i> (*)	6 de metal 22 de ferro	118	100
	Zeelândia	300 "	12 de metal 24 de ferro	113	100
	Geldria	300 "	—	—	—
	Provincie van Utrecht	250 "	2 e 18	89	100
Fretados	Eendracht	250 "	20 columbrinas (gotelingen) 11	40	50
	St. Christoffel	250 "	18 columbrinas	40	50
	De Hope	200 "	18 "	40	50
	Nassau	190 "	16 "	40	50
	De 4 haymskinderen	240 "	17 "	40	50
	180 "	16 "	40	50
	Overijssel	200 "	16 "	40	50
	De Haan	150 "	18 "	40	50
Da Câmara da Zeelândia:					
Pertencentes à Companhia	De Tijger	350 "	6 de metal e 20 de ferro	100	150
	't Gulde Zeepaert	300 "	18 columbrinas	50	125
	Post-Paert	60 "	8 "	40	25

(*) — O *last* corresponde a duas toneladas.

(Continua)

NOMES DOS NAVIOS	CAPACIDADE	BOCAS DE FOGO	NUMERO DE HOMENS		
			MARUJOS	SOLDADOS	
<i>Da Câmara do Mosa :</i>					
Da Companhia	De Neptunus	230 „	6 de metal e 22 de ferro	87	100
	't Oragnienboom	200 „	2 e 16	43	50
	't Jacht de Zee Jaeger	70 „	10 columbrinas	52	50
	't Jacht Hase-Windt	65 „	10 „	51	50
<i>Do Distrito do Norte :</i>					
Da Companhia	De Samson	300 „	4 de bronze e 30 de ferro	100	100
	Fretados	De oude roode	300 „	18 columbrinas	42
Leeuw		250 „	14 „	—	—
De Oragnienboom					
<i>Da Câmara de Groningue :</i>					
Da Companhia	Groningen	300 „	8 de bronze e 16 de ferro	98	150
	Fretados	De Sterre	300 „	20 columbrinas	40
St. Marten		—	—	—	—
't Jacht de Vos		120 „	12 columbrinas	35	50

Compunha-se essa frota de 25 navios e 3 hiates, armados com cêrca de 500 peças e tripulados por 1.600 marinheiros, além de conduzirem 1.700 homens de tropas de desembarque. Todo o ano de 1623 foi empregado no preparo dessa expedição. Demos uma relação detalhada dêsses barcos, segundo lista que encontramos em LAET, e continuaremos a ser assim minuciosos, afim de que os leitores tenham uma idéia da importância dos recursos navais da Companhia e do seu desenvolvimento desde a sua fundação (12).

Antes de se pôrem ao largo os almirantes holandeses obtiveram todas as informações mais úteis acêrca da situação política do Brasil, por intermédio dos judeus já estabelecidos naquella terra e quasi todos desejosos de passar a ser súditos dos Países Baixos tão tolerantes em matéria religiosa. Mas, alguns espiões ocultos em Amsterdam venderam o segredo dessa expedição a seus correspondentes de Bruxelas e Lisboa e o govêrno dos Países Baixos meridionais foi avisado de que o Brasil seria o alvo daquella formidável armada que causava tantas apreensões em toda a Europa e parecia destinada a atacar as Grandes Índias. A côrte de Madrid, onde aliás causou pouca impressão, a infanta Isabel transmittiu êsse importante aviso. Gaspar de Gusman, conde de Olivares, favorito e primeiro ministro do jovem rei Felipe IV, deu pouca atenção a essas advertências, porque as considerasse sem visos de verdade ou porque o enfraquecimento de Portugal, tratado como província conquistada, já entrasse nas suas cogitações, sem todavia avaliar as sérias consequências que adviriam para as colônias espanholas a perda das portuguezas (*). Enquanto o ministério espanhol hesitava dêsse modo entre a displicência e a indecisão, a frota holandesa suspendia ferros dos portos de Texel, do Mosa e de Goe-

(*) — DE BEAUCHAMP — II, PR. 159.

rêe, nos últimos dias de dezembro de 1623 e nos começos de janeiro do ano seguinte.

A esquadra do almirante, que partira primeiro, reuniu-se a 28 de janeiro em São Vicente, uma das ilhas do Cabo Verde, com exceção do "Holândia" a cujo bordo vinha van Dorth, que perdera o rumo e fôra parar na costa da Serra Leôa. Demoraram por alguns dias no porto de São Vicente, tomando água e mantimentos, e à espera do resto da frota, aproveitando-se o tempo para construir umas chalupas, preparar o material de guerra e exercitar as tropas. A 26 de março toda a armada se achava reunida e não sendo aconselhável esperar-se mais o coronel van Dorth que, aliás, só tinha consigo um navio, largaram de S. Vicente. Aos 6° de latitude sul, no dia 21 de abril, abriram as cartas de prégo que traziam e verificaram que as ordens da Assemblêia dos XIX, nelas contidas, eram para se apoderarem, empregando todos os esforços, da Baía de Todos-os-Santos ou de São Salvador, no Brasil. A 4 de maio avistavam as costas brasileiras e a 8 fundeavam a 9 léguas de distância daquele porto.

Fica essa magnífica baía situada mais ou menos a 13 graus de latitude sul, formando uma espécie de lago interior, separado do mar pela ilha de Itaparica, e oferecia um seguro refúgio às embarcações. Possui seis léguas e meia de comprimento por 8 de largura; sua entrada, onde fica a ilha de Itaparica, se abre para o sul e dali se rumo em linha reta para o norte. A cidade de São Salvador, fundada em 1549, por Tomé de Souza, situa-se numa pequena enseada, à direita de quem entra na baía; era, então, a capital do Brasil. Nela residiam o governador, a côrte de justiça, o bispo ⁽¹³⁾ e o principal colégio dos jesuítas. Contava umas 1.400 casas, duas igrejas e três conventos. Compunha-se a sua guarnição de 350 homens de forças regulares às quais vieram se juntar cêrca de 1.000 voluntários e indígenas desde que

se soube da aproximação da frota holandesa (14). Protegiam a cidade três fortes: Santo Antônio, ao sul; Itapagipe e São Felipe ao norte, e no centro do porto, a pouca distância da povoação, haviam construído, sobre um rochedo, uma fortificação em forma triangular.

Reunido, a bordo, o conselho de guerra, assentou-se o plano de ataque. Todas as tropas deviam se reunir em quatro dos navios aos quais se juntariam sete chalupas para operar o desembarque; a armada investiria o porto e iniciaria o ataque, e a um sinal dado pelo capitânea, as forças desembarcariam com o auxílio das chalupas nas imediações do forte de Santo Antônio, ao sul da cidade (15). No dia seguinte, de acordo com o plano estabelecido, a frota entrou na baía e foi imediatamente alvejada pelo fogo bem nutrido das fortalezas e baterias do inimigo. Piet Heyn destacou-se com o *Netuno*, seguido do *Geldria*, *Groningue* e *Nassau*, até a distância de um tiro de fuzil da fortificação triangular e de 15 navios portugueses ali fundeados. O nosso bravo vice-almirante, a tiros de canhão e de carabinas, rompeu um vivo combate que durou até 7 horas da noite mas, notando que essa peleja não oferecia nenhum resultado decisivo ordenou que três chalupas armadas atacassem o adversário. Espantados de semelhante audácia os portugueses abandonaram os seus barcos, lançando fogo a alguns deles, o que não evitou porém que 8 desses navios caíssem em nosso poder. Aproveitando-se do terror que esse gesto de temeridade lançara entre os inimigos, o almirante mandou imediatamente que quatorze chalupas, tripuladas cada uma delas por 20 marinheiros, e sob as ordens de Piet Heyn, se apoderassem da bateria montada sobre a fortificação do centro do porto. Não se mostrava de fácil execução essa manobra, porque a bateria, protegida por uma muralha de 7 a 8 pés de altura, era defendida por 11 peças e uns 600 soldados; mas, não obstante a vigorosa defesa dos sitiados, auxiliados pelo canhoneio

das posições de terra, nossos bravos marujos, subindo uns nos ombros dos outros, conseguiram ficar senhores dessa importante posição. O próprio Piet Heyn, seguido do corneteiro de seu navio (10), foi o primeiro a subir na fortificação inimiga, obrigando toda a guarnição a se escapar, fôsse a vau, fôsse a nado, procurando a salvação na fuga. O fogo da bateria foi então dirigido contra São Salvador, sendo correspondido por violenta fuzilaria, bem depressa reduzida ao silêncio. Mas, ao anoitecer, faltou pólvora, e como as tropas estivessem muito fatigadas, enterraram-se os canhões e voltaram todos aos navios. As nossas perdas foram apenas de 4 mortos, entre os quais Andries Nieuwherk, alcunhado de paciente (*Geduldhebber*), que era o comandante do Groningue, e, também, o valente corneteiro a que nos referimos acima. Tivemos 8 ou 10 feridos.

Enquanto o vice-almirante assim destemidamente se portava, as tropas, a um sinal do capitânea, desembarcaram perto do forte de Santo Antônio. Eram uns 1.200 soldados e mais 240 marinheiros munidos de colubrinas, pás, enxadas e munições de guerra. Na falta do coronel van Dorth, o comando dessas tropas de assalto tinha sido confiado ao major Allert Schouten que, desde o primeiro ataque, se apoderou logo do forte defendido pelo filho do governador, Antônio de Mendonça, com 200 homens. Orientados por dois marujos que já tinham visitado anteriormente essas paragens e as conheciam bem, penetraram os assaltantes nos arrabaldes da cidade, encontrando pouca resistência, e neles ficaram esperando a próxima manhã. Tomados de pavor os portugueses aproveitaram-se da noite para fugir, tendo à frente o bispo D. Marcos Teixeira. O governador Diogo de Mendonça, ao contrário, permaneceu no seu palácio, com sua família, e ali opôs frenética resistência, julgando um ato indigno a fuga. Ao clarear as forças holandesas

entraram no centro da cidade e aprisionaram o governador (17).

Destes cedo os fortes foram abandonados pelas guarnições e quando o vice-almirante pensou em tentar um ataque pelo lado do mar contra a povoação, já a encontrou na nossa posse. As tropas se entregaram sem demora ao saque não as tendo podido conter o major Schouten, mas o vigilante Piet Heyn conseguiu conter êsses excessos e salvou dêste modo grande parte das prêças que eram importantes porque o governador (julgando com isso conter o exodo da população), lhe proibira terminantemente, sob pena de morte, transportar para o interior objetos de valor. Além de 23 canhões de bronze e 26 columbrinas de ferro, encontrou-se grande quantidade de peles, tabaco, azeite, vinhos, tecidos de seda e 3.900 caixas de açúcar, guardando-se tudo no Colégio dos Jesuítas que era um dos mais sólidos edifícios da cidade.

No dia seguinte, 11 de maio, chegou o coronel van Dorth, a bordo do *Holândia*, que, como já dissemos, se desgarrara da frota, e depois de haver cruzado por algum tempo defronte da costa brasileira, viera fundear em São Salvador. O almirante pô-lo logo ao corrente do que se passara e, de conformidade com as ordens da Companhia e dos Estados Gerais, lhe entregou a administração do país conquistado. Imediatamente o novo governador providenciou no sentido de restabelecer a eficiência das fortificações da cidade e assegurou a todos que a ela voltassem e se submetessem ao poder dos Estados tranquila posse de seus bens e direitos. Vários habitantes atenderam a êsse apêlo, porém os mais abastados e importantes, a conselho do bispo, permaneceram refugiados no interior, temerosos de que o poder dos holandeses não fôsse bastante forte para defendê-los da vingança dos espanhóis.

A 12 de junho, o coronel van Dorth empreendeu uma expedição contra o Mórro de São Paulo, situado nas

proximidades de São Salvador; impedido pelo vento contrário teve de voltar sem conseguir o resultado que desejara, e, no seu regresso, deparou-se com a cidade cercada por grupos de portugueses, índios e negros que, na sua ausência, tinham tentado um golpe de recuperação; ao vê-lo se aproximar, no entanto, debandaram. A 17 a colônia passou por um duro golpe com a perda do seu governador, de quem todos esperavam ainda relevantes serviços. Tendo saído do centro da cidade, a cavalo, acompanhado de 50 homens, numa viagem de inspecção, o coronel van Dorth caiu numa emboscada, assaltado por flexadas dos índios. O capitão Francisco Padilha, vindo em apóio dos indígenas, após uma luta corpo a corpo, fendeu com um golpe de espada o crâneo do nosso destemido governador. Em recompensa dêsse ato foi elevado a cavalheiro, com outros tres officiais que se distinguíram nesse combate, pelo bispo Teixeira, na sua qualidade de comandante em chefe das forças espanoportuguesas que sitiavam a cidade. Cruelmente mutilado o cadáver de van Dorth só pôde ser arrancado das mãos profanadoras do inimigo porque grupos de negros vieram da cidade em auxílio de nossos homens. Substituiu van Dorth no cargo de governador o major Allert Schouten. Este, por sua vez, teve como substituto no posto de major, ao seu irmão Willem Schouten.

Entrementes apoderamo-nos de diversos navios mercantes, quer espanhóis, quer portugueses, os quais, ignorantes do que se estava passando, haviam entrado confiantes na baía de São Salvador. Já nos primeiros dias da conquista tínhamos enviado à Holanda o hiate *de Vos*, fartamente carregado, e com a missão de levar à mãe-pátria a auspiciosa nova do nosso triunfo. Quatro outros navios partiram com o mesmo destino um mês depois, levando ricos despojos e vários prisioneiros, inclusive o governador Mendonça. Algum tempo mais decorrido o

almirante se pôs ao largo com 11 embarcações de rumo às ilhas das Índias Ocidentais. E ainda em agosto Piet Heyn também saiu barra afóra com 4 navios (18).

Bem depressa, com a partida dos almirantes, a boa ordem e a disciplina desapareceram; meses depois faleceu o governador Allert Schouten que teve como sucessor a seu irmão Willem Schouten. Êste, imitando o predecessor, deu aos subordinados lamentáveis exemplos de deshonestidade, lançando mão das rendas da Companhia e chegando mesmo a gastar o dinheiro destinado ao soldo dos soldados. Em redor da cidade grupos de portugueses e brasileiros continuavam a nos inquietar, sob a orientação do bispo Marcos Teixeira e, mais tarde, obedecendo ao seu sucessor Marinho d'Eça. De embarcações capturadas, os despojos foram roubados por oficiais e praças, como aconteceu, por exemplo, com um navio que conduzia o governador do Chile, d. Francisco Sarmiento, de regresso daquelle país, com escalas pelo Rio da Prata e Rio de Janeiro. Uma parte das prêsas feitas nesse barco, num total de 158.000 florins, ficou em São Salvador, ao invés de ser enviado para a Holanda, do que resultou cair êsse dinheiro, no ano seguinte, às mãos do inimigo.

Em janeiro do mesmo ano a Câmara da Zelandia enviou o "Comodoro" Pieter Schouten, com três navios, armados de 50 peças e com 262 homens de equipagem, para uma expedição nas grandes e pequenas Antilhas. Perto de Cuba êsse comandante atacou alguns barcos espanhóis, incendiou as povoações de Sisal e Yucatan, aprisionou vários navios e no ano seguinte, em abril de 1625, regressou à pátria.

Embora essa expedição não se destinasse ao Brasil nós a citamos entre as de maior relêvo da Companhia porque o seu relativo êxito exerceu grande influência sobre as finanças dessa sociedade e, conseqüentemente,

ajudaram os demais empreendimentos contra o Brasil. Felipe van Suylen, que deixamos em 1623 com sua armada perto da Serra Leão, cruzou por algum tempo ao longo da costa, fez vários desembarques, e tomou algumas embarcações inimigas. No porto de São Paulo de Loanda pelejou com uma frota de 11 navios espanhóis, dos quais dois caíram em seu poder, quatro foram incendiados e os outros, a cujos bordos se encontravam o almirante, o vice e o contra-almirante, foram atirados à costa. Depois dessa vitória Felipe van Suylen foi se reunir à frota de Piet Heyn, no rio Congo, como dissemos atrás.

Não se havia permanecido de braços cruzados na Holanda depois que se soubera da notícia da conquista da Baía, e, julgando-se com acerto dos esforços que o rei de Espanha empregaria para uma reconquista, a Companhia das Índias Ocidentais resolveu enviar duas importantes armadas, com forças suficientes, capazes de proteger e assegurar a nova colônia. Foram os mais rápidos possíveis os preparativos dessa expedição de modo a que no fim do ano pudessem estar todos os navios prontos a partir, mas os ventos contrários impediram esse propósito. O hiate de Windhond fôra logo despachado para o Brasil levando a boa nova das próximas expedições de reforço e esse barco chegou ao destino a 8 de dezembro.

A primeira armada, composta de 18 navios e 7 hiates, com 480 bocas de fogo e conduzindo 1.690 marinheiros e 1.350 soldados, foi confiada ao comando de Jan Dirkszoon Lam; o comando da outra frota que se compunha de 14 navios e 2 hiates, com 338 peças, 1.430 marujos e 558 soldados, coubera a Boudewyn Hendrikszoon, burgo-mestre de Edam, com o título de general⁽¹⁹⁾ e a André Veron, com as honras de almirante. Algumas das embarcações dessas frotas tinham sido fretadas a armadores

particulares, mas a maioria era de propriedade da Companhia. Esta havia também, em junho dêsse ano, equipado mais 3 navios e 4 hiates, com 1.119 bocas de fogo, 553 homens de tripulação, sob o comando de Hendrick Jacobszoon Kat, com a missão de provocar o inimigo nas costas da Espanha. Verifica-se daí que durante as expedições mencionadas feitas nos anos de 1623 e 1624 a frota da Companhia se compunha já de 62 grandes barcos e 19 hiates, armados de 1.572 canhões e guarnecidos por 9.346 homens, entre marinheiros e soldados.

A notícia de que a Espanha e Portugal preparavam uma forte armada com o intuito de reconquistar a Baía era bem fundada. O Conselho de Estado de Portugal, com séde em Madrid, junto do rei católico, deplorara a perda dessa colônia que abria as portas do Brasil a uma invasão de mais envergadura, sinão total, e fez uma representação a respeito a Felipe IV, abrindo-lhe os olhos para que se prevenisse e cortasse os passos dos holandeses que não satisfeitos de haver se libertado do jugo da Espanha, na Europa, e usurpado inensas possessões suas na Asia, ainda queriam na América portuguesa alargar conquistas, numa ambição ilimitada. Um grande entrecchoque de sentimentos demorou a deliberação; todavia, a opinião dos conselheiros portugueses prevaleceu sôbre o ânimo do ministério espanhol. Tão importante lugar occupava o Brasil nos interêsses da coroa de Castela e a reputação do primeiro ministro se achava, a êsse respeito, tão ligada à glória do príncipe, que Olivares, embora sacrificando seus ódios contra uma nação dominada, mas cujo espirito de independência lhe fazia sombra (*), mostrou-se disposto a secundar e seguir a opinião geral. Essa deliberação, uma vez tomada, seu caráter conduziu-a, como era natural, a medidas tão ativas quanto vigorosas. Formou-se o plano de uma expedição mixta

(*) — LAYNAL — III, pg. 345 e BEAUCHAMP — II, pg. 28.

espanhola e portuguesa sob a direção de almirantes e generais quer de uma nação, quer de outra. Em Portugal, a noticia da perda de uma colônia em que a maior parte das familias portuguezas possuíam interêsses, causou grande consiernação e todos se conjugaram em auxiliar essa expedição destinada ao Brasil. Puzeram-se em jogo todos os recursos da religião e da política no intuito de salvar o Brasil e reconquistar São Salvador. Foram os diversos governadores das províncias encarregados de examinar e punir os crimes que haviam atraído para a nação êsse castigo do céu. Realisaram-se novenas, procissões, em vários pontos do reino, e em todas as igrejas foi exposto o Santíssimo Sacramento (*). Muitos jovens das melhores familias portuguezas se alistaram nessa armada que ia para uma guerra nacional e os donativos para auxiliar essa campanha foram inúmeros. Partiram de Lisboa, a 19 de novembro de 1624, 18 grandes navios e quatro caravelas, contendo essa frota cêrca de 4.000 homens entre marinheiros e soldados. Comandava a esquadra o almirante d. Francisco de Almeida; as tropas de desembarque o coronel Antônio Muniz Barreto, e ia como comandante em chefe da expedição o general d. Manoel de Meneses.

A esquadra espanhola, composta de 31 galeões e 8 tartanas, além de pinaças e caravelas, com uma equipagem de 7.500 marinheiros e soldados, fôra entregue ao comando do almirante d. Juan Fajardo, conferindo-se a d. Fradique de Toledo, marquês de Valduesa, o comando em chefe ou o pôsto de general das armadas reunidas. Efetuava-se o aprestamento da frota espanhola com uma atividade mais aparente do que real, de modo que a sua partida só se veio a dar a 14 de janeiro de 1625, do porto de Cadix, tendo ela se reunido à armada portuguesa numa das ilhas do Cabo Verde,

(*) — Ver BEAUCHAMP e P. STA. TERESA e para pormenores DR. LAUT e a tradução portuguesa de TAMAJO DE VARGAS.

a 6 de fevereiro. A 11 do mesmo mês partiram ambas as frotas da ilha de São Tiago, tendo alcançado as costas brasileiras, na altura de São Salvador, no dia 29 de março, após vários períodos de calmaria durante a travessia. Toledo entrou logo na baía, ao som de rufos e cornetas, com os mastros embandeirados e todos os navios prontos para o combate. Colocou-se à entrada da barra para impedir a fuga dos barcos holandeses, e desembarcou 2.000 homens perto do forte de Santo Antônio, no mesmo ponto em que, no ano anterior, os bátavos haviam também posto os pés em terra. Apoderou-se rapidamente do convento de São Bento, que ficava fóra do perímetro da cidade e estava fortificado, mas teve de enfrentar e repelir um ataque dos holandeses saídos da cidade, morrendo nessa luta o coronel Pedro Osório, quatro capitães e vários soldados. Todavia mantiveram-se os lusitanos na posição conquistada e vantajosa por isso que nela levantaram uma forte bateria contra a cidade. A 5 de abril os sitiados tentaram incendiar a armada que os cercava, não realizando êsse intento graças à vigilância do almirante Fajardo.

Constavam de 2.000 soldados as forças sitiadas, afóra os escravos e alguns portugueses, e dispondo elas de víveres e munigiões de guerra para umas oito semanas, teriam podido manter uma resistênciã longa, tanto mais que uns 16 días antes tinham sabido por intermédio do hiãte de Haese que a frota sob as ordens de Boudewyn Hendrikszoon vinha a caminho da Baía e lhes serviria de auxilio. Mas, os erros e as dissenções intestinas de uma direção incompetente tornaram ineficazes êsses elementos de defesa. Cada vez mais o governador Willen Schouten se tornara odiado da guarnição. Segundo dissera LAET "êle raramente visitava as fortificações e, quando o fazia, ao invés de encorajar os soldados, enchia-os de injúrias e de desaforos, sem reconhecer os esforços que faziam e as rudes tarefas que lhes cabiam. Vivía fre-

quentando lugares suspeitos quando não ficava em palácio a beber até se embriagar por completo" (20). Finalmente foi demitido dando-se-lhe por substituto a Hans Ernest Kyff que não conseguiu restabelecer a ordem e disciplina militar (21).

A posição das forças católicas ia se tornando cada vez mais favorável, chegando-lhes dos sertões grupos de auxílio sob as direções de Manoel Dias de Andrade, Pedro da Silva, Coutinho e Castelo Branco. Garantia a entrada da barra o forte de Santo Antônio bem guarnecido e armado. Chegara ao auge o entusiasmo dos sitiados com os primeiros triunfos, e, assim, apoiando o ataque à cidade haviam desembarcado o resto das tropas e da artilharia pesada. Os conventos de São Bento e do Carmo constituíam os principais pontos visados, porque ali tinham sido instaladas fortes baterias onde se distinguiram, por sua bravura, os comandantes d. Francisco de Almeida, o marquês de Torrecuza, chefe dos regimentos napolitanos, e d. Juan de Orelana.

Ao contrário, do lado dos sitiados a discórdia aumentava dia a dia na razão direta do perigo, e, ao primeiro ataque sério, em 28 de abril, o governador Kyff entabou negociações com o marquês de Toledo, enviando ao campo inimigo três parlamentares, Willem Stoop, Hugo Anthonio e Francisco du Chesne, que no dia 30 assinaram a capitulação. A 1.º de maio foi a cidade da Baía evacuada por nossas tropas e ocupada inteiramente pelos espanhóis. Nesse momento foi de tal monta a confusão que enquanto as tropas da Espanha e de Portugal entravam por uma porta, na outra extremidade da cidade não se tinha ainda notícia da rendição. Foram estas as condições da capitulação: — as tropas ficariam livres e sairiam com seu equipamento, mas sem armas (22); poderiam ser transportadas à Holanda nos próprios navios que receberiam provisões para 4 meses e meio

e munições de artilharia para um caso de defesa em viagem. Também seriam munidos de salvo-condutos a fim de não serem incomodados durante a travessia e prestariam juramento de não hostilizar os espanhóis antes de sua chegada aos portos holandeses. Essa brilhante vitória custou aos espanhóis apenas 124 mortos e 144 feridos, tendo-lhe caído às mãos na cidade grande quantidade de víveres e munições, além de 17 navios ricamente carregados. Tendo sabido d. Fradique de Toledo da existência de um registro em que todos os habitantes da Baía que haviam se submetido ao govêrno da Holanda tinham inscrito seus nomes, para poder conservar suas propriedades, exigiu a entrega dêsse livro, no que não foi satisfeito, sendo êsse documento destruído pelos holandeses que evitaram dêsse modo a punição dos signatários. Êsse procedimento, tão honroso quanto político, foi elogiado pelos próprios espanhóis, e, sobretudo, pelos portugueses (23). Constata-se assim que a bela cidade de São Salvador perdeu-a a Companhia das Índias Ocidentais e a Holanda não por covardia dos soldados que nos primeiros combates deram provas de tanta bravura, mas pelo desregramento, pela negligência e pela incapacidade dos chefes cujo mau exemplo era imitado pelos oficiais inferiores. Alguns deles, ao regressarem à Holanda, foram presos e condenados à morte; porém, por intervenção da princesa de Orange, esposa do Stadhouder Frederico Henrique, tiveram o perdão dos Estados-Gerais (*).

As duas frotas da Companhia das Índias Ocidentais, sob o comando do general Bondewyn Hendrikszoon, cujos preparativos haviam terminado no ano anterior, puzeram-se ao mar em janeiro e fevereiro de 1625 e reuniram-se no dia 17 de março nas imediações das ilhas de Wight e Plymouth. E' de supor que o almirante Lam,

(*) — WAGENAAR — XI. AITZEMA — I. CAPELLEN, *Gedekskriften* — I, p. 394.

com alguns dos seus barcos, não fizesse parte dessa esquadra, ou dela se separou mais tarde, por isso que seu nome não é citado por nenhum historiador dos que se ocuparam da expedição de Hendrikszoon, e mais pela circunstância de o encontrarmos em agosto na Serra Leôa.

A 26 de maio, portanto, após algumas semanas da rendição, chegou o general em frente à Baía, dividindo sua frota em 4 esquadilhas com o intuito de atacar a armada espanhola cuja presença no ancoradouro lhe havia sido anunciada por um hiate que o precedera. Ao entrar, porém, na baía, teve o desapontamento de verificar que a bandeira espanhola já tremulava em todas as fortificações de São Salvador. A cidade se achava muito bem defendida com artilharia pesada e o adversário estava bastante alerta para que surtisse efeito qualquer ataque. Os navios espanhóis e portugueses, fundeados no porto, receando os azares de um combate em mar alto, tinham preferido ficar ali sob a proteção dos fortes e baterias. Depois de haver cruzado por alguns dias as águas baianas a esquadra holandesa rumou de novo o norte, ao longo das costas brasileiras. Na altura de Santo Agostinho ordenaram ao navio *De Gouden Sonne* fôsse até Pernambuco sondar a possibilidade de uma investida àquela província com probabilidades de êxito, mas, dias após, o navio voltou com a informação de se tornar difícil uma aproximação daquele porto sem se conhecer a profundidade das águas e, além disso, por se encontrarem lá cerca de 30 navios. Lançou ferros a esquadra holandesa no dia 20 de junho na baía da Traição, perto da Paraíba; os portugueses, ao vê-la, fugiram para o interior, mas os indígenas permaneceram nas suas casas e acolheram amigavelmente aos nossos compatriotas. Construíram-se alguns abrigos para receber os doentes que foram transportados para terra afim de serem ali melhormente tratados. Os índios se entenderam bem com

os holandeses e lhes proporcionaram a possível assistência. Todavia, depois de uma demora de algumas semanas nessas regiões, e, tendo feito os abastecimentos necessários, Hendrikszoon, que não recebera do Conselho dos XIX nenhuma ordem para se estabelecer nessas paragens, deixou-as, embora lamentando ficassem expostos às represálias dos portugueses os indígenas com os quais tão depressa fizera camaradagem.

A 1.º de agosto a esquadra abriu de novo as velas e a 4 se dividiu: o general, com 18 navios e hiates, dirigiu-se ao norte, na direção das Ilhas Ocidentais, na esperança de encontrar ali algumas felizes aventuras; o almirante Véron pôs-se de prôa para a África com doze navios e o resto da frota voltou à pátria conduzindo algumas embarcações aprisionadas. Boudewyn alcançou a cidade de Porto Rico aos 24 de setembro de 1625, depois de uma travessia acidentada, batido por violentas tempestades, numa das quais o Vlissingen, um barco de 400 toneladas, naufragou com toda a tripulação. No dia seguinte, não obstante o fogo nutrido das baterias dos fortes, que defendiam a estreita entrada do porto, fundeu defronte da cidade começando a bombardeá-la. Com 800 homens o intrépido general tentou um desembarque e conseguiu ficar senhor da cidade, mas a maior parte dos objetos de valor havia sido levada pelos habitantes que tinham abandonado os seus lares e negócios. As fortalezas se defenderam valorosamente e o seu bombardeio causou sérios prejuízos aos nossos navios. Debalde os nossos voltaram à carga e mantiveram a cidade em bloqueio durante algumas semanas; por fim, o general teve de se inclinar pela retirada para não fadigar mais as tropas com esforços inúteis que viriam se juntar às doenças que já as afligiam. Dias antes de partir o general holandês enviou uma carta ao bravo governador da cidadela, na qual lhe propunha poupar a cidade de uma destruição terrível mediante o pagamento de

uma contribuição de guerra, mas recebeu esta bela resposta : “que não aceitava nenhum entendimento com quem quer que fôsse e que existia ali bastante pedra e madeira para erguer uma nova cidade” (*). A cidade e os navios inimigos, no porto, foram incendiados pela esquadra holandesa que, debaixo do canhoneio de todos os fortes, e com avarias em vários dos seus barcos, ganhou, a 2 de novembro, o alto mar. Cruzou por longo tempo, e em vão, defronte de São Domingos, na esperança de se apoderar de alguns galeões ricamente carregados e nas vizinhanças das pequenas Antilhas apresou alguns navios e fez desembarques em vários pontos, até que a 22 de fevereiro de 1626 chegaram à vista da ilha Margarida, situada na costa noroeste da América meridional, a muitas milhas do continente. O vice-almirante que ia na vanguarda aprou imediatamente para a cidade e desembarcou num ponto em que o inimigo não o esperava. O general, que também botara o pé em terra, e seguido de uns quinze ou dezesseis homens dos seus, escalou as muralhas da fortificação. O inimigo porém tomou-lhe a retirada e nove bravos, entre os quais os capitães Urk e Molkman, ali encontraram a morte; felizmente os capitães Stapel e Etienne conseguiram libertar o intrépido marinheiro. Foram os espanhóis expulsos do forte e o próprio Boudewijn hasteou a bandeira nacional naquelas muralhas como epílogo de um feito militar dos mais brilhantes nos anais da história.

Ainda se apoderou, no mar das Caraíbas, de vários barcos espanhóis que levavam valioso carregamento e pilhou a ilha de Cubagua mas, pelos fins de julho o general Boudewyn Hendrikszoon morreu nas cercanias do porto de Matanzas (Cuba). Sucedeu-lhe o vice-almirante Adriaen Claeszon que não soube manter a disciplina na frota onde o espírito de rebeldia se ma-

(*) — DE LAET — pg. 62.

nifestou a pretexto da falta de víveres. Viu-se aquele comandante obrigado a regressar à pátria onde chegou em agosto com a sua frota bastante desfalcada e sem ter realizado nada de proveitoso.

A outra fração da esquadra que a 4 de agosto tomara o rumo da África, sob o comando de Véron, não foi mais feliz. Reunindo-se, a 26 dêsse mesmo mês, perto da Serra Leôa, à do almirante Lam, que alí permanecia inativo há uns dois meses, por causa das doenças que atacaram os tripulantes, tentaram um ataque ao forte de São Jorge de Elmina. Caíram, no entanto, numa emboscada, viram a aventura fracassada e foram constrangidos a uma retirada, com perdas de 441 homens entre os quais o próprio almirante Véron e muitos oficiais. Depois de vários cruzeiros pela costa fizeram-se de vela para o Brasil, no intuito de tentar um novo assalto a Pernambuco. Ao avistar essa província, porém, sentiram-se desprovidos de víveres e munições de guerra, o que os decidiu a uma volta imediata à Holanda onde chegaram em junho de 1626. Os bravos capitães Tomás Sickes, Dirk Simonszoon van Uitgeest e Joaquim Gijszeon empreenderam ainda, nesse ano, um vantajoso côrso ao longo do litoral brasileiro, com um navio e três hiates, tendo apresado grande número de embarcações carregadas de açúcar e de vinho. Passaram pelo meio de uma grande frota portuguesa sem ser incomodados.

Em geral os anos de 1625 e 1626 não se mostraram favoráveis às armas da Companhia das Índias Ocidentais que, todavia, não podia ser acusada de falta de celeridade e de energia na execução de suas medidas, por isso que no princípio de 1625 havia organizado uma nova armada para reforçar as de Hendrikszoon e de Lam de que não se conheciam ainda os fracassos. Piet Heyn foi nomeado almirante dessa nova esquadra composta de nove grandes navios e cinco hiates armados de 312 bocas de fogo e tripulados por 1.675 homens, entre marinheiros

e soldados. Tivesse essa frota podido se juntar às anteriores e formariam uma formidável armada capaz dos mais audazes empreendimentos.

Manteve-se o nosso almirante, durante o verão, nas águas das Índias Ocidentais e ali apresou várias embarcações; soube, por um dos tripulantes de um desses barcos aprisionados, da morte do general Boudewyn Hendrikszoon e do regresso de sua frota à mãe-pátria. Foi, então, que se dirigiu à costa d'Africa e ali permaneceu até janeiro de 1627, nas imediações da Serra Leoa, dando descanso às equipagens, para em seguida rumar ao Brasil com oito navios e cinco hiates. Não se conformava o valoroso almirante com o regresso à Holanda sem haver feito uma proeza digna de realce e, assim, tentou, antes da volta, um esforço para reconquistar São Salvador.

Na noite de 1.º de março de 1627 êle atingiu as costas da Baía, no propósito de atacar a cidade de surpresa, mas a calmaria reinante o forçou a esperar pelo dia seguinte. Os espanhóis aproveitaram-se dessa demora para proteger com as suas baterias os trinta navios que se achavam fundeados no porto. À tardinha o almirante Piet Heyn entrou na barra com os navios Amsterdam, Geldria e Holândia, todos três de 300 toneladas, permanecendo a alguma distância o resto da esquadra. Manifestando uma coragem que raiava a temeridade Heyn foi lançar ferros em meio da frota adversária, bem perto do capitânea e do navio comandado pelo vice-almirante, iniciando-se, sem demora, um tão encarniçado combate que o canhoneio não permitia se ouvirem os apelos dos inimigos para que lhe poupassem as vidas. O navio do vice-almirante se submergiu com toda a tripulação, salvando-se apenas 3 homens. Convergiam para os três navios holandeses, que muito sofreram com isto, o fogo de todos os fortes e baterias da terra, mas o restante da armada de Piet Heyn, até então, afastada, veio em

auxílio dos compatriotas, enviando-lhes chalupas armadas que atacaram os barcos espanhóis e lusitanos. De sabre em punho os nossos bravos marujos abordaram os vasos inimigos, enquanto as chalupas mantinham um fogo de mosquetaria bem nutrido, de modo a forçar o adversário a abandonar seus navios e nadar para terra numa ânsia de salvamento. Durara menos de 3 horas êsse combate de que resultara brilhante vitória para nossas armas, e, ao escurecer, já a esquadra holandesa se fazia ao mar comboiando as 22 embarcações que tinha capturado. O capitânea, Amsterdam, e o Geldria, ao saírem do porto, encalharam e ficaram expostos ao canho-nio dos fortes. Conseguiram fazer flutuar o Geldria, mas o Amsterdam se encontrava tão prêso à areia que se tornaram inúteis os esforços para safá-lo, ficando resolvido, então, inutilizar as peças e incendiar o navio. A tripulação passou para bordo do vice-capitânea. Entrementes os outros navios da armada holandesa haviam respondido violentamente ao fogo das baterias de terra. Um deplorável acidente, fruto de negligência ou imprudência, causou a explosão do *De Oragnien-boom*, do comando de *Enkhuyzen*, escapando da morte apenas 14 homens, gravemente feridos e retirados assim de dentro d'água. Afirma *BEAUCHAMP* que nessa explosão pereceram mais de 300 homens, mas essa estimativa é inverosímil porque não havia a bordo daquele barco, ao partir, — segundo *DE LAET* —, senão 152 tripulantes. Si bem que êsse total houvesse diminuído com a designação de vários homens para guarnecerem as chalupas enviadas em socorro dos três navios que atacaram a armada espanhola, o número de 65 homens indicados pelos historiadores holandeses nos parece por sua vez pequeno. Todas as prêsas feitas ao inimigo, e que consistiam em 2.700 caixas de açúcar, além de tabaco, peles e algodão, foram metidas nos porões de quatro embarcações logo despachadas para a mãe-pátria, onde chega-

ram em julho. Êsses barcos levaram também a notícia da gloriosa vitória que nos custara somente 45 mortes (inclusive os que tinham perecido na explosão do Oragnien-boom) e alguns feridos entre os quais se encontravam o valoroso Piet Heyn e o vice-almirante. Alguns dos navios tomados ao inimigo foram anexados à nossa frota, porém a maioria foi desarmada ou incendiada. Após terem ainda se apoderado de vários barcos negreiros (²¹) ao longo do litoral e haverem se abastecido de água e víveres no Espírito-Santo, o almirante tocou novamente na baía de Todos-os-Santos, a 10 de junho, com uma parte de sua esquadra. Dois navios ancorados nas vizinhanças do forte de Itapagipe foram pilhados e queimados, e por êles se veio a saber que cinco ou seis outros com valioso carregamento haviam se refugiado, ao avistarem nossa frota, numa pequena enseada de nome Pitanga ao norte da cidade. Mandamos ao seu encontro, no dia seguinte, dois hiates e algumas chalupas armadas; avistados se defenderam com um tão acêso fogo de mosquetaria que os nossos tiveram de retroceder. A 12 de junho o próprio almirante, com dois navios, dois hiates e várias chalupas armadas, foi à caça daquelas embarcações que tinham subido um pouco pelo rio acima, de modo que fomos obrigados a navegar cêrca de 4 milhas antes de poder alcançá-los e atacá-los. Foram os nossos marujos recebidos com viva mosquetaria e os 150 soldados de Padilha (*), enviados na véspera, pelo governador de São Salvador, Diogo Luiz de Oliveira, em auxílio da tripulação, se defenderam com tanta bravura que Piet Heyn se viu obrigado a ameaçar suas tropas para que se lançassem à abordagem. Travado um encarniçado combate, os hoíandeses saíram vitoriosos, passando-se a fio de espada Padilha e toda sua gente, a exceção de três grumetes. Abandonadas por seus tripulantes,

(*) — O mesmo que matara, em 1624, o coronel van Dorth.

que fugiram com mêdo, caíram em nosso poder o capitânea e uma caravela carregada de açúcar. Os outros navios tinham subido tanto o rio que não foi prudente nos aproximarmos deles, devido à maré muito baixa. Em vista disso, o almirante resolveu descer o rio sòmente no dia seguinte. Essa operação era difícil, si não impossível, porque houvesse pouca profundidade, pouca largura e as margens estivessem guarnecidas por espanhóis e portugueses incessantes no atacar aos nossos marinheiros com sua mosquetaria. Além do mais, o inimigo obstruira a enseada com um barco propositadamente allí afundado, e na mesma altura o governador mandara construir uma trincheira que êle próprio comandava com as tropas da guarnição, esperando assim liquidar contas com os holandeses. Mas Piet Heyn aliava à invulgar intrepidez muito de inteligência e reflexão; mandou cobrir os costados dos seus navios com as peles ainda molhadas que encontrara nas embarcações aprisionadas e, por êsse meio, tornou pouco perigoso o fogo do adversário. Não ficou nisso sòmente; — na vasante da maré fez incendiar o barco afundado à saída da enseada e quando veio o preamar, com o recurso de correntes, conseguiu safar-se do rio com todos os seus navios, inclusive os capturados, e pôr-se a salvo da fuzilaria do inimigo (*).

Concluída essa expedição nosso almirante regressou à Holanda allí aportando em outubro.

Nesse mesmo ano, a 22 de janeiro, o “Comendador” (**) Hendrick Jacobszoon Lucifer, com os hiates Ter Veere, Leeuwin e Vliegende Draak, da Câmara da Zelândia, partira de Flessingue na missão de fundar uma colônia na costa N. E. da América do Sul (25). Numa travessia excecionalmente rápida, já a 5 de março êle fundeava em Camaribo, no rio Wiapoco, ao norte da foz

(*) — DE LAET — pgs. 103-123.

(**) — Comendador — chefe de uma pequena esquadra ou contra-almirante.

do rio Amazonas. Teve notícia de haver ali mesmo existido outra colônia, também fundada por holandeses, e de fato lá encontrou três pessoas dessa nacionalidade que contaram como se tinham estabelecido, com o capitão Oudaen, tempos atrás, às margens do Amazonas. Expulsos de lá pelos espanhóis e portugueses foram, então, em número de 46, instalar-se perto do Wiapoco. Estalando, porém, uma revolta entre eles próprios, os índios se aproveitaram dessa circunstância para atacá-los e massacrá-los, só escapando três homens ⁽²⁶⁾. Em vez de se vingar dos selvagens, Lucifer teve o bom senso de firmar com eles um pacto de amizade, mandou construir um forte para defesa da nova colônia e nela deixou alguns colonos sob a direção do capitão van Ryen. Nos fins de maio dois hiates vieram se juntar à esquadra, perto de Baía Honda. Eram o Kater e o Bruinvisch, pertencentes à Câmara de Amsterdam. Haviam partido em janeiro fazendo parte de uma pequena frota comandada pelo almirante Dirk Simonszoon van Uitgeest, mas as tempestades os fizeram desgarrar do resto dos navios. Permaneceram ancorados por algum tempo nas imediações do cabo Corrientes, o Kater (do vice-almirante Gyszoon), o Leeuwin (do capitão Jan Pieterszoon) e o Ter Veere (do almirante Lucifer), tendo, por fim, aberto as velas de novo e se feito ao mar. Nas vizinhanças de Cuba encontraram dois grandes galeões espanhóis carregados de índigo, de peles e cochinha, que procediam de Honduras com rumo à Europa. Os nossos hiates não passavam de suas 90 a 100 toneladas, armados de 14 a 20 canhões e tripulados por 50 a 70 homens, ao passo que os galeões possuíam de 20 a 24 peças e uma vultosa equipagem. Todavia, embora inferiores em força, os três hiates atacaram imediatamente os barcos espanhóis. Não podendo tirar vantagem com os canhões preferiram tentar a abordagem, embora fôsse uma empresa erigada de dificuldades por serem muito altos os navios espanhóis.

Sòmente depois de se haver incendiado um deles, por meio de granadas de mão, e, aproveitando-se da confusão provocada pelas chamas, foi que os nossos conseguiram se apoderar de um dos galeões. A tripulação foi logo passada a fio de espada e trataram de apagar o fogo. Entrementes o outro galeão conseguira fugir. Mesmo assim os despojos consistiam em doze toneladas de ouro. No seu regresso, os almirantes^(*) tiveram, como recompensa, uma corrente dêsse metal e a tripulação treze meses de soldo.

No decorrer dêsse ano cinquenta e cinco navios, entre grandes e pequenos, haviam sido tomados ao inimigo, e a Companhia das Índias Ocidentais se achava plenamente indenizada das perdas que sofrera nos anos anteriores (1625 e 1626). Animou-se, portanto, a novos empreendimentos, havendo equipado em 1628 três frotas ao mesmo tempo, de cujos feitos nos ocuparemos porque êles exerceram sensível influência nos ulteriores ataques ao Brasil.

Primeiramente equiparam uma frota composta de 5 navios e 7 hiates, às ordens do valente marinheiro Dirk Simonszoon van Uitgeest, com as honras de almirante, e Cornelis Corneliszoon Jol, cognominado Houtebeen (Perna de Pau) (*) como vice-almirante; o bravo Lucifer também fazia parte da expedição com seu hiate Ter Weere. No litoral brasileiro apoderaram-se de alguns barcos de pequeno porte e igualmente de uma frota portuguesa, procedente de Gôa, com um carregamento de tal importância que sòmente os despojos de um dos galeões produziu, na Holanda, perto de um milhão, sem contar o que já havia caído nas mãos dos marinheiros (**). Em São Vicente as prêsas foram repartidas por seis

(*) — Êle perdera uma perna em combate o que não o privou da costumada agilidade. Os espanhóis e portugueses davam-lhe nas suas línguas êsse apêlido.

(**) — DE LAET — *Verrichtingen der W. I. C.*, pg. 137 e apêndice da mesma obra intitulado *Kort verhael*, etc., etc. pg. 21.

navios e levadas para a Holanda. O almirante só regressou em abril de 1629.

Ao bravo almirante Pieter Adriaanszoon Ita coube o comando da segunda frota, composta de 11 navios e armada com 200 bocas de fogo, levando mil marinheiros e soldados. Essas embarcações partiram de várias portos entre janeiro e fevereiro e somente em maio se reuniram perto da ilha de Santa Marta, nas Índias Ocidentais. Em agosto travaram combate, defronte de Cuba, com dois grandes navios espanhóis destinados à navegação com Honduras, o Nossa Senhora dos Remédios e o São Tiago, deles tendo se apoderado após forte luta na qual 300 espanhóis sucumbiram. De nossa parte tivemos apenas 13 mortos e 50 feridos. Particularmente se distinguiram nesse combate Jan Mast, comandante do capitânea Walcheren; Jan Pieterszoon, do hiate Leeuwin; e Joaquim Gyszoon, do hiate Kater. Êsses mesmos marinheiros vieram a se salientar por atos heróicos em outras peijas como o de Leeuwin que arrasado, no meio da luta, para o meio de dois barcos adversários mesmo assim lhes ofereceu uma resistência tão encarniçada que se transformou numa verdadeira chacinha (28).

Depois de ter dado graças a Deus pela vitória obtida, a esquadra prosseguiu na sua derrota com destino à mãe-pátria conduzindo como despojos 2.180 caixas de indigo de Guatemala, 6.176 peles das Índias Ocidentais, 7.000 libras de gengibre de São Domingos, 40 canhões, etc.

Novamente, nesse ano, tentou a Câmara da Zelândia estabelecer uma colônia e, com êsse fito, expediu em março o navio Fortuin, com 60 homens, de rumo a Tobago; eles ali encontraram dois colonos dos que tinham sido deixados por Lucifer, no ano anterior, em Wiapoco, sob as ordens de van Ryen. Após Lucifer haver partido êsses homens foram constantemente hostilizados pelos indí-

genas e sòmente por meio de uma capitulação haviam obtido permissão para construir umas chalupas a cujo bordo se transportaram para as ilhas. A maioria dos homens perecera nessa terrível travessia; dois apenas conseguiram chegar a São Vicente e dali alcançaram Tobago. Dos demais nada mais se soube. O Fortuin reuniu-se à armada comandada pelo almirante Ita da qual acabamos de descrever as operações.

O ano de 1628 foi sobretudo importante pela captura de galões ricamente carregados ou da frota chamada "da prata" que transportava anualmente até a Espanha os tesouros do Novo Mundo; ao encontro dessa frota foi mandada a expedição de Hermite e Schapenham, em 1623, não tendo, porém, êles alcançado o seu objetivo. A Espanha enviava todos os anos vários galeões do govêrno cheios de mercadorias com destino a Porto Belo, istmo de Panamá e Vera Cruz, no México, trazendo em troca ouro e prata do México e do Perú; indigo e peles de Guatemala; e especiarias que tinham vindo das Índias Orientais por outras embarcações. Todas elas se reuniam em Cuba para fazerem juntas a viagem de regresso à Espanha.

Coube a Piet Heyn a honra de ter se apoderado dessas riquezas do inimigo, nesse ano, feito que não exerceu nenhuma ação sòbre a modestia dêsse grande homem do mar. Já no mês de maio a Companhia preparara para essa expedição uma frota composta dos seguintes navios:

NOMES DOS NAVIOS	CAPACIDADE	NUMERO DE CANHÕES		EQUIPAGEM	
		BRONZE	FERRO	MARINHEIROS	SOLDADOS
<i>Da Câmara de Amsterdam :</i>					
Amsterdam	500 lasts	22	28	166	84
Hollandtschen Thuyn.	400 "	12	24	130	67
Hollandia	300 "	4	26	125	—
Geldria	300 "	4	28	125	—
Provintie van Uytrecht.	300 "	6	24	131	—
Witte Leeuw	250 "	2	24	—	—
Swarte Leeuw.	180 "	2	22	75	32
De Valck	150 "	4	22	85	42
Roole Leeuw	250 "	2	22	120	41
Haerlem.	100 "	2	—	120	42
Hiate Pinas	60 "	8 columbrinas		60	26
Hiate Muydem	60 "	16	—	48	—
Hiate Naerden.	60 "	16	—	48	—
Hiate Eenhoorn	60 "	10	—	47	—
Hiate Swarten Ruyter	60 "	14	—	50	—
Hiate Lange Barck	20 "	2	—	20	—
<i>Da Câmara da Zeelandia :</i>					
		BRONZE	FERRO		
Neptunus	200 "	8	16	100	55
Den Tiger.	120 "	8	16	106	45

NOMES DOS NAVIOS	CAPACIDADE	NUMERO DE CANHÕES		EQUIPAGEM	
		BRONZE	FERRO	MARINHEIROS	SOLDADOS
<i>Da Câmara da Zelandia:</i>					
Goude Sonne	160 „	4	14	109	—
Hiate Postpaerdt.	70 „	2	10	66	12
Hiate Oudt Vlissinghen.	50 „	12 columbrinas		45	—
<i>Da Câmara do Mosa:</i>					
		BRONZE	FERRO		
Uytrecht	300 „	7	28	159	50
Dordrecht.	250 „	2	22	106	50
Neptunus	230 „	6	20	102	53
Hiate Den Tiger.	57 „	2	12	70	20
<i>Da Câmara do Distrito do Norte:</i>					
Munnikendam.	300 „	6	24	168	—
Griffoen.	250 „	8	24	141	53
Hiate Ouwevaer	90 „	2	12	55	22
<i>Da Câmara de Groningue:</i>					
Goude Leeuw	250 „	8	20	143	47
Dolphijn	150 „	4	16	98	34
Hiate De Vos	70 „	2	10	74	—

Compunha-se dèste modo essa frota de 31 navios e hiates armados com 689 bocas de fogo e tripulados por 3.900 marinheiros e soldados. Obedecia ao comando de Pieter Pieterszoon Heyn, com o título de general; de Hendrick Corneliszoon Loncq, como almirante; Joost van Trappen, conhecido por Banckers, como vice-almirante, patente que também coubera a Cornelis Claeszoon Melck-Meydt. O general embarcara a bordo do Amsterdam, comandado pelo illustre Witte Corneliszoon de With. Entre os capitães contavam-se o intrépido Hendrick Jacobszoon Kat, Tomas Sickes e Jan Janszoon van Hoorn.

No fim de maio de 1628 a esquadra partiu de vários portos e se reuniu perto de Porto-Santo e Madeira, com exceção do vice-capitânea com sete navios que semente se juntaram ao resto da frota na altura de Cuba. Nas proximidades da ilha de Pinos, a 1.º de agosto, o general convocou a conselho os seus auxiliares immediatos e cada navio recebeu ordens a respeito das providências que deveriam adotar em seguida. Dois dias após vieram se reunir à esquadra o Roode Leeuw e o Pinas, que tinham saído da Holanda pouco antes do grosso da armada e escalado em Granada para se abastecer d'água. Trinta e quatro homens da tripulação haviam sido assassinados pelos Caraibas que também destruíram todos os barris com água. De todos os homens que tinham ido à terra apenas cinco escaparam.

Na altura do cabo de Santo Antônio (costa oeste de Cuba) veio a se saber por alguns barcos de pescadores que a esquadra da Nova Espanha estava sendo todos os dias esperada em Cuba, ignorando-se completamente a presença dos nossos navios por aquelas paragens. Levada pelas correntes marítimas nossa frota foi impedida com uma tal rapidez para léste que a 22 de agosto se encontrou em frente do porto de Matanzas (costa norte de Cuba), tão perto de terra que se avistava perfeitamente o forte do Morro. A 29 aprisionaram uma

barca com 50 homens, enviada pelo governador de Havana, d. Lourenço de Cabrera, para dar aviso à frota espanhola de nossa presença ali. Soube-se pelos prisioneiros só se encontrar dentro do porto um navio. A esquadra, à qual se reunira o vice-capitânea e sete navios cruzou durante uma semana diante da costa norte de Cuba, enquanto o hiate *De Vos* a precedia sempre buscando descobrir os galeões espanhóis e interceptar as comunicações entre eles e Havana. A 8 de setembro avistaram-se afinal velas inimigas; eram duas esquadras, das quais uma se compunha de 9 barcos mercantes, equipados cada um com 40 homens, e carregados de cochonila, indigo, pau campêche e peles. Todos eles caíram em nosso poder no mesmo dia. A outra divisão composta de 4 galeões e dois outros navios, aproximando-se o mais possível do litoral, procurou a todo pano se refugiar no porto. Vendo assim prestes a lhe escapar essa prêsa, Piet Heyn tentou debalde alcançá-la. Os espanhóis conseguiram entrar na baía de Matanzas onde, aproveitando-se da noite, conduziram para terra a carga mais preciosa que conduziam. No outro dia, por volta de 9 horas, nossa frota penetrou também no porto e, depois de trocarem alguns tiros, o nosso general, acompanhado de Loncq e do contra-almirante, se dirigiu, em três chalupas armadas e guarnecidas de soldados, aos navios inimigos. Os espanhóis dispararam alguns tiros contra nós, mas depressa desanimaram, mesmo porque os seus barcos estavam de tal modo carregados que mal podiam manejar suas peças. Aos gritos de "Boa guerra!" nossos marinheiros abordaram os galeões, sem encontrar quasi resistência, enquanto por seu lado Piet Heyn retirava de dentro d'água um espanhol que se debatia e o enviava como emissário, ao almirante d. Francisco de Buena Vida, prometendo poupar-lhe a vida si êle se rendesse. E foi o que o almirante fez (2º), tendo desembarcado, com sua equipagem composta de 150

homens, no que foram imitados pela tripulação dos demais barcos. Dêste modo desapareceu o receio de ser destruída ou danificada a nossa grande prêsa com o combate ou os incêndios.

Quasi sem luta apoderamo-nos de 4 galeões: o Sant'Ana, com 24 canhões; o Santa Gertrudes, com 20 canhões de bronze; o Montague e o São João, cada um com 20 canhões de ferro; bem assim de dois outros navios dos quais um carregado de peles foi ao fundo. A carga dos demais navios capturados foi transbordada para a nossa frota, tendo sido depois queimados aqueles barcos. A 17 de setembro partiu a nossa armada levando à pátria os tesouros conquistados. O hiate *Ouwevaer*, que tinha sido mandado antes com a boa notícia dessa conquista, chegara a 15 de novembro a Rotterdam. No decorrer do mês de dezembro e no de janeiro todos os navios regressaram a seus portos, sem que no caminho sofressem as consequências de violentas tempestades e de ataques dos espanhóis. Nessa viagem foram obrigados a incendiar um dos galeões, o São João, por estar fazendo água, após terem retirado sua carga. Um outro galeão naufragou nas costas da Irlanda. Toda a expedição nos custou apenas 150 mortos. E os tesouros por ela trazidos consistiam em:

- 177.537 libras de prata em barras
- 735 caixas de balas de indigo de Mística
- 2.270 caixas de indigo de Guatemala
- 37.375 peles das Índias Ocidentais
- 1.000 pérolas
- 135 libras de ouro
- 7.961 peças de pau campêche
- 253 caixões de açúcar
- 53 canhões de bronze e 40 de ferro.

De comêço avaliaram-se essas prêsas em 11.509.524 florins (*), mas sem compreender nesse total o valor de uma grande quantidade de cravo da India, pimenta, noz-moscada, benjoím, âmbar, etc., cuja relação especial se encontra no relatório da sessão da Assemblêia dos XIX de 2 de fevereiro de 1629.

A soma produzida pela venda ou pelo emprêgo dessas prêsas se elevou a 7.200.000 florins em prata, 3.600.000 florins em mercadorias e 4.000.000 florins em material de guerra e de marinha (**).

O júbilo produzido por êsse feito no país não se pode descrever. Piet Heyn foi acolhido em triunfo por toda parte. Frederico-Henrique convidou-o para partilhar de sua mesa e pouco tempo depois nomeou-o, com aprovação dos Estados-Gerais, tenente-almirante da Holanda (***), o que todavia não impediu êsse grande capitão de conservar sempre sua modéstia. Causava-lhe mesmo admiração ser alvo de elogios por uma ação que não expressava quasi nada em comparação com os sangrentos triunfos obtidos anteriormente e pelos quais apenas lhe haviam dado agradecimentos porque as vantagens não tinham sido tão consideráveis. Os marinheiros que fizeram parte da frota receberam, por sua vez, o soldo de 17 meses, tendo os oficiais também a sua recompensa. Nesse ano a Companhia das Índias Ocidentais distribuiu com os seus acionistas um dividendo de 50 %. Êste dividendo foi depois censurado, quando os negócios já não iam bem, pelos que se esqueceram de que a Companhia das Índias Orientais havia pago, de 1610 a 1620, um dividendo médio de 50 %, e em 1616, isto é, quatro anos após sua fundação, até um dividendo de 75 % (****).

(*) — DE LAET — pg. 147.

(**) — LUZAC — I, pg. 320 e P. STA. TERESA — I, pg. 88.

(***) — *Resolução dos Estados-Gerais*, de 13 de Abril — 1629.

(****) — LUZAC — I, pg. 321. VAN KAMPEN — I, pg. 324. WAGENAAR — XI pg. 70.

Animados, por semelhante prosperidade, a prosseguir na guerra com energia, a Companhia das Índias Ocidentais resolveu tentar um novo esforço para pôr o pé no Brasil; muito embora as vantagens até então obtidas não fossem suficientes e a empresa dependesse muito da sorte. Um segundo ataque a São Salvador oferecia poucas probabilidades de êxito; a cidade estava bem fortificada e o espírito racional dos portuguezes ali se patenteara com bastante vigor. A província de Pernambuco, por sua excelente posição e sua riqueza, atraíu a atenção, e não seria a primeira vez que a visassem, conforme já verificamos por ocasião da expedição de Boudewyn-Hendrikszoon ao Brasil, em 1625. Era ela uma das maiores e das mais prósperas capitânicas de todo o Brasil, situada entre os 36 e 37 graus de longitude ocidental (de Greenwich), entre as capitânicas de Itamaracá ao norte e a de Sergipe ao sul, possuindo uma extensão de 60 léguas de costa. Além de sua capital, Olinda, contava essa província dez principais praças de guerra e fortificações ocupadas por portuguezes e espanhóis, das quais algumas como Iguarassú, Porto Calvo, Recife e o cabo de Santo Agostinho serão citadas mais de uma vez no correr desta narrativa.

Antes de dar conta dos preparativos feitos pela Companhia das Índias Ocidentais em 1629, para a expedição que deveria conquistar essa rica colônia, aludiremos a outros fatos que se verificaram nesse mesmo ano.

Já no mês de agosto de 1628 o almirante Adriaan Janszoon Pater partira com 9 grandes navios e três hiatos com a ordem de atacar, na altura dos Açores e das ilhas do Cabo Verde, os galeões da Nova Espanha no caso de êles escaparem à vigilância de Piet Heyn. A 1 de janeiro de 1629 Pater dirigiu-se ao Brasil, entrou na baía de São Salvador onde não encontrou nenhuma embarcação; dali rumou às ilhas das Índias Ocidentais.

Em julho, perto do Cabo Corrientes (Cuba) o almirante Jan Janszoon van Hoorn veio se reunir à frota com outros 9 navios e 3 hiates que tinham sido enviados em fevereiro para reforçar a esquadra de Pater. Os almirantes, durante dois meses, cruzaram o arquipélago das Índias Ocidentais visando capturar a *frota da prata*, mas tudo em vão; não lograram senão se apoderar de alguns pequenos barcos. Em seguida subiram o rio Orenoco até São Tomé, cidade da Guiana Espanhola que foi abandonada e incendiada pelos habitantes à aproximação dos holandeses e para os fins de dezembro, a frota, com exceção de 9 navios e os hiates, já de regresso à pátria, lançou ferros diante da Trindade.

No intuito de não alterar a ordem cronológica dos acontecimentos falaremos mais tarde das operações ulteriores dessa esquadra e faremos menção aqui de uma catástrofe que custou à República um dos seus mais valorosos defensores: Piet Heyn.

Fôra êle mandado, à frente de uma esquadra do Estado, para dar caça a cruzadores dunquerqueanos e no dia 20 de junho de 1629, travou combate com 3 navios inimigos, não longe do litoral. Os holandeses saíram vitoriosos, mas pagaram bem caro êsse triunfo: no mais acêso da refrega o almirante foi ferido na espádua e morreu na tarde dêsse mesmo dia (*).

Assim tombou êsse herói, após haver prestado incontáveis serviços à sua pátria, tanto com as suas ousadas e felizes empresas, como também com os inteligentes e úteis melhoramentos introduzidos na nossa marinha (**). Seu corpo foi sepultado, com grande pompa, e por conta do Estado, na igreja de Delft, onde lhe erigiram magni-

(*) — O comandante, que o substituiu, foi Marten Harpertszoon Tromp, que veio a ser mais tarde famoso nas guerras marítimas contra os Ingleses.

(**) — Dr. JONCK — *Nederl. zeeveeten* — I, pg. 317-355-440, etc. *Leeven en Daden*, pg. 482-511, etc.

fico mausoléu cujo epitáfio enumerava os seus feitos de armas⁽³⁰⁾.

Desde os começos de 1629 a Companhia das Índias Ocidentais se preocupava com a formidável expedição que visava o Brasil e, por mais procurassem ocultar seu verdadeiro destino, não escapou à vigilância da infanta Isabel, governante dos Países Baixos meridionais aquela sofreguidão de armamentismo. Pela segunda vez aquela princesa advertiu a corte de Madrid dêsses preparativos, assegurando-lhe estar em jôgo a província de Pernambuco. O ministro espanhol expediu sem demora um aviso a Diogo de Oliveira, governador-geral do Brasil, com ordens de atender logo à segurança de Olinda e de São Salvador. Em consequência disso, o governador fez partir às pressas Pedro Correia da Gama, encarregado de dirigir as obras de defesa da capital de Pernambuco; êsses trabalhos, porém, avançavam vagarosamente, com uma displiscência que não só estava de acôrdo com o caráter do povo, como também com a convicção de que nada poderia resistir aos holandeses si êles atacassem Olinda. A presença de Matias de Albuquerque chegado da Europa como comandante das fôrças e governador da província, independentemente do governador-geral do Brasil, nenhuma modificação trouxera às disposições do povo de Pernambuco. Êsse senhor, que já se distinguira anteriormente em funções de comando no Brasil, conhecia a arte da guerra, muito embora a sua têmpera de espirito o levasse a empregar mais a astúcia do que a luta de peito aberto; êle possuía, aliás, vários e imensos territórios na capitania de Pernambuco que pertencia a seu irmão Duarte de Albuquerque. Ninguém, portanto, mais interessado em defendê-la. Essas considerações haviam decerto predominado na sua escolha feita por Olivares. No dizer de seus inúmeros detratores o primeiro ministro, não podendo recusar de todo à província ameaçada umas provas de aparente

interêsse lhe concedera alguns fracos recursos de defesa, mas tão fracos mesmo que outro qualquer, menos interessado que Matias de Albuquerque em defendê-la, e menos ambicioso, teria declinado da missão delicada e difícil que lhe fôra confiada. Partiu do Tejo a 12 de agosto de 1629, com três caravelas, alguma munição de guerra e 27 soldados, alcançando Pernambuco, após uma feliz travessia, no dia 18 de outubro (*).

A frota da Companhia das Índias Ocidentais, cujos preparativos não poderam ficar terminados com a pressa desejada, foi confiada ao comando do general Hendrik Corneliszoon Loncq, o mesmo que já, como almirante, concorrera com Piet Heyn, para o aprisionamento da armada da prata. Pieter Adriaanszoon Ita foi designado para almirante da frota, tendo Joost van Trappen, conhecido por Banckers, como vice-almirante; ao coronel Diederik van Vaerdenburch coube o comando das tropas da expedição, servindo sob suas ordens os tenente-coroneis Alexander Seton, Adolph van der Elst, van Steyn Callenfels e o major Foulcke Hounckes. No correr do mês de maio e até julho de 1629, os de 25 a 27 navios da primeira divisão foram partindo de vários de nossos portos e se reunindo na altura das Canárias. Ali o general formou duas esquadras, com uma das quais se encontrou, a 23 de agosto, na Grande Canária e Tenerife, com uma armada espanhola composta de 40 navios, sob as ordens de D. Fradique de Toledo. Uma retirada era manobra impossível, maximé havendo vento desfavorável; o jeito seria passar por entre os barcos inimigos. E assim o fez, durante um dia inteiro, prolongandô-se pela noite a dentro a perseguição dos espanhóis a tiros de canhão e mosquetaria. Ao amanhecer, porém, o número de navios espanhóis que perseguiam os nossos

(*) — Memórias de DUARTE DE ALBUQUERQUE. (No Jornal do Comércio; do Rio de Janeiro. 1852). Com parte-se SOUTHBY — pg. 511, DE BEAUCHAMP — II pg. 221 e BARLAEUS — pg. 65.

era apenas de onze e não ousaram travar combate com os holandeses; um desses navios, ousando se aproximar do nosso capitânea, recebeu em cheio um tiro que o obrigou a se afastar, no que foi imitado pelos outros. Então Loncq se dirigiu às ilhas do Cabo-Verde onde se juntou à segunda divisão da esquadra. Juntas lançaram ferros diante de São Vicente, afim de esperarem o resto da armada que ainda não partira da mãe-pátria.

A Holanda achava-se nessa época numa posição crítica e corria sérias ameaças em consequência de ataques simultâneos dos espanhóis e dos imperiais, ao sul e a léste de nossas fronteiras. O imortal stadhouder Frederico Henrique, pelo sul, com a tomada de Bois le Duc, evitou êsse perigo. Por outro lado, a léste, onde os imperiais sob o comando de Montecuculi, tinham já avançado até Amersfoort, nossas tropas conseguiram repelir o inimigo com uma bravura sem exemplo. A tomada de Wezel pelo coronel Otto van Gend, senhor de Dieden, contribuiu poderosamente para a segurança de nossas fronteiras.

Para isso cada um concorrera, de sua parte, com o maior entusiasmo; os Estados haviam levantado um exército de 120.000 homens, e a Companhia das Indias Ocidentais adiantara ao govêrno uma soma de 400.000 florins; ela permitira também que as tropas de desembarque que alistara e se achavam prontas para o combate fôssem ocupar Veluwe e a cidade de Utrecht ⁽³²⁾.

Todos êsses acontecimentos haviam retardado de alguma sorte a partida das fôrças que iriam se reunir às de Loneq. Dois hiates foram mandados levando um aviso a respeito do que acontecia, e êles chegaram a São

Vicente nos fins de outubro, precisamente na ocasião em que o general, sem saber o motivo de tal demora, se dispunha a regressar. Obtidas, porém, essas vantagens, expellido o adversário das fronteiras, o resto da armada zarpou sem demora de rumo ao seu destino, e a 21 de dezembro, após inútil e prejudicial demora de 3 meses em São Vicente, o general conseguiu reunir uma força naval composta de 52 navios e hiates e 13 chalupas(*).

(*) — DE LAET — pgs. 167-173 e 175 e DE JONGE — pgs. 317 e 383.

NOMES DOS NAVIOS	CAPACIDADE	ARTILHARIA		EQUIPAGEM	
				MARUJOS	SOLDADOS
<i>Da Câmara de Amsterdam :</i>					
Amsterdam	500 <i>lasts</i> (33)	24 p. de bronze	18 p. de ferro	155	107
Den Hollandschen Thuyt	400 "	16 "	22 "	118	102
De Salamander	300 "	6 (24 lib.)	30 "	134	—
Hollandia	300 "	12 de bronze	22 "	125	93
De Fame	300 "	6 (24 lib.)	30 "	132	—
De Provincie van Uytrecht	300 "	8 de bronze	22 "	118	68
De Swarte Leeuwe	180 "	4 "	20 "	92	65
Amesfoort	200 "	8 "	18 "	87	—
Overijssel	160 "	8 "	18 "	77	84
Swoll	130 "	8 "	16 "	64	83
De Geele Sonne	200 "	2 "	22 "	54	100
De Fortuyn	80 "	10 columbrinas	—	49	—
De Vergulde Valck	200 "	4 de bronze	22 "	50	112
Campen	140 "	8 "	14 "	53	75
Hiate de Brack	60 "	6 "	8 "	44	—
Hiate de Swarten Ruyter	60 "	14 columbrinas	—	44	—
Hiate den Eenhoorn	80 "	10 "	—	44	—
Hiate de Voghel Phoenix	60 "	2 de bronze	10 "	39	45
Hiate de halve Maen	90 "	2 "	11 "	43	55
Hiate Muyden	60 "	2 "	12 "	36	45

NOMES DOS NAVIOS	CAPACIDADE	ARTILHARIA		EQUIPAGEM	
				MARUJO:	SOLDADOS
<i>Da Câmara da Zelandia :</i>					
De Princesse Amelia	300 <i>lasts</i>	20 p. de bronze	18 p. de ferro	154	200
Domburg.	130 "	4 "	18 "	88	200
De Leeuwin	160 "	2 "	16 "	67	78
De Gulde Sonne	160 "	4 "	16 "	89	42
De Leeuwe.	120 "	2 "	14 "	69	40
Tertholem	180 "	10 "	18 "	84	108
Hiate 't Post-paerdt.	80 "	2 "	12 "	70	54
Hiate de Meerminne	40 "	4 "	4 "	43	—
Hiate de Eendracht.	80 "	14 columbrinas	—	103	—
<i>Da Câmara do Mosa :</i>					
Utrecht	300 "	7 de bronze	28 "	142	85
De Swaen	140 "	2 "	18 "	78	60
De Goude Leeuwe	140 "	2 "	16 "	—	—
De Neptunus.	230 "	6 "	22 "	—	—
De Eendracht	100 "	2 "	18 "	—	—
Hiate Oragnie-boom.	70 "	14 columbrinas	—	equip. desconhecida	—
Hiate den David	60 "	14 "	—	—	—
Hiate de Salm	80 "	16 "	—	—	—

NOMES DOS NAVIOS	CAPACIDADE	ARTILHARIA		EQUIPAGEM	
				MARUJOS	SOLDADOS
<i>Da Câmara do Distrito do Norte:</i>					
Munnickendam	300 lasts	6 p. de bronze	27 p. de ferro	140	76
Euchuysen	230 "	8 "	20 "	94	51
't Groen-wijf	150 "	4 "	12 "	77	37
't Wapen van Hoorn	110 "	6 "	10 "	66	57
De Jonge Mauritius	130 "	2 "	16 "	43	38
Hiate den Ouwevaer	90 "	2 "	10 "	56	9
<i>Da Câmara de Groningue :</i>					
Groeninghen	300 "	12 "	20 "	110	100
Het Wapen van Nassauw	220 "	12 "	14 "	57	165
Omlandia	250 "	6 "	22 "	50	165
Graef Ernst	200 "	6 "	20 "	52	132
Matança	110 "	4 "	16 "	34	66
Hiate de Vos	70 "	4 "	11 "	54	33
Hiate de Swaluwe	30 "	4 "	6 "	36	5
<i>Mais dois pequenos navios tomados ao inimigo :</i>					
De Fregatte	—	10 columbrinas	—	equip. desconhecida	
De Kleine Fortuyn	—	3 "	—	"	"

As 13 chalupas eram armadas cada uma com 4 a 6 peças. Entre os comandantes dos navios dessa frota encontramos os nomes já nossos conhecidos de Tomás Sickes, Hendrick Jacobszoon Kat, Dirk Simonszoon van Uitgeest e Cornelis Claeszoon Melck-Meydt. Cornelis Corneliszoon Jol, alcunhado o Perna de Pau, partira na frente com os hiates Otter e Havik, em direção às costas brasileiras, com a missão de aprisionar quaisquer embarcações portuguesas afim de obter dos prisioneiros esclarecimentos sôbre a situação de Pernambuco. O hiate de Salm permaneceria em São Vicente para aguardar os navios retardatários e indicar-lhes a rota tomada pela esquadra.

Após haverem dedicado um dia às orações, pedindo as bençãos do céu para a empresa em que sejam aventurar essa poderosa armada transportando 3.780 marinheiros e 3.500 soldados (*), zarpou de São Vicente a 26 de dezembro, e a 3 de fevereiro de 1630 avistava a costa do Brasil, aos 7° de latitude sul e a umas 8 léguas de distância do litoral. Lutando com as correntes e os ventos contrários a frota não pôde alcançar logo o porto de Pernambuco (Olinda) e ficou paralisada durante alguns dias naquela altura. As doenças haviam acometido de tal modo a equipagem que sômente 2.515 marujos e 2.325 soldados se achavam, nesse momento, em condições de prestar serviços.

Jol, com os seus dois hiates, se apoderara, em princípios de dezembro, do arquipélago de Fernando de Noronha, nas proximidades da costa brasileira. Viu-se, porém, sem demora, atacado por uma pequena esquadra saída de Pernambuco, sob o comando do capitão Ruy Calaza Borges, a qual expulsou os holandeses da ilha fazendo alguns prisioneiros. Interrogados, em Olinda, êsses prisioneiros, para lançar confusão nas conjecturas,

(*) — DE LAET e SOUTHEY.

disseram estar cruzando há uns dois anos pelas costas do Brasil sob o comando de Jol e nada saberem de uma suposta esquadra sob as ordens de Loncq (*). Em Olinda já era esperada a vinda dessa poderosa esquadra por se ter tido um aviso enviado pelo governador de Cabo-Verde.

Olinda era nesse tempo a capital da capitania de Pernambuco. Situada um pouco ao norte do cabo de Santo Agostinho é a cidade edificada em terreno elevado vizinho da costa. Contava, então, cêrca de 2.000 habitantes, destacando-se várias pessoas abastadas e grande número de comerciantes em boa situação. Existiam quatro conventos de frades e um de religiosas, 13 eclesiásticos e 7 igrejas católicas. Ao sul estende-se uma faixa de terra, entre o rio Beberibe e o mar, no extremo da qual se formara um núcleo de gente humilde e onde se construíram armazens e entrepostos dos negociantes de Olinda. Era êsse povoado protegido pelo forte de São Jorge e tinha umas 150 casas. A pequena distância da costa há um arrecife que deixa de ser visível nas horas do preamar. Numa das pontas do arrecife, e defronte do forte de São Jorge, elevava-se o castelo de São Francisco todo em blocos de pedra e dominando inteiramente a entrada do porto. Entre os recifes e o continente, sôbre outro banco de areia formado na embocadura do rio Capibaribe⁽³¹⁾ fica a ilha de Antônio Vaz.

Alcançando, enfim, a 13 de fevereiro, a altura de Olinda, o general, depois de haver ouvido a opinião do seu conselho de guerra, decidiu que o ataque se realisaria do modo seguinte: o coronel Vaerdenburch, com 16 navios, tendo a bordo 2.200 soldados e 700 marinheiros, tentaria o desembarque perto da vila, enquanto o restante das fôrças navais investiria os dois fortes do Recife e tentaria entrar no porto⁽³⁵⁾.

(*) — Comparem-se DE LAEF — pg. 164 e *Memoórias de DUARTE DE ALBUQUERQUE*.

A 14 fez-se a bordo uma oração geral e no dia seguinte, de manhã, o general tomou o rumo do Recife e começou vigoroso canhoneio contra os fortes de São Jorge e de São Francisco; debalde tentou passar por entre os bancos do porto cuja entrada havia sido obstruída por várias embarcações postas a pique; ao entardecer viu-se forçado a bater em retirada, sem alcançar os seus objetivos, e privado mesmo de prosseguir no bombardeio porque as ondas encapeladas não permitiam a precisão da pontaria. Contudo o coronel Waerdenburch, obedecendo às ordens recebidas, operara um desembarque perto de Pau Amarelo, a duas léguas ao norte de Olinda, e levava o dia inteiro a pôr em terra as suas tropas. Ao escurecer acampou na praia e no dia 16, em três colunas, marchou contra a vila. Vários historiadores afirmam que Waerdenburch, imitando o príncipe Maurício na batalha de Nieupoort, mandou os navios se afastar da costa, afim de roubar aos soldados qualquer esperança de retirada. A vanguarda, sob o comando do tenente-coronel Van der Elts, compunha-se de 934 homens; a segunda coluna, ou o corpo de combate, era formada por 1.049 homens, tendo como comandante o tenente-coronel van Steyn-Callenfelds; e o major Foulcke-Hounckes, com 935 homens, constituíam a retaguarda ou reserva. Durante a marcha nossas tropas foram hostilizadas por bandos armados de portugueses e índios até serem detidas no Rio-Doce, um riozinho pouco profundo onde Matias de Albuquerque, com 650 homens, se entrincheirara. Atacou-se com violência essa força inimiga e as duas pequenas peças que os nossos soldados tinham trazido lhes foram de grande valia. Os holandeses após um curto combate, não hesitaram em atravessar o rio a váu e sem demora os portugueses foram batidos. Os habitantes da vila não se animaram mais a qualquer ato de defesa e trataram de se esconder nos matos, cada

qual levando consigo o que possuía de mais precioso e mais fácil de transportar.

A nossa vanguarda atingiu o Convento dos Jesuítas que estava fortificado. A segunda coluna tomou conta do Convento dos Franciscanos e dos Jesuítas; as tropas da retaguarda dirigiram-se ao forte do Norte, nas vizinhanças de Olinda. Salvador de Azevedo, o único, talvez, dos oficiais que cumpriu o seu dever, oferecendo resistência aos invasores, defendeu-se valorosamente, com um punhado de bravos, entrincheirados no Convento dos Jesuítas, até as portas serem postas abaixo a tiros de canhão. No resto da povoação quasi nenhuma resistência mais se encontrara e em breve estávamos senhores de toda Olinda, tendo tido apenas uns 50 a 60 mortos. O inimigo tivera 45 mortos e 65 feridos.

O general, por seu lado, fizera desembarcar ao sul da vila, para auxiliar o ataque, 500 homens, entre marinheiros e soldados, ás ordens do almirante e do major Schutte, mas êstes ao chegarem a Olinda já a encontraram em nosso poder.

Porque os habitantes, não obstante a proibição de Matias de Albuquerque, houvessem na fuga conduzido o que de melhor possuíam, nossas prêsas foram de pouca importância; compuzeram-se apenas de 8 canhões de ferro, 4.600 libras de pólvora, 200 caixas com açúcar, alguns barrís de vinho e outras mercadorias, a maior parte das quais foi pilhada pelos nossos soldados (3^o).

No dia seguinte o general e o almirante fizeram sua entrada na vila; ocuparam-se todos os postos militares e inspecionaram-se as entradas da povoação afim de serem elas devidamente fortificadas de modo a pô-las em condições de resistir a qualquer contra-ataque; esta última precaução, todavia, era bem difícil de ser de todo eficiente em virtude de se espalharem as habitações por uma grande área e ficar a vila situada em

terrenos acidentados que reciprocamente se dominavam. Fixaram os postos militares nas partes mais elevadas, isolaram e fecharam as entradas principais, e deixaram livre a parte baixa da povoação. A execução desses trabalhos e as fadigas consequentes das operações militares da véspera foram causa de não se ter tomado nesse dia nenhuma outra medida contra o adversário. Por esse motivo Albuquerque, que occupava ainda os dois fortes do Recife, resolveu incendiar os vários armazens cheios de mercadorias existentes naquele povoado, em parte no intuito de se vingar dos habitantes de Olinda tão covardemente entregues ao inimigo, e também visando diminuir os despojos que poderiam cair às mãos dos holandeses. Trinta navios mercantes, fundeados no porto, foram igualmente incendiados. Segundo uma carta de um capitão português, de nome Gil Corrêa de Castelo Branco, pelos nossos apreendida, as chamas destruíram cêrca de 2.000.000 de ducados (*).

Na tarde de 20, o tenente-coronel Callenfelds, tentou, com 600 homens, se apoderar do forte de São Jorge defendido por Antônio de Lima e armado com 24 canhões. As noticias da tomada de Olinda haviam provocado uma espécie de pânico na guarnição dessa fortaleza; todos os soldados, a exceção de 7, abandonaram o comandante. Este official communicou tal deserção a Matias de Albuquerque e pediu-lhe reforço. Ao ser recebida essa mensagem achava-se ao lado do generai um joven colono, de 16 anos de idade, por nome João Fernandes Vieira. Nascera em Funchal, na ilha da Madeira, esse moço que um dia restituiria o Brasil aos príncipes da casa dos Braganças. Ele embarcara para Pernambuco, afim de ganhar a vida, com 11 anos (**). Testemunhando a covardia das tropas e o crescente triunfo dos vencedores, ofereceu-

(*) — DE LAET — pg. 183. SOUTHEY — I, pg. 517.

(**) — SOUTHEY — I, pg. 518. PAÏRE — S. TERESA — I, pg. 93.

se a Albuquerque para ir, com outros voluntários, defender o forte de São Jorge. Composta, agora, a guarnição, de uns 80 a 90 homens, ousou Antônio de Lima desafiar o ataque dos holandeses que, vindos de Olinda, aproveitaram-se da noite para levantar as escadas para o assalto. Mas, essas escadas eram muito curtas e os nossos soldados foram recebidos intrêpidamente pelos sitiados. Encorajados por seu comandante e pelo jovem Vieira, os portugueses atiram contra os assaltantes grossos tóros de madeira e lhes devolvem granadas incendiárias que vão explodir entre os próprios lançadores. O mecanismo da explosão de nossas granadas não havia sido bem calculado de modo que, dando-se muito lentamente a inflamação, esta ocasionava grandes estragos entre os nossos próprios soldados (*). Viram-se nossas tropas forçadas a bater em retirada, depois de terem tido 20 mortos e 50 feridos. Convencendo-se de não dar nenhum resultado satisfatório um assalto, e sendo as muralhas do forte de São Francisco de difícil acêso, por causa das baterias construídas pelos portugueses à beira do rio, resolveram estabelecer um cêrco regular, depois de terem posto a povoação a salvo de uma investida do inimigo, por meio de trincheiras e barricadas. A 1.º de março cavaram-se as trincheiras e iniciou-se o canhoneio contra o forte, com 3 morteiros e três pequenas peças. O efeito dêsse ataque foi magnífico porque no dia seguinte foram os nossos procurados por um parlamentar para oferecer a capitulação do forte sob as condições de se retirar a guarnição, com suas armas, mas sem bandeiras nem morrões acêsos e após terem jurado não combater os holandeses dentro de um período de 6 meses. Quarenta homens que, dada a capitulação, se recusaram a prestar êsse juramento, ficaram prisioneiros em Olinda,

(*) — DE LAET — pg. 188 e DE BEAUCHAMP — II, pg. 236.

por algumas semanas, sendo depois postos em liberdade e mandados para o interior (37).

Vencido o forte de São Jorge foi enviado um outro parlamentar ao de São Francisco com o oferecimento das mesmas condições de capitulação. O seu comandante, Manoel Pacheco de Aguiar, pediu um prazo de 3 dias para consultar Albuquerque, mas esse prazo lhe foi negado, motivo porque nessa mesma tarde ele fez entrega do forte aos nossos soldados. Estando, assim, livre a entrada da barra, a nossa esquadra entrou no porto em triunfo. As munições de guerra encontradas nesses dois fortes consistiam em 17 canhões de bronze, 24 de ferro, 5.680 libras de pólvora e uma grande quantidade de balas e granadas.

Albuquerque, desgostoso com o procedimento dos dois comandantes das fortalezas, mandou prender a ambos, como exemplo. Vieira foi elevado a comandante em recompensa de sua bravura e por haver salvo a bandeira do forte de São Jorge enrolando-a ocultamente no seu próprio corpo e trazendo-a consigo.

O dia 3 de março consagraram-no os batavos a solenes ações de graças pelas vitórias obtidas. Nessa mesma tarde o tenente-coronel Steyn-Callenfels apoderou-se sem combate da ilha de Antônio-Vaz. Nos dias seguintes foram feitas algumas pequenas incursões pelos campos a procura de gado. Foram também aprisionadas algumas embarcações mercantes procedentes da Baía. A 11 chegaram os 9 navios da esquadra que se haviam retardado, trazendo a bordo 665 soldados, sob o comando do tenente-coronel Alexandre Seton. Traziam também esses barcos três comissários da Companhia (*politieke Raden*), Johan de Bruyne, Philips Serooskerken e Horácio Calendrini, os quais assumiram logo suas funções consoante a ordem recebida da Assembléia dos XIX, em 14 de março de 1630 (*).

Conseguira, entretanto, Albuquerque reunir, a uma légua de Olinda, num campo fortificado, conhecido por Arraial ou do Bom Jesus, a guarnição e os habitantes que haviam abandonado a cidade e o povoado do Recife, bem assim algumas tropas regulares enviadas pelo seu irmão, Antônio de Albuquerque, governador da Paraíba. Essas fôrças compunham-se de uns 4.000 homens, inclusive 3.000 índios, as quais dispunham de 4 ou 5 peças de artilharia ligeira. Matias de Albuquerque tinha sob suas ordens os capitães João Fernandes Vieira, Lourenço Cavalcanti, Luís Barbalho e Filipe Camarão, chefe dos índios. Esforçou-se Albuquerque, por todos os meios, no elevar o moral de suas tropas e não queria ouvir falar em nenhuma negociação com o inimigo nem em troca de prisioneiros; recusou-se até a pagar o resgate do seu confessor que ficara prêso entre os holandeses. Estabeleceu uma cadeia de postos avançados, confiados a oficiais, que, destinados a combater dentro dos matos e atrás de cercas, ficaram conhecidos por "capitães de emboscadas". Entre as milícias compostas de índios e colonos, alistados sob suas bandeiras, escolhera umas vinte companhias que, ora em conjunto, ora isoladas, deviam hostilizar incessantemente os holandeses. Também formara três corpos de maior importância, confiados respectivamente ao comando do jesuíta Manoel de Moraes, de Camarão e de Vieira. Nossas fôrças foram constantemente alvo das escaramuças dessa linha fortificada que desenhava um meio círculo diante de Olinda, a 26 de março o general Loncq quasi ficava prisioneiro dos portugueses. Viajando do Recife para Olinda, com uma escolta de 50 homens, viu-se de repente atacado por um grupo de portugueses capitaneados por Camarão; com tanto encarniçamento lutaram que Loncq perdeu 36 dos seus companheiros, entre os quais o pastor protestante Jacob Martini; 6 homens saíram feridos, e êle próprio, o general, a custo conseguiu regressar à cidade⁽³⁸⁾.

De outra vez, uma parte de nossa guarnição indo buscar madeira em Antônio Vaz foi também assaltada por 800 portugueses e compelida a bater em retirada depois de perder 45 soldados e 6 marinheiros. Dias antes o vice-almirante Banckers havia partido com 8 grandes navios de rumo à ilha de Santa Helena, afim de aguardar ali a passagem das embarcações portuguesas que todos os anos, transportando valiosos carregamentos, viajavam das Índias Orientais para Portugal, tocando em Santa Helena no intuito de tomar água⁽³⁹⁾. O comandante Dirk Simonszoon deixara também o Recife, no fim de abril, com 8 navios, para cruzar em frente da Baía, tendo no entanto voltado em agosto por motivo de doença, e logo embarcou com o tenente-coronel Van der Elst, no navio Swarte-Leeuw, de regresso à Holanda; nunca mais se soube deles, sendo provável tenham naufragado com perda total de vidas. O desaparecimento desses dois valentes comandantes foi um golpe muito sensível para a Companhia. A 21 de abril o contra-almirante Johannes van Walbeeck, chegado da Holanda com uma esquadra composta de 4 navios, e Servatius Carpentier foram nomeados membros do Conselho Político que a 5 de maio de 1630 recebeu o govêrno das mãos do general Loncq. Êste, dois dias depois, partiu para a mãe-pátria com 8 navios e 1 hiate. No mesmo dia o "Comendador" Dirk de Ruyter (*) deixou o Recife com 6 navios e 2 hiates de rumo às Índias Ocidentais em busca de alguma vantajosa aventura.

Ficara o Conselho Político (*Politieke Raad*) investido do poder supremo na colônia, enquanto o coronel Waerdenburck, comandante superior das tropas, si bem usando o título de Governador (segundo LAET) gozava de autoridade mais restrita do que a anteriormente exercida em São Salvador pelo coronel van Dorth e pelos

(*) — Não confundir com o grande Michel-Adr ienszoon de Ruyter, que se tornou, mais tarde, tão célebre como almirante nas nossas lutas marítimas.

irmãos Schouten. Lemos em ALTZEMA, tomo I, página 1055, que a Assembléia dos XIX, entre as suas deliberações tomadas em Midelbrough, em 1630, acertara as seguintes disposições no tocante aos direitos e poderes, respectivamente, do Governador e do Conselho Político “o coronel tem o direito de tomar parte e de votar no conselho, mas não ocupará ali senão o segundo lugar, isto é, êle se sentará *imediatamente* após o presidente. — A presidência será exercida sucessivamente, cada mês, por um dos conselheiros. O coronel goza de um poder *ilimitado sobre as suas tropas*, ordenando as transferências das guarnições, e fazendo as nomeações dos officiais; e, assistido pelo conselho de guerra julgará todos os delictos, quer os militares, quer os civis”. Habitualmente o Conselho Político não endereçava seus relatórios senão à Assembléia dos XIX, enquanto o Coronel ou Governador enviava os seus também aos Estados-Gerais. Concebe-se que, essa estranha disposição dos respectivos direitos dêsses funcionários não poderia deixar de gerar dissensões, como adiante veremos.

Alguns dias após a partida do Comendador Dirk de Ruyter, achou o Conselho não se achar a sua esquadra em condições de eficiência bastante para se desempenhar com êxito da missão a que se destinava, e, por isso, mandou o almirante Ita ao seu encalço com ordem de fazê-lo voltar. Quando êsse almirante se dirigia de Olinda para o Recife, afim de embarcar, escapou por pouco, como já acontecera com Loncq, de ficar prisioneiro do inimigo. Viu-se, com os 90 homens da escolta, atacado de emboscada por um grupo de indígenas. Um aguaceiro impedira os nossos soldados de se servirem das armas de fogo, e, por isso, 2 officiais e 30 soldados caíram mortos pelas flechas dos índios. Felizmente o coronel Waerdenburch veio da cidade em socorro dos seus compatriotas e salvou-os de um total aniquilamento. No dia 17 de maio o almirante Ita partiu de Pernambuco

com 8 navios e 2 hiates, tendo se reunido no arquipélago das Índias Ocidentais à frota de Dirk de Ruyter e a uma fração da esquadra do Comendador Boon-eter que, nos princípios do ano, havia sido enviada da Holanda para reforçar a do almirante Pater, ainda naquelas paragens. Reunida uma esquadra de 21 navios e hiates, com 1.888 marinheiros e soldados, o almirante Ita por vários meses esteve cruzando aqueles mares, esperando, sem resultado, as embarcações espanholas carregadas de prata que já tinham tomado o rumo da Espanha; por fim, depois de capturar alguns pequenos barcos, regressou à Holanda no decorrer de setembro.

Mas, voltemos ao almirante Pater a quem havíamos deixado no mês de dezembro do ano anterior (1629) em Trindade e empreendera nesse ano uma gloriosa expedição às costas da América-Central. As cartas que êle recebera da Assembléia dos XIX tinham chamado sua atenção para Santa Marta, importante cidade situada entre o rio Hacha e Cartagena; sabia-se estar mal fortificada e em precário estado de defesa, conforme se apreendera de uma carta do governador d. Jerônimo de Quero para o rei da Espanha, a qual fôra interceptada. Pater, a 26 de fevereiro de 1630, apoderou-se, sem luta, dessa localidade cujos habitantes fugiram, e da fortaleza defendida por 15 homens e 6 peças de artilharia, sendo 4 de bronze e 2 de ferro. Pagaram os habitantes um resgate de 5.500 reais, e, não se considerando bastante forte para conservar um ponto tão importante para o comércio com a Nova Granada e Quito, o nosso almirante abandonou dias depois a ilha e em junho regressou à Holanda.

Em Pernambuco as hostilidades continuaram de parte a parte. Várias vèzes os portugueses e os índios atacaram Antônio Vaz e o Recife, e, num dèsses ataques,

em junho, entre 1.500 homens houve 250 mortos (*). Nossas tropas que recebiam constantemente reforços da Holanda tentaram diversas sortidas, visando, umas, destruir trincheiras e obras de defesa do inimigo, e outras a procura de água e de madeira. Quasi sempre dêsses movimentos resultavam violentos combates com os portugueses. Os navios espanhóis e portugueses que passavam à vista de terra eram capturados. Entre êles alguns conduziam escravos africanos os quais eram aproveitados pelos holandeses nos trabalhos dos engenhos e em serviços militares. Para dar uma idéia do quanto já se tornara notável o tráfico de escravos, nessa época, basta notar que dos registros então existentes em Pernambuco se verificou que durante os anos de 1620, 1621, 1622 e 1623 foram trazidos de Angola para essa provincia 15.430 negros (**). Desde 1630, os escravos de Pernambuco afeitos a toda sorte de sofrimentos e fadigas da guerra, inflamados pelo desejo de liberdade de que os holandeses lhes davam o exemplo, haviam tentado construir a sua independência no interior do país. Quarenta dessas creaturas, após se terem apoderado de armas e munições, fugiram para as matas de Palmares, a 30 léguas distante de Olinda; pouco a pouco o número de fugitivos foi crescendo a ponto de alcançar um total de muitos mil dentro de alguns anos. Souberam, assim manter sua independência por um meio século, até que os portugueses puderam um dia atacá-los e vencê-los com fôrças poderosas.

A côrte de Madrid não recebera, sem viva inquietação, a notícia da perda das praças de Olinda e do Recife. O primeiro ministro começou a receber sérias queixas e censuras da opinião pública por haver agido com muita morosidade e mesmo indiferença. O abandono

(*) — Segundo DE LAET. Os autores estrangeiros avaliam as perdas dos portugueses nessa ocasião em 400 mortos.

(**) — DE LAET — p. 192.

do Brasil parecia, sobretudo aos portugueses, ainda mais indesculpável quando Matias de Albuquerque não cessava de reclamar a Olivares contra o estado de abandono em que o deixara a metrópole, com insuficiência de tropas regulares indispensáveis ao guarnecimento das linhas de defesa e para se opôr aos constantes ataques do adversário, sem obter satisfação aos seus pedidos de refôrço. A Espanha só se preocupava com os exércitos da Itália e de Flandres, neles empregando os recursos dos tesouros espanhóis e portugueses. Segundo opinava Olivares bastava enviar ao Brasil ligeiros recursos militares, os quais, sem desgarnecer a Espanha, serviriam para evitar os progressos do inimigo no território pernambucano, e fôsem quais fôsem os clamores levantados contra essa atitude, êle estava persuadido de que os holandeses não poderiam se manter no Brasil! e de que os cofres da Companhia das Índias Ocidentais se encontravam quasi vazios (*).

A Companhia, entretanto, estabelecera-se em dois pontos diferentes da América: além da de Pernambuco ela mantinha uma colônia no rio Hudson, com o nome de *Nieuw-Nederland* (Nova-Neerlândia), a qual se estendera bastante, mercê de vários trechos de terra comprados aos indígenas que os habitavam. Essa colônia prosperava muito e os navios da Companhia ali faziam um comércio vultoso e lucrativo. Em 1630 a exportação de peles de castor e de lontra subira a 68.012 florins, e a importação de artigos da mãe-pátria somara 57.500 florins (**). Favorecida por essa crescente prosperidade a Companhia foi se tornando cada vez mais popular, e mais se exaltou essa simpatia quando, no fim de 1630, ela aconselhou fortemente ao govêrno não aceitar as propostas de paz da Espanha. Essa sua opinião tornou-se em breve a de toda a Neerlândia. Por maiores fôsem

(*) — DE BEAUCHAMP. PADRE SANTA TEREZA.

(**) — DE LABT — *Kort Verbael*, etc., pgs. 26 e 30.

os encargos da guerra havia ainda vantagens em continuá-la por causa das compensações trazidas pelas constantes prêsas que se faziam ao inimigo. De todos os pontos os Estados receberam pedidos de prosseguimento da luta e um grande número de brochuras foram publicadas a respeito^(*), nas quais se demonstravam os grandes proveitos que o rei da Espanha tiraria dessa trégua e o prejuízo que dela adviria para as Sete Províncias Unidas. Os principais argumentos invocados em defesa dessa opinião consistiam no seguinte: que as probabilidades da vitória eram hoje maiores do que nunca, porque de um lado a Espanha se mostrava enfraquecida com as conquistas feitas pela Companhia das Índias Ocidentais, e por outra face ela se via muito comprometida na Itália lutando contra a França e contra Veneza, enquanto nosso aliado, o rei da Suécia, continha as tropas imperiais na Alemanha. Fazendo-se a paz, ver-se-iam bem depressa renascer as antigas dissensões internas que se haviam tornado sensíveis per ocasião do primeiro armistício (1609), o que permitiria ao inimigo reconstituir suas fôrças para um próximo aniquilamento da Companhia das Índias Ocidentais. Prosseguindo-se na guerra, apenas nas colônias, a Companhia não disporia de elementos para mantê-la nas Índias Ocidentais e no Brasil, contra um adversário que ali concentraria todas as suas fôrças de terra e mar. Temia-se ainda que do licenciamento súbito de um considerável número de marinheiros resultasse o aumento da pirataria que viria perturbar sèriamente o comércio marítimo (*).

Prevaleca opinião geral: a guerra continuou e sòmente passados 18 anos terminou com a paz de Westphalia.

Voltemos, porém, a Pernambuco onde, si os holandeses haviam ficado senhores do mar, outro tanto não lhes acontecera com relação ao interior do continente.

(*) — Ver as brochuras contemporâneas e as obras de ARZEMA, WAGENAAR e VAN KAMPEN.

Visando proteger as comunicações entre Olinda e Recife êles, em junho, já tinham começado a construção de uma fortaleza a meio caminho das duas localidades. Com inauditos esforços concluíram êsse forte que tomou o nome de Bruyne, em honra de Johan de Bruyne, presidente do Conselho Politico (41). Os portugueses procuraram vivamente embaraçar êsses trabalhos de fortificação; foram inúmeros os ataques às obras, travando-se sérios combates, com muitas perdas de vidas. Anota LAET ser difficil avaliar o número de mortos do inimigo porque, após a luta, êles carregavam a maior parte dos seus mortos.

No propósito de ativar a guerra no mar o Conselho Politico elevou um dos seus membros, Johannes Van Walbeeck, ao pòsto de Comendador ou Almirante da Costa Brasileira. Êle realisou vários cruzeiros e conseguiu algumas prêsas, mas os armazens do Recife começavam a se esvaziar e a situação da guarnição se tornava grave porque já não lhe distribuíam senão o pão e os biscoitos trazidos da Holanda; a própria lenha que queimavam era também trazida da Europa, muito embora as matas do Brasil lhe ficassem muito próximas. Mas o inimigo sabia como as guardava. Desvelavam-se as nossas tropas num constante trabalho de fortificação de Olinda, tão desfavoravelmente situada. Dia a dia todos se convenciam da improficuidade dêsses trabalhos, e, por isso, após levantar uma planta exata dessa praça, acompanhada de uma descrição, o Conselho Político expôs à Assemblêia dos XIX a impossibilidade de conservar a cidade, submetendo o caso à resolução daquela Assemblêia (*). Já nessa época se pronunciavam as divergên-

(*) — O incêndio de 1635 e as consequentes demolições praticadas pelos holandeses em Olinda, para aproveitar o material na construção de casas na Cidade Maurícia (atual bairro de Santo Antônio), roubaram à antiga capital pernambucana a fisionomia da época anterior à invasão. Todavia, as igrejas e os conventos ainda hoje all existentes, muito embora reconstruídos e ampliados, datam do primeiro século da colonização. O antigo Convento dos Jesuítas, hoje Seminário, é de 1576. A Sé, infelizmente remodelada de modo verdadeiramente estúpido,

cias entre o governador e comandante militar e o Conselho Político, pois, enquanto êste solicitava permissão para abandonar-se Olinda, o coronel Waerdenburch enviava, em outubro, aos Estados Gerais o capitão Van Rembach no propósito de provar às Altas-Potências a necessidade de se manter aquelas mesmas fortificações⁽¹²⁾.

Por fim a Companhia resolvera mandar novos reforços, munições de guerra e provisões de boca para Pernambuco. Dezeseis navios bem carregados e trazendo 850 soldados⁽¹³⁾ partiram sob o comando do bravo Pater, vindo também Marten-Thyszoon como almirante. Nos últimos dias de dezembro alguns desses barcos, os primeiros a zarpar, chegaram ao Recife, e em abril de 1631 Pater com o restante da frota ali também ancorara.

Aproveitando-se logo essas tropas frescas tentou-se um ataque contra Itamaracá, ao norte de Olinda, ilha que possuía sete léguas de circunferência muito férteis em açúcar, uvas e melões (*). Entregaram ao tenente-coronel Hartman-Godfrid a direção desse assalto. A 22 de abril êle se fez de velas do Recife, com 14 navios e hiates, além de muitas chalupas. 1.260 homens formavam a tripulação desses barcos cujos comandos foram confiados ao major Schutte e aos capitães Schkoppe⁽¹⁴⁾, Pierre e Grand, Artichofsky e outros cujos nomes serão oport-

porque lhe tiraram o caráter arquitetônico, destruíram painéis de azulejos, retábulos preciosos, altares de talha, etc., é de 1535. A igreja do Carmo é de 1588. O Convento de São Francisco, com a sua bela igreja, foi levantado em 1585. O de São Bento em 1595. A igreja de Nossa Senhora do Monte foi fundada logo depois da chegada de Duarte Coelho. A igreja da Misericórdia é de 1599. Ao seu lado existem as ruínas de uma casa incendiada pelos holandeses, únicas que chegaram a nossos dias. São João é de 1599. Outras igrejas são dos séculos XVI, XVII e XVIII, como Amparo, São Sebastião, Guadalupe, Rosário, Boa Hora, Bom Sucesso, São Pedro Mártir, Conceição das Freiras, Conceição dos Milagres, etc.. Santa Teresa foi fundada após a restauração por João Fernandes Vieira. O encanto da velha Olinda reside nos seus templos e no magnífico panorama descortinado de vários pontos das suas colinas, sobretudo do alto da Sé. — (N. do T.).

tuna e dignamente mencionados. Após dois dias de viagem avistaram Itamaracá, mas, soube-se por alguns portugueses e negros aprisionados, dispor o forte situado perto da vila da Conceição, e sob o comando de Salvador Pinheiro, 16 canhões, e que sendo, até bem pouco tempo, apenas de 300 homens a guarnição, recebera agora um reforço de 800 soldados enviados por Albuquerque. A essa circunstância acrescia-se uma outra dificuldade: a do terreno. Todas as imediações eram alagadiças de modo a tornar muito perigoso um assalto. Dêste modo, depois de se ouvir a respeito o Conselho Político, renunciou-se ao ataque. Contentaram-se os holandeses em construir um pequeno forte numa ilha que ficava na embocadura do rio, defronte de Itamaracá. Nesse forte, que recebeu o nome de Orange, deixou-se uma guarnição composta de 366 homens sob as ordens de Artichofsky, e a 1.º de julho o restante da expedição regressou ao Recife.

Espalhará-se, entretanto, na Espanha que o armamento encomendado por Pater visava um ataque aos galeões do México. Essa notícia inquietou vivamente a Olivares que expediu sem demora ordens ao almirante d. Antônio d'Oquendo no sentido de preparar em Lisboa uma esquadra de 20 navios para proteger êsses galeões portadores de grandes riquezas da Nova Espanha. Todas as despesas dessa expedição caberiam a Portugal e, por isso, êsse reino pediu a Olivares para que uma parte dessa frota se destinasse também à defesa do Brasil. Felipe IV aquiesceu e determinou que, das tropas enviadas, dois mil homens fossem aproveitados em reforçar as principais guarnições da colônia, a saber: — 200 homens para a Paraíba, 800 para a Baía, e o resto, constituindo um corpo de 1.000 homens, — portugueses, espanhóis e napolitanos — com 12 peças de campanha, sob o comando do conde napolitano Bagnuolo, destinava-se a engrossar o pequeno exército de Albuquerque,

em Pernambuco. Duarte de Albuquerque, irmão mais velho de Matias de Albuquerque, e donatário da capitania de Pernambuco, seguiu também nessa esquadra de volta ao Brasil. Ao invés de se dirigir diretamente ao Recife, onde teria surpreendido aos holandeses, o general Oquendo, em obediência às ordens recebidas, foi primeiro à baía de Todos-os-Santos e ali desembarcou os 800 homens que deviam ficar em São Salvador. Em seguida fez-se de novo ao mar. Mas, no Recife tiveram notícia da aproximação da esquadra espanhola e o Conselho resolveu enviar ao seu encontro o general Pater com 16 navios, impedindo assim o desembarque das forças destinadas a Pernambuco. Partiu Pater a 31 de agosto: sua frota compunha-se dos seguintes navios: — *Prins Willem*, de 17 *Provintien*, *Holandia*, de *Olifant*, *Amersfort*, *Arca Noé*, *Provintie van Uytrecht*, *Nieuw Nederlandt*, *Goeree*, *Walcheren*, *Fortuyn*, *Griffioen*, e *Mercurius*, além dos hiates *Medemblik*, *Maegdt van Dordrecht* e *Rotterdam*. Embarcaram-se nesses navios nove companhias de tropas (*) obedecendo ao comando do major Engelbrecht Schutte. Na tarde de 11 de setembro, uma hora antes do pôr do sol, avistou-se ao longe a esquadra espanhola (16). O general Pater reuniu a bordo do seu navio todos os capitães e transmitiu-lhes as ordens de atacar, dois navios contra um, os galeões espanhóis. (Falsas informações haviam-no levado a acreditar que a frota inimiga se compunha apenas de 8 barcos). Ao amanhecer, as duas esquadras estavam, em linha de combate, uma em frente da outra. Mas, em lugar de 8 galeões, o adversário dispunha de 17, sem falar de 36 embarcações menores e mercantes. Alguns dos nossos capitães desanimaram diante da superioridade do inimigo e deixaram-se ficar covardemente na retaguarda, porém o bravo Pater, não querendo dar parte de fraco,

(*) — As companhias, nesse tempo, compunham-se ordinariamente de 100 homens.

abordou resolutamente o capitânea espanhol, por volta das 10 horas da manhã. Vários galeões vieram em auxílio do almirante, enquanto Pater era também fortemente secundado pelo valente Jan Mast, capitão do *Walcheren*. Travou-se terrível e cruento combate à arma branca; o retinir das armas se misturavam ao troar dos canhões (47) quando de repente se manifestou a bordo do capitânea um incêndio impossível de ser extinto. A heróica tripulação nem por isso arrefeceu na luta até que, por fim, o fogo soltou as amarras e o navio foi ao fundo. Apenas um número reduzido de soldados foi salvo pelos espanhóis; a maioria encontrou a morte no mar. O bravo general Pater foi dos últimos; covardemente abandonado pelos seus, por muito tempo permaneceu agarrado a um cabo, mas extenuado não pôde mais vencer a fraqueza dos músculos e foi tragado pelas ondas (48).

O almirante Thyszoon, com o seu navio *De 17 Provintien*, e auxiliado pelo *Provintien van Uytrecht*, havia atacado vivamente o vice-capitânea espanhol; após um combate de uma meia hora o navio holandês perdeu o mastro, mas a sua gente persistiu na luta até que por sua vez o barco também se incendiou. Súbitamente a equipagem saltou para bordo do navio inimigo sendo dele repelida; alguns homens se afogaram; a maioria entretanto foi salva. Thyszoon não deixara de combater; conseguiu meter a pique o vice-capitânea espanhol e apoderar-se do galeão *Buenaventura*. O galeão São João Batista foi também posto a pique e somente a noite pôs termo à batalha. Achavam-se então tão maltratadas as duas esquadras que muitas das suas unidades não podiam mais prestar serviços. Fez-se Oquendo sem demora de rumo ao litoral, procurando os mais próximos portos das colônias espanholas, depois de ter desembarcado perto de Barra-Grande, a 30 léguas do campo do Bom Jesus, Duarte de Albuquerque e algumas forças sob o comando do conde de Bagnuolo. A 22 nossos navios ancoraram

no Recife. Já era conhecido ali o resultado da batalha e estavam todos prêsos de grande ansiedade. Temia-se mesmo que o Recife viesse a ser atacado pela esquadra espanhola ou pelas tropas que Bagnuolo trouxera em auxílio de Matias de Albuquerque. Nessa perspectiva cogitara-se até de pôr as embarcações que se achavam no Recife em condições de ir em socorro de Pater e de abandonar-se Olinda às pressas para melhor se fortificar o Recife.

Além da perda de Pater sofremos igualmente a do bravo Tomás Sickes, comandante do *Holandia*, e a de um grande número de outros oficiais e marinheiros. Estimam alguns historiadores em 3.000 os homens mortos de cada lado, nesse combate, o que é evidentemente exagerado, porquanto toda a frota holandesa não dispunha de mais de 2.200 marinheiros e soldados. A Companhia perdeu dois magníficos barcos providos de excelente artilharia; obteve, porém, em compensação, o *Buonaventura* carregado de açúcar, tabaco e madeira, e dispondo de 22 grandes peças de bronze. Foi de 240 o número dos prisioneiros, entre os quais o comandante do galeão Cosme do Couto Barbosa, que forneceu a lista exata dos navios e das equipagens contra as quais havíamos combatido (*):

(*) — DE LAET — PG. 245.

NAVIOS ESPANHÓIS	N.º DE CANHÕES	EQUIPAGEM
1 - Galeão S. Iago, comandado por d. Antonio de Oquendo	48 de bronze	400 homens
2 - Galeão S. Antonio de Pádua, com. por Fr. de Valezilla	26 " "	260 " "
3 - Galeão Buonaventura	22 " "	170 " "
4 - Galeão N. Senora de Buen Sucesso.	22 " "	200 " "
5 - Galeão N. Senora de Concepción.	24 " "	200 " "
6 - Galeão N. Senora de Anunciada.	22 " "	180 " "
7 - Galeão S. Carlos	20 " "	170 " "
8 - Galeão S. Blas	20 " "	160 " "
9 - Galeão S. Francisco	20 " "	160 " "
10 - Galeão S. Pedro de Guadrigilios .	20 " "	150 " "
11 - Galeão S. Bartolomeu	18 " "	140 " "
12 - Galeão S. Martin	20 " "	160 " "
13 - Patacho S. Pedro	6 bronze e 4 de ferro	90 " "
14 - Patacho León Dorado	6 bronze e 4 de ferro	90 " "
NAVIOS PORTUGUESES		
15 - Galeão S. Jorge	22 de bronze	100 " "
16 - Galeão S. João Batista.	22 " "	100 " "
17 - Galeão S. Tiago	22 " "	100 " "
18 - Galeão N. Senh. dos Prazeres maior	22 " "	90 " "
19 - Galeão N. Senh. dos Prazeres menor	20 " "	90 " "

Além dessas embarcações havia mais cinco navios mercantes, cada um deles armado de 10 a 20 canhões de ferro, e mais uns outros 29 barcos de pequena tonelagem destinados ao embarque de tropas. Dessa relação se verifica claramente que a esquadra holandesa, composta apenas de 16 navios, dos quais 3 ficaram na retaguarda e não puderam combater, teve de enfrentar uma luta desigual. E, no entanto, as perdas foram tão equilibradas, em número que segundo a opinião geral, inclusive a dos próprios portugueses: "o bravo almirante

holandês, embora tendo perdido a vida, não foi dado como tendo perdido a batalha" (*). Comprova assim êsse testemunho do adversário a coragem heroica dos capitães que tomaram parte nessa luta e demonstra outrossim a simplicidade e a sinceridade do historiador LAET; êle disse, por exemplo, aludindo a êsse encontro naval que "em quasi todos os navios existiam muitos mortos e feridos, de modo a se poder afirmar ter sido êle um notável combate do qual os vencedores não conseguiram sensíveis vantagens, porquanto suas perdas haviam se igualado às nossas" (**). Contrariamente à própria opinião dos portugueses êle lhes confere a palma da vitória.

O rei da Espanha ficou tão satisfeito com êsse triunfo que mandou cunhar, em Madrid, uma medalha comemorativa, a qual trazia numa face a effigie de Felipe IV e na outra um Sansão abatendo o Leão Neerlandês (***).

Marten Thyszoon foi nomeado em substituição de Pater e obteve assento no Conselho Político. Durante todo o mês de outubro discutiu-se a questão de se conservar ou não a posse de Olinda, e, por fim, tomou-se a deliberação de arrazar as fortificações, incendiar-se a povoação e recolherem-se todos ao Recife que, por sua vez, seria fortificado. Essa resolução, aliás, fôra tomada contra o voto de Waerdenburch, mas a instâncias do capitão Artichofsky que, a respeito, apresentou um memorial ao Conselho. Essas medidas tiveram execução no fim de Novembro, e, dêste modo, tornando-se desnecessárias as guarnições mantidas naquela localidade e nos fortes circunvizinhos, pôde-se dispor de uma força bastante respeitável, num total de 7.000 combatentes, inclusive os marinheiros e os negros. Após haverem dis-

(*) — PADRE STA. TERESA — I, pg. 215. BEAUCHAMP — II, pg. 275 e SOUTHEY — I, pg. 533.

(**) — DE LAET — pg. 241.

(***) — Ver a descrição dessa medalha militar em VAN LOEN, *Historiepenning-
gen* II, pg. 196.

cutido em conselho si deveriam aproveitar essas tropas para atacar Albuquerque nas suas fortificações, ou em investir contra qualquer um outro ponto, escolheu-se, então, a Paraíba, ao norte de Olinda; dela se tivera um exato conhecimento através de informações obtidas de um desertor. Todavia, antes de se levar a efeito êsse projeto, fez-se uma aliança com a tribo dos Tapúias (tribu hoje desaparecida) a qual alimentava invencível ódio dos Tupinambás, protegidos pelos portugueses. Aquela tribo nos prestou valiosos serviços.

Para a execução do plano de ataque à Paraíba foram destacados 1.600 homens sob o comando do tenente-coronel Callenfels⁽⁴⁹⁾ e embarcados em 15 navios. A 5 de dezembro êles chegaram ao ponto de destino. O inimigo não foi porém colhido de surpresa pois há uns 15 dias tivera notícia de nosso próximo ataque, por intermédio de dois desertores, e, por isso, nossas tropas sofreram logo a repulsa de soldados espanhóis e portugueses que formavam 4 companhias de 60 a 70 homens cada uma além de 600 índios, entrincheirados nas praias. Os holandeses conseguiram desembarcar mas êsse gesto de bravura custou-lhes 40 vidas, tendo, entretanto, desalojado o adversário das suas trincheiras. Contudo não foi fácil tomar-se o forte de Cabedelo, de que era comandante João de Matos Cardoso, velho e competente militar essa posição ficava na embocadura do rio e dispunha de 18 grandes canhões e de uma guarnição composta de duas companhias. Foi necessário sitiá-la. Nessa mesma noite começaram a cavar trincheiras, mas, devido ao calor, os nossos tiveram em quatro dias mais de 200 mortos e doentes, pelo que renunciaram ao cêrco e a outros quaisquer empreendimentos ali. No intuito de proteger-se o reembarque das nossas tropas fez-se, na véspera da partida, um vivo ataque às trincheiras portuguesas, e nesse combate o inimigo perdeu 100 homens, tendo sido de

40 as nossas perdas. O embarque concluiu-se e a 14 de dezembro ancorava-se no Recife (*).

Voltaram-se as vistas, então, para o Rio Grande, ao norte de Olinda, onde se contava com um valioso auxílio dos Tapúias; ainda no decorrer de dezembro a mesma esquadra recebeu ordens de se encarregar dessa nova expedição e zarpou. A costa, porém, era de tal modo escarpada que o desembarque foi impossível. Por outro lado o forte levantado na embocadura do Rio-Grande ficava à distância de um tiro de espingarda do ancoradouro e fôra construído sôbre um rochedo, tornando-se assim quasi inexpugnável. Impôs-se o regresso ao Recife sem nenhum resultado.

Nesse mesmo ano a Espanha havia sofrido um prejuízo incalculável com o naufrágio da sua "frota da prata" que, receando cair às mãos dos holandeses, ao passar pelos mares das Índias Ocidentais, havia partido mais tarde do que de costume. Sômente alguns galeões se salvaram, tendo a maioria ido ao fundo com as tripulações e os carregamentos.

No Recife deliberava-se novamente a respeito do que se faria contra os portugueses. Um assalto ao Arraial, o campo fortificado de Albuquerque, fôra considerado de poucas probabilidades de êxito. As tentativas feitas contra a Paraíba e outras praças tinham fracassado, e a expedição do coronel-governador Vaerdenburch, composta de 17 navios e 13 companhias, contra Rio Formoso, em janeiro de 1632, tivera como resultado apenas a destruição de alguns engenhos. Em fevereiro, no entanto, chegara uma ordem formal da Assembléia dos XIX para que se levasse a efeito um ataque contra qualquer que fôsse o ponto fortificado. A 13 dêsse mesmo mês o Governador, acompanhado de Walbeek e Thyszoon, à frente de uma esquadra de 18 navios, e levando 14 com-

(*) — DE LAET — pg. 249. SOUTHEY — I, pg. 515, etc.

panhias, saiu do Recife de rumo ao cabo de Santo Agostinho. Não tardaram a regressar, após terem sofrido uma ligeira derrota tentando fazer um desembarque nas proximidades de Nossa Senhora de Nazaré, onde Bagnuolo havia construído alguns redutos.

Convictos das poucas vantagens obtidas ali pela poderosa frota da Companhia, resolveu o Conselho Político, acertadamente, enviar o almirante Marten Thyszoon, com 19 navios, combater o inimigo nas Índias Ocidentais. Com essa esquadra seguiu também o tenente-coronel Callenfels que, há muito tempo, já vinha solicitando a sua saída do Brasil. Ficaram no Recife 13 navios, às ordens de Jan Mast que fôra nomeado Almirante ou "Comendador" da costa brasileira, em substituição de Walbeeck, então elevado às funções de presidente do Conselho Político. No comêço de 1632 os holandeses fizeram uma aquisição da mais alta importância, a de um mulato de nome Calabar; desertando das fileiras do inimigo, viéra oferecer seus serviços às nossas tropas. As razões determinantes dessa deserção não ficaram bem esclarecidas; de qualquer modo, o auxílio que nos prestou foi de grande utilidade, pois era conhecedor do sistema de guerra adotado no Brasil. Ativo, hábil, empreendedor e de uma grande temeridade.

Aproveitando as forças que se encontravam ainda na colônia, o governador Waerdenburch resolveu afinal tentar um ataque à vila de Iguarassú (*) situada a 5 léguas de Olinda. Partiram do Recife no dia 30 de abril, guiados

(*) — Igarassú ou Iguarassú é a mais antiga localidade de Pernambuco. A 9 de março de 1535 o primeiro donatário dessa capitania desembarcou, com sua família e comitiva, no sítio dos Marcos, à margem de um rio que recebeu o nome de Igarassú. E, perto dali, Duarte Coelho fundou a vila, sob a proteção de São Cosme e Damião, padroeiros do templo ainda hoje existente e que é o mais velho do Brasil. Posteriormente Duarte Coelho, em visita às redondezas, achou mais agradável e conveniente para seu estabelecimento e sede da capitania um local mais vizinho do mar, sobre colinas, onde se instalou definitivamente, dando a essa nova vila a denominação de Olinda. Igarassú é hoje uma cidade pequena e decadente, uma espécie de "museu". Possui várias igrejas, tendo outras caído em ruínas. Das que

por Calabar, e acompanhados pelo major Rembach, com 5 companhias de mosqueteiros e uma outra armada de piques. Tornava-se necessário, para alcançar Iguarassú, a travessia de três pequenos rios, mas naquela época de chuvas copiosas essa passagem se tornava quasi impossível; felizmente, porém, há dois dias se verificara uma estiada de modo que êsses cursos d'água podiam ser atravessados a vau. Era também indispensável a passagem por estreitos caminhos nas montanhas e por lugares onde não existiam estradas de nenhuma espécie do que resultou terem as tropas errado o rumo retardando a chegada ao destino. Sòmente ao amanhecer avistaram a vila. A maioria da população achava-se na igreja, ouvindo missa, não havendo, portanto, nenhum preparativo de defesa. Os holandeses se apoderaram, dêste modo, de Iguarassú, com a maior facilidade. No ligeiro combate travado morreram 100 pessoas das que habitavam a vila e outras tantas ficaram prisioneiras. No intuito de evitar que as tropas assaltantes se embriagassem, o governador mandou esvasiar 200 barrís de vinho ali encontrados, e, igualmente, querendo poupar as mulheres de qualquer ofensa à sua honra mandou trancá-las num convento, sob a guarda de um tenente e de 50 mosqueteiros⁽⁵⁰⁾. Graças a tais precauções nenhuma desordem ou violência se produziu e as prêsas foram protegidas contra o saque; eram valiosas, pois, grande parte dos habitantes dispunham de haveres e tinham vindo de Olinda se refugiar naquela vila trazendo

estão ainda de pé contam-se a Matriz (São Cosme e Damião), em trabalhos de conservação, a igreja e Convento de São Francisco, rica de arte, Livramento, Misericórdia e Rosário, estas três últimas, infelizmente, abandonadas.

A propósito da tomada de Igarassú, pelos holandeses, em 1632, narra-se este episódio de cunho sobrenatural: De posse da vila os invasores precisaram de telhas para cobrir as casas de moradin que estavam construindo em Iltamaracá, e, como não houvesse olarias por ali, começaram a destelhar a igreja de São Cosme e Damião. Nesse momento processou-se um milagre — os soldados que se achavam na cobertura do templo a tirar-lhe as telhas caíram do alto subitamente, uns cegos, outros mortos. E a igreja não sofreu a profanação. — (N. do T.).

os seus bens. Feita a pilhagem os holandeses evacuaram Iguarassú, de regresso ao Recife.

Tendo tido conhecimento da derrota e das perdas sofridas em Iguarassú, Duarte de Albuquerque recebeu novos ataques, e, por intermédio de um tal Pedro Álvares, anteriormente feito prisioneiro dos holandeses, entrou em entendimentos com o governador propondo-lhe, em troca de alguns milhares de caixas de açúcar, sua retirada do Brasil com todas as tropas. Waerdenburch respondeu ser a Companhia incorruptível mas que estaria disposta a oferecer condições vantajosas a Albuquerque, caso elle quizesse abandonar livremente o país. Não foi aceita esta proposta.

O govêrno do Brasil Holandês, nessa época, compunha-se dos seguintes funcionários: officiaes superiores Johannes van Walbeek, presidente do Conselho Político; Waerdenburch, coronel e governador; Carpentier e Van der Haegen, conselheiros políticos; Schutte, tenente-coronel; Jan Mast, almirante da costa brasileira; um comandante de artilharia e mais cinco majores: — Redinckoven, Berstet, Rembach, Schkoppe e Artischofsky (*). Resolvera o Conselho Político estender cada vez mais os territórios conquistados, e nesse intuito dirigiu uma proclamação aos habitantes na qual os convidava a, em vez de se exporem constantemente aos azares da guerra, se submeterem voluntariamente ao domínio da Companhia que, em troca, lhes prometia garantir suas propriedades e manter seus direitos e liberdade de culto. Permittia-se-lhes outrossim não só commerciar com os Países Baixos, como pagar pela metade os impostos que então pagavam à Espanha, nada tendo a temer a esse país que os não poderia valer uma vez serem poucos seus esforços para se defender dos inimigos na própria

(*) — Ver DE LAET — pg. 298, na qual encontramos as assinaturas de todos esses membros num inquérito datado de 12 de novembro de 1632, a respeito da demissão de um tal Leendert van Lom, acusado de alta traição.

Europa. Albuquerque e seus partidários, no entanto, evitaram que essa proclamação produzisse o menor efeito, resolvidos como se achavam todos a lutar a todo transe.

Nesse interim, a esquadra que continuava a cruzar ao longo da costa havia se apoderado de vários navios os quais foram remetidos para Recife. O bravo Jol (Perna de pau) empreendeu uma frutuosa expedição ao Arquipélago das Índias Ocidentais, com os hiates Otter, Zeeridder e Zuydsterre, enquanto o valente Galein van Stapels, com os hiates Pernambuco e West Souburg, pertencentes à frota de Thyszoon, fez um desembarque no Yucatan, apoderando-se da pequena localidade de Sisal que incendiou (*).

Deixaremos de mencionar várias outras expedições de pequena importância, quer por mar, quer por terra, levadas a efeito no Brasil, e que tiver um maior ou menor êxito. Mas, é de justiça salientar um fato que merece ser anotado: — a heróica defesa de um forte, situado no rio Formoso, contra o qual fôra mandado, em janeiro de 1633, o major Schkoppe com 500 homens, servindo-lhe Calabar de guia. Esse forte dispunha apenas de duas peças e de 20 soldados de guarnição, sob o comando de Pedro de Albuquerque (**). Nunca soldados cumpriram melhor o seu dever do que êsse punhado de portugueses. Intimidados a renderem-se, o bravo comandante respondeu que combateriam até o último alento e, realmente, resistiram a quatro assaltos seguidos. Dos 20 soldados, 19 morreram; o derradeiro, embora ferido, atravessou a nado o rio, escapando de ser preso. Ao entrarem os vencedores no forte encontraram o seu destemido comandante estendido ao lado dos 19 comandados, tão valentes quanto êle; Pedro de Albuquerque recebera um tiro de

(*) — É a mesma localidade de Sisal que em 1624 foi tomada por Pieter Schouten.

(**) — DE BEAUCHAMP — II, pg. 290. SOUTHEY — I, pg. 542. DE LAET — pg. 422.

mosquete no peito. Os nossos, cheios de admiração e tocados por êsse heroísmo, prodigalizaram socorros a êsse oficial cuja vida foi salva; concederam-lhe, depois, a liberdade, sob palavra, e êle embarcou para Lisboa. Em 1643, Pedro de Albuquerque voltou ao Brasil como governador da capitania do Maranhão (*) em cujas funções nós o reencontraremos mais tarde.

Pretendendo dar maior soma de poderes ao govêrno da colônia, designara a Companhia, em outubro de 1632, para servir ao Brasil, a dois de seus diretores, Mathijs Van Ceulen e Johan Gysselingh, com os títulos de Diretores-Delegados (*gedeleguerede bewindhebbers*). Êles se encarregariam da alta administração no Brasil. Chegaram ao Recife, respectivamente, em dezembro daquele ano e, em janeiro seguinte, trazendo alguns navios carregados de novas tropas de refôrço. A 8 de março de 1633 o governador Waerdenburch, que há tempos solicitara demissão, partiu para a metrópole, acompanhado pelo conselheiro político Van Walbeek, do tenente-coronel Schutte, com vários oficiais e 500 soldados, cujo tempo de serviço terminara. Foi nomeado, então, coronel e governador o major Laurens van Rembach. Os soldados que haviam permanecido em Pernambuco subiam ao número de 2.900 (**). Os dois comissários da Companhia resolveram não interromper as vitórias ultimamente obtidas e decidiram se apoderar de toda a província de Pernambuco. Perto do rio dos Afogados (***), onde principia a fértil várzea do Capibaribe, e não muito distante do Arraial (o campo fortificado dos portugueses) ficava o forte Emília conservado pelo inimigo tenazmente, não obstante terem-no os nossos atacado várias vêzes. Rem-

(*) — Nas ruínas do forte de Rio Formoso o Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco colocou uma lápide comemorativa do grande feito de Pedro de Albuquerque e seus 16 companheiros. — (N. do T.).

(**) — DE LAET — pg. 324.

(***) — O braço do rio Capibaribe.

bach, aproveitando-se da noite, marcha contra essa posição com 11 companhias (1.000 homens), surpreende-o e toma-o à viva fôrça, isto no dia 17 de março. Depois, investe contra o segundo entrincheiramento que consegue dominar com o mesmo êxito. Senhor, então, de excelentes pontos, o nosso coronel se apressa de construir ali um reduto a que se deu o nome de Príncipe de Orange, *Willem*. Dêsse reduto saem doravante os holandeses para realizar excursões pela várzea. Si os portugueses não estivessem sempre tão atentos à defesa teriam sido, numa dessas ocasiões, surpreendidos por nossas tropas que, protegidas pelo reduto, se julgavam certas da vitória.

Dias após o coronel Rembach, encorajado por êsses bons resultados, resolveu atacar o forte do Bom Jesus. Deixou 3 companhias de guarda ao forte Willem, e marchou com outras 12 no propósito de investir o campo por três lados diferentes. Estava-se a 24 de março, quinta-feira santa, num momento em que se supunha acharem-se os portugueses entregues aos seus deveres religiosos. Essa astúcia fôra aconselhada por Calabar; mas, na fortificação tudo se encontrava pronto para repelir o adversário. Albuquerque, avisado do ataque, concentrara suas fôrças e, mal os assaltantes apareceram, um fogo terrível de metralha rompeu contra êles, atingindo fileiras inteiras e obrigando-as ao recuo. As perdas foram consideráveis entre os nossos: 130 homens mortos ou prisioneiros, além de outros tantos feridos⁽⁵¹⁾. O major Van Padburgh ficou entre os tombados para sempre e o coronel recebera um ferimento grave, dele vindo a morrer a 1.º de maio. A 11 de junho o tenente-coronel Sigemundt van Schkoppe substituiu-o no posto de coronel e no de governador. Houve uma trégua na qual os comissários da Companhia, por alvitre do conde de Bagnuolo e de Matias de Albuquerque, firmaram um acôrdo com o intuito de se continuar com mais humani-

dade àquela guerra. Combinou-se, de ambos os lados, não se sacrificar os prisioneiros; não se incendiar igrejas ou imagens e não se maltratar os eclesiásticos. Fixou-se também o preço do resgate a ser exigido pelos prisioneiros, consoante sua patente; não se utilizariam mais balas envenenadas, nem machados, nem outras armas desleais. Por ocasião dêsse acôrdo foram permutados os prisioneiros sem nenhum resgate (*). Essa convenção causou aos portugueses um bom efeito, o que serviu aos holandeses.

Pouco tempo decorrido, resolveram os holandeses, por ordens reiteradas do Conselho dos XIX, atacar de novo Itamaracá. Para êsse fim, a 16 de junho de 1633, partiram do Recife 16 navios, com 700 homens, levando a bordo, além do coronel Schkoppe e do tenente-coronel Byma, o diretor delegado Mathijs van Ceulen e o membro do conselho político Carpentier ⁽⁵²⁾. Protegidos pelo forte de Orange, construído por Callenfels, em breve foi possível a posse da vila da Conceição, capital da ilha. Desesperançado de receber reforços, o governador Salvador Pinheiro, rendeu-se sob condições razoáveis, sem dar um tiro. Toda a ilha foi também ocupada. Em regosijo os holandeses deram, durante o dia inteiro, salvas de canhões e agradeceram a Deus uma vitória tão fácil. Depois, os chefes da expedição e uma parte das tropas regressaram ao Recife.

No mês de Abril do mesmo ano Jan Janszoon van Hoorn, que vinha há muito se distinguindo ao serviço da Companhia, foi mandado com uma expedição às Índias Ocidentais, dispondo de 8 navios. Depois de haver cruzado por algum tempo entre as ilhas, tomou o rumo da costa de Honduras, ao sul da Nova-Espanha, e atacou, no mês de julho, a cidade de Truxillo, edificada no

(§) — O texto integral dêsse acôrdo é encontrado em DE LAET — pg. 331 e a cópia MS. do original nos Arquivos do Reino (Maço Ind. Occ., 1630-1634).

alto de uma montanha e perto da baía do mesmo nome. Vencida pequena resistência e perdendo apenas 7 homens, ficou dono da localidade. Um incêndio que se manifestou nessa ocasião destruiu mais de dois terços da vila, de modo que os despojos obtidos foram de pouca importância e como contribuição de guerra apenas se obteve 20 libras de prata. Velejaram em seguida para a península de Yucatan, com o intuito de atacar a cidade de São Francisco, na baía de Campêche. Essa região é notável pela madeira que fornece. São Francisco é a capital possuindo um comércio de grande vulto. A 13 de agosto efetuaram os holandeses um desembarque, perto da cidade, e forçaram o inimigo, que viera até às praias repeli-los, a recuar de novo para suas linhas e os perseguiram, combatendo-os, até dentro do mercado. Um vivo tiroteio rompeu dos baixos telhados contra os nossos; afóra os 350 soldados de infantaria de que se compunha a guarnição ali se encontravam mil habitantes providos de armas e muitos indígenas que se haviam juntado às tropas. Até os padres, armados, combatiam. Contudo, mesmo com superioridade de fôrças, os inimigos foram obrigados a render-se, à exceção do convento fortificado de São Francisco no qual se achava o governador d. João de Barros que se recusou a entabular negociações ou a pagar um resgate pelos prisioneiros. Disseram que o rei da Espanha o proibira de fazê-lo, sob pena de severos castigos (*).

O comandante holandês, não dispondo, além das tripulações dos navios, senão de 250 homens de tropas à sua disposição, convenceu-se logo da impossibilidade de manter-se na cidade. Dêste modo, após ter mandado incendiar 22 barcos mercantes fundeados no porto, e depois de ter embarcado todas as prêsas feitas, o bravo Janszoon voltou à mãe-pátria onde chegou em novembro.

(*) — DE LAET, pag. 400.

Na província de Pernambuco os holandeses fizeram ainda, êsse ano, várias investidas, seja partindo do Recife, seja de Itamaracá, todas coroadas de êxito. Essas expedições foram sucessivamente comandadas por Schkoppe, Byma e outros oficiais; os comissários delegados Mathijs van Ceulen e Gysselingh, ou o membro do Conselho Político, Carpentier, alternativamente tomavam parte, como assistentes, nesses movimentos militares.

Num deles se verificou um lance de heróica temeridade dos soldados holandeses. Em uma das margens do rio que banha Porto-Calvo estavam ancoradas várias embarcações pequenas carregadas de açúcar, das quais era difficil se aproximar, por falta de barcos próprios à abordagem. Gysselingh indagou si haveria voluntários dispostos a irem a nado apoderar-se daquelas embarcações, em troca de uma ração de vinho. Vários homens, com o machado pendurado ao pescoço, jogaram-se ao mar e atingiram os barcos inimigos, pondo em fuga a equipagem visivelmente aterrorizada com uma audácia daquelas.

Em dezembro, Van Ceulen partiu do Recife com 10 navios e levando neles cêrca de 800 homens de tropas além dos tripulantes; destinava-se ao Rio Grande. Acompanhavam a Van Ceulen, Carpentier, Byma e Lichthardt (nomeado "Comendador" ou Almirante da costa brasileira em substituição a Jan Mast). Ao desembarcar recebeu Van Ceulen uma comissão dos Tapúias inclinados a nosso favor; foram bem acolhidos e se retiraram cheios de presentes. Intimou-se o forte dos Reis-Magos, na embocadura do Rio Grande, a render-se, mas o seu comandante recusou-se formalmente a fazê-lo. Foi, assim, necessário sitiá-la fortaleza. Montaram-se baterias e começou-se o cêrco. Passados alguns dias, num dos quais o valente comandante foi mortalmente ferido, capitulou a guarnição. Mudaram o nome do forte

para Van Ceulen que era o chefe daquela expedição (*). Dentro do forte foi apreendida muita munição de guerra. Ficou guarnecendo-o um contingente de 150 homens comandado pelo capitão Garstman, tendo o resto das forças regressado a Pernambuco.

Enquanto bordejava em alto mar, à espera do resultado do assédio, a esquadra se apoderara de várias embarcações. Em 1635 o total dos navios tomados e queimados pelas frotas da Companhia das Índias Ocidentais atingiu a 90 (**).

Todas essas vantagens animaram o governo a tentar uma outra investida contra a Paraíba. Essa cidade também conhecida por Felipéia, em honra do rei da Espanha, fica situada, como já dissemos, ao norte de Itamaracá. É a capital da capitania da Paraíba e banhada pelo rio do mesmo nome. Nos últimos dias de fevereiro de 1634, uma frota composta de 20 velas e levando 1.500 soldados, afóra as equipagens, saiu do Recife, sob o comando do almirante Lichthart, enquanto Schkoppe dirigia as forças de terra. Seguiu também o diretor delegado Johan Gysselingh e o conselheiro político Servatius Carpentier. Foi infrutífero o ataque desencadeado contra os dois fortes que defendiam a embocadura do rio; o inimigo, prevenido, pedira e obtivera reforços do Arraial, das vizinhanças e até do Cabo Santo Agostinho. Constrangidos e vencendo dificuldades nossas tropas reembarcaram. Todavia, com o fito de se tirar alguma vantagem da expedição, e para não voltar ao Recife sem nada ter feito, tomaram o rumo do cabo de Santo Agostinho, situado mais ao sul. Seguindo-se ao cabo, que fórma um promontório saliente e elevado, se estende, como em Olinda, uma língua de terra na direção sul até a embocadura do rio Ipojuca; uma faixa

(*) — Hoje é uma pequena cidade chamada Natal.

(**) — DE LAET — *Kort Verhael*, pg. 17.

de arrecifes parece protegê-la de uma aproximação. Essa língua de terra em todo seu comprimento só oferece duas aberturas favoráveis à passagem dos navios, mas defendidas por fortes e baterias. Um pouco atrás, na própria foz do rio, vê-se uma ilhazinha, e defronte, no continente, o forte do Pontal. No ponto mais alto do cabo se ergue, um tanto ao norte, a fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré. A 4 de março, Lichthart, com a primeira esquadra, avistou os arrecifes. Os navios içavam a bandeira vermelha e sem hesitação penetraram por entre os escolhos transpondo uma passagem estreita e perigosa, debaixo do nutrido fogo dos fortes e baterias. Um dos hiates fii ao fundo. Vencida essa travessia, o almirante dirigiu-se ao Pontal e ali, desembarcando as suas tropas, apoderou-se da praça. Os despojos atingiram a 1.300 caixas de açúcar e 15 pequenos barcos ancorados em frente da povoação. Antes da fuga os habitantes incendiaram vários armazens. Entrementes a nossa esquadra, sob as ordens de Schkoppe e Gysselingh, arvorando o pavilhão de Orange, não conseguira efetuar um desembarque ao norte de Nazaré, como pretendiam, em virtude do escarpado da costa; os escolhos eram bastante perigosos nesse ponto e os portugueses, encarregados da defesa das posições, avançavam por dentro d'água, para impedir o avanço de nossas chalupas. Descobriram, por fim, uma passagem não conhecida dos próprios naturais, mas tão estreita que mal permitia um navio atravessá-la. Foi Calabar, êsse astucioso e valente mulato, que acompanhava mais uma vez essa expedição, quem percebeu essa passagem, prestando dêste modo outro serviço inestimável aos holandeses. Depois de muitos esforços e perigos, o coronel Schkoppe, acompanhado de algumas chalupas, conseguiu efetuar uma junção de suas tropas com as de Lichthart, no Pontal. A praça foi fortificada a toda pressa; mas desde o dia 7 nossas fôrças tiveram de suportar os ataques de 1.500 portugueses que por

sim foram repelidos, perdendo cêrca de 100 homens. A ilhazinha que ficava fronteira ao Pontal foi chamada de Walcheren e nela se construiu um reduto batizado por Gysselingh. O porto de Pontal ficou assim em poder dos holandeses, o mesmo não acontecendo com a barra; de modo a não poderem os nossos soldados se comunicar com as suas principais fôrças, que haviam ficado fóra do porto, senão por meio de chalupas e pela exígua passagem por êles descoberta. Em chalupas também fóra transportado para bordo de nossos navios o açúcar apreendido. Em seguida os chefes da expedição, com o grosso da sua esquadra, regressaram ao Recife de Pernambuco, deixando no Pontal uma guarnição composta de 6 companhias sob o comando de Carpentier (*). Embora o Pontal, como porto, estivesse doravante perdido para os portugueses, estes resolveram se manter no forte de Nazaré.

Durante êsse tempo Mathijs van Ceulen e o tenente-coronel Byma, que tinham ficado no Recife, repeliram um ataque bem ousado de 800 portugueses, às ordens de Martin Soares. Na noite de 1.º de março êsse bravo comandante, com uma centena de seus soldados, atravessou, a nado, o rio Beberibe, apesar do restante de suas tropas terem se recusado a acompanhá-lo. Os holandeses, porém, alertados por um tiro de canhão dado pelo navio de vigilância no ancoradouro, receberam o inimigo com tanto denodo que êle bateu em retirada apressadamente e com algumas perdas.

Mais de 10 navios com munições, víveres e tropas chegaram da Holanda no decorrer dos meses de maio, junho e julho, e a 9 de agosto mais 4 embarcações, com 476 soldados, ancoraram no Recife. Num dêsses barcos vinha Artichofsky que, no ano anterior, voltara à Holanda com a patente de major. Em tão alta consideração

(*) — DE LART, SOUTHEY, DE BEAUCHAMP, P. STA. TERESA e OUTROS.

foram tidos seus méritos que o enviavam de novo ao Brasil com o posto de coronel e na qualidade de comandante de todas as tropas nesse país (*). Outros navios, num dos quais viajou o tenente-coronel Byrna, puzeram-se de vela para a Holanda. Também os dois diretores-delegados *Van Ceulen e Gysselingh*, que tantos serviços relevantes vinham prestando, desenvolvendo grande atividade nas operações militares, desejavam regressar à pátria, mas grado os insistentes pedidos de permanência emanados da Companhia, do *Stadhouder* e dos *Estados-Gerais*. Uma das razões dessa volta era a de defender, na metrópole, os interesses da colônia que atravessava uma forte crise de viveres e munições⁽⁵³⁾. Eles dois convenceram a *Schkoppe*, igualmente desejoso de regresso à Holanda, de ficar no Brasil, porquanto o conhecimento de que êle dispunha dos negócios da colônia exigiam ali sua presença. Embora revestido *Artichofsky*, ao partir para o Brasil, de uma autoridade superior, logo abaixo da dos diretores-delegados, soube se conduzir com moderação no exercício d'esses poderes, sem tirar de *Schkoppe*, também coronel, o comando superior das tropas. *Van Ceulen e Gysselingh*, antes de partir, cuidaram de deixar em perfeita ordem os assuntos da administração. Ficaram investidos das funções de *Conselheiros Políticos*: *Servatius Carpentier*, *Willem Schotte*, *Jacob Stachouwer*, *Baltazar Wyntgens* e *Ippo Eyssens*; no cargo de coronel-chefe ficou *Sigemund von Schkoppe*, e, como seu imediato, o coronel *Artichofsky*; como fiscal e pensionário do Conselho foi designado *Nicolas de Ridder*.

Repartiram-se em 32 companhias as fôrças militares compostas de 4.136 homens. Duas dessas companhias ocupavam *Itamaracá*; 200 infantes com 60 soldados de cavalaria guardavam o forte de *Ceulen* (*Rio Grande*); 5 a 6 companhias estacionavam no *Pontal*

(*) — Ver no Arquivo do Reino o Livro de Comissões (*Commissie-boek*) dos *Estados-Gerais* — 1626-1629.

(Santo Agostinho); o restante ocupava o Recife e os fortes de Waerdenburch, Emilia, Vloyenburg, Bruyne, Frederik Hendrick, Willem, e a ilha de Antônio Vaz. As fôrças de mar compunham-se, então, de 42 navios e hiates com 1.500 homens de equipagem.

Os dois diretores deixaram o Recife a 1.º de setembro de 1634, levando 4 embarcações carregadas de açúcar e de pau-brasil. Na administração de Van Ceulen e Gys-selingh (janeiro de 1633 a agosto de 1634) haviam sido enviados para a Holanda 1.655.700 florins de açúcar e 72.000 florins de pau-brasil. A venda dos navios capturados na costa atingira a 514.000 florins, afóra sete dessas embarcações armadas para prestar serviços à Companhia (*).

Nesse mesmo ano uma nova expedição levada a efeito contra a Paraíba foi coroada de êxito. Para êsse empreendimento foram postos à disposição do almirante Lichthart 29 navios com 2.354 soldados de desembarque, estes comandados por Schkoppe e Artichofsky. Acompanhavam-nos, também, os conselheiros Carpentier e Stachouwer. Partiu essa frota a 24 de novembro, dividida em duas esquadras, uma içando o pavilhão vermelho e a outra o do príncipe, e a 4 de dezembro chegavam ambas à vista da Paraíba. Na embocadura do rio, Schkoppe desembarcou logo os seus homens e tão violento foi o seu ataque que sem demora desalojou os portugueses das margens. A entrada muito estreita do rio era defendida pelo forte Santo Antônio ao norte e Cabedêlo ao sul⁽⁵⁴⁾; um outro reduto com artilharia pesada protegia a pequena ilha existente entre os dois fortes, mas Artichofsky se apoderou dela atacando-a de rijo com uns cem homens armados de machadinhas. Trinta e dois espanhóis e portugueses foram passados a fio de espada ;

(*) — Ver, em original, os relatórios dos dois Conselheiros, dirigidos aos Estados-Gerais, Arquivo do Reino — Maço Ind. Occ. — 1630-1634. DE LAET — pg. 399, etc.

o resto salvou-se nadando para o continente. Em seguida iniciou-se o cêrco do forte de Cabedêlo que se mostrava bem artilhado. Alguns dias após à abertura de trincheiras, o forte foi vivamente canhoneado, e tendo morrido o seu comandante, Pereira, a guarnição rendeu-se sob a condição de metade das tropas poder retirar-se livremente para o interior do país, enquanto outros 340 homens seriam transportados para a ilha Terceira, nos Açores, ou para as Índias Ocidentais espanholas. Sofria assim o inimigo sensível revés, privando-se de uma boa parte de suas tropas. No dia seguinte capitulou igualmente a forte que ficava ao norte, rendendo-se a sua guarnição, de 36 soldados, apenas, nas mesmas condições.

Antônio de Albuquerque, governador da Paraíba, — de acôrdo com o conde de Bagnuolo — desesperado de conservar a vila em seu poder, após a perda dos dois fortes, tomou a resolução de se retirar dela com as tropas da guarnição, sem que antes, porém, não tivesse mandado incendiar os estabelecimentos comerciais e alguns navios ancorados no porto. Dêste modo os holandeses puderam apoderar-se da povoação sem combate (55). Nos fortes foram encontradas 99 peças de artilharia, sendo 20 de bronze, e grande cópia de munições e pólvora. Atingiram a 30 homens nossas perdas na conquista da Paraíba, entre êles dois capitães e um segundo-tenente. A vila recebeu a denominação de Frederikstad, em honra do Stadhouder Frederico-Henrique. No intuito de convencer aos habitantes que haviam fugido de que deveriam voltar à vila, dirigiram-lhes os comandantes uma proclamação, em nome da Companhia das Índias Ocidentais, dos Estados e do Stadhouder, publicada em 26 de dezembro de 1634, sendo bastante espalhada pelo interior. Prometiam, aos que quizessem prestar juramento de fidelidade às autoridades holandesas, plena liberdade de religião e proteção contra os inimigos externos; e, como essa submissão pudesse

expor os habitantes à vingança da Espanha, davam-lhes também a garantia do fornecimento de navios no caso de tornar os espanhóis a ser senhores da terra. Ainda lhes era assegurado o direito de propriedade dos seus bens, isenção do serviço militar obrigatório, equiparação, perante a lei, dos brasileiros aos holandeses, e enfim, permissão para o uso de armas defensivas ou ofensivas (*).

Enquanto as tropas espanholas permaneceram nas vizinhanças da Paraíba ou Frederikstad, os brasileiros não deram ouvidos a essa proclamação; mas, dentro de pouco tempo, voltaram a viver na vila oito dos mais ricos dos seus antigos moradores, os quais prestaram o juramento exigido. O gesto foi imitado depois por toda a população. Os habitantes da capitania do Rio Grande seguiram esse exemplo.

As armas dos holandeses não foram menos felizes no arquipélago das Índias Ocidentais. Eles se apoderaram da ilha de Curaçao cuja situação era muito favorável ao comércio. Um grande navio, e mais três liates, tinham sido confiados ao comando de Johannes van Walbeeck, que já prestara anteriormente valiosos serviços no Brasil, como Conselheiro Político. Deram-lhe por guia um certo Jan Janszoon Otzer, capitão de um barco mercante, e que já estivera prisioneiro dos espanhóis em Curaçao. Chegaram a essa ilha em agosto de 1634 e foi fácil a sua conquista; após ligeiras escaramuças o governador d. Alonso Lopez de Morla solicitou e obteve o seu transporte para o continente, acompanhado de 33 patrícios que constituíam a guarnição da praça, um padre e 340 indígenas. 20 famílias, num total de 75 pessoas preferiram ficar na ilha onde Walbeeck, ao partir de rumo à Holanda, deixara um pequeno contingente militar.

(*) — Essa proclamação é encontrada textualmente em DE LAET — pg. 456.

Evacuara o inimigo quasi todos os pontos visinhos ao Recife. Sòmente o Arraial, então guarnecido por 500 soldados espanhóis e portuguezes, sob o comando de André Marim, e por 700 índios, resistia ainda (*). O grosso das tropas, às ordens de Albuquerque e Bagnuolo, tinha já se retirado para Nazaré. O coronel Schkoppe e o conselheiro Schotte mantinham-se em observação diante dessa praça, à testa de um corpo composto de 1.050 soldados holandeses e 200 indígenas, enquanto o coronel Artichofsky, acompanhado do conselheiro Stachouwer, occupava a Paraíba. Artichofsky dispersou e repeliu vários grupos de índios que o inquietavam e se decidiu a sitiar o Arraial. A 3 de março de 1635 marchou na direção sul e, dois dias depois, à frente de 50 cavaleiros, fez um reconhecimento que o levou às portas do forte; constatou dispor a guarnição de tenalhas e bastiões, possuir 20 bocas de fogo, mas não ter obras exteriores de defesa. Esse reconhecimento quasi ia custando a liberdade a Artichofsky, pois escapou de ser prêsô graças à sua intrepidez e presença de espírito.

No dia seguinte êsse comandante iniciou o cêrco da fortaleza; para êsse fim levantou 5 redutos que deviam fechar as cinco entradas principais da praça. A tarefa era difficil porque três dêsses redutos se achavam à distância de um tiro de pistola do Arraial. A artilharia não cessava de hostilizar o forte; as granadas e balas mantinham o inimigo num estado de permanente alarma; enquanto o resto das nossas fôrças privavam as tropas espanholas de ir buscar o que comer, nas redondezas.

Durante as noites reparavam-se os estragos causados pelos projéteis inimigos aos nossos redutos, cujos abrigos eram construidos de arcia. Chegaram em abril

(*) — No local em que existiu o Arraial do Bom Jesus (atualmente da Casa Amarela), foi levantado um pequeno monumento, por iniciativa do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco. Ainda hoje é conhecida, no Recife, pelo nome de Arraial toda a zona suburbana em que ficava situado o baluarte que por cinco onos resistiu aos holandeses. — (N. do T.).

400 homens de refôrço para Artichofsky, vindos de Itamaracá, o que elevou nosso efetivo a 1.200 soldados. Pouco a pouco os assediados foram se vendo numa situação tão angustiosa que já atingia às raias da penúria. Não lhes restava mais esperança da vinda de Albuquerque em seu auxílio porque Schkoppe não lhe permitiria a passagem. Essa situação chegou a um tal extremo que a 7 de junho dois capitães apareceram como parlamentares ; e no dia seguinte essa praça que por tantos anos nos havia resistido, capitulou enfim. A sua guarnição composta de 500 homens, adextrados na guerra, bem assim os padres, foram transferidos para as embarcações da Companhia e enviados às Índias Ocidentais, à ilha Terceira ou à Madeira ; os soldados brasileiros tiveram permissão de ir para o interior de suas terras, enquanto os habitantes locais, em número de 200, pagaram um resgate de 50.000 florins aos sitiantes. Encontraram-se dentro do Arraial 15 canhões de bronze e 10 de ferro, 1.200 balas, e grande quantidade de pólvora e chumbo. Mais se tornou sensível aos espanhóis essa perda porque êles se viram privados de uma boa parte dos seus melhores soldados⁽⁵⁶⁾. SOUTHEY, e, louvado nele, também BEAUCHAMP, censuram os holandeses por sua má fé e falta de generosidade por ocasião da quêda do Arraial, porque exigiram um resgate ; é uma injusta acusação, por isso que se tratava de uma praxe seguida por ambas as partes. Por ocasião do tratado firmado em 1633 com o inimigo, estipulou-se do mesmo modo um resgate para os habitantes e até a soma a que deveria atingir⁽⁵⁷⁾.

Não foram menos felizes as nossas armas em outros pontos da colônia. A 3 de março de 1635 o almirante Lichthart, com 6 navios e 5 hiates, fizera uma excursão à Barra-Grande e conseguira, após um cruento combate, expulsar dali os portugueses. Acompanhado de 327 marinheiros e soldados êle penetrou pelo interior com o projéto de tomar Porto-Calvo para onde Bagnuolo,

avisado, enviara 200 soldados europeus e muitos índios. Vencida uma caminhada fatigante e uma luta encarniçada, os holandeses puzeram em debandada aos portugueses, apoderando-se da vila onde deixaram pequena guarnição. Não demorou, todavia, por muito tempo, em nossas mãos, essa conquista, porquanto já em julho, como veremos adiante, Albuquerque n6-la tomou de novo. Nessa ocasião o mulato Calabar, a quem Schkoppe conferira a patente de capitão em recompensa da sua bravura e da sua argúcia, caiu às mãos dos portugueses que, por vingança, o mataram após tê-lo feito passar por terríveis torturas (*).

Desde fevereiro, como dissemos acima, o coronel Schkoppe marchara contra o forte de Nazaré. À sua aproximação, Albuquerque, temendo ficar cercado, retirara-se com a maior parte de suas forças, permanecendo apenas na fortaleza uma guarnição sob o comando de Pedro Correia da Gama e Luiz Barbalho. Schkoppe bloqueou o forte por todos os lados e cavou as trincheiras. A resistência dos sitiados durou até junho, numa inflexível vigilância e constante reação, mas, ao saberem que Artichofsky, depois da tomada do Arraial, onde deixara apenas uma companhia, vinha com outras 30 companhias de 300 índios em auxílio dos sitiados, os espanhóis pediram para parlamentar. E no dia 2 de julho rendeu-se o forte com os seus 700 homens, quasi nas mesmas condições já aceitas pelos que guarneciam o Arraial (66). Capturaram-se ali, 19 canhões de bronze e 9 de ferro, 2.000 balas também de ferro, 2.800 libras de chumbo e 1.190 de pólvora. Sem demora Schkoppe se dirigiu à pequena povoação de Sarinhaem, mais ao sul, enquanto Artichofsky marchara com 1.100 homens em socorro de Porto-Calvo, então sitiada por Albuquerque. Chegou, porém, tarde, pois encontrou já a vila em poder de Albu-

(*) — DE LAET — PR. 465-478. SOUTHEY — I, ps. 583 e 590. PADRE STA. TERESA — II, etc.

querque e destruída. Apenas uns cem holandeses vagavam por ali, porque cêrca de 300 outros tinham sido levados prisioneiros. Todavia Matias de Albuquerque não se deixou iludir com êsse momentâneo triunfo de suas armas; realmente não lhe era mais possível permanecer em uma província já então invadida por muitas tropas inimigas. Êle, por isso mesmo, arrasara as fortificações de Porto-Calvo e fôra se refugiar ao sul de Alagoas.

Foram êsses os principais acontecimentos no Brasil durante o ano de 1635. A guerra em Pernambuco estava terminada e essa formosa província inteiramente em nosso poder. Desta fôrma, quatro das melhores capitâneas do Brasil — Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande do Norte — reconheciam a supremacia holandesa (*). A maioria dos habitantes havia ficado em seus lares e prestado juramento de obediência aos seus novos senhores. Contudo, sete a oito mil pernambucanos recusaram-se a se submeter ao domínio estrangeiro, preferindo o exílio, e, assim, acompanharam Albuquerque.

No mar o intrépido Jol tinha também obtido grandes vantagens, com seu hiate Otter e um outro pequeno barco. Capturara, no arquipélago das Índias Ocidentais, 10 navios inimigos, todos com valiosos carregamentos. Infelizmente êsse bravo marinheiro foi, no regresso, em março de 1635, atacado na Mancha por 7 corsários de Dunquerque. Nessa cidade esteve prisioneiro durante meses, mas, algum tempo depois, conseguiu-se a sua liberdade por permuta (³⁹).

A bordo do hiate Brack, o capitão Roosendael praticou igualmente algumas aventuras daquele gênero e, mais feliz do que Jol, conseguiu alcançar os portos da Holanda são e salvo.

(*) — Ver os limites da colônia, em 1636, na nossa carta no fim da obra.

Começavam na Espanha sérias inquietações em face dos indisfarçáveis resultados colhidos pelos holandeses no Brasil. O rei, até então nutrindo uma imperfeita idéia do estado de cousas nas suas possessões da América, fôra afinal informado das importantes conquistas feitas pelo inimigo ali. E Olivares, que sempre havia pintado com umas côres menos carregadas, aos olhos do soberano, o que pelo Brasil se passava, atirou, agora, toda a culpa do acontecido para os ombros de Matias de Albuquerque. Ao seu ver êsse governador não dirigira com acêrto as operações militares em Pernambuco. Constituía essa acusação grande injustiça, porque mais a êle, Olivares, caberia a responsabilidade dêsses desastres, pois o ministro deixara o Brasil entregue aos seus próprios recursos.

Tomaram sem demora a resolução de enviar reforços, comandados por um general de valor e ofereceu-se a direção de uma nova expedição a d. Fradique de Toledo, o que conquistára São Salvador. Êste, conhecendo melhor do que ninguém a fôrça e os recursos dos holandeses, e a necessidade de os enfrentar com tropas numerosas, declarou francamente ao ministro só aceitar a missão no caso de dispor 12.000 homens bem armados e municados. Contrariado com essas exigências discordantes do seu modo de ver, Olivares mandou prender D. Fradique e êsse general veio a falecer na prisão. Foi essa a recompensa recebida pelo que fizera por sua pátria. Entrementes perdia-se tempo precioso em deliberações. Por fim a côrte de Madrid só veio a enviar ao Brasil 1.700 homens às ordens de D. Luiz de Roxas e Borgia, Duque de Lerma, gentilhomen pertencente a uma das mais nobres famílias da Espanha. Servira êle, por muito tempo, como capitão nos Países Baixos meridionais, e recebera, agora, o título de Mestre de campo general, levando instruções para substituir Matias de Albuquerque, chamado à Europa. O comandante da armada des-

tinada ao transporte dessas tropas tivera ordem de desembarcar em São Salvador a Pedro da Silva, novo governador geral do Brasil, e de trazer o antigo governador Oliveira. Duarte de Albuquerque, donatário de Pernambuco, ficaria no Brasil (60).

Desembarcou Roxas, com suas tropas, em começos de 1636, perto da ponte de Jaraguá, ao sul do cabo de Sto. Agostinho, e assumiu logo o comando do exército do Brasil. Impellido por irrefletido ardor, não possuindo a menor noção da espécie de guerra a que ia se entregar, marchou imediatamente contra o adversário, desejo de travar uma batalha decisiva. Julgava terem sido as anteriores derrotas menos resultantes do vigor e da estratégia dos holandeses, tratados por êle com ironia, que da incapacidade de seu antecessor. Desatendeu, assim, aos conselhos ponderados de Bagnuolo, de Camarão e de outros chefes experimentados. Camarão, o fiel chefe índio, recebera, há pouco, a ordem de Cristo e o título de Dom, em recompensa dos relevantes serviços prestados ao Brasil.

Nesse interim os holandeses haviam transformado o Recife numa temível praça de guerra. As fortificações do Arraial, de Nazaré e de outros pontos tornaram-se inúteis e foram arrasadas; as tropas que as guarneciam vieram reforçar as do Recife. Dias antes da chegada das fôrças de auxílio da Espanha, o coronel Schkoppe tivera leves encontros com Albuquerque nas cercanias de Porto-Calvo, mas receando apresentar-se com inferioridade de efetivos diante das tropas reunidas do adversário, pedira a Artichofsky viesse com seus 1.300 homens juntar-se aos seus soldados. Por êsse motivo Artichofsky levantou acampamento de Paripuera e avançou na direção de Porto-Calvo. Na tarde de 7 de janeiro de 1637, entre Camaragibe e Porto-Calvo, a duas léguas de distância desta última localidade, houve o contacto de sua vanguarda com o inimigo. Deu-se êsse

encontro à saída de uma garganta. Reconheceu-se logo tratar-se do exército de Roxas. Fizeram alto ao mesmo tempo. Alguns homens despachados pelo inimigo como exploradores foram envolvidos pelas nossas colunas e reagiram a tiros. Deu-se uma certa confusão, porque nossos soldados, enganados pela escuridão, começaram a atirar uns contra os outros. Rápido, porém, foi restabelecida a serenidade e o resto da noite passou a Artichofsky a encorajar nossas tropas e a procurar posição favorável ao combate que se travaria ao amanhecer. E, de fato, quando alvoreceu, a luta deflagrou-se. Os espanhóis tinham organizado três corpos armados de piques, flanqueados por mosqueteiros. Comandavam esses homens, às ordens de Roxas, Juan de Ortiz, Hector de la Calce (ambos tinham vindo com Roxas), o filho do Conde de Bagnuolo, Camarão e Rebêlo.

Por sua vez Artichofsky dispuzera suas tropas em três linhas, cada uma composta de 3 companhias, distanciadas 8 pés uma da outra. As duas peças de artilharia ficaram colocadas nos intervalos da primeira linha. Uma companhia garantia o desfiladeiro, à retaguarda, para um caso de retirada, enquanto pequenos grupos de 50 a 60 mosqueteiros, valendo-se dos matagais e dos acidentes de terreno, deveriam hostilizar o adversário com a fuzilaria. Durou pouco o combate, mas foi renhido e durou até o capitão Van den Brande obrigar a ala direita dos portugueses, onde se achava Roxas, a recuar. O bravo capitão holandês aproximou-se do inimigo, numa distância equivalente a três comprimentos de lança, acompanhado dos seus mosqueteiros, antes de atirarem. Não tardou o inimigo a bater em retirada e desse procedimento resultou uma fuga desesperada por parte de todos os outros espanhóis que jogavam fóra as armas e se escondiam nos matos onde era impossível persegui-los. Ficaram os holandeses senhores do campo onde jaziam para mais de 100 espanhóis mortos; vários oficiais e o

próprio comandante Roxas que pagou com a vida sua fanfarronada. Recebera muitos ferimentos, mas, segundo opinam alguns, o tiro mortal fôra-lhe dado nas costas (acaso ou propósito?) por um dos seus próprios soldados (*). Foram feitos apenas 10 prisioneiros porque Camarão e seus índios souberam proteger bem a retirada. Entre os presos se achava Heitor de la Calce, comandante de um regimento italiano, ao serviço da Espanha, que nos prestou excelentes esclarecimentos acêrca da situação dos espanhóis. De nosso lado tivemos a lamentar a perda de 40 homens, enterrados após o combate. E em seguida as tropas agradeceram ao céu aquella vitória (61). Marchou-se, então, para Porto-Calvo, mas a vila tinha sido abandonada; o coronel Schkoppe retirara-se para Paripuera onde Artichofsky foi ao seu encontro. Bagnuolo, que não presenciara a batalha, ficando em observação em Alagoas, ali conseguiu reunir as tropas desbaratadas de Roxas. No meio delas estava o próprio filho de Bagnuolo, também fugido da luta, motivo porque o pai, julgando precipitada essa atitude, mandou-o preso para a Espanha.

Decorreu o ano de 1636, no Brasil, em incursões, nas quais Schkoppe e Artichofsky bateram constantemente as fôrças de Bagnuolo que substituíra a Roxas no comando do exército. Todavia, lá para o fim do ano, bandos de portugueses, índios e negros, começaram a percorrer o país em todas as direções pilhando e incendiando. Camarão, Souto, Rebelo, Henrique Dias (o chefe-negro), distinguíram-se bastante nessas ousadas aventuras. Artichofsky, mais de uma vez, conseguiu repeli-los além de seus limites de ocupação e certo dia apoderou-se mesmo da pequena povoação de São Lourenço onde tomou seus quartéis. Em suma, a guerra se fazia com recíproco encarniçamento.

(*) — DR. LAST não allude a essa traição. Dela se ocupa SOUTHEY.

Neste ponto terminam as operações militares do ano de 1636. Atingimos a terceira parte de nossa história, isto é, aos tempos do conde Maurício de Nassau no Brasil. Antes de entrarmos nesta parte da narrativa, afigurase-nos útil dar uma resumida idéia da situação da Companhia das Índias Ocidentais nessa época.

Incontestavelmente as vantagens obtidas pelos holandeses eram consideráveis e as perdas do rei de Espanha vultosas e sensíveis, desde que a Companhia começara a agir com vigor. Eis, aqui, uma relação dos navios tomados ao inimigo :

Em 1623 e 24.	69
Em 1625	18
Em 1626	29
Em 1627	55
Em 1628	49
Em 1629	18
Em 1630	45
Em 1631	33
Em 1632	22
Em 1633	90
Em 1634	66
Em 1635	23
Em 1636	30

Um total de 546 navios entre grandes e pequenos, num valor aproximado de 6.710.000 florins. O carregamento d'esses navios e, bem assim, as presas feitas no Brasil, atingiram a 30.309.736 florins. E' de admitir ainda que o adversário, com a destruição de cidades e engenhos de açúcar, tenha sofrido um prejuízo de cerca de 7.580.000 florins, sem levar em conta as despesas de guerra que nesses 13 anos subiram a 28.500.000 florins.

Todavia, por seu lado, a Companhia tivera de fazer gigantescos esforços para prosseguir sem desfalecimentos

na luta. Para prová-lo basta dar uma lista dos navios que ela teve de equipar e o total das tropas neles embarcadas :

Em 1623. . . .	32 navios com	2.712 homens
Em 1624. . . .	29 " "	2.394 "
Em 1625. . . .	56 " "	5.569 "
Em 1626. . . .	34 " "	2.684 "
Em 1627. . . .	43 " "	2.425 "
Em 1628. . . .	84 " "	7.721 "
Em 1629. . . .	102 " "	12.173 "
Em 1630. . . .	61 " "	4.984 "
Em 1631. . . .	72 " "	5.344 "
Em 1632. . . .	49 " "	3.425 "
Em 1633. . . .	59 " "	4.038 "
Em 1634. . . .	63 " "	6.609 "
Em 1635. . . .	48 " "	2.424 "
Em 1636. . . .	74 " "	4.509 "

Ao todo, 806 navios, entre grandes e pequenos, e 67.010 marinheiros e soldados (62).

Essas minúcias, bem assim os algarismos que as precedem, foram extraídas de De Laet, KORT VERHAEL, van Kampen, Luzac, Raynal e outros (*), principalmente Raynal que, embora estrangeiro, se manifesta de modo bastante favorável à Companhia das Índias Ocidentais. Eis, aqui, suas próprias palavras : "Não voltavam aos portos seus navios senão como vencedores e cheios de despojos dos portuguezes e dos espanhóis. Expandia um tal brilho que causava sombra até às potências mais interessadas na prosperidade dos holandeses. O Oceano era singrado por seus inúmeros navios e os seus almirantes procuravam, de todo modo, merecer cada vez mais a confiança dos seus chefes. Não menos os oficiais subalternos se esforçavam em ganhar mere-

(*) — Já demos os títulos de suas obras numa relação que se segue ao prefácio.

cimento, secundando os seus superiores, na coragem e na inteligência. Era sem exemplo o valor do soldado e do marinheiro. Nada amedrontava êsses homens decididos e intrépidos. As fadigas do mar, as doenças, os múltiplos combates, tudo parecia mais redobrar-lhes a emulação. E a Companhia procurava frequentemente recompensar êsse devotamento. Além dos soldos que lhes pagava, permitia-lhes também um certo comércio particular. Essa vantagem encorajava aos velhos e atraía novos servidores; os lucros estando associados à atividade guerreira, êles desejavam permanecer sempre em ação e, por isso ainda, não só evitavam entregar-se ao inimigo, como o atacavam com denodo, audácia e encarniçamento de modo a saírem vitoriosos."

Essa opinião de Raynal constitue uma verdade, sendo de lamentar não haver a Companhia seguido sempre essa salutar diretriz, tendo, ao contrário, preferido um sistema de parcimônia ocasionador da decadência do Brasil-holandês. Como já dissemos no comêço dêste capítulo, a prosperidade da Companhia assentava-se sobre bases falsas; enquanto suas relações com a Nova-Neerlândia, Senegambia e a costa da Guiné adquiriam dia a dia mais importância, o comércio com o Brasil anulava-se; as vantagens dêle obtidas limitavam-se às prêsas feitas ao inimigo. Êsses despojos, como vimos atrás, foram consideráveis nos primeiros 14 anos de existência da Companhia; mas sem se levar em conta as despesas decorrentes da manutenção dessa frota que se elevavam a 45.183.430 florins.

Êsses vultosos gastos e a distribuição de dividendos feita anualmente a seus acionistas pela Companhia, tornavam-na aos olhos do inimigo mais poderosa do que ela realmente o era. Já por volta de 1636 ela se via a braços com um déficit de 18 milhões de florins e, para

cobri-lo, foi necessário levantar entre os acionistas um empréstimo a 6 % de juros (*).

Deste modo os Diretores da Companhia principiavam a sentir a necessidade de incentivar os proveitos comerciais da sua colônia no Brasil, estabelecendo, ali, um regime de paz. Dispunha já de quatro capitánias, porém, até agora, limitavam-se a viver em infundáveis guerrilhas e devastações. O tratado de 1633, relativo ao modo de tratar os prisioneiros, e a proclamação de 26 de dezembro do ano seguinte, sem dúvida haviam modificado um pouco a situação, porquanto a guerra era conduzida com mais humanidade, mas, o que urgia aos holandeses era a posse integral e pacífica de suas conquistas para delas tirar o máximo proveito. Com esse objetivo resolveu a Assembléja dos XIX enviar ao Brasil, não somente novos reforços militares, como também um general investido de tão alto poder que o armasse de autoridade para emprestar áquele trabalho uma perfeita unidade de ação e uma inteligente diretriz de govêrno. Visava-se, sobretudo, como elemento de paz, fazer desaparecer dos espíritos de portugueses e espanhóis as dúvidas ainda existentes quanto ás intenções dos holandeses no tocante ao modo de administrar aquela colônia. Essa árdua, mas honrosa missão, foi confiada ao Conde João Maurício de Nassau, com o consentimento e, também, com a satisfação dos Estados Gerais e do Stadhouter Frederico-Henrique, seu primo.

(*) — VAN KAMPEN — I, pg. 410.

TERCEIRA PARTE

O Conde João Maurício de Nassau é nomeado Governador Geral do Brasil Holandês. Proseguimento da guerra do Brasil. Riqueza e prosperidade da colônia. Regresso do Conde Maurício de Nassau.

1636 - 1644

João Maurício, Conde de Nassau-Siegen, a quem os seus conterrâneos, no propósito de distinguí-lo de outros membros da família, deram o honroso cognome de *Americano*, era filho de João, Conde de Nassau-Siegen e de Margarida de Sleswig-Holstein, e neto do irmão de Guilherme, o Taciturno. Nascera a 17 de junho de 1604, no castelo de Dillenburg. João Maurício, desde sua mocidade, dedicara-se às artes e às ciências, e, no desejo de melhor estudá-las, frequentara as universidades de Herborn, Bale e Genebra. Tivera, porém, cedo demais, de renunciar a êsses estudos, em consequência da guerra dos Trinta anos que rompera na Alemanha e na qual seu pai tomara parte, do lado dos protestantes. Ainda com 16 anos de idade, belo e robusto, alistou-se como voluntário ao serviço da república dos Países-Baixos, e, nesse caráter, fez a primeira campanha em 1620, sob as ordens do grande Maurício, Stadhouder das Províncias-Unidas. Distinguiu-se gloriosamente êsse jovem na tomada de Grof, em 1627, e na de Bois-le-Duc, em 1629, tendo sido, como recompensa à sua bravura, nomeado, após essa última batalha, coronel de um regimento pertencente aos Estados. Neste pôsto tomou parte no cerco de Maestricht, sob o

comando de Frederico-Henrique, no ano de 1632. Pela primeira vez, e nessa ocasião, assumiu as funções de general e repeliu, intrèpidamente, a tentativa feita por Pappenheim de romper o sítio. Em 1635 ainda se notabilizou na campanha empreendida nos Países-Baixos meridionais; e a êle, sobretudo, se deveu, em abril de 1636, a posse do importante forte de Schenkenschans.

Não era, portanto, de admirar que se houvesse pensado no seu nome ao se sentir necessidade de um homem de capacidade e de coragem para governar o Brasil, uma vez que o jovem Conde de Nassau merecia grande simpatia e popularidade.

A 4 de agosto de 1636 João Maurício apresentou-se à Assemblêia dos XIX e alí lhe propuzeram o seguinte: êle seria nomeado, por cinco anos, governador-geral do Brasil; nessa qualidade caber-lhe-ia presidir o Conselho de Administração colonial com direito a duplo voto, e, também, dirigir as operações militares. Seria autorizado a nomear, *em campanha*, todas as autoridades militares *em guarnição*, faria a escolha entre os nomes de uma lista tríplice que lhe seria apresentada pelo Conselho. A faculdade de nomeação dos funcionários civis era-lhe conferida, em harmonia com o Conselho, dispensada a aprovação da Assemblêia dos XIX. Com o fim de atender às primeiras despesas de viagem concedia-se-lhe uma soma de 6.000 florins e, mensalmente, lhe seriam pagos também 1.500 florins, além das despesas de alimentação. Outros privilégios estavam estabelecidos, como o de perceber 2 % sôbre o total das prêsas feitas ao inimigo. O governador podia, igualmente, contratar um ministro protestante pago pela Companhia; um doutor em medicina e um secretário. Os creados teriam vencimentos iguais ao dos soldados e fariam parte da guarda do Conde. João Maurício conservaria seu pôsto e os vencimentos de coronel ao serviço dos Estados.

Foram todas as condições aceitas, por escrito, pelo Conde, e a 25 de agosto foi êle confirmado no cargo pelos Estados-Gerais. Conforme se vê do seu título de nomeação, recebeu o título de "Governador, capitão e almirante-general das terras conquistadas ou a conquistar pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, assim como de todas as fôrças de terra e mar que a Companhia mantém ou vier a manter ali." (63). Na mesma data foram os diretores Van Ceulen, Gusselingh e Van der Dussen nomeados Altos Conselheiros Secretos (*Hoog ende secrete Raden*) com a missão de acompanhar o Governador e, de acôrdo com os Conselheiros Políticos, então no Brasil, formarem o Conselho do Governo Colonial (*). Afim de que João Maurício se apresentasse condignamente no Brasil, prometeram-lhe uma frota de 32 navios levando a bordo fôrças consideráveis, mas aquele total se viu reduzido a 12 embarcações, conduzindo apenas 2.700 homens. Começava a reinar entre os diretores da Companhia o espírito de mal entendida parcimônia que traria a Maurício as mais desastrosas conseqüências. Essa tendência para a economia era em parte resultante das dívidas que assoberbavam a mesma Companhia. Tal procedimento paralizou os esforços do Governador desde os seus primeiros passos, no retardar a sua partida para tomar conta do govêrno da colônia. Por fim, já impaciente de esperar, João Maurício resolveu fazer-se ao mar no dia 25 de outubro de 1636, apenas com os 4 navios que se achavam prontos em Texel. Os outros deveriam mais tarde ir ao seu encontro. O Conde partiu acompanhado de Francisco Plante, como ministro evangélico, do naturalista Piso de Leyde, na qualidade de secretário, e vários outros homens de valor intelectual (64).

(*) — Ver o livro de ordens dos Estados-Gerais (1626-1639) nos Arquivos do Reino e LUZAC — I, pg. 325.

Retardado por uma tempestade, o Governador desembarcou no Recife de Pernambuco a 23 de janeiro do ano seguinte, entre salvas de artilharia e aplausos da população bem inclinada para os holandeses. "Ele encontrou, segundo relata Raynal não sem um pouco de exagêro, disciplina nos soldados, experiênciã nos chefes e boa vontade em todos os corações."

As fôrças holandesas, no Brasil, montavam a 6.100 homens, inclusive as guarnições das várias fortalezas e as tripulações dos navios. Esse total constituía o mais vultoso efetivo de tropas de terra e mar à disposição da Companhia, no Brasil, sob as ordens de Maurício, porque, infelizmente, elas foram diminuindo à medida que soldados e marinheiros iam terminando seu tempo de serviço e voltando à Europa, sem falar nos que faleciam em combates ou de doenças. Urgiam, portanto, consideráveis reforços, e, como veremos adiante, o Conde Maurício os reclamava insistentemente, sem resultado. Quando vinham eram insuficientes ou chegavam tarde. Há engano, por parte dos autores estrangeiros, em avaliar em 6, 7 ou mesmo 10.000 homens as tropas holandesas no Brasil. Realmente os indígenas, nossos aliados, vieram aumentar essas fôrças com uns 2 a 3.000 homens; eram, porém, tropas auxiliares. O número de soldados europeus, em condições de combater, nunca subiu a mais de 3 a 4.000 homens durante o govêrno de Maurício.

Extraímos êsses dados de uma carta do Conde aos Estados Gerais; aqui a reproduzimos na íntegra, respeitando o estilo e a ortografia do original (*). Essa missiva é interessante, por mais de um ponto de vista; contém uma narrativa pormenorizada da viagem do Conde ao Brasil, e é uma das três únicas cartas em língua francesa, entre as muitas que êle escreveu durante sua estada em Pernambuco, todas as demais em holandês. E', também,

(*) — Essa carta é conservada no Arq. do Re'no, Maço Ind. Occ. — 1635-1640.

sua primeira mensagem dirigida aos Estados Gerais na qualidade de Governador-Geral; foi provavelmente ditada. Ei-la textualmente :

Messeigneurs.

Pour m'acquiter de mon devoir, j'ay voulu rendre conte par ce mot à vos Seig.ries du cours de mon voyage, lesquelles ont entendues sans doubte, comment j'ay esté contraint de demeurer en Angleterre cinq semaines à cause du mauvais temps et le vent contraire. M'y ayant embarqué le 6 Décemb. passé j'ay poursuivi mon dit voyage jusques icy en diligence possible toujours avec un beaux temps et un bon vent, ne m'arrestant en aucune part, si non à l'isle de Majo place ordonnée, depuis le dernier Décemb. jusques au 8 janvier et cela pour prendre des eaux et refreschir un peu les troupes. Ayant derechef fait voile, j'arrivay icy le 23 suivant, grâces à Dieu en bonne disposition et tous les autres avec moy, ou je fu receu avec beaucoup d'honneur, trouvant le pais un des plus beaux du monde, les affaires et troupes laissées en garnison en estat assez bon, de sorte que je suis advis d'aller le 5 de ce mois veoir s'il y a moyen d'avoir quelqu'avantage sur les ennemis.

Le conte Banjolo, général de leurs troupes, se tient a present avec quatre mille hommes près du porto calvo place fortifiée. Mes troupes ordonnées pour l'armée consistent en trois milles soldats, mille matelots armés, mille Brasiliens et une compagnie de cavallerie de 80 chevaux, avec lesquels je meneray quatre demi canons e six petites piéces. L'admiral avec 24 vaisseaux de guerre m'accostera tout le long de la Cüste. Le temps ne permet pas à cette heure d'escrire à vos Seig.ries plus particulièrement, mais je ne manqueray point en mon retour, si plaist à Dieu, de le faire. La situation de ce pais est extremement

advantageuse et forte. Dieu nos face la grace, de le pouvoir conquerer tout à fait. Je ne doubteray point, que tout l'Etat en tirera un grand avantage et service. En tout mon voyage je n'ay rencontré qu'une des navirs de la Compagnie, e a çavoir celle que mena Mr. Van der Dusen ce qui fut le 19 Decemb. près de l'isle Madera, d'ou nous avons fait voile tousjours ensemble jusques icy. Monsr. van Ceulen arriva deus jours après nous. A ceste heure il nous ne manque que Monsr. Gysselingh. Après avoir prié Dieu pour la prosperité de vos Seig.ries je finiray ceste-cy et me diray

Messeigneurs,

Vostre très humble et obeissant serviteur

J. Maurice Comte de Nassau.

D'Antoni Vaez du Pernambuco en Brasil ce 3 Févr. 1637.

Como se vê o Conde resolveu atacar imediatamente a Bagnuolo que se encontrava com 4.000 portugueses e índios nas vizinhanças de Porto-Calvo. Realmente a 5 de fevereiro êle próprio dirigiu as operações contra o inimigo, valendo-se de todas as suas fôrças disponíveis, num total de 4.400 homens. Esse corpo de exército compunha-se de 3.000 soldados holandeses, 800 marinheiros armados, 600 indígenas e várias peças de artilharia.

Dias depois, encontraram-se, numa espécie de garganta, com 2.000 portugueses. João Maurício distinguíu-se bastante nessa ocasião; com sua guarda, precipitou-se para um pequeno rio que protegia a vanguarda do adversário, atravessou-o, e iniciou o combate. Defenderam-se corajosamente os portugueses; até mulheres combatiam nas suas fileiras. Mas, os holandeses ficaram

senhores do campo, tendo tido somente 6 mortos e 45 feridos. Bagnuolo, vindo em socorro da sua gente, foi igualmente batido; dias depois, Maurício cercou Porto-Calvo, cujo comandante, Miguel Gilberton, rendeu-se no dia 3 de março após 13 dias de sítio.

A guarnição, composta de 500 homens, saiu com armas e bagagens, bandeiras desfraldadas, levando um canhão, e com a garantia de serem todos transportados para a ilha da Madeira. Consistiram em 27 peças, 4 morteiros e 500 toneladas de pólvora os despojos encontrados em Porto Calvo (*). Atingido por uma bala na testa caiu morto o jovem Conde Carlos de Nassau, primo do governador. Entrou imediatamente Maurício na cidade, não consentindo no saque, e recebendo à sua mesa o comandante Gilberton e seus oficiais. Tratou os vencidos da maneira com que desejaria ser tratado si lhes houvesse caído às mãos (**). Bagnuolo, anteriormente tão severo com o próprio filho, por não ter se portado dignamente no combate de 1636, foi prêsá de pânico, naquela ocasião, e abandonou ao inimigo precipitadamente todas as posições. Receando, ainda, o desprezo e o ressentimento dos seus camaradas de armas, fugiu, acompanhado de Andrada e de Duarte de Albuquerque, fiado na popularidade dêste último para lhe servir de proteção. Logo se soube dessa extranha deserção nos arraiais portugueses e, daí por diante, a retirada dos vencidos transformou-se numa debandada, numa completa derrota, diante da perseguição de Maurício, de Artichofsky e de Schkoppe. Os restos dêsse exército não conseguiram se reunir senão já perto de Sergipe, capital da capitania do mesmo nome, ao sul do São Francisco. Maurício atravessou êsse rio e apoderou-se da povoaçãozinha de Penedo, onde fez uma valiosa prêsá em prata. Não se

(*) — Ver o relatório de 8 de março de 1637 enviado pelo Conde Maurício aos Estados-Gerais. (Arquivo do Reino — Maço Ind. Occ., 1635-1640).

(**) — SOUTHBY — pg. 610 — vol. I e todos os historiadores portugueses.

demorou, porém, e, estando toda a capitania de Pernambuco em seu poder, satisfez-se em limitar ali, pelo São Francisco, os territórios da colônia. Construiu na embocadura do rio um novo forte a que chamou de Maurício e ordenou aos habitantes da margem meridional se transferissem com suas famílias e rebanhos para o outro lado, receoso de vir essa gente mais tarde a se reunir aos portugueses para guerreá-lo. Ainda para maior segurança mandou devastar toda a zona fronteiriça. Firmou aliança com os Tapúias, implacáveis inimigos dos portugueses e dos seus aliados Tupinambás. Os excelentes campos pastoris de Alagoas, ao norte do São Francisco, e o aspecto de grande fertilidade da região, despertaram a atenção de Maurício que, numa carta ao Stadhouder Frederico-Henrique, manifestou sua admiração, insistindo na remessa de colonos alemães e de outras nacionalidades para cultivarem estas magníficas terras. Mais uma vez reclamava reforços militares, munições de guerra e provisões que já faltavam. Somente por exiguidade de recursos deixara, nessa ocasião, de marchar contra S. Salvador ⁽⁶⁵⁾. Passados alguns meses, Maurício confiou o comando do forte de seu nome ao coronel Schkoppe que ali ficou com uma numerosa guarnição, e regressou ao Recife onde sua presença estava sendo reclamada. Reinava, então, na colônia, uma perigosa corrupção de costumes originada, sobretudo, da falta de energia dos antigos governos; a impunidade constituía regra geral. Reconhece o historiador Barlaeus; que a pilhagem, a impiedade, o roubo, o assassinio e uma desenfreada falta de disciplina haviam gerado grande desmoralização nas tropas. O soldado julgava nada existir de criminoso, além do equador, por isso se entregava a todos os excessos sem escrúpulos ⁽⁶⁶⁾.

João Maurício corrigiu tais desregramentos, aplicando convenientemente a justiça. Alguns dos maiores culpados foram condenados à morte, e vários funcioná-

rios civís e políticos, que não tinham procedido bem ou abusado do poder, foram demitidos e mandados para a Holanda. Organizaram-se hospitais para os doentes, os pobres e os órfãos. As leis holandesas, no tocante ao casamento, tiveram aplicação entre os indígenas e os portugueses. Todos os católicos puderam exercer livremente o seu culto, mesmo nas cerimônias externas como procissões e festas. Aos judeus igualmente foi permitido celebrar o sabbat. Apenas, e devido às despesas da guerra, não foi possível conceder-se o dízimo aos padres católicos. Cuidou-se da conversão dos índios; escolas, dirigidas por ministros evangélicos, vindos da Holanda, foram abertas para os filhos dos selvagens.

Até então nenhum critério havia sido observado na distribuição de viveres, e, por isso, os abusos eram frequentíssimos. Maurício também atendeu a essas irregularidades e, embora com o risco de provocar uma revolta, pôs um termo a essas deshonestidades e fixou a ração de cada indivíduo levando em conta a sua arma e o seu posto. A diversidade de pesos e medidas dava também motivo a grandes fraudes, o que foi corrigido com a adoção do sistema usado na Holanda. Foram divididos os habitantes do Recife e de Olinda em quatro companhias de milícias, tendo cada uma delas seus oficiais e bandeiras. A todos permitiu-se construir casas no Recife, sendo porém proibido aproveitar em outra qualquer parte os materiais provenientes das ruínas de Olinda.

Visava principalmente o Conde Maurício reparar os males causados pela guerra e, para essa tarefa, somente êle dispunha de elementos, dada a confiança despertada pela sua cultura e pela sua eminente posição. Contudo, faleciam-lhe recursos e era necessário encontrá-los na própria colônia. Lembrou-se da venda dos engenhos abandonados, cujo valor era considerável, avaliados como foram em 20.000 a 100.000 florins cada um deles.

Essa venda rendeu à Companhia a elevada soma de 2.000.000 de florins (*).

Em seguida dirigiu Maurício um apêlo a todos os que haviam emigrado para que voltassem a viver nas suas propriedades, sob a proteção holandesa, dando-se-lhes plena liberdade de consciência. Todo escravo que fugisse, após o seu dono haver jurado obediência à Holanda, seria restituído, a menos estivesse anteriormente alistado no serviço da Companhia. Cada colono seria julgado de acôrdo com as leis holandesas e pagaria os mesmos impostos estabelecidos para os vencedores. Em cada semana destinaram-se dois dias para serem atendidos pela justiça os que se julgassem prejudicados nos seus direitos.

Quanta elevação, quanta nobreza, quanta energia revela o caráter de Maurício! Sem demora a colônia experimentou o bem-estar decorrente dessas salutares medidas, dessa tolerância religiosa então muito rara, dêsse sentido de humanidade a presidir todos os atos do governador. Diminuíram, assim, bastante, as desinteligências entre holandeses e os habitantes do Brasil. Na aplicação dessas providências encontrou sempre Maurício um firme apôio do Conselho governamental creado no Recife. Por ocasião da chegada do governador haviam sido admitidos nesse Conselho, completando-o, várias pessoas de energia e de confiança, como Van Ceulen e Gysselingh, que anteriormente já tinham agido com certo destaque no Brasil. Achando-se, dêsse modo, organizados todos os ramos da administração, discutiu-se a conveniência de ser mantida no Recife a séde do govêrno, ou si haveria vantagem em transferi-la para a ilha de Itamaracá. Quando de sua partida da Holanda aconselharam os diretores da Companhia a Maurício preferisse se estabelecer nessa ilha, dando-lhe todavia liberdade

(*) — BARLAEUS, SOUTHEY — I e LUZAC — pg. 325.

de escolher oportunamente o local mais acertado. Gosava Itamaracá da vantagem de possuir água e madeira com fartura, mas, por outro lado, tudo teria, ali, de ser construído, ao passo que o Recife já dispunha de muitos edifícios, de regular população e de um magnífico porto. Esta última vantagem preponderou sobremodo na escolha e o Recife continuou a ser a séde do govêrno (*).

Sem prejuízo dos trabalhos inherentes à sua relevante administração, o governador concebeu o projeto de enviar uma expedição à costa da Guiné, com o propósito de trazer novos escravos para cultivar o sólo brasileiro, e manter no litoral africano um ponto fixo de domínio holandês. Partiram do Recife, com êsse destino, a 25 de junho de 1637, 9 navios com 1.200 homens, sob o comando do coronel Van Koin; após uma travessia que durou dois meses aportaram à Guiné. Ao desembarcar, porém, foram atacados por uma malta de negros, em número superior a mil, os quais, entre gritos terríveis, mataram para mais de 40 dos nossos homens. Batidos inteiramente êsses negros, fizemos o cêrco de São Jorge de Elmina, rompendo-se o canhoneio ao som do hino holandês "*Wilhelmus van Nassauven*". Após 5 dias de resistência rendeu-se o forte a 29 de agosto, sob condições muito humilhantes. Pôde a guarnição, composta de 180 soldados, mulheres e crianças e 509 negros, retirar-se livremente. Apreendemos no forte 30 canhões, 9.000 libras de pólvora e grande quantidade de ouro e mercadorias. Nesse mesino ano Van Koin regressou ao Brasil, deixando suficientemente guarnecido o forte de São Jorge. Foi destinado um dia para se render graças a Deus por essa vitória (**).

(*) — NIEUHOFF, BARLAEUS, SOUTHIEY e BEAUCHAMP.

(**) — BARLAEUS — pg. 58. SOUTHIEY — I, pg. 623. Carta de Maurício, datada de 16 de novembro de 1637 aos Estados-Generais (Arquivo do Reino — Maço Índ. Occ., 1635-1640).

Nessa época o almirante Lichthart cruzava com sua armada ao longo da costa brasileira, hostilizando ora um ponto, ora outro. Com 150 homens apoderou-se da pequena povoação de S. Jorge dos Ilhéos, ao sul de São Salvador. Os despojos foram de pouca importância porque os habitantes fugiram levando o que de melhor possuíam. Contra o seu costume, certamente em obediência às ordens de Maurício, os holandeses não incendiaram a localidade. Em contraste Bagnuolo que se retirara com seus 2.000 homens para a capitania de Sergipe del Rey, de quando em quando destacava pequenos grupos encarregados de burlar a vigiância de nossas forças, atravessar o São Francisco e espalhar a morte e a destruição. Para pôr um termo a essa situação o coronel Schkoppe e o conselheiro Gysselingh, à frente de 2.300 soldados, 250 marinheiros e 400 índios transpuzeram, por sua vez, aquele rio e deram uma batida de vários dias pela região, sem encontrar o inimigo, isso porque Bagnuolo fôra para São Salvador onde se receava a aproximação da esquadra do almirante Lichthart partida de Ilhéos com aquele destino. Schkoppe chegou a Sergipe del Rei a 24 de dezembro de 1637 e, tendo se apoderado da povoação, mandou destruí-la. Na sua passagem foi mandando também incendiar ou depredar engenhos e casas; as árvores de fruto eram arrancadas e as plantações inutilizadas. Por fim reatrevessou o São Francisco. Consoante costume, quer entre os portugueses, quer entre os holandeses, os rebanhos que não podiam ser transportados eram sacrificados. Bagnuolo havia carregado com 8.000 cabeças de gado, depois de ter abatido umas 5.000, para não caírem às mãos do adversário. Êste, por sua vez, sacrificara cêrca de 3.000 animais, após ter passado para o outro lado do rio, onde ficavam as províncias conquistadas, uma grande quantidade de cabeças(*). Esses

(*) -- NIEUHOFF -- PR. 7. BARLAZUS -- PG. 63. SOUTHBY -- I, PG. 621. BEAUCHAMP -- I, PG. 439, etc.

atos, embora de crueldade, praticavam-nos os beligerantes como meios de defesa, uma vez que, sem êsse gado, se tornava impossível a permanência das tropas naquelas regiões. Releva notar que os holandeses adotaram essa prática por ordem dos Diretores da Companhia, mas contra a vontade de Maurício.

Narramos em outro ponto dêste livro como Artichofsky consentira em partilhar com Schkoppe, também coronel, a honra de comandar as tropas. Depois da vinda de Maurício, no entanto, Artichofsky se sentiu tão diminuído e se julgou tratado com tanta injustiça que resolveu regressar à Holanda, fazendo-o nos fins de 1637. Ofereceu-lhe a Companhia uma corrente e uma medalha de ouro em recompensa dos seus serviços (67).

Os benéficos efeitos das proclamações conciliadoras de Maurício, com respeito aos indígenas, foram sentidos sem demora. O governador recebeu uma comissão de índios da capitania do Siará que lhe pediam libertá-los do jugo português prometendo submissão voluntária aos holandeses. Como garantia de sinceridade ofereciam-lhe os filhos de dois dos seus chefes como refens. Desejoso de atendê-los Maurício enviou àquela capitania algumas fôrças comandadas pelo major Joris Garstman, as quais conseguiram apoderar-se da pequena fortaleza de Siará ainda ocupada pelos portugueses. Garstman deixou uma guarnição nesse forte, recomendando-lhe procurasse viver em harmonia com as tribus, ainda selvagens, do local e que se mostravam favoráveis à nossa gente. Pensava-se, com razão, ser essa aliança vantajosa, sobretudo pelo exemplo de tolerância proporcionado a outros grupos de índios. Era ainda de grande importância a posse de Siará, conforme Maurício declarou, antes da rendição do forte, numa carta escrita em 16 de novembro de 1637, aos Estados-Gerais (Arquivos Reais): “E’ uma terra onde não sòmente se encontra o ambar cinzento como o sal, e em tal quantidade que,

si Deus nos conceder essa graça, os nossos navios não precisarão mais ir buscá-lo nas Índias do Oêste, porque ali o encontrarão à vontade”.

Travavam-se, entretanto, na Holanda, discussões em tórno da conveniência de se dar liberdade ao comércio entre o Brasil e a mãe-pátria. Dirigira Maurício duas cartas aos Estados Gerais (*) nas quais insistia vivamente pela necessidade dessa medida. Os negociantes de Amsterdã dela se mostravam também partidários pelos vultosos lucros que lhes traria, além de aproximar para sempre os habitantes da colônia aos da metrópole, inspirando àqueles uma aversão aos monopólios dos espanhóis e portugueses. A Companhia das Índias Ocidentais, e, principalmente, a Câmara da Zelândia, manifestaram-se fortemente contra essa liberdade comercial, alegando o seu direito ao monopólio e pretextando não se tratar senão de uma instigação espanhola e um manejo para causar a ruína da Companhia. O partido da liberdade do comércio, porém, saiu vencedor, e, em 1638, o monopólio ficou limitado à importação de escravos, provisões de guerra e exportação de pau-brasil. Ficou assim aberta a todos a navegação, com a restrição apenas de só poder cada negociante enviar ao Brasil, anualmente, um carregamento. Do mesmo modo, os portugueses, residentes no Brasil, tiveram permissão de exportar seus produtos para a Holanda (68).

Em fevereiro de 1638 o bravo capitão de marinha Schaap travou glorioso combate, com um só navio, contra três grandes galeões espanhóis, em frente à baía de São Salvador. Um dos barcos inimigos pôs-se em fuga; outro encalhou na praia e o terceiro foi aprisionado e conduzido ao Recife. Encontrou-se neste último navio uma carta que provava estarem trabalhando com ardor, em Lisboa, como em Cadix, nos preparativos de

(*) — Estas cartas são datadas de Antonio Vaz, 16 de janeiro e 7 de março de 1638 (Arquivo do Reino — Maço Ind. Occ. 1635-1640).

uma armada destinada a reconquistar todos os territórios em poder da Holanda.

Contraíra Maurício uma das febres comuns no país e esteve seriamente doente durante uns três meses. Aclimatado, porém, pôde reassumir suas funções com a costumada atividade e realizou logo uma viagem de inspecção às capitânicas de Paraíba e Rio Grande, ao norte do Recife. Regularizou, ali, todos os negócios administrativos e cuidou também das fortificações. A maior parte dos melhoramentos introduzidos na colônia continuava a dar salutareos resultados. Preocupou-se, também, com a maneira carinhosa por que os ministros protestantes, vindos da Holanda, instruíam os indígenas e procuravam convertê-los. Em recompensa aos seus esforços, êsses eclesiásticos, que formavam no Recife uma espécie de consistório, exigiram do govêrno limitasse a tolerância concedida às outras seitas religiosas; Maurício, somente no ano seguinte, e bem a contra gôsto, se sujeitou a essa restrição. Foram, assim, proibidas as procissões externas; os engenhos, ao invés de serem benzidos pelos padres católicos, passaram a sê-lo pelos evangelistas, etc, etc. Foram fechadas as sinagogas e os judeus só podiam realizar suas cerimônias religiosas no interior das suas casas. Não foi de nenhum modo hábil essa medida, porquanto com ela ficaram constrangidos muitos comerciantes de importância, além de outros respeitáveis habitantes do Brasil holandês, pertencentes à raça judaica, e que haviam sido atraídos à colônia pela tolerância de Maurício. A êles, sobretudo, devia o comércio a sua prosperidade. Tornaram-se, dêste modo, ineficientes as ótimas disposições de espírito anteriormente demonstradas por Maurício, em face dessa intolerância, tanto mais deplorável quanto provinha daqueles a quem competia pregar a paz e a reconciliação.

Continuavam a insistir, da Holanda, para que Maurício coroasse a sua bela obra com a tomada de São

Salvador, capital do Brasil português. Prometiam-lhe consideráveis reforços de tropas e navios sob o comando de Artichofsky. Urgia essa tentativa de conquista antes que deixasse a Europa a formidável esquadra em preparo pelos governos de Portugal e de Espanha. Por outro lado Maurício tivera falsos informes quanto ao estado de indisciplina reinante entre as forças que guarneciam São Salvador e acêrca da desunião entre os chefes; asseguraram-lhe mesmo que o povo, ali, conhecedor do bom tratamento dado pelos holandeses aos habitantes da região por êles conquistada, se mostrava desejoso de passar para o domínio batavo. De acôrdo com o Conselho, resolveu Maurício apressar a expedição contra a Baía, e, a 8 de abril de 1638, largou do Recife com 30 navios de guerra, chegando 6 dias depois à baía de Todos-os-Santos. Iam embarcados nesses navios 3.400 soldados e 1.000 indígenas⁽⁶⁹⁾. A 16 entrou na baía, ao ruído da artilharia, e, sem opposição, desembarcou suas tropas num ponto próximo à cidade. Com alguns dias de pequena luta os quatro fortes que cercavam a cidade caíram às nossas mãos. Maurício chegou a mandar abrir trincheiras e assentar as baterias, mas reconheceu não serem suficientes suas tropas para empreender um sítio regular de uma cidade como a de São Salvador. A partir de 1625 aumentaram as fortificações contando elas com uma guarnição de 200 soldados portugueses reforçados por um grupo de 3.000 civis bem armados, sem falar nas forças trazidas por Bagnuolo ali também presentes e compostas de 1.200 europeus e 800 índios. Os sitiados eram mais numerosos do que os sitiantes e, por isso, não foi possível cercar-se inteiramente a cidade nem evitar-se que ela recebesse víveres do interior do país. Demais a indisciplina e a discórdia, então reinantes, transformaram-se de súbito em vivo entusiasmo ao se oferecer o ensejo de uma extrema defesa. Também a desharmonia entre os chefes desapareceu, e o governa-

dor-geral, Pedro da Silva, visando evitar novos motivos de dissensões, passou voluntariamente o comando supremo das tropas a Bagnuolo, durante todo o tempo de duração do cêrco. Fez, assim, o sacrifício do seu amor próprio pelo bem da coletividade, reconhecendo a superioridade dos méritos militares do seu subordinado. E Bagnuolo, por sua vez, se mostrou digno dessa deferência que não poderia deixar de incentivar sua coragem. Como que animado por um novo espírito êle soube, com gestos de constante bravura, apagar a desfavorável lembrança de anteriores hesitações e fracassos. Em São Salvador todo mundo pegou em armas, aos apêlos dos sacerdotes que preveniam os habitantes contra os hereges. Muitos dêsses padres brandiam igualmente a espada para combater. Várias vêzes os sitiados efetuaram sortidas, em grupos comandados por Souto e Rebelo, de 300 a 400 homens, para hostilizar os holandeses, e também para favorecer a entrada de comboios de víveres vindos do interior.

Na noite de 18 de maio Maurício tentou sem resultado vigoroso ataque. Prevenidos a tempo, por um desertor, os portuguezes receberam as colunas com o maior ímpeto defensivo. Foi sangrento o combate, ficando por muito tempo indecisa a vitória; em todos os pontos onde aparecia a figura imponente e atlética de Nassau o adversário cedia. Lemos em vários historiadores que o intrépido Maurício, de espada na mão, encorajava os soldados e ordenava aos oficiais matassem os que fugissem da peleja. "Conduzidos, dêste modo, à carga, pelo Conde, — escreveu DE BEAUCHAMP —, as fôrças holandesas obraram prodígios, sem conseguir contudo romper as linhas". Outros cronistas estrangeiros elogiam igualmente, com abundância, a Nassau. O autor da *Storia delle guerre* narra como êle soube estimular a bravura dos seus comandados, pela palavra e pelo exemplo, a ponto de tornar a vitória hesitante durante muito tempo :

“voltaram a atacar as trincheiras e o fizeram com tanto ímpeto, animados pelas ordens e pelos gestos de Maurício, que, por longo tempo o triunfo esteve duvidoso para uma parte e para a outra”. Mas, por fim, o Conde teve de se dobrar à superioridade de fôrças do inimigo e ordenou a retirada. As perdas de um lado e de outro foram tão grandes que se combinou uma trégua de seis horas para enterrar os mortos, entre os quais se encontravam capitães de valor, quer num campo quer noutro.

Após êsse primeiro êxito, os sitiados começaram a fazer sortidas e bem depressa os sitiantes se viram ameaçados de ser cercados, por sua vez; nesses combates Bagnuolo, Silva, Duarte de Albuquerque, Souto, Camarão e Dias, distinguíram-se particularmente, do lado dos portugueses. Precavendo-se contra maiores revêzes, Maurício se viu obrigado a levantar o cêrco, antes que a época das chuvas chegasse, e mesmo por contar somente agora com 2.400 europeus e 900 índios. Na noite de 25 para 26 de maio, reembarcaram todas as tropas, na melhor ordem, levando o material de guerra, inclusive os canhões tomados ao inimigo. Antes do regresso, Maurício tentou, junto a Bagnuolo, a permuta de prisioneiros, mas sem resultado.

Avaliaram os portugueses as perdas holandesas em 2.000 homens, o que é evidentemente exagerado. Todavia essas perdas foram vultosas, pois se verifica do relatório oficial de Maurício, a respeito dessa expedição, datado de 29 de junho de 1638, que no combate de 18 de maio tivemos 9 oficiais e 95 soldados mortos e 9 oficiais e 222 soldados feridos; e que, em consequência do contínuo canhoneio dos dias subsequentes, houve dias em que tivemos 20 mortos nas trincheiras (*).

Queixava-se Maurício, nessa mesma carta, de haver sido êsse fracasso motivado pela falta dos reforços tantas

(*) — Carta de 29 de junho de 1638 (Arquivo do Reino — Maço Ind. Occ. 1635-1640).

vêzes solicitado aos Estados-Gerais. As despesas feitas com essa importante expedição militar foram cobertas pelas prêsas efetuadas em São Salvador, entre os quais se contavam 400 escravos⁽⁷⁰⁾. Foi bastante honrosa para Maurício a resposta dada pelos Diretores da Companhia, pois se desculpavam por não ter enviado ainda os reforços e não o censuravam por coisa alguma.

Entretanto somos de opinião do historiador VEEGENS quando pensa ter essa derrota na Baía constituído o primeiro germen da desinteligência surgida mais tarde entre êsses diretores e o Conde. Meses depois Maurício declarava tornarem-se indispensáveis, pelo menos, 3.600 homens para aumentar suas fôrças, elevando-lhes o efetivo a 7.000 soldados, dada a necessidade de guarnecer vários fortes e sustentar a luta com tropas suficientes (*). A Companhia, premida pelos Estados Gerais, projetou enviar ao Brasil 3.000 homens, afim de atender às repetidas solicitações do governador-geral, mas, afinal, não conseguiu recrutar senão 1.600, os quais embarcaram em oito navios, sob o comando de Artichofsky, em dezembro de 1638. A 18 de agosto havia sido êsse militar, por indicação do Príncipe de Orange e da Assembléa dos XIX, nomeado general de artilharia e coronel de um regimento de infantaria acantonado no Brasil, e composto de 12 companhias, cada uma de 150 homens. Com essa dupla patente êle perceberia 750 florins por mês, afóra 250 para despesas de mesa (**). Erradamente supõem alguns historiadores ter vindo Artichofsky ao Brasil, em 1638, com o título de generalíssimo e nas funções de comandante-superior. Abraçamos opinião contrária após haver lido no original o ato de nomeação de "*mestre-general de artilharia e coronel*"(***). Extraímos do seu

(*) Ver duas cartas do conde Maurício, escritas do Recife a 30 de setembro e 6 de outubro de 1638. (Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1635-1640).

(**) — Resolução dos Estados-Gerais, de 18 de agosto de 1638 (Arquivos do Reino).

(***) — Arquivo do Reino — Livro de Comissões (Commissie-book) dos Estados-Gerais — 1626-1639 — fl. 271).

título de comissão o seguinte trêcho, no estilo e ortografia da época, que mostra evidentemente a subordinação de Artichofsky a Maurício :

“alles te doen dat een goet ende getrouw meester-generael van de artillerye schuldig is, ende behoort te doen, end tot sulcken staet eijgent ende gebeurt, alles in conformité van de conditiën en de order hem bij de meergenoemde W. I. Comp. albereijts gegeven ofte als nog te geven, ende vorders hem te laten gebruijken te water ende te lande in de steden, forten, sterckten ende te velde daer ende alsoo hem dat hij ons, die van de dijckopgemelte W. I. Compagnie ende de welgemelten Heer Graef Joan Mauritis van Nassau, naer d'occurrentiën ende 't vereijsch van den dienst van 't lant sal worden gerecommandeert” (fazer tudo o que compete a um bom e fiel general de artilharia, tudo o que seja digno de suas funções, em obediência às ordens e condições já determinadas ou a determinar-se, e executar, quer em terra ou no mar, nas cidades e fortalezas, como no campo, tudo o que lhe for por nós recomendado, pela Companhia e pelo Conde João Maurício de Nassau, à medida das ocorrências e das exigências do serviço).

Entramos nesses pormenores a respeito da nomeação de Artichofsky porque nasceram justamente das atribuições de seu cargo os motivos do rompimento dele com o Conde, em 1639. Não antecipemos, porém, a marcha dos fatos e vejamos o que as armas da Companhia tinham obtido no mar. O famoso almirante Jol, que havia sido prêso em 1635, pelos dunquerqueanos, de volta dum cruzeiro nas Índias Ocidentais, realizara, ao ser posto em liberdade, nos anos de 1636 e 1637, uma afortunada viagem, com 3 hiates, pelo mesmo Arquipelago, obtendo despojos valiosos. Fôra depois, em 1638,

investido novamente do comando de uma frota maior, destinada ao Brasil, saindo do porto de Texel em abril; mal chegado a Pernambuco, o Conde Maurício mandou-o às ilhas das Índias Ocidentais com ordem de se apoderar, caso possível, da “frota da prata” dos espanhóis.

Largou Jol do Recife a 22 de julho de 1658, com 17 navios e hiates, e encontrou-se com a frota espanhola no dia 31 de agosto, na altura de Cuba; era ela, porém, comandada pelo bravo almirante D. Carlos de Ibarra e se compunha de 8 grandes galeões, bem armados. Os barcos holandeses diferenciavam-se tanto, no tamanho, dos espanhóis que o cesto da gávea do mastro do capitânea de Jol mal se superpunha ao convés superior do capitânea de Ibarra. Contudo, Jol enfrentou sem hesitar êsse navio, abordando-o e combateu furiosamente durante duas horas. Fosse com medo da superioridade do adversário, fosse por inveja das glórias do jovem e valeroso almirante, os outros capitães abandonaram Jol, nessa refrega, ficando-se para traz, a exceção de dois, Roosendael e Van der Mast, que também se bateram com encarniçamento. O capitânea holandês, atacado por todos os lados, teve que largar o adversário justamente quando um dos nossos marinheiros estava ocupado em arrancar o pavilhão espanhol. Por um verdadeiro milagre de agilidade e ousadia, êsse marujo conseguiu passar de novo para o seu navio, mas sem ter podido trazer a bandeira inimiga. Três vêzes ainda, durante o mês de setembro, Jol atacou essa esquadra, porém teve por fim de renunciar a essa preciosa prêsca, e em novembro regressou à Holanda. Os Estados Gerais ofereceram-lhe uma corrente de ouro e uma medalha de honra no valor de 707 florins (*). Alguns dêsses covardes capitães ainda tentaram manchar a reputação de Jol, mas foram severamente punidos.

(*) — AIRZEMA — II, pg. 538.

Não vendo chegar os reforços reiteradamente pedidos, o Conde enviou uma nova carta aos Estados-Gerais, na qual, visando provar a insuficiência de elementos com que contava para levar a efeito a sua missão, dava os totais do que possuía em homens, víveres e munições. Encontramos essa carta, datada de 18 de fevereiro de 1639, com os respectivos anexos, nos Arquivos do Reino (*). Por ela verificamos existir, então, no Brasil, apenas 3.250 homens, na ativa, inclusive as guarnições dos navios. Os armazens de provisões continham somente: 31 toneladas de carne em conserva, 34.000 libras de biscoitos, etc. As munições de guerra constavam de: 100.000 libras de pólvora e 16.590 balas de todos os calibres.

Artichofsky chegara afinal ao Brasil com os reforços esperados; mas sem demora explodiu a desarmonia entre êle e o Conde. Queria Artichofsky gozar de prerogativas superiores ao seu cargo. Por outro lado, Maurício via, com pesar, que êsse ambicioso polaco, com quem aliás nunca pudera manter certa conformidade de vistas, obtivera um posto que o colocava quasi no mesmo nível do governador geral. Pareceu-lhe êsse ato uma espécie de castigo por não ter podido conquistar São Salvador. De qualquer modo essa escolha de Artichofsky constituiu, pelo menos, grande imprudência da Companhia. Dois meses apenas decorridos e já todo mundo sabia do rompimento: — Artichofsky escrevera a Albert Kocnraats, burgo-mestre de Amsterdam, e um dos diretores da Companhia, uma carta cheia de comentários ásperos e caluniosos em tórno do procedimento de Maurício; imputava-lhe lentidão e negligência na administração; denunciava abusos de toda natureza e a recusa do Conde em reconhecer as suas atribuições de, como general, nomear os oficiais. Antes de mandar essa missiva alar-

(*) — *Maço Índ. Occ.*, 1635-1640.

deu o seu texto na presença de alguns dos seus amigos, e, por acaso, a carta caiu nas mãos de Maurício que imediatamente convocou o Conselho Governamental. Foi isto a 20 de maio de 1639. Leu Maurício, em voz alta, o documento tão odiosamente ofensivo à sua reputação, declarou-o falso e mentiroso, e afirmou ter sido Artichofsky enviado ao Brasil para espionar os seus atos. Acusou ainda êsse general de "incitar as tropas à desobediência, e como era êle a autoridade mais elevada, depois do governador, anunciou sua firme resolução de pedir demissão, si Artichofsky não fôsse sem demora afastado da colônia, *porquanto, de agora por diante, sua dignidade não lhe permitia o menor contacto com semelhante homem* (*). Tentou, em vão, o Conselho apaziguar essa desinteligência, e como era conveniente conservar o Conde à frente do govêrno, porque sua administração vinha sendo até agora muito benéfica, Artichofsky, êsse estrangeiro cuja presunção era superior aos próprios méritos, teve de se retirar para a Holanda, no mês de junho.

Artichofsky quis fazer acreditar, no que o apoiaram alguns historiadores, haver sido mandado ao Brasil com a liberdade de agir independentemente do Conde, mas o trêcho da sua designação, já transcrito, prova o contrário: êle foi nomeado com subordinação definida ao governador-geral. Nesse documento nenhuma alusão foi feita ao pretenso direito de nomear oficiais. O próprio Conde só tinha essa faculdade em campanha, porquanto, em guarnição, cabia-lhe apenas a escolha numa lista tríplice apresentada pelo Conselho governamental (**). Como reclamar Artichofsky um direito de que o próprio governador não gozava? O verdadeiro móvel

(*) — Ver a carta de Maurício, datada de 25 de maio de 1639, aos Estados Gerais (Arquivo do Reino — Maço Índ. Occ., 1635-1640).

(**) — Ver o título de nomeação de João Maurício, de que já falámos no começo d'êste capítulo.

dessa desinteligência era um velho ódio dêsse polaco contra Maurício, despeitado por não ter obtido o ambicionado cargo de governador. A maioria dos historiadores afirmam que Artichofsky recebera a missão de observador secreto da maneira de agir do Conde, e o próprio Maurício acreditava nisso. Embora o ato de nomeação de Artichofsky nada contenha que justifique essa suposição, pode se admitir, entretanto, houvesse êle tido, nesse sentido, instruções secretas do Conselho dos XIX. Infelizmente uma parte dos Arquivos que poderiam conter algum documento comprobatório do contrário não existe mais hoje. Repugna-nos, todavia, admitir que um homem, que prestara serviços ao nosso país durante 16 anos, sempre com dignidade e bravura, se conformasse em desempenhar um papel tão pouco honroso.

Logo que regressou à Holanda, o general se desmanchou em queixas contra Maurício, junto aos Estados, ao Stadhouter e aos diretores da Companhia (71). Êle não voltou mais à atividade, porém muita gente que o estimava, acreditou na acusação feita ao Conde.

Um dos membros do Supremo Conselho, Van der Dusen, que fôra companheiro de Artichofsky no regresso à Holanda, expusera à Companhia a situação, em 1639, das conquistas feitas no Brasil: achávamo-nos, então, na posse de 6 províncias contíguas — Sergipe del Rei, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Siara, que, embora não fossem das maiores entre as 14 capitâneas do Brasil nem por isso deixavam de ser das mais férteis e das melhor situadas (*). Apenas a de Sergipe, inteiramente devastada por ocasião da conquista, permanecia ainda abandonada dos seus habitantes e guarnecida por 40 homens, constituindo um posto-avançado, ao sul,

(*) — Ver o mapa, no fim dêste livro, onde vêm indicados os limites da colônia, no tempo de Maurício, inclusive a capitania do Maranhão conquistada em 1641.

contra os portugueses. A capitania de Pernambuco era a mais bem cultivada e possuía para mais de 100 engenhos moendo. O Recife era a capital e séde da colônia. Nos começos de 1639 o govêrno estava assim organizado : (*)

Governador — João Maurício de Nassau.

Altos Conselheiros Secretos (Hooge ende Secrete Raden) — van Ceulen, Gijsseelingh van der Dussen e um assessor.

Conselheiros Políticos (Politieke Raden) — Herckmans, Mortamer, De With e Bodechevius.

As arrecadações feitas no Brasil Holandês, num total de 280.900 florins, consistindo principalmente no dízimo cobrado sôbre a produção dos 160 engenhos em atividade, bastavam para atender às despesas de guerra (**). Faltava sômente a essa bela província um maior número de habitantes. O Conde solicitava insistentemente à metrópole a remessa de colonos, mas, como acontecia sempre, sua esclarecida visão e seus acertados juízos, se viam contrariados pelos diretores, e, sobretudo, pelos acionistas da Companhia.

Duas as classes em que se dividiam os habitantes das capitanias holandesas : — homens livres e escravos. Formavam a população livre os holandeses, os portugueses e os índios. Os primeiros compunham-se em regra de comerciantes, artífices e taverneiros, estabelecidos quasi todos no Recife. Mais numerosos, e mais abastados, os portugueses eram, em maioria, agricultores. Dispunham, igualmente, de uma situação importante, entre os habitantes livres, os judeus que não se encontravam a serviço da Companhia : — êles exerciam largo comércio e vários deles adquiriam engenhos e construíam bons prédios na cidade. Perseguidos, nessa época, em

(*) — Essa relação dos Conselheiros se encontra na primeira página de um documento autêntico do ano de 1639 — nos Arquivos do Reino.

(**) — LUZAC, VERGENS e SOUTHEY.

quasi toda a Europa, procuravam asilo num país onde pudessem professar sua religião e celebrar suas cerimônias com mais liberdade do que em outra qualquer parte, mesmo sujeitos às restrições exigidas pelos ministros protestantes e a que já aludimos.

Todos os índios que viviam nas províncias holandesas, sob o govêrno de Maurício, desfrutavam perfeita igualdade, e por isso estimavam bastante ao Conde. Excetuados alguns chefes ligados aos portugueses, que se achavam refugiados, eram nossos fieis aliados. Houve mesmo uma ocasião em que Camarão, suscetibilizado por uma ofensa recebida de Bagnuolo, abalançou-se a fazer uma paz em separado com os holandeses; o bravo índio estava porém de tal modo identificado com a causa por que tanto se batera, de coração e com destemor, que, antes de receber a resposta de Maurício, esquecera o seu ressentimento e voltara a ser um nosso adversário decidido e hábil (*). Embora devotados, os índios se mostravam pouco dispostos ao trabalho, e, a muito custo, por poucas horas, se conformavam em prestar serviços nas plantações. Mais se fazia sentir essa aversão dos índios ao trabalho quando os escravos negros rareavam. A maior parte deles acompanhara seus senhores portugueses e outros tinham se submetido ao domínio holandês em troca da liberdade.

Si por um lado o Conde Maurício muito fizera pela prosperidade da colônia, mercê da sua intelligência administrativa e da moderação de seus atos, por outro lado não negligenciara o embelezamento da capital, dele se ocupando particularmente durante três anos. Embora dispondo de 2.000 casas (**), o Recife não oferecia ainda o confôrto necessário aos seus numerosos habitantes, e,

(*) — Para pormenores ver BARLAEBUS; VAN KAMPEN — I; VERGENS e BEAUCHAMP — III.

(**) — Em 1630 existiam sômente 150 habitações.

por isso, Maurício, depois de demolir inteiramente a antiga vila de Olinda, então abandonada, empregou o material dali trazido na construção de uma nova cidade na ilha de Antônio Vaz. Peter Post, arquiteto holandês, vindo da Holanda com Maurício, traçou o plano dessa cidade e de suas fortificações. O Conselho Supremo deu-lhe o nome de Mauritsstat ou Maurícia, em honra do seu ilustre fundador. Cercada de mangues por oéste, limitada pelo mar a lêste, Mauritsstad era defendida ao norte e ao sul por duas fortalezas chamadas respectivamente Frederico-Henrique e Ernest. Êste último nome pertencia ao irmão caçula do nosso herói e que viera também em sua companhia para o Brasil: Ernest faleceu no dia 25 de novembro de 1639, com a idade de 21 anos, quando, a bordo do Alkmaer, cruzava diante de São Salvador.

Antes mesmo da fundação de Mauritsstad, o Conde mandara fazer um jardim, ao norte da ilha de Antonio Vaz, sendo para lá transplantados 700 coqueiros já bem crescidos, e quasi todas as outras árvores frutíferas da terra, entre as quais laranjeiras, limoeiros, etc. No mesmo local, ergueu, às suas custas, um soberbo palácio a que chamou de Vrijburg (Sem-cuidados), e gastou nessa obra cêrca de 600.000 florins. Nas duas alas existiam tórres que serviam, a um só tempo, de postos de observação e de faróis para os navegantes. Em tórno elevaram-se outras obras não só de embelezamento como de proteção à ilha, onde passara a residir o governador. Esse exemplo foi seguido por outros habitantes da cidade Maurícia que, em breve, se tornou tão populosa quanto a do Recife.

Urgia, no entanto, levar-se a efeito outra obra de relevante utilidade: a que facilitasse as comunicações entre Mauritsstad e o Recife por meio de uma ponte (*). O arquiteto pediu 240.000 florins para realizar êsse trabalho, mas, após ter construído dois ou três pilares de

pedra e gastou 100.000 florins, renunciou à obra como impraticável. Então, Maurício, que era um grande amoroso da arquitetura, assumiu a direção dos trabalhos, empregando madeira em vez de pedra, e, dentro de dois meses, deu a ponte pronta (*). Para completar as comunicações, lançou outra ponte sobre o Capibaribe, entre o continente e o Recife, através da cidade Maurícia (**). Próximo a essa nova ponte edificou outro palácio, para o verão, ao qual deu o nome de Boa-Vista ou Bela-Vista (Schoonzigt). O pavimento térreo desse edifício era armado com canhões e prestava-se também à defesa da ilha (72).

As artes e as ciências floresceram igualmente durante o governo tutelar do Conde, por isso que tinham nele desvelado protetor. Citamos aqui as palavras de um dos maiores sábios da época, o professor De Crane (*Oratio de J. Mauritio Nasaviae principe*. 1816, pg. 16): "por toda parte onde seu domínio se estendia a civilização espalhava benefícios. Uma multidão de artistas, pintores, escultores, arquitetos, mecânicos, acompanhou-o ao Brasil ou ali foram ter depois a seu chamado. Nada lhe causava maior agrado do que os progressos da geografia, da astronomia e da história natural". Realmente, ao partir para o Brasil, Maurício levara consigo, como médico, o célebre naturalista Piso, de Leyde, e, recomendado por Johan de Laet (***) grande amigo das

(*) — A cidade holandesa de Maurícia sobre a Ilha de Antonio Vaz, é atualmente, sob o nome de Santo Antonio, um dos tres bairros da cidade de Recife de Pernambuco. O antigo Recife constitua um outro. E o mais novo, chamado Boa Vista, situa-se em terra firme, fronsiteiro á Ilha.

(**) — Foi por ocasião da inauguração dessa ponte que se verificou o "vão do boi do Melchior". Mandou Nassau anunciar que no dia em que a ponte fosse franqueada ao transitu publico iria n povo assistir a um espetaculo surpreendente: vnaar o boi do Melchior. Esse animal era muito conhecido na cidade: — todo amarello, manso, querido de todos. Andava solto pelas ruas e ás vezes até entrava pelas casas. Pertencia a um sr. Melchior, tambem conhecido no. Na tarde apraxada ninguém deixou de ir ver a "novidade". Uns, intriguados com o coisa, outros com o intuito de tir-se um bocadjo. El, de repente, viu-se de fato, sair pela varanda de um sobrado um boi amarello, rasgando o espaço. A imitação era perfeita e de longe não se distinguiam bem os corções que moviam o supposto boi do Melchior. Como fora exigido o pagamento de uma pequena taxa para se atravessar a ponte nesse dia os cofres publicos apuraram mais de 1.800 florins. — (N. do T.).

(***) — Autor da obra que citamos na segunda parte de nosso livro.

ciências, tomou também a seu serviço um naturalista alemão, MARCGRAF. A *Historia naturalis Brasiliae*, de Piso, e a *Historia Brasiliae*, de MARCGRAF, constituem ainda hoje obras do mais vivo interesse. Êsses dois cientistas realizaram observações de história natural da maior importância. As custas de Maurício e sob a direção deles dois foi construído em Antônio Vaz um observatório (*). Os irmãos Post, um, pintor, e outro, arquiteto, haviam vindo ao Brasil com o Conde: o padre Francisco Plante, capelão do governador, era também um brilhante cultor das letras.

Descrevendo a prosperidade da bela colônia, governada pelo ilustre príncipe de Nassau, fomos talvez mais longe do que pretendíamos. Voltamos, porém, à época em que Artichofsky regressara à Holanda, ou seja em junho de 1639.

Os rumores espalhados da vinda de uma grande frota hispano-portuguesa com o propósito de retomar as colônias holandesas não eram de todo destituídos de fundamento. Com o pretexto de um provável novo ataque de Nassau a São Salvador, onde da primeira vez se saíra mal, os portugueses haviam redobrado seus pedidos de providências à corte de Madrid, e Filipe IV reconhecera afinal as razões dessas queixas: — ordenara a seu favorito preparasse uma armada para salvar o Brasil, e já em fins de 1638, uma numerosa frota saíra de Lisboa, sob o comando de d. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, investido do cargo de Governador-Geral do Brasil. Essa armada composta de 26 grandes navios e 20 menores, levava cerca de 7.000 homens de equipagem. Na altura do Cabo-Verde enfrentou grandes temporais que lhe causaram avarias, sem falar nos óbitos causados por

(*) — Do Palácio das Torres nada mais existe hoje. Do da Boa-Vista há um torreão que faz parte do atual Convento do Carmo. — (N. do T.).

terrível epidemia; um terço das tripulações sucumbiu; entre os mortos se achava Francisco de Melo e Castro, que viria comandar as fôrças de terra no Brasil. Viu-se assim essa armada obrigada a renunciar por enquanto ao ataque aos holandeses do Recife, séde da colônia, preferindo procurar a Baía, na urgência de tratar dos doentes e de reabastecer os navios (*). E na Baía demorou essa esquadra por mais de um ano. (Novembro de 1639).

Por essa época descobriu-se em Pernambuco uma conspiração de alguns portugueses. O movimento devia explodir com o auxilio da esquadra hispano-portuguesa. Vários cabeças foram presos e, por medida de segurança, embora não existissem provas suficientes, deportados para a Baía e outros pontos mais distantes.

Nesse interim, o Conde da Tôrre, com infatigável zêlo, aproveitava sua permanência em São Salvador para pôr a frota, sob seu comando, em perfeito pé de eficiência. Reforços de toda natureza chegavam-lhe do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, de modo a transformar a Baía num grande porto marítimo. As tropas, allí existentes, sem falar na equipagem dos navios, elevavam-se a 8.500 homens, sendo 2.400 negros sob o comando de Henrique Dias, 900 civís armados, 600 índios de Camarão e, finalmente, 4.600 homens de tropas regulares españholas e portuguesas comandadas pelo mestre de campo Conde Bagnuolo, e coroneis Luís Barbalho, D. Manoel de Mascarenhas, Heitor de la Calce (**), etc., etc. Os demais comandantes eram D. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos, general de artilharia D. Francisco de Moura, general de cavalaria D. Juan de Vega, almirante das fôr-

(*) — A respeito dos preparativos dessa expedição ver P. STA. TERESA — I, pg. 216; BEAUCHAMP — III, pg. 63; ENGELBERTO GERRITS — I, pg. 355 e VEEGENS — pg. 240.

(**) — O mesmo que em 1635 fôra feito prisioneiro de Artichofsky e que mais tarde obtivera a liberdade por permuta.

ças marítimas de Espanha, e D. Rodrigo Lobo, almirante português. Outras pessoas de relêvo e oficiais de reserva deviam acompanhar a expedição como voluntários para combater os heréges. Extraímos êsses pormenores de uma carta que João Maurício, em data de 9 de julho de 1639, dirigiu aos Estados Gerais, e da qual se verifica serem precárias, nesse momento, as condições do Brasil Holandês; o Conde confessa não dispor de mais de 3.000 homens para opor a essa respeitável fôrça do adversário. Acrescentava que si não tivessem tido a sorte de aprisionar dias antes um navio carregado de trigo estariam sem pão para comer no Recife. O Conde rematava sua carta dizendo: “que ficavam expostos ao acaso todo o paiz e toda a sua valorosa gente”. (*Soo dat het geheele land ende soo veel eerlijcke luijden well op de pezc spant ende hasartdeert*). A 4 de agosto o nosso governador dirigiu nova carta às Altas Potências (*) comunicando-lhes estarem esgotadas todas as provisões. Essa mensagem termina por estas frases dignas de nota:

“De sorte que vossas Altas Potências podem formar um seguro juízo da situação em que aqui nos encontramos e qual a responsabilidade que me pèsa aos hombros. O inimigo faz grandes preparativos para nos atacar ainda êste mês. Resolvi enfrentá-lo e combatê-lo com o auxílio de Deus, custe o que custar, uma vez que é melhor morrer no campo da luta, de armas na mão, do que succumbir de fome”. (73).

Nem por isso a Assembléia dos XIX deixou de fazer ouvidos de mercador às reclamações de Maurício e às insistentes solicitações dos Estados-Gerais, mas, até certo ponto era desculpável o procedimento da Compa-

(*) — Essas duas Cartas encontram-se nos Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ., 1635-1640

nhia, dada a situação difícil de suas finanças. Nesse mesmo ano ela se viu constrangida a propor um aumento de capitais com um juro de 6% e a pleitear uma subvenção de 5.000.000 de florins, além da de 700.000 que já percebia do tesouro do Estado há alguns anos (*).

Eram mínimas as forças navais de que dispúnhamos no Brasil, consistindo principalmente em 13 navios de guerra e 7 hiates, com os quais o almirante Willem Corneliszoon Loos cruzava defronte da Baía (**). A 12 de novembro o Conde Maurício chamou essa esquadra ao porto do Recife, querendo reunir ali todas as forças necessárias para enfrentar o inimigo. E, de fato, a 19 de novembro de 1639, a esquadra hispano-portuguesa saiu de São Salvador, com 86 unidades tripuladas por 6.000 marinheiros e 6.000 soldados, e armados com 805 canhões. Essa temível armada, sob o comando de d. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, tinha a seguinte formação: a esquadra espanhola consistia em 12 grandes galeões, com 312 bocas de fogo, de grosso calibre, em bronze, entregues à direção de D. Juan de Vega; a esquadra portuguesa, com 8 galeões armados de 226 peças de bronze, às ordens de d. Rodrigo Lobo; 27 navios auxiliares, das ilhas dos Açores e do Brasil português, com 237 canhões de ferro, sob o comando de Antônio da Cunha Andrada. Ainda contavam com 39 caravelas, patachos e barcas, carregadas de açúcar e outros gêneros que se destinavam à Espanha, mas que tinham sido aproveitados para o transporte de tropas de desembarque (74). Lutando constantemente com o vento norte a esquadra gastou quasi dois meses para alcançar a altura do Recife. Essa demora salvou o Brasil holandês. Si o Conde da Torre houvesse, como lhe aconselhara reitera-

(*) — Arquivos do Reino — Registro Ind. Occ., 1638-1651 — fs. 28-31-47 e outras.

(**) — O almirante Lichthart, almirante da costa brasileira, voltara já há algum tempo à Holanda.

damente Bagnuolo, efetuado um desembarque nas proximidades do Cabo de Sto. Agostinho ou noutro ponto ao sul do Recife, êle teria atingido há muito tempo essa cidade onde a defesa, pelos motivos já expostos, seria fraca. Mas, decorridas essas seis semanas, Maurício delas se aproveitara para se fortificar o mais possível. Afortunadamente haviam chegado da Holanda alguns navios e, com incalculáveis esforços, foram transformados barcos mercantes em vasos de guerra, de modo a se conseguir uma frota de 41 unidades, tripuladas por 1.600 marinheiros e 1.200 soldados, às ordens do major Pierre le Grand. O restante de nossas forças militares, 1.800 homens, às quais se poderiam acrescentar 1.000 a 1.500 índios, estava afêto às guarnições ou garantia, mesmo assim mal, das fronteiras do sul contra as incessantes investidas de Camarão com os indígenas e os portugueses.

Nos primeiros dias de janeiro de 1640 mudou de súbito o tempo e soprou violentamente o vento sul, sendo a esquadra do Conde da Tôrre levada, a contra gôsto, até além do Recife, vendo-se, no dia 11 dêsse mês, entre Itamaracá e Paraíba, com o plano de no dia seguinte tentar um desembarque. Soubera-se disso no Recife por um hiate e por mensageiros vindos da Paraíba; sem demora, Maurício ordenou à sua frota fôsse ao encontro do inimigo oferecendo-lhe combate. Nossa esquadra compunha-se de 18 navios e 11 hiates pertencentes à Companhia, e 12 embarcações fretadas, todos sob o comando do almirante Corneliszoon Loos, vice-almirante Jacob Huyghens e contra-almirante A'derik. Levavam êsses navios 473 canhões de todos os calibres. A frota zarpuo logo do Recife e a 12 tinha contato com a do inimigo, próximo a Itamaracá.

Nesse mesmo dia, à tarde, romperam as hostilidades, combatendo-se, de parte a parte, com igual denodo. De repente o capitânea De Faem se viu cercado por 4 galeões, mas durante 3 horas sustentou a luta, até que

o almirante Loos foi morto e a noite veio pôr fim à peleja. O navio Alkmaar, seriamente avariado, afundou antes que lhe pudessem prestar qualquer auxílio. No dia seguinte o vice-almirante Huyghens assumiu o comando da esquadra e recomeçou, com o mesmo ardor da véspera, o combate que durou até o escurecer. Perdemos nessa outra fase da luta o *De Geele Zon* que naufragou salvando-se apenas uma parte da tripulação. O vento sul ia empurrando cada vez mais as duas frotas para o norte, de modo que no terceiro dia elas se encontravam perto da Paraíba. E, ali, o combate reiniciou-se. Infelizmente alguns comandantes holandeses tinham se deixado ficar na retaguarda, de modo a aumentar a rude tarefa dos que souberam cumprir o seu dever.

Entre outros atos heróicos, nesse terceiro combate, merece particular relêvo o do contra-almirante Alderik, comandante do *De Swaen*, que ao ver o mastro grande do seu navio arrancado por uma bala, se viu obrigado a lançar o ferro ao mar. Imediatamente vários galeões inimigos o cercaram e começou a abordagem; cêrca de 200 a 300 soldados haviam já passado para bordo do *Swaen* quando o seu hábil capitão mandou cortar o cabo da âncora e, entregando-se a Deus, deixou a embarcação derivar na direção da praia. Vendo-se assim arrastados, os galeões atacantes, com medo de irem encalhar na areia, largaram a prêsa. Foram, então, vivamente combatidos os espanhóis e portugueses que tinham se passado para o navio holandês: — muitos deles sucumbiram e outros, com receio de igual fim, atiraram-se ao mar. O *De Swaen* ficara livre do adversário, mas encalhara num banco de pedra e, ali, immobilizado, se viu novamente investido por um grande barco português comandado por Antônio da Cunha Andrada. Esse navio, porém, encalhou e foi tão fortemente canhoneado pelas nossas peças que se rendeu. Algumas horas depois naufragaram ambas as embarcações, sendo salvas as equipagens e cêrca de

30.000 florins em prata que Alderiky conduzia como despojos de guerra.

Nesse dia foi considerável o número de espanhóis e portugueses mortos afogados, pois o calor do combate era de tal ordem que não se perdia tempo em tentar salvar os que caíam no mar. De conformidade com as instruções que lhes dera o Conde Maurício, os capitães holandeses, dispondo de pequenos navios e reduzidas equipagens, não tentaram a abordagem dos poderosos navios inimigos; mantiveram-se sempre a uma pequena distância e assim dirigiram incessante fogo contra êles. Os navios holandeses, de pequeno porte, levavam grande vantagem sôbre os galeões; estes, pelo seu tamanho, não dispunham de facilidade de movimentos. Além do mais, por terem muito altas as bordas, a maior parte de suas balas passavam por cima das cabeças de nossos marujos. Fizemos nesse dia 230 prisioneiros, entre os quais o capitão Andrada a quem já aludimos acima (7^o).

As duas frotas, impelidas cada vez mais para o norte, ficaram impedidas por uma calmaria de se aproximar, nos dias subsequentes. Mas, a 17 novo combate se travou na altura do Rio-Grande. O vice-almirante Fluyghens atacou o Conde da Torre com tal ímpeto que êste, aproveitando-se do vento suêste, bateu em retirada com toda sua frota, refugiando-se por traz do cabo de São Roque, para escapar à perseguição dos holandeses. Alguns dos barcos inimigos tentaram se aproximar da costa, porque se achassem em situação penosa à falta d'água potável, mas o litoral se encontrava bem guardado para impedir um desembarque. Todavia, Bagnuolo, Moura e Luís Barbalho conseguiram descer, com uma parte do exército expedicionário, ao norte do Rio Grande, e dali empreenderam uma travessia pelo interior, enfrentando dificuldades e perigos incriveis, e atingindo por fim São Salvador. Foram êles seguidos de tão perto por nossas tropas sob as ordens do coronel Tournalon e do major Garst-

man que chegaram a sacrificar os homens da retaguarda afim de fazerem desaparecer os rastros de suas passagens e desorientar os perseguidores (*).

O resto da frota inimiga, arrastada pela correnteza, foi afastada à fôrça da rota desejada. Muitos dos tripulantes morreram de fome e de sede, enquanto outros eram sepultados no fundo do oceano com os seus galeões atingidos pelas nossas balas. Uma parte da esquadra regressou à Espanha. O Conde da Torre a bordo de um hiate, armado com 10 canhões, conseguiu a custo chegar à Baía onde o Conde de Obidos, general de artilharia, assumira o govêrno, na sua ausência.

SOUTHEY, o Padre SANTA TERESA, ERICEIRA (*História de Portugal Restaurado*) e BEAUCHAMP contam que o conde da Torre, desesperangado de alcançar a Baía, vagou pelos mares ocidentais por algum tempo e, depois de muitas lutas com os elementos, conseguiu atingir Lisboa, sendo prêso no forte de São Joaquim. Essa versão não nos parece de todo exata. Encontramos as informações acima, a respeito da volta do Conde da Torre, no relatório oficial do Conde Maurício, dirigido aos Estados Gerais em 28 de fevereiro de 1640, documento êsse existente na Bibliotheca Real de Haia (**). São dessa opinião, também DAPPER, MONTANUS e VEEGENS, e tanto mais a achamos aceitável quando nos Arquivos do Reino (Volume Índias Ocidentais, 1635-1640) encontram-se cópias autênticas de duas cartas do Conde da Torre, endereçadas de São Salvador e em junho dêsse último ano, ao rei da Espanha, fato que não se daria si imediatamente após ao combate êsse fidalgo houvesse regressado a Portugal. E' de opinião SOUTHEY ter sido Bagnuolo quem realisara essa viagem por mar, de regresso à Baía,

(*) — Ver relatório de Maurício aos Estados-Gerais, em 28 de fevereiro de 1640 — Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1635-1640, BARLAERUS, MONTANUS e outros.

(**) — Damos os títulos dessas brochuras depois do prefácio.

mas torna-se digno de reparo não se encontrar mais, a partir dessa época, nenhuma outra menção feita a Bagnuolo, nem da parte do próprio SOUTHEY nem de outros historiadores. E' portanto provável ter sido Bagnuolo quem tivesse voltado a Lisboa e ali fôsse prêso ! Mesmo desprezando-se as provas oferecidas por aquelas duas cartas, é evidente ter o Conde da Torre o maior interêsse em voltar à Baía, por isso que exercia as funções de Governador-Geral do Brasil e sabia de antemão do desagrado com que o esperavam na Espanha.

Dêste modo, embora sem resultados definitivos, os holandeses, auxiliados pelos ventos, tinham conseguido afugentar essa formidável esquadra, e sua frota voltou a ancorar no Recife a 1.º de fevereiro, sem perdas sensíveis (apenas dois navios naufragados e 106 homens entre mortos e feridos), antes com todas as vantagens de uma vitória.

Para festejar êsse feliz acontecimento o Conde Maurício promoveu um dia de solenes ações de graças e de público regosijo. Houve repetidas salvas de canhões. E tempos depois foi cunhada na Holanda uma medalha comemorativa dêsse combate naval: essa medalha tinha numa face a effigie do governador, na sua qualidade de almirante general do Brasil, e na outra uma batalha naval circulada por uma inscrição que prova eminentemente a modéstia e o sentimento religioso de nossos antepassados — *Deus abateu o orgulho do inimigo a 12, 13, 14 e 17 de janeiro de 1640. (God sloeg's vijands hoogmoed den 12, 13, 14 en 17 January 1640) (*)*. Não é de admirar haverem nossos antepassados atribuído a Deus essa vitória, porquanto 3 meses antes da batalha de Itamaracá uma esquadra espanhola composta de 66 navios e tripulada por 24.000 homens, sob o comando de d. Antônio de Oquendo havia sido completamente aniquilada, na

(*) — VAN LOON — *Nederl. historiepenningen* — 11. pg. 254.

Mancha, perto do porto de Dunes, pela frota holandesa sob as ordens de Marten Harpertzoon Tromp. E os nossos navios dispunham apenas de 8.000 homens entre marinheiros e soldados (*).

Os mais ameaçadores perigos tinham desaparecido, mas no Brasil não éramos somente visados pelo lado do mar. Por outros lados nossas possessões estavam, nessa época, violentamente atacadas. Antes mesmo da aparição da esquadra inimiga, João Lopes Barbalho, com uns 2.000 homens, entre os quais centenas de índios dirigidos por Camarão, tinham atravessado o São Francisco e feito incursões devastadoras em vários pontos do território, tendo chegado até perto de Olinda. Entrementes, pelo norte, o português André Vidal tomara o destino da Paraíba com o fito de ali facilitar o desembarque das tropas trazidas pela esquadra espanhola. Mas, quer ao sul, quer ao norte, êsses bandos de inimigos foram completamente batidos e repelidos pelo coronel Koin, major Mansfeld e capitão Tak. Nos prisioneiros feitos encontraram-se ordens para não ser poupado nenhum holandês nem índio que estivesse ao serviço da Holanda; todos seriam massacrados e suas habitações incendiadas. Não se trata de nenhum exagero porque no Arquivo do Reino ainda existem êsses documentos: duas ordens do governador da Baía, datadas de 17 de novembro de 1639, endereçadas a Camarão e a Lopes Barbalho, e uma outra de Luís Barbalho, tio de João Lopes, a seu sobrinho, recomendando-lhes rigoroso cumprimento daquelas ordens (**). Era de tal grau o ódio contra os holandeses que, conforme afirmam alguns autores, os padres, na Baía, não lhes davam a absolvição, por isso que os consideravam heréges.

Ainda nessa mesma época descobriu-se na Paraíba uma conspiração de origem portuguesa. O movimento

(*) — DE JONGE — pg. 504 e seguintes.

(**) — MAÇO INU. OCC., 1635-1640.

tinha pontos de relação com os ataques que nossas tropas sofriam por terra e devia explodir por ocasião da chegada da esquadra. Eram sacerdotes os chefes dessa conspiração e, por castigo, o Conde Maurício meteu-os na prisão, em Itamaracá, por uns dois meses.

Alguns capitães de navios que, na batalha de Itamaracá, haviam faltado aos seus deveres militares, foram julgados e receberam justa punição a 28 de fevereiro. Dois d'esses covardes, Rycke e Tolck, foram decapitados; outros três sofreram degradação como infames.

As vitórias de que resultaram a expulsão do inimigo para o interior de nossas possessões, foram devidas, em parte, ao auxílio que nos prestaram os Tapúias num total de 3.000 homens. Seu rei Jandovi ou *Jan de Wy* (assim Maurício lhe chama em suas cartas aos Estados-Gerais) declarara-se a favor dos holandeses e entregara ao Conde seu filho como refen. Após essas vantagens tão felizmente conseguidas, o govêrno holandês começou a cativar cada vez mais a confiança dos indígenas, môrmente quando, em agosto de 1640, convocou uma espécie de assembléia de notabilidades portuguezas do Brasil holandês. Fez-lhes compreender que, depois da destruição da frota espanhola, nenhum receio mais deveriam nutrir. Prometeu-lhes novamente inteira liberdade de culto, proteção de seus bens e de suas pessoas. Esta promessa feita pelo tolerante Conde Maurício às populações católicas portuguezas, a respeito de inteira liberdade de culto, foi, como veremos adiante, em grande parte prejudicada, por ordem da metrópole.

Chegava nessa época, da Holanda, (a 26 de março de 1640) uma frota de 24 navios, sob o comando dos almirantes Lichthart e Jol, trazendo 1.200 homens de equipagem. Fizera a Companhia das Indias Ocidentais todos os seus esforços para reunir essa esquadra e insistiu de novo pela necessidade de ser tomado São Salvador, esperando com isso melhorar o estado de suas finanças.

O Conde Maurício, porém, numa carta de 8 de maio (*), comunicou-lhes a chegada dêsse reforço, ponderando, todavia, ser êle bastante insuficiente para uma tentativa daquele porte, maximé quando se encontravam desprovidos de provisões de boca e munições de guerra. Nessa mesma carta pedia fôsse dispensado do seu cargo assim que expirasse o período de 5 anos estabelecido para sua missão no Brasil.

Limitou-se então a mandar à Baía de Todos-os-Santos uma frota de 20 navios, às ordens do almirante Lichthart, levando 2.600 homens, sob o comando do coronel Tournalon. Dera-lhes ordens para incendiar e devastar as redondezas de São Salvador, poupando apenas as mulheres e as crianças, determinação essas executadas com inexorável severidade. O Conde utilizara-se dêsse sistema de hostilidade como represália às devastadoras incursões de Camarão, Barbalho e Vidal. Esperava, também, diminuir as rendas da capital do Brasil português e esgotá-la de tal modo que lhe seria mais fácil, depois, submetê-la. São essas as próprias expressões do Conde em cartas de 8 de maio e 11 de setembro endereçadas aos Estados-Gerais (**). Na última delas reitera o seu pedido de dispensa da comissão e anuncia a próxima chegada a Haia dos Altos Conselheiros Von Ceulen e Gysselingh que voltavam à Holanda, após terem prestado valiosos serviços no Brasil.

Nos Arquivos do Reino encontram-se algumas traduções de cartas espanholas apreendidas nessa época, as quais descrevem com sombrias côres o Brasil português. Entre outras vêem-se três missivas do Conde da Torre, escritas na Baía, em junho (pouco antes de sua partida), e dirigida ao rei da Espanha. (***). Queixa-se amargamente das inúmeras depredações cometidas pelos

(*) — Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ., 1635-1640.

(**) — Idem — Maço Índ. Occ., 1635-1640.

(***) — Idem — Maço Índ. Occ., 1635-1640.

holandeses: 28 engenhos de açúcar tinham sido incendiados e muitos canaviais destruídos. Lamenta-se outrossim que as suas tropas estejam desprovidas de tudo quanto lhes é necessário. Juntava-se a essa carta uma cópia da circular enviada a todos os governadores das colônias espanholas vizinhas recomendando-lhes a maior vigilância possível diante da probabilidade de serem atacadas pelo audaz almirante holandês. Apoderava-se um verdadeiro terror pânico dos corações de todos os que viviam no Brasil; mesmo os homens mais corajosos começaram a descreer de uma longa resistência ao inimigo. E foi nesse estado de desolação que D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, encontrou a colônia quando em julho de 1640 chegou da metrópole com o título de vice-rei e acompanhado por uma esquadra de 8 navios tripulados por 2.500 homens (*). Cuidou sem demora o Marquês de multiplicar os meios de defesa da capital e recomendou aos seus comandados que, de acôrdo com a convenção firmada com a Holanda, usassem de mais humanidade e lealdade nos seus processos de guerra (76). No correr dêsse mês o nosso governador havia enviado os almirantes Jol e Lichthart às Antilhas(**) no intuito de atacar de surpresa a *frota da prata*, mas nas alturas de Cuba uma terrível tempestade pôs a pique três dos seus navios e obrigou aos outros a regressar ao Brasil, bem avariados. Em dezembro o coronel Koin e o conselheiro político Nieulant tentaram, infrutiferamente, um ataque à vilazinha de Espírito-Santo, sendo repellidos com sensíveis perdas (13 oficiais e 100 soldados entre mortos e feridos (77).

Era essa a situação dos beligerantes, no Brasil, quando a 1.º de dezembro de 1640 explodiu em Lisboa a revolução que collocou a casa de Bragança no trono de

(*) — Ver a carta de 11 de setembro de 1640, de Mauricio aos Estados-Gerais (Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1635-1640).

(**) — Lichthardt e não Lichthart como por engano têmo-lo sempre chamado. Ver a última parte de nossa 49.ª nota e o facsimile do fim d'este livro.

Portugal, por legítima herança. Desde 1581, quando caíram sob o jugo espanhol, viviam os portugueses oprimidos nos seus direitos e sofrendo duramente atentados aos seus costumes e a tudo mais quanto lhes era caro, parecendo até que os reis da Espanha, nòrmente Felipe IV, instigados por Olivares, queriam levá-los ao desespero. E, por fim, a revolta estalou, após uma longa e bem feita conspiração, dirigida principalmente por Pinto Ribeiro, secretário do Duque de Bragança, homem de grande inteligência. Foi Felipe posto fóra do trono de Portugal e proclamado rei a João, duque de Bragança, que tomou o nome de D. João IV. A revolução encontrou unânime solidariedade em todo o país e não derramou sangue senão do ministro de Estado d. Miguel de Vasconcelos (português de nascimento) do qual o povo se vingou por ter sido um odioso perseguidor de seus compatriotas. Sem demora as colônias de Portugal, que estavam sob o domínio de Espanha, imitaram a metrópole: as ilhas da Madeira e dos Açores, Tanger, os reinos do Congo e Angola, Moçambique, Guiné e Índia proclamaram também a D. João IV seu rei. O Brasil, sobretudo, se destacou pela sua franca e geral adesão à causa portuguesa (78). Montalvão, logo que recebera notícias da restauração, reuniu todos os altos funcionários de São Salvador e deu-lhes parte do que ocorrera no reino, manifestando logo sua firme decisão de emprestar cooperação ao novo soberano. Todos os membros do Conselho foram dessa opinião. As tropas portuguesas formaram imediatamente e o pavilhão português substituiu o de Castela, enquanto os soldados espanhóis eram considerados prisioneiros, permitindo-se-lhes, todavia, o embarque para fóra do Brasil.

O vice-rei deu ciência dessa importante modificação política ao Conde Maurício, considerando-a um acontecimento capaz de proporcionar a aproximação das nações holandesa e portuguesa, contra a Espanha, inimigo

comum de ambas. Propôs mesmo a cessação de hostilidades, de parte a parte, e chamou Camarão, Barbalho e Henrique Dias no intuito de pôr termo às devastações que êsses cabos de guerra praticavam ainda em nossas fronteiras do sul. Nosso governador respondeu-lhe: “que não ousava combinar nenhuma trégua sem ordem expressa da Companhia e dos Estados-Gerais, mas seguiria o seu exemplo mandando recuar os seus corpos de guerrilheiros”. Foram as próprias expressões da resposta do Conde a Montalvão (*). Nas capitánias holandesas a notícia da subida ao trono de d. João IV foi recebida com gerais aclamações, e Maurício, longe de censurar êsses testemunhos de júbilo público, ordenou salvassem os canhões em todos os fortes do Recife, e se realizassem festas em regosijo na cidade, medidas essas de inteligente senso político e visando harmonizar os portugueses com o seu govêrno.

Montalvão, por sua vez, apressou-se em enviar seu filho Fernando a Lisboa, com a missão de levar ao rei as provas de sua obediência, mas infelizmente seus dois outros filhos, Pedro e Jerônimo, escaparam-se para Madrid, num gesto de protesto contra a revolução dos Braganças. Esse procedimento leal, mas pouco patriótico, despertou suspeitas quanto à fidelidade do pai, e, por isso, o rei enviou a São Salvador o jesuíta Francisco Vilhena com ordens de depor o vice-rei na hipótese de que por qualquer ato fosse achado em culpa. Nessa hipótese êle seria substituído, no govêrno, pelo coronel Luiz Barbalho, Lourenço Correia de Brito e Pedro Silva, então bispo do Brasil. O jesuíta teve a imperdoável leviandade de transmitir essas instruções aos três regentes escolhidos pelo rei, e, sem demora, Montalvão foi despojado de sua autoridade por êsses ambiciosos que o meteram, debaixo de ferros, numa caravela, com destino a Portugal. Antes de sua chegada a Lisboa já se achava

(*) — Arquivo do Reino — Maço Índ. Occ., 1640-1644.

destruído o efeito das calúnias que lhe haviam assacado e o monarca vingou o vice-rei, injustamente acusado, com o afetuoso acolhimento que lhe deu e pelas honras que lhe concedeu.

Na ocasião do rompimento da revolução de Portugal, Felipe IV via-se a braços com um levante na Catalunha, razões porque não dispôs de fôrças para restabelecer o seu domínio naquele país; mais tarde viria a tentá-lo numa guerra infrutífera que durou 28 anos.

A Inglaterra, a França e a maior parte das nações européias apressaram-se em reconhecer o novo reino, e, de acôrdo com a opinião de alguns autores, fôra o cardeal de Richelieu, primeiro ministro francês, quem encorajara e auxiliara a revolução portuguesa. Os Estados-Gerais das Províncias Unidas olhavam êsse movimento como um feliz acontecimento, por enfraquecer o poder da Espanha; assim, resolveram entabolar relações amistosas com o rei D. João IV, e até enviar uma frota auxiliar para as costas de Portugal (*). A 23 de fevereiro de 1641, dirigiram os Estados Gerais uma carta ao Conde Maurício, que insistira pela sua dispensa do cargo de governádor, pedindo-lhe encarecidamente continuasse naquelas funções *em vista do novo estado de cousas na Europa* (“*uit hoofde van de vreemde Constitutie van Saeken in Europa*”) e assegurando-lhe não conhecer quem o pudesse substituir dignamente nesse posto: “Consideraremos como o mais forte e mais eminente serviço que nos podereis prestar, a nós e aos Estados, no atual momento”. (“*suilende wij het aennemem als den notabelsten en als den grootsten dienst die U. E. ons ende desen Staet soude connen doen en betoonen bij deze conjuncture van tijde*”). E êles o induziam a se aproveitar do enfraquecimento de fôrças do rei da Espanha diante da perda de Portugal. A julgar pelos termos dessa missiva, datada de 23 de fevereiro, e cuja cópia autêntica

(*) — Resolução dos Estados-Gerais de 14 de maio de 1641. Arquivos do Reino

se encontra nos Arquivos do Reino (*), a primitiva intenção dos Estados Gerais era a de não persistir nas hostilidades senão contra a Espanha. Todavia, o procedimento que tiveram mais tarde não era de todo isento de duplicidade, porquanto veremos, alguns meses após (**), tomarem a resolução de não autorisar a Maurício a cessação de hostilidades contra os portugueses enquanto não fôsse ratificado o tratado de relações amigáveis com Portugal, concluído no mês de junho. A Assembléia dos XIX, mais franca nas suas opiniões belicosas, dirigiu, em fevereiro, ao Conde Maurício uma mensagem pedindo-lhe continuasse provisòriamente nas suas funções e que levasse a efeito uma expedição qualquer em benefício da Companhia, antes da conclusão do tratado com Portugal. Sem, todavia, dar-lhe ordens formais nesse sentido, deixavam entrever o desejo de uma nova tentativa contra São Salvador. Porém, Maurício, mais uma vez, fez sentir a impossibilidade de levar a cabo êsse empreendimento, à falta de recursos. O efetivo de suas tropas não correspondia às exigências de uma empresa de tal ordem; por outro lado era sensível na colônia a escassez de víveres, o que se podia demonstrar pelo seguinte episódio: Um navio espanhol, tendo a bordo 600 soldados, às ordens de Heitor de la Calce, de que já se falou, viu-se forçado, por avarias, a arribar à Paraíba. Aprisionaram sòmente os oficiais e deixaram ir embora os soldados, porque não havia, no momento, víveres suficientes para alimentar essa gente toda. Êsses soldados pertenciam à guarnição de São Salvador, por ocasião de d. João IV subir ao trono de Portugal; os portugueses haviam permitido seu regresso a uma das colônias espanholas nas Índias Ocidentais.

(*) — Maço Índ. Occ., 1641-1644.

(**) — Resolução dos Estados-Gerais de 2 de novembro de 1641. — Arquivos do Reino.

Limitou-se Maurício, nessa ocasião, a mandar ocupar, reforçar e restabelecer a capitania de Sergipe del Rei, até então em abandono (*). A retomada dessa capitania não passava de um ato legítimo, porquanto o inimigo nenhum direito tinha a ela, desde que a havíamos conquistado em 1637. Além do mais essa província não possuía guarnição portuguesa e toda sua riqueza consistia em vastos campos de criação. Foi ocupada, por nós, de maneira a mais pacífica. Não teve razão, portanto, SOUTHEY quando à página 6 do 2.º volume de sua *Historia*, considerou a ocupação de Sergipe, por nossas tropas, gesto de deslealdade ou de astúcia.

Em seguida o nosso governador-geral lançou suas vistas para o reino de Angola, situado na costa ocidental da África, aos 18º de latitude sul, e achou que, sob vários pontos de vista seria vantajosa uma tentativa de conquista dessa região. “Preliminarmente porque fosse o principal mercado de escravos, sem os quais o cultivo da cana de açúcar no Brasil é impossível. Depois, porque um ataque a Angola não poderia constituir entrave à assinatura de um tratado de paz com Portugal, porquanto, oficialmente, se ignorava ainda si Angola ficara pertencente ou não à Espanha. E, por fim, em qualquer caso, a perda de Angola seria infinitamente mais prejudicial à Espanha do que a Portugal, porque as minas de ouro do Perú, de propriedade da Espanha não dariam resultados sem os escravos para sua exploração”. Essas são as próprias expressões do Conde em carta de 1.º de junho aos Estados-Gerais.

Analisando-se os dois últimos argumentos de João Maurício vê-se logo que o seu nobre coração se revoltava diante da idéia de um ato de má fé, e não podendo desobedecer às ordens formais dos seus superiores, procurava dar-lhes uma justificação menos desairosa, to-

(*) — Carta do Conde Maurício, de 1 de junho de 1641. — Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ., 1641-1644.

mando por motivo de uma ação contra Angola os prejuízos porventura causados à Espanha, nosso implacável adversário.

Pondo em execução êsse plano de conquista, o almirante Jol deixou o Recife a 30 de maio de 1641, com 20 navios, tripulados por 900 marinheiros e levando 2.000 soldados e 200 índios, sob o comando do tenente-coronel Henderson. Vencida longa travessia chegaram às costas africanas, e, a 26 de agosto, se apoderaram da vila de São Paulo de Loanda após curta resistência da sua guarnição composta de 800 homens e obedecendo às ordens de d. Pedro Cesar de Menezes. Cêrca de 3.000 negros, bem exercitados, auxiliavam os portugueses. Tivemos 33 mortos e 8 feridos. Os despojos consistiram em 30 navios mercantes, 59 canhões de bronze e 68 de ferro, além de muita munição de guerra. O comandante da nossa frota fez sem demora fortificar a vila e alí deixou uma guarnição às ordens de Henderson, tendo continuado sua derrota para a Guiné. A 16 de outubro apoderou-se da capital da ilha de São Tomé, depois de um cêrco de 16 dias. No forte de São Sebastião, perto da vila, tomamos 30 canhões de bronze e 20 de ferro. A ilha de São Tomé mede 18 milhas de circunferência, mas embora o sólo seja fértil, seu clima é dos mais insalubres, a tal ponto que poucos dias depois da nossa ocupação, o bravo almirante Jol, sucumbiu, do mesmo mal que, 40 anos antes, e também alí, matara a Pieter van der Does. Foi sepultado, com todas as honras, possíveis no momento, na principal igreja da povoação. Vivamente a Companhia lamentou a perda dêsse seu destemido e leal servidor. Seu substituto, Mathys Janszoon, homem dum feitio muito brando, conseguiu fazer voltar à vila grande número de portugueses que haviam fugido, e, pouco tempo depois, conseguiu apoderar-se da ilha de Ano-Bom, vizinha à de São Tomé. Em dezembro todos os capitães, a exceção de um só, tinham morrido, e a guarnição, a

princípio composta de 600 homens, estava reduzida a 230. Por isso o Conde Maurício aconselhou aos Estados Gerais e à Companhia o povoamento dessa ilha por criminosos, como já o haviam feito os espanhóis, porque estava se tornando difícil enviar tropas para um clima tão hostil (⁷⁹).

Era de grande importância a possessão de Angola por causa do considerável número de negros dali exportados anualmente. Esse número se elevava a mais de 15.000. Num documento redigido pelo Grande Conselho do Recife, e enviado por Maurício aos Estados-Gerais, se faz menção à soma, em média, produzida por essa exportação de carne humana, anualmente. Era ela avaliada em 2.118.000 florins, deduzidas as despesas com a manutenção da colônia e das tropas e com o transporte dos negros (⁸⁰).

Enviara, ao mesmo tempo, o nosso governador, um relatório detalhado, não só aos Estados-Gerais, como aos diretores da Companhia, tendente a obter autorização para incorporar as duas conquistas das costas africanas ao govêrno do Brasil. Baseava-se, nesse propósito, na circunstância de serem essas duas possessões mais facilmente providas do que necessitassem pelas autoridades do Brasil, do que pelas da metrópole. Relevava notar ainda ser o seu comércio exclusivamente de escravos indispensáveis ao Brasil, e, por isso, podiam bem essas colônias depender de um só govêrno. Por mais razoáveis fossem as ponderações de Maurício, novamente rejeitaram seus conselhos. Os diretores começavam a olhar o Conde com certa desconfiança, e instituíram para as possessões africanas um govêrno separado, diretamente subordinado ao Conselho dos XIX. Essa resolução, depois de ter sofrido várias objeções de Maurício, foi afinal aprovada, mesmo a contra-gôsto, pelos Estados Gerais (*).

(*) — Resolução dos Estados Gerais, de 20-3-1642 (Arquivos do Reino).

O rei d. João IV havia despachado, em fevereiro, a Tristão de Mendonça Furtado, como embaixador de Portugal na Holanda, e após demorados entendimentos fôra assinado em Haia, no dia 12 de junho de 1641, um tratado, pelo qual o nesso govêrno concluía com aquele reino uma aliança ofensiva e defensiva contra os espanhóis e um armistício por 10 anos nas colônias. Nesse tratado, ficara ainda estipulado que, na Europa, os Estados-Gerais apoiariam Portugal mediante uma esquadra de 15 navios de alto-bordo e cinco fragatas, comprometendo-se mais a alugar ao reino um número igual de navios de outra natureza. O embaixador português recebeu autorização do seu govêrno para levar a efeito, na Holanda, um alistamento que permitisse a formação de um regimento de infantaria e outro de cavalaria, enviando-os depois para Portugal. (Êsses regimentos vieram a prestar, depois, relevantes serviços a Portugal). Às colônias seriam conservadas, durante o armistício, as possessões ora ocupadas, sendo de notar, porém, que quanto às Índias Orientais essa cláusula entraria em vigor *um ano após a ratificação do tratado pelo rei de Portugal*, e no tocante às Índias Ocidentais *a partir da época em que essa ratificação fôsse oficialmente anunciada*. Imediatamente à ratificação do tratado ocupar-se-iam em firmar uma paz definitiva.

As transformações que se haviam dado em Portugal, e êsse tratado que era um resultado dessas mutações políticas, não foram unânimemente aceitas com agrado pelo povo holandês. Às Companhias das Índias Orientais e Ocidentais seria preferível a continuação do estado de guerra. Sobretudo era-lhe desfavorável o armistício por um prazo determinado. Realmente, a paz definitiva teria sido melhor, porque, nessa hipótese, poderiam desfrutar tranquilamente suas possessões, ao passo que num regime de suspensão temporária das hostilidades, impunha-se a manutenção de forças militares de custo

elevado, em face da iminência de serem reiniciadas as operações de guerra. Essa cláusula tinha ainda outro inconveniente: o de conceder a Portugal um longo período de calma, no qual renovaria as suas forças.

Os Estados da província da Holanda partilhavam dessa opinião e não foi sem muitas objeções e relutâncias que concordaram em mandar uma frota da República, sob o comando do almirante Aert Gysels, para as costas de Portugal ⁽⁸¹⁾. Baixaram, em consequência do tratado, as ações da Companhia das Índias Orientais, de 500 % a 440 % e as da Companhia das Índias Ocidentais de 128 a 114 %.

Tendo João Maurício mais de uma vez sido avisado de que não deveria suspender as hostilidades antes de receber para isso ordens formais, empreendeu no fim do ano a conquista da rica capitania do Maranhão (perto do rio das Amazonas), enviando, com êsse fito, uma frota de 14 navios, sob o comando de Lichthart. As tropas de desembarque eram dirigidas pelo bravo coronel Koin. Sem combate apoderaram-se da cidade de São Luiz e dos seus fortes. Logo depois do desembarque das tropas de ocupação, as autoridades e o clero apresentaram-se aos nossos comandantes e lhes prometeram integral submissão. Passou-se isso a 25 de novembro de 1641. Estabeleceram-se relações amistosas com as tribus indígenas dos arredores e, após ter deixado em São Luiz uma guarnição de 600 homens, a esquadra regressou ao Recife (*).

E' de avaliar o descontentamento por parte dos portugueses ao terem ciência dessas conquistas levadas a cabo pelo Conde Maurício, depois dos entendimentos diplomáticos que se seguiram à revolução de Portugal. O embaixador do rei d. João IV apresentou vivas queixas, a respeito, aos Estados Gerais, e reclamou, ora com amea-

(*) — Ver relatório de 17-1-1642, de João Maurício aos Estados Gerais — Arquivos do Ilcino — *Maço Índ. Occ.*, 1641-44.

ças, ora com súplicas, a restituição das terras conquistadas (*). Tudo, porém, debalde. Os Estados Gerais desculpavam-se fazendo referência à parte do tratado que estipulava que as hostilidades só seriam suspensas após a ratificação pelo próprio rei d. João IV. Eis aqui textualmente essa famosa cláusula, verdadeira amostra da tortuosa política dêsse tempo. Traduzimo-la do original redigido em holandês e em português, e hoje conservado nos Arquivos do Reino :

“Art. 8 — A supracitada trégua e cessação de todos os atos de hostilidade produzirá efeito durante um período de dez anos, nas praças e mares pertencentes aos limites mencionados nas cartas-patentes concedidas pelos Estados-Gerais à Companhia das Índias Ocidentais, a partir do dia em que o ato de ratificação dêste tratado, pelo rei de Portugal, for transmitido a êste país, e em que a publicação da supracitada trégua e cessação de todas as hostilidades tiver lugar nas aludidas praças e mares respectivos, a partir do qual momento as partes contratantes terão reciprocamente de se abster, nessas praças e nesses mares, de quaisquer atos de hostilidades, etc., etc.”. (**)

Não obstante o art. 35 do tratado em questão exigir explicitamente que essa ratificação deveria ser conhecida em Haia dentro dos três meses subsequentes à assinatura do pacto, em seu próprio prejuízo o rei d. João retardou tal ratificação até 18 de novembro de 1641, de sorte a não chegar de!a notícia na Holanda senão em fevereiro do ano seguinte. A 22 dêsse mês foi o ato de ratificação lido aos Estados-Gerais que resolveram dar dele ciência

(*) — Livro de registro Índ. Occ., 1638-1651. — Arquivos do Reino.

(**) — Encontra-se o texto completo dêsse tratado em holandês em *AITZEMA*, e a tradução latina em *WICQUEFORT. Histoire des Provinces Unies*.

imediate às Índias Orientais e Ocidentais com ordens de estrita obediência (*).

Ficou, assim, a Companhia das Índias Ocidentais de posse de todas as suas novas conquistas. Mais tarde foram elas causadoras, em grande parte, da sua deplorável decadência; porquanto, então, o governo português encontrara pretexto conveniente para dar aparência de justas represálias a suas intrigas e desleais atitudes visando solapar o domínio holandês no Brasil.

Os Estados Gerais, como vimos acima, haviam simplesmente se cingido ao rigoroso texto do tratado; não foram, nesse fato, tão culpados quanto o quizeram fazer crer alguns autores. Ao contrário, para desculpar, senão para justificar essa duplicidade por parte de nosso governo, é mistér levar em conta as inúmeras vezes em que fomos traídos por nossos inimigos. Era até licito encarar como um ardil as propostas de paz feitas por Portugal, *de vez que o próprio embaixador português insistira pela inclusão da cláusula 8.ª que estipulava não deverem ser logo suspensas as hostilidades.*

Releva acentuar que as hostilidades movidas, nessa mesma época, pelos portugueses contra nossos súditos, no Ceilão, eram de natureza a reforçar essas desconfianças de insinceridade.

Quanto ao Conde Maurício, já o dissemos, não foi senão contra a sua vontade que ordenou novos atos de guerra, mas, tinha de obedecer a ordens formais recebidas nesse sentido, por várias vezes, e não lhe cabia abrir mão dessas novas possessões sem a tal ser autorizado pelos Estados Gerais e pelo Conselho dos XIX.

Êle próprio o dissera, em carta do mês de maio de 1642, a d. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão e antigo vice-rei do Brasil, então ocupando altos cargos

(*) — Resolução dos Estados Gerais, de 22-2-1642 — Arquivos do Reino.

no reinado de d. João IV; respondia Maurício à carta que o marquês lhe dirigira de Lisboa, a 13 de março, fazendo-lhe sentir a indignação do rei diante das notícias de novas conquistas levadas a efeito pela Companhia das Índias Ocidentais, na costa da África.

Para exemplo do quanto Maurício era estimado, até nas rodas dos seus inimigos, ocorre citar-se a circunstância de haver Mascarenhas mandado dizer ao nosso herói que, antes dos acontecimentos de Angola, pensara o rei d. João em nomeá-lo comandante-supremo de todas as suas fôrças do Brasil portuguez, afin de agirem em comum com as da Holanda num forte combate à Espanha. A cópia autêntica dessa carta, remetida por Maurício aos Estados Gerais, é conservada nos Arquivos do Reino (*).

Antes de passarmos aos acontecimentos do ano de 1642, impõe-se-nos ligeira referência a uma viagem de exploração pelo interior do Brasil que o Conde mandou fazer, já nos fins de 1641. Essa viagem foi realizada por um amigo de Maurício, o sábio Eiles Herckmans, diretor da Paraíba. Acompanhado por 113 homens, nosso ousado viajante deixou o Recife a 3 de setembro, orientado por várias informações fornecidas por um velho portuguez, o alcaide Manoel Rodrigues, que, em 1625, efetuara uma viagem semelhante. Depois de andar uns dois meses pelo interior, suportando dificuldades de toda espécie e correndo o risco de vida, os companheiros de Herckmans recusaram-se a prosseguir na caminhada, e, por isso, viu-se o nosso compatriota obrigado a voltar ao Recife sem ter atingido o alvo principal de sua excursão — a descoberta de minas de ouro (**).

Nessa época toda a colônia desfrutava perfeita tranquilidade, pois haviam sido suspensas, após a revolução

(*) — Maço Ind. Occ., 1641-44.

(**) — Ver o relatório de Herckmans a Maurício, datado de 23-11-1641 que se acha nos Arquivos do Reino (Maço Ind. Occ., 1641-44), bem assim MONTANUS — pg. 491.

portuguesa, as incursões depredadoras nas fronteiras, quer de um lado, quer de outro. Maurício aproveitara êsse período de paz para concluir melhoramentos locais, principiados no ano anterior, e prestava todos os auxílios possíveis à agricultura. Os lavradores trabalhavam com o máximo de atividade e de estímulo. Era apenas de lamentar que, na sua maioria, os engenhos pertencentes à Companhia, houvessem sido vendidos, a crédito, aos portugueses. Disso resultou, fatalmente, ao rebentar a insurreição, se tornarem todos êsses proprietários ardorosos adversários do govêrno holandês, afim de fugirem ao pagamento de suas dívidas à Companhia. O espírito de independência nacional, que se desenvolvera rapidamente entre a população portuguesa do Brasil-holandês, levara Maurício a insistir, mais do que nunca, na remessa de tropas, de mantimentos e de munições. Tudo em vão. A Assembléia dos XIX tomou ao contrário a resolução de diminuir consideravelmente o efetivo das fôrças mantidas no Brasil, julgando inútil a sua atuação após o armistício. Já vários navios tinham partido para a Holanda levando soldados e, por essa ocasião, o exército conservado nas sete capitanias do Brasil, inclusive Angola e São Tomé, dispunha apenas de 5.000 homens.

Decidiu-se Maurício a, pela última vez, fornecer aos Diretores justa exposição do estado de coisas, afim de tentar convencê-los do modo errôneo com que vinham encarando a situação de suas colônias. Para êsse fim enviou à Holanda, a 1.º de maio de 1642, seu secretário particular (*raed ende secretaris*) Johan Cart Tolner, com uma carta de apresentação para os Estados Gerais, na qual pedia concedessem toda a consideração e crédito ao que lhes ia expor o seu emissário. A 25 de julho Tolner compareceu perante a Assembléia dos Estados-Gerais e, a 27, leram o seu minucioso relatório acêrca do estado de todos os negócios do Brasil holandês, não se ocultando em absoluto os deploráveis extremos a que tudo ali

chegaria si persistissem os propósitos de negligência e de economia da Companhia. “O total das forças militares, nas possessões da Companhia, não passava de 4.843 homens, sob os comandos dos coroneis Koin e Henderson. Dêsse total existiam sòmente 3.064 soldados para guarnecer as vilas e as praças fortes de Sergipe, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Siará; os demais guarneciam Maranhão, São Tomé e Angola, numa distância que não lhes permitia prestar um auxílio urgente num caso de necessidade. No arsenal havia apenas 150 mosquetões, 1.000 libras de chumbo e 60.000 libras de pólvora estragada. Não existiam sabres nem lanças. O estado dos depósitos de víveres e de fardamentos era, si acaso possível, ainda peor. Em consequências das medidas (aliás contrárias aos desejos de Maurício), restritivas da liberdade de religião, tomadas por ordem da mãe-pátria, dia a dia aumentava a discórdia entre portugueses e holandeses. A Assembléia dos XIX creava constantemente entraves às providências propostas por Maurício, o único homem que, pela sua popularidade, estaria ainda no caso de conciliar a amizade dos habitantes do Brasil”. Para comprovar o quanto no Brasil se respeitava e se estimava a Maurício, Tolner junta ao seu relatório oito documentos, como fôssem cartas dos mais notáveis moradores e dos conselhos comunais de Mauritsstad, Serinhaem, Porto-Calvo, Igarassú, Itamaracá, Paraíba e Rio-Grande, contendo pedidos para que o Conde não fôsse embora do Brasil. Ofereciam-lhe, como testemunho de devotamento, um presente anual de meia-pataca por caixa de açúcar fabricado nas suas terras, enquanto Maurício permanecesse como governador; os judeus de Mauritsstad ofereciam também ao Conde uma contribuição anual de 3.000 florins, caso êle não partisse. Numa dessas mensagens, tão elogiosas para Maurício, lemos, entre outros, êste tópico: “Asseguramos que si S. Ex. quizer exigir uma condição qual-

quer para ficar nesta colônia, seja qual ela for, mesmo a preço de nosso sangue, nos será agradável atendê-la, contanto que o conservemos entre nós." (*en kan Sijne Ex. 't voor seecker houden dat bijaldien Sijne Ex. slegts met eenig dinck ter werelt om in dese landen te blijven konde gecocht worden, dat ons geen prijs al waer 't oock onse eijgen bloet te swaer vallen soude om hem te coopen en mogen hebben*) (*).

Pouco tempo depois da partida de Tolner chegou ao Brasil a comunicação dos Estados Gerais relativa à ratificação do armistício por 10 anos; Maurício fê-la publicar por toda parte, em junho de 1642, cumprindo estritamente o tratado. Mas, é de avaliar a indignação e o pesar do Conde ao receber, algumas semanas depois, uma carta do Conselho dos XIX, datada de 18 de abril, ordenando-lhe diminuísse ainda mais o efetivo das suas tropas, as quais ficariam reduzidas a 18 companhias. Deveriam ser dispensados, na maioria, os oficiais, conservando-se apenas os holandeses e alemães. Nessa mesma carta lhe comunicavam haver sido aceito seu pedido de demissão e que na primavera de 1643 poderia regressar à Holanda, após haver tomado todas as medidas indispensáveis ao desempenho das funções do novo govêrno, em tempo de paz (**). Não tendo essa carta, entretanto, vindo acompanhada de uma aprovação dos Estados-Gerais, não lhe deu Nassau caráter de autoridade suficiente para justificar seu regresso, e, por isso, escrevera àquele alto poder pedindo-lhe instruções acêrca de sua destituição. Nessa mensagem, ainda uma vez, traçou um quadro nítido da situação do Brasil holandês, acentuando lavrar cada dia mais o descontentamento entre os portuguezes, sobretudo por se verem privados

(*) — O relatório detalhado de Tolner, subscrito pelo Conde, com todos os anexos, está nos Arquivos do Reino (Maço Ind. Occ., 1641-1644).

(**) — Veja-se cópia autêntica desta carta nos Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1641-1644.

de sua liberdade de religião ; os conventos tinham sido fechados, as ordens religiosas banidas e a maior parte das paróquias ficaram sem vigários. O culto externo fôra proibido a rigor, enquanto os judeus continuavam a frequentar públicamente suas sinagogas⁽⁸²⁾. Aludia ainda Maurício ao risco que estava correndo o pagamento das dívidas dos portugueses para com a Companhia, as quais subiam, no momento, a 5.700.000 florins. As tropas estavam há muito tempo sem receber os soldos, e faltava-lhes tudo. Sofrera inexplicável diminuição o auxílio que recebiam para alimentação, justamente quando a vida no Recife encarecera sobremodo ; além do mais haviam perdido os 2 % sôbre as presas de guerra. Era êste, quasi textualmente, o assunto da carta de Nassau hoje conservada nos Arquivos do Reino (*). Num *post-scriptum* do próprio punho Maurício recriminava amargamente a Companhia pelas ingratidões cometidas a seu respeito e "pedia aos Estados-Gerais não dêsem crédito às mentiras e calúnias que se espalhassem pela mãe-pátria acêrca do seu procedimento antes lhe fôsse dado fazer-se ouvir por ocasião do seu regresso à Holanda". Dirigiu êle outra carta, nos mesmos termos, ao Conselho dos XIX, sem que, como adiante veremos, tenha nenhuma delas, embora conscienciosamente escritas, obtido na Europa mais atenção do que o relatório de Tolner. Estavam cegos os Diretores e causaram sua própria ruína fazendo ouvidos de mercador aos alvites e reclamações do Conde.

No correr de 1642, os acontecimentos na colônia vieram demonstrar que João-Maurício havia tido toda a razão em não considerar segura a situação, e supor que os portugueses, na aparência conformados com o jugo holandês, alimentavam projéto de liberdade. Êles não podiam empregar a fôrça, mas recorriam à astúcia e à traição, sendo apoiados pelos patrícios que

(*) — Maço Índ. Occ., 1641-1644.

habitavam São Salvador. Achava-se, desde janeiro, naquela cidade, o novo vice-rei, d. Antônio Teles da Silva, homem tão inteligente quanto artiloso. Após haver tomado posse do cargo, enviou a Lisboa afim de prestar contas de sua gestão, dois dos regentes interinos que tinham substituído Montalvão quando da sua injusta destituição⁽⁸³⁾. E, desde então, Silva não cessou de animar o seu povo a uma revolta capaz de restituir a Portugal a rica colônia caída às mãos dos holandeses. Antes do fim desse ano deu-se um levante na província do Maranhão, há pouco conquistada. Havia sido, desaceradamente, escolhido governador dessa província um homem de procedimento desregrado e de caráter desumano. Oprimiu de todas as maneiras os portugueses, e um seu parente próximo, Negenton, prendeu, sob ignorado pretexto, 24 portugueses, de todo inocentes, mandando-os abandonar num trêcho deserto do litoral onde foram surpreendidos por uma tribo dos antropófagos Tapúias que os mataram, banqueteadando-se depois com seus corpos. Para vingar esse ato de selvageria, vários e numerosos grupos de patrícios das vítimas tendo recebido reforços da capitania vizinha, Grão Pará, atacaram os holandeses, dirigidos por Antônio Muniz Pereira, Pedro Maciel e Antônio Teixeira. De surpresa investiram contra o forte Monte-Calvário onde enforcaram toda a guarnição, a exceção do comandante Schade e três outros militares⁽⁸⁴⁾. Sitiaram, em seguida, São Luiz, capital da ilha e da capitania do Maranhão.

Em janeiro de 1643, per ordem de Maurício, Henderson foi até alí, com 300 soldados e 200 índios, e conseguiu não somente castigar Negenton e seus cúmplices, como reconquistar a ilha. O continente, no entanto, permaneceu ocupado por 700 portugueses e 3.000 índios que interceptavam o transporte de mantimentos e tornavam

muito crítica a situação dos ocupantes da ilha (*). Pedro de Albuquerque, que já se distinguira notavelmente em Rio Formoso, no ano de 1633, e exercia, agora, o cargo de governador de Grão Pará, veio auxiliar seus patrícios, trazendo reforços chegados da Europa, porém morreu pouco tempo após sua chegada. Todavia a valorosa guarnição de São Luiz suportou essa deplorável situação durante mais de um ano, porém ao estalar a revolta em outras províncias, de onde lhes eram enviados víveres e munições, foram forçados a evacuar a ilha (1644) (**).

Em São Tomé, na África, a população também se levantara, nos começos de 1642, contra o governo holandês; o movimento foi apoiado por dois navios vindos de Lisboa. Os holandeses tiveram de sair da vila, enquanto o forte era cercado. A água potável faltou de tal maneira que, premidos pela sede, grande parte dos nossos soldados desertou, passando-se para o inimigo. Ao saber desses fatos Maurício mandou para ali dois navios de guerra que conseguiram restabelecer a sua autoridade, normalizando a situação por um largo período.

A partir de novembro de 1642 começou a correr a notícia de se preparar um sério movimento insurrecional contra o domínio holandês, e de que se achava à frente da conspiração, entre outros, João Fernandes Vieira. Esses rumores tinham grande importância e, de fato, se confirmaram mais adiante, trazendo-nos deploráveis consequências. Esse homem, em cujo nome tanto se falava, era valente e empreendedor. Aos 17 anos se distinguira de modo invulgar na defesa do forte de São Jorge de Oinda (***) , como já narramos ao tratar dos acontecimentos de 1630, e, em 1635, fôra feito nosso

(*) — Ver carta de João Maurício nos Estados Gerais, em 3 de abril de 1643 — Arquivos do Reino. Maço Ind. Occ., 1641-44.

(**) — SOUTHEY — II, pg. 28-46.

(***) — O forte de São Jorge, no bairro do Recife, no local hoje ocupado pela Igreja do mesmo nome. — (N. do T.).

prisioneiro na tomada do Arraial. Estabeleceu-se, então, no Recife, a principio como caixeiro; pouco a pouco, foi prosperando no comércio, e tornou-se um dos mais ricos e mais considerados negociantes da cidade. Em 1641 êle occupava a alta função de escabino em Mauritsstad. Mais tarde, nós o reencontraremos de fato como o principal autor e ardente alma da insurreição geral, o que lhe valeu por parte dos seus compatriotas, o título honroso de *Libertador do Brasil*. Naquele momento, porém, era êle apenas acusado de haver escrito uma carta ao rei de Portugal comunicando-lhe os seus projectos de uma revolta. Em dezembro, Vieira, expontâneamente, compareceu perante o conselho governamental e de tal modo se apresentou e se defendeu das acusações que lhe andavam fazendo que foram reconhecidas suas boas intenções para com as autoridades holandesas. Querendo demonstrar o mais possível sua inocência aconselhou proibisse, para maior segurança, o porte de armas por parte dos portuguezes, medida essa que, tomada pelos nossos, serviu mais tarde de pretexto para acirrar os ódios da população contra o govêrno holandês.

Nessa época, de acôrdo com as reiteradas ordens dos directores da Companhia, toda a fôrça armada existente no Brasil (inclusive os bloqueados do Maranhão), estava reduzida a 2.656 homens, sem contar os officiaes, cuja metade, mais ou menos, fôra licenciada e, por isso, em grande parte se alistara no exército portuguez, em São Salvador. Quanto aos serviços de abastecimento, consoante Maurício mandara dizer aos Estados Gerais, em 1643, (Arquivos do Reino), não existia nesse anno, nos armazens do Recife, nenhuma espécie de víveres vindos da Holanda. Tudo se adquiria, a preços exorbitantes, na própria colônia. Nessa contingência Maurício se viu obrigado a agir com o máximo de tino e de prudência para evitar os movimentos sediciosos que ameaçavam rebentar em vários pontos das províncias, sob

seu govêrno, vendo-se, também, por isso, privado de tentar a conquista de Buenos Aires.

Na Holanda ninguém se preocupava com a iminência do perigo. O relatório de Tolner e as inúmeras cartas do Conde não tinham obtido o resultado esperado. Embora os Estados-Gerais e Frederico-Henrique reconhecessem o fundamento das queixas de Maurício, não conseguiram abalar a opinião contrária dos diretores da Companhia; todos os esforços feitos nesse sentido fracassaram. Os diretores desdenhavam os conselhos do Conde e se tornava, dia a dia, mais evidente procuravam se ver livres dum homem cuja franqueza ia até a lhes lançar em rosto os erros. Pretextaram assim estar "sua administração saindo muito onerosa e ser a única causa da estagnação no curso das ações da Companhia" (85). A 9 de maio de 1643 o Conselho dos XIX enviou uma deputação aos Estados-Gerais para lhes dar ciência de uma mensagem recebida de João Maurício e datada de 25 de outubro último. Nessa carta, Maurício declarava não considerar suficiente o consentimento da Companhia para que deixasse suas funções e voltasse à pátria, tornando-se necessário a aprovação dos Estados-Gerais e do Stadhouder, pois em missiva de 23 de fevereiro de 1641 êsses Estados-Gerais lhe solicitaram insistentemente se demorasse ainda por algum tempo no Brasil. Vinham, portanto, os diretores da Companhia pedir aos Estados-Gerais a sanção de sua medida chamando Maurício à Holanda, sanção essa concedida nesse mesmo dia e transmitida ao Conde. Essa resolução tomada de mau grado estava assim concebida: "... temos resolvido que se escreva ao sr. Conde Maurício de Nassau em termos os mais convenientes, afim de que êle volte à Holanda afim de continuar a prestar seus serviços ao país". (*hebben goedtge-wonden en verstaen dat in discrete terme geschreeven sal worden aen den Heer Graef Maurits van Nassau, ten einde dat hij herwaerts wille wederkeeren om den lande alhier ver-*

dere dienst te doen) (*). Sòmente em setembro recebeu João Maurício essa mensagem dos Estados-Gerais, datada de 9 de maio, e marcou seu embarque para abril ou maio de 1644. Tal notícia causou verdadeira desolação na colônia, não só entre portugueses como entre os holandeses. Chegaram de todas as capitâneas pedidos para que Maurício ficasse e aos próprios Estados-Gerais foram enviados protestos e súplicas nesse sentido⁽⁸⁶⁾. Todos percebiam que a situação, já pouco tranquilizadora, se tornaria peor com a ausência de Maurício. Êle era a única tábua de salvação. Os movimentos sediciosos, rebentados nas capitâneas de Pernambuco e do Maranhão, foram seguidos da perda do Siara. A guarnição dêsse forte com o seu comandante Gideon Morritz foi toda trucidada pelos índios, em abril de 1644.

Uma operação militar empreendida contra as possessões espanholas na costa sudoeste da América e confiada a Hendrik Brouwer, fracassou por completo. Contudo achamos interessante fazer-lhe ligeira referência. Após ter exercido durante 3 anos (1632-1635) as funções de governador das Índias Orientais, o bravo Hendrik Brouwer voltara à pátria. Mas, acostumado a uma vida de atividade, não lhe agradavam os hábitos sedentários; assim, cansado dessa existência ociosa, ofereceu seus serviços à Companhia das Índias Ocidentais propondo-lhe fazer uma viagem ao Chile. Aceitou a Companhia o oferecimento e mandou Brouwer ao Brasil, em 1642, afim de combinar com o Conde Maurício os planos da expedição. Passou êle um mês no Recife e partiu a 15 de janeiro de 1643 com uma esquadra de 4 navios e um hiate, rumo ao Chile. Êsse país, anteriormente explorado por Van Noord, atraía particularmente a atenção dos holandeses por causa das riquezas de suas minas, pela favorável situação dos seus portos no Oceano Pacífico e a salubridade do clima. Brouwer levava a missão de atraves-

(*) — Arquivos do Reino — Registro Ind. Occ., 1632-1651, fls. 52.

sar o estreito de Le Maire, mas os ventos de oeste e as correntes para o léste o obrigaram a dobrar a ilha dos Estados (Statenland) até então julgada um continente. Atingindo a ilha de Chiloë, nosso almirante fez o possível para convencer os indígenas (Aracaurianos) de que deviam se armar contra os espanhóis; em seguida tomou o forte de Carel-mappe onde passou a fio de espada os 60 homens que o guarneciam. Esse ato de crueldade despertou nos habitantes da ilha ódio tão forte contra os vencedores que incendiaram a cidade de Castro. Brouwer, em vez de empregar todos os meios para dominar o fogo, preferiu auxiliar essa obra de destruição. Planejaram, então, avançar por terra até Valdivia, mas nessa ocasião o almirante adoeceu e sucumbiu (*). Foi substituído imediatamente por Elias Herckmans, cujos feitos numa ousada expedição ao Brasil, em 1641, já tivemos ocasião de narrar neste livro. Herckmans realizou a marcha até Valdivia onde foi recebido de medo favorável pelos moradores, mas ao lhes pedir a entrega de ouro, esses sentimentos de benevolência mudaram súbitamente e nem provisões de boca para os soldados quiseram lhe dar. Sem muito demorar por lá, e com receio de um ataque dos espanhóis do Perú, Herckmans regressou com sua esquadra ao Recife, ali fundeando a 28 de dezembro de 1643. Faleceu justamente quando o fiscal se preparava para lhe exigir contas de sua volta (87).

Prestou Maurício, nos começos de 1644, relevante serviço ao Brasil holandês, livrando-o dos grupos de salteadores que infestavam o país desde a diminuição do efetivo de nossas tropas coloniais. Principalmente a Paraíba se viu inquietada vivamente por esses negros fugidos que, como já ressaltamos na segunda parte desta obra, se tinham acoitado nas grandes matas de Palmares. Atingia o seu número a mais de 6.000. Visando conter

(*) — Ver a biografia de Hendrick Brouwer no "Monitor das Índias" — III, pg. 294.

êsse banditismo o Conde Maurício expediu, contra os negros fugidos, Rudolph Baron com alguns soldados holandeses e 100 tapúias, os quais conseguiram destruir a povoação de Palmares-grande (*groot Palmares*) e dispersar pelos matos os seus rebeldes habitantes, depois de terem morto uma centena deles e aprisionado 30. Era Rudolph Baron um tipo forte e valente, versado no idioma dos indígenas, conhecendo-lhes bem os costumes. Percebia uma gratificação anual paga por Maurício que o utilisava, particularmente, em viagens de exploração ao interior do país (*).

O dia tão pouco desejado pelos que estimavam ao Conde, — o da sua partida — se aproximava. Maurício já cuidava dos seus preparativos de viagem e ainda recebia, de todas as partes, demonstrações de apreço e de confiança. Duas embaixadas chegaram ao Recife, antes do seu embarque, enviadas por príncipes negros do reino do Congo, na vizinhança de São Paulo de Loanda, e pelo Conde de Sonho, governador português no Congo, pedindo a Maurício para resolver uma questão surgida entre ambos. Êsses mensageiros traziam de presente ao Conde braceletes de ouro e 200 escravos escolhidos entre os mais belos pretos da região. Maurício que, como se sabe, não tinha jurisdição sôbre a Angola, recusou intervir no caso e se limitou a retribuir os presentes e a escrever a Nieulant, nosso director em São Paulo de Loanda, aconselhando-o a não fomentar a discórdia entre os príncipes negros e os portugueses, procurando viver em boa harmonia com êles. Infelizmente o director desdenhou êsses conselhos e, de surpresa, uma noite, atacou pèrfidamente aos portugueses comandados por Pedro Cesar de Meneses, com o qual sempre se vivera em paz desde a ratificação do último tratado. Pretendia Nieulant com êsse assalto apoderar-se de 500.000 ducados, porém o

(*) — MONTANUS — pg. 504. NIEULANT dá a Baron o nome de Roelof F. B. B.

resultado remoto dêsse ato foi a perda total da importante possessão de Angola (*).

Chegara afinal o dia nefasto para o Brasil-holandês. A 6 de maio de 1644 Maurício despojou-se da dignidade de funções de governador do Brasil nerlandês, perante o Conselho Governamental, reunido em Mauritsstad, e na presença de todos os altos funcionários, comandantes militares, clero, etc. Depôs os seus poderes nas mãos do Supremo Conselho (*Hoogen Raad*), que se compunha dos conselheiros Hamel, Van Bullestrate e Bas (**). O coronel Haus, chefe da guarda de Maurício, foi nomeado comandante em chefe das fôrças. Em seguida o Conde apresentou ao Conselho uma pormenorizada relação dos atos de sua administração. Nesse documento êle "recomendava principalmente ao govêrno fôsse tolerante e moderado no tocante ao exercício dos cultos das diversas nações submetidas ao domínio holandês; bem assim exercessem com zêlo, mas sem rigor, a cobrança das importâncias devidas pelos agricultores à Companhia; conservassem as fortificações e, sobretudo, mandassem construir um reduto perto do palácio da Boa-Vista afim de proteger a cidade de Mauritsstad. Ainda aconselhava severa disciplina militar; regularidade no pagamento dos soldos e que as tropas fôsem providas de tudo o que necessitassem; finalmente, a estrita execução das leis contra o sacrilégio, a imoralidade e a profanação do domingo. Não deixara também de recomendar fizessem o que fôsse possível para atrair a simpatia dos principais comerciantes portuguezes, não dando logo crédito às queixas que se levantassem contra êles; não abusassem da tortura; e, cuidadosamente, evitassem comunicações epistolares entre o clero católico

(*) — MONTANUS — pg. 500 e VIEGENS pg. 310.

(**) — NEUBOFF — pg. 57 e, apoiado no Sr. SOUPEY, d'ão o nome de Van der Burg ao invés de Bas, o que é um erro. Nós empregamos os nomes consoante as assinaturas que vimos nos Arquivos do Re no.

das capitânicas conquistadas e o de São Salvador pois era dali que vinham os maiores perigos (*).

Tendo dêste modo procurado garantir da melhor fórma o futuro da colônia, João Maurício saiu a 11 de Maio de Mauritsstad e, a cavallo, tomou o caminho de Olinda, seguido de numeroso cortejo. Pelo litoral passou por Olinda, Itamaracá, atingindo o Paraíba onde deveria embarcar. Por toda parte recebeu expressivas homenagens que significavam estima, reconhecimento e saudades. Sua viagem tomava o aspecto de uma marcha triunfal. As populações dos lugares por onde ia passando formavam alas para dizer-lhe adeus. Essas aclamações eram acompanhadas pelas bandas de música que tocavam a ária nacional *Wilhelmus van Nassauwen* e de salvas de canhões a lhe prestarem as últimas honras militares. O nosso aliado Jandovi, chefe dos Tapúias, enviou uma delegação (entre a qual se achavam três dos seus sessenta filhos) para pedir a Maurício, mais uma vez, adiasse a partida, si isso fôsse possível.

Finalmente a 22 de maio Maurício embarcou. Vários comerciantes, dos mais notáveis, e outras pessoas seguiram com êle também porque considerassem o Brasil perdido doravante para a Holanda. Encontravam-se igualmente a bordo 11 índios de diferentes tribus, os quais manifestaram desejos de acompanhar o Conde e de conhecer a poderosa república, visitando o seu illustre *Stadhouder Frederico Henrique*; assim convencer-se-iam com os próprios olhos de não se compor a nação neerlandesa sômente de piratas e pescadores como os portugueses e espanhóis espalhavam.

No dia seguinte a esquadra fez-se ao mar. Constituíam-na 13 navios, entre grandes e pequenos, tripulados por 1.400 homens e armados com 327 peças. Era avaliado em 2.600.000 o carregamento que levava, composto de açúcar, pau campêche, fumo, etc., parte por conta da

(*) — BARLAEUS — pg. 290 MONTANUS — pg. 505 e VERGENS — pg. 316.

Companhia e outra parte por conta de particulares⁽⁸⁸⁾. Decorreu calma a travessia e em julho a frota atingiu o porto de Texel. O Conde Maurício, entretanto, por haver enjoado bastante, somente regressou a Haia algumas semanas depois. — A 12 de agosto de 1644 compareceu perante os Estados Gerais e apresentou-lhes um curto e prévio relatório a respeito da sua gestão no Brasil desde 1637 (*). Esse relatório foi seguido, a 20 de setembro, de um outro (*verbaal*) mais extenso e importante, no qual expunha claramente a verdadeira situação da colônia (**). Não daremos, aqui, na íntegra, o texto dêsse documento, para evitar repetições de pontos já ventilados nas cartas transcritas, de Maurício, e dirigidas aos Estados-Gerais. Todavia, não será desinteressante fazer o seguinte resumo: “Ele recomenda novamente uma prudente tolerância com as populações portuguesas do Brasil e mostra os erros cometidos pela Companhia ao recusar-se fortalecer mais o govêrno, e em acreditar mais nas cartas e informações de extranhos do que nos seus relatórios sempre documentados. Esse era, aliás, um mau costume já adotado pela Companhia antes de sua chegada ao Brasil. Dele resultou que, mal informada, a Companhia promoveu expedições custosas e de simples aventura em absoluto infrutíferas. Termina Maurício o seu relatório acentuando: — talvez o acusassem de, conhecendo tão bem os abusos praticados no Brasil, não os houvesse corrigido, ao que responderia haver feito todo o possível nesse sentido, e caber melhor a iniciativa de ordens e providências eficazes à mãe-pátria, que, no entanto, (*citamos textualmente as palavras do Conde*) “ao invés de prestigiar o meu poder e a minha autoridade, tratou de diminuí-los, a ponto de, por fim, à minha revelia, terem instituído um novo Conselho

(*) — Este relatório se encontra no Arquivo do Reino (Maço Ind. Occ. 1641-1644).

(**) — Este relatório ou *verbaal* de 20-9-1644 acha-se no Arquivo Real (Maço Ind. Occ., 1641-1644). BARLAEGUS e MONTANUS dão-lhe os pontos principais.

encarregado de dirigir as finanças, ponto essencial para a Companhia. Esse Conselho possui poderes tão amplos que, na realidade, absorve por completo as atribuições do govêrno. Os seus membros se tornaram pretensiosos a ponto de não se arreceiarem de declarar em plena sessão não me conhecerem, pois nas instruções por êles recebidas não se alude a meu nome". Enfim, como um dos melhores meios a empregar no sentido de salvar o Brasil da decadência e suavisar a situação da Companhia das Índias Ocidentais, alvitra Maurício aos Estados-Gerais a fusão dessa Companhia com a das Índias Orientais, porquanto essas duas fôrças reunidas seriam suficientes para arrancar aos espanhóis todas as suas colônias na América.

Causara geral júbilo na Holanda o regresso do Conde. Os Estados Gerais, o Stadhouder e até os diretores da Companhia testemunharam-lhe públicamente seu reconhecimento pela maneira inteligente e hábil com que administrara o Brasil por mais de sete anos.

Procuramos proporcionar ao leitor uma exposição simples, mas exata, da administração do nobre Conde. Intrépido soldado, avisado conselheiro, esclarecido legislador, João Maurício de Nassau estava perfeitamente à altura da difícil missão que lhe fôra entregue e a ela sòmente renunciara por motivos independentes de sua vontade. Antes de prosseguir no relato dos acontecimentos do Brasil, sòbre os quais nenhuma influência direta êle exerceu mais, citaremos ainda alguns fatos importantes da sua vida, após seu regresso de Pernambuco, pelos quais se verá que, em toda a sua carreira ulterior, o Conde justificou plenamente o grande renome obtido no Brasil.

Mal chegou a Haia, Maurício pôs à disposição dos Estados Gerais os seus serviços, e, nesse mesmo ano, foi reunir-se, com o posto de coronel, ao exército que se encontrava em Flandres, sob o comando de Frederico-Henrique. E' de presumir-se o desagrado de Maurício

em servir com um posto assim inferior, depois de haver exercido uma tão alta autoridade no Brasil. Mas, a 27 de outubro de 1644, por morte do velho general Stakenbroek, foi Nassau promovido ao posto de tenente-general da cavalaria do Estado, e, em dezembro, designado para governador da praça de Wezel. Tomou parte ativa nas lutas dos anos de 1645 e 1646, ainda sob as ordens de Frederico-Henrique, como chefe da cavalaria. Nos intervalos de seus deveres militares, construiu sua bela vivenda chamada Mauritshuis, em Haia, hoje Museu Real.

Em princípios de 1647 a Companhia das Índias Ocidentais ofereceu-lhe novamente o cargo de Governador Geral do Brasil, que elle não aceitou. Em novembro dêsse mesmo ano as funções de governador de Clèves, Mark e Ravensburg lhe foram também oferecidas pelo Eleitor de Brandeburgo; Maurício aceitou-as com a aprovação dos Estados-Gerais que lhe concederam concomitantemente o favor de conservar seu título de general de cavalaria e o de governador de Wezel, podendo residir doravante na cidade de Clèves. Em 1652 elevou-o às honras de príncipe alentão o imperador Fernando III, e, ainda nesse ano elegeram-no, por unanimidade, Grão Mestre (*Heermeester*) da ordem de São João na Alemanha (essa ordem faz parte da de São João de Malta). Cinco anos após, o Eleitor de Brandeburgo escolheu-o para representá-lo em Francfort, onde se ia eleger um Imperador, e foi, por influência sua que Leopoldo, filho do monarca anterior, já falecido, conseguiu ser escolhido. Foi nomeado, em 1665, por um ano sòmente, general em chefe do exército dos Países Baixos e expulsou dêsse país o bispo de Munster que o invadira pelas fronteiras de lêste. Pouco tempo decorrido dêsse acontecimento, os Estados-Gerais, temendo nova guerra, resolveram aumentar extraordinariamente suas fôrças e nomear para elas dois marechais de campo: dêsses dois foi João Maurício o

primeiro escolhido, tendo sido o segundo Paulo Wurtz, general dinamarquês. Em 1671 recebeu do rei da Dinamarca a ordem do Elefante, e no memorável ano de 1672 prestou notáveis serviços ao jovem Guilherme III na defesa de nossas fronteiras ameaçadas por todos os lados por grandes exércitos inimigos. Mau grado sua idade avançada fez ainda, em 1674, como marechal de campo, a guerra dos Países Baixos espanhóis e se distinguiu bastante na batalha de Senef.

Enfraqueceram-no de tal modo as lutas dêsse último ano que logo no seguinte se viu obrigado a pedir demissão das funções militares que lhe confiara o govêrno nerlandês e voltou para Clèves onde deveria passar em calma seus derradeiros dias de vida. Ali expirou, a 20 de dezembro de 1679, com 75 anos e 6 meses de idade. A sua morte produziu um pesar nacional, porque, pela sua administração sábia, conduzira a região de Clèves a uma prosperidade até então nunca alcançada. Ainda hoje veneram-lhe ali a memória. Não há viajante que, ao passar em Clèves, deixe de visitar o local em que repousou êsse grande homem, local por êle próprio escolhido e onde construíram um magnífico mausoléu. Mais tarde, porém, suas cinzas foram transportadas para Siegen, reunindo-se às dos seus antepassados.

Em 1702 o mausoléu foi bastante danificado pelos franceses de Boufflers antes de serem expulsos de Nymégue; mas, em 1811, Napoleão, admirador da memória do grande príncipe de Nassau, mandou reparar êsse monumento fúnebre, procurando, por êsse modo, atenuar a profanação cometida por seus compatriotas⁽⁸²⁾.

QUARTA PARTE

Rápida decadência da colônia depois da partida
do Conde João Maurício.

O Brasil abandonado pelos holandeses.

1644 — 1654

Realisámos a mais importante parte da tarefa a que nos impuzéramos, pelo menos a parte agradável dêsses acontecimentos históricos. Esperamos merecer desculpas por tratar de maneira mais sucinta da última etápa desta narrativa proporcionadora de menores parcelas de glória e de honra para nós. Todavia, esta obra, revestindo-se mais de um caráter de estudo histórico do que de panegírico nacional, continuará a se apoiar na verdade, sem adulterar ou escurecer os fatos por mais suscetibilidades que êles tragam aos nossos melindres patrióticos.

Após a partida do ilustre governador do Brasil desapareceu da colônia todo o sentido de autoridade. Êle era o único a, pela afabilidade de caráter, por justa severidade e por equilibrada moderação, saber dominar e acalmar o constante e crescente descontentamento das populações portuguesas. De tal modo Maurício caíra no agrado dessa gente que chegaram a chamá-lo de *Santo Antônio* (*). Sòmente êle se opunha, enèrgicamente, ao espírito de intolerância e de exagerada parcimônia da *Companhia das Índias Ocidentais*. *Não obstante as inúmeras contrariedades, e os entraves aos seus projêtos, a Companhia arrecadava anualmente considerável renda, no Bra-*

(*) — SOURTREV — II, pg. 60 e todos os autores portugueses.

sil, e o comércio ganhava um extraordinário surto de progresso. Logo que Maurício deixou o Brasil, porém, a maioria dos israelistas, os negociantes mais notáveis dali, abandonaram também o país, porque tinham perdido o seu zeloso protetor. Foram para Surinam onde fundaram uma colônia neerlandesa ⁽⁹⁰⁾.

Os três membros do Alto-Conselho, Hamel, van Bullestrate e Bas, aos quais Nassau entregara o govêrno haviam assumido uma missão muito árdua. Sem dúvida faltava-lhes muito da fôrça moral de que, pelos seus fôros de nobreza e pelos seus altos dotes de administrador e de guerreiro, Maurício dispunha. Todavia, é de todo judiciousa a observação feita pelo historiador VEEGENS, à página 342, ao notar ter se dado muito valor, sem grande reflexão, ao modo de ver de RAYNAL quando attribue a decadência do Brasil à circunstância de terem sido êsses três Conselheiros apenas comerciantes, nada entendendo de problemas de govêrno e de guerra. Esqueceu-se o historiador de que o poderio da Neerlandia, nas Índias Orientais, foi consolidado, em grande parte, por homens daquela mesma origem. Os males do Brasil provinham da insuficiência das fôrças militares que o guarneciam, dos meios de ação restritos com que contava e, sobretudo, do fato de estarem seus habitantes portuguezes cheios de entusiasmo pela idéia de recuperação de sua liberdade.

A acusação que fez RAYNAL àqueles conselheiros, de "que vendiam a seus adversários armas e munições de guerra" é injusta e não pode ter fundamento; vimos, através de várias comunicações de Maurício aos Estados-Gerais já se acharem, em 1643, os depósitos quasi vazios não se encontrando ali um só mosquete (*).

As instruções dadas pelo Conselho dos XIX eram no sentido de ser supressas todas as despesas e de se multiplicar, de qualquer maneira, os lucros que lhes disses-

(*) — Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1631-1644.

sem respeito. Entre outras determinações havia a de se repatriar todos os soldados que o desejassem e a de não se fazer nenhum reparo nas fortificações a essa época já bem abandonadas. As tropas faltava tudo, e, para pagar-lhes o soldo, o Grande Conselho se viu forçado a apertar os devedores da Companhia, exigindo-lhes, no mais curto prazo, a satisfação dos seus compromissos, sob pena de serem entregues aos oficiais de justiça e de se lhes confiscarem, sem demora, as propriedades; por isso, o mais vivo desejo dessa gente era o de uma próxima revolução para livrá-los das dívidas. Alguns desses devedores fugiram para São Salvador, no propósito de não pagar suas dívidas.

As tropas holandesas que Maurício, com seu alto senso de disciplina, mantivera sempre em ordem, agora constrangidas com o novo tratamento recebido, viam-se obrigadas a extorquir dinheiro dos portugueses causando-lhes vexames e aborrecimentos. Excitados, assim, por êsses e outros motivos, de desagrado e de rancor, e ainda mais por uma repulsa de raça e de religião diferentes, no tempo em que, por outro lado se viam livres do temor e do respeito impostos por Nassau, os principais descontentes de Pernambuco resolveram reunir todos os esforços no intuito de derrubar o governo holandês. O clero, sobretudo, tendo à frente o jesuíta Vieira (*), na Baía, concitava a população à revolta, prometendo-lhes absolvição de velhos e novos pecados, de vez que auxiliassem a campanha contra os heréges. João Fernandes Vieira que, em 1642, já tramara contra Maurício, foi a alma dessa nova conspiração. Deu-lhe o seu braço, os seus bens e a sua inteligência. Arrematante dos direitos cobrados sôbre o açúcar da Companhia das Índias Ocidentais e escabino da cidade Maurícia,

(*) — Não confundir êsse Vieira com João Fernandes Vieira. O jesuíta Vieira tornou-se famoso por seus sermões que foram impressos e publicados e têm um grande valor histórico.

êle mantinha relações diárias com os membros do Supremo-Conselho, permitindo-se-lhe andar muito ao par das coisas da Companhia e dos recursos de que dispunham os holandeses. Faltava-lhe, entretanto, um ponto de apóio lá fóra. Nessa época André Vidal, um dos mais considerados portugueses da Baía e pessoa da simpatia do vice-rei Antônio Teles da Silva, fóra nomeado governador do Maranhão e, a caminho de seu novo posto, demorara uns dias no Recife para visitar a família. Vieira inteirou-o dos seus planes e pediu-lhe voltasse a São Salvador para levar ao vice-rei uma mensagem na qual lhe expunha as probabilidades de êxito duma insurreição ⁽⁹¹⁾. Mostrava-lhe quanto estavam enfraquecidos e desprovidos de tudo os inimigos; como se encontravam desguarnecidas e em mau estado as fortificações; acentuava o regresso à Europa dos melhores oficiais e de grande número de soldados; enfim afirmava darem todos os portugueses apóio ao movimento. Em seguida enumerava os recursos com que contava e solicitava ao vice-rei um auxílio objetivado na remessa de uma esquadra ou de tropas. Pareceu de tal modo digno de entusiasmo êsse plano à alma de Vidal, cujos desejos de vingança dos holandeses não artefecia, que êle de fato voltou à Baía levando a mensagem de Vieira, bem assim cartas para Camarão, chefe indígena, e para Dias, o chefe dos negros, pedindo-lhes igualmente cooperação. Êles a prometeram cheios de satisfação. Dias, que acabava de receber do rei de Portugal a condecoração da Ordem de Cristo, jurou até só usar essas honrosas insignias após a expulsão dos holandeses.

Ciente dos planos da insurreição, o vice-rei aprovou-os, sem, contudo, favorecê-los abertamente porquanto violaria o armistício de 10 anos, assinado por Portugal e Holanda, a menos tivesse para isso ordens da Côrte. No íntimo, porém, ansiava por provocar essa revolução que, si vencesse, teria toda a aprovação de

d. João IV. Em dezembro de 1644 o vice-rei enviou Antônio Dias Cardoso, com 60 homens escolhidos, para ajudar Vieira. Escondeu-os Vieira numa de suas casas de campo e convidou a se reunirem, ali, em segredo, aos mais importantes agricultores de Pernambuco, como fôsem os irmãos Cavalcanti, Amador de Araujo, Sebastião Carvalho e outros, aos quais anunciou, nessa ocasião, haver recebido do vice-rei auxílios para a campanha contra o jugo holandês. Deste modo poderiam todos desde já pegar em armas. Camarão e Dias também estavam solidários com êles. Todos os presentes aprovaram essa resolução e prometeram o seu concurso. Posteriormente, porém, alguns deles se mostraram receosos das consequências e do fracasso; entre êsses, o judeu Moisés Accoignes, cujo comparecimento àquela reunião fôra um tanto forçada, arrependeu-se e denunciou ao Supremo Conselho o movimento que se preparava (*). Não obstante a seriedade da denúncia, os membros do Conselho não lhe deram muita atenção, talvez por viverem confiados nas provas de amizade dos portugueses.

Ficara assentado festejar-se ruidosamente o dia de São João em casa de Vieira. Nessa mesma ocasião realizar-se-ia também, ali, o casamento de uma filha de Antônio Cavalcanti. Seriam convidados para a festa os membros do Supremo Conselho e outras autoridades, quer civis quer militares. A um sinal dado, quando estivessem todos entregues aos festejos, seriam massacrados todos êsses holandeses, de surpresa. E, em seguida, os conspiradores, vestindo as roupas das vítimas, disfarçados, apresentar-se-iam diante das portas do Recife, guardadas com certa negligência. Valendo-se dessa traição contavam ficar senhores do porto, ao tempo em que a esquadra prometida por Vidal surgiria e completaria o êxito do golpe. Quasi todos os historiadores não-por-

(*) — MONTANUS — pg. 509.

tugueses verberam êsse plano homicida, por mais justificáveis fôsem as finalidades dêsses patriotas que punham assim em prática o perigoso princípio : os fins justificam os meios. SOUTHEY classifica êsse plano de "atroz traição" (*an act of atrocious treachery*) embora, um pouco adiante, escreva "êsse plano não deveria ser condenado com muita severidade e acrescenta ser necessario, para julgá-lo, não esquecer que, apenas um meio século antes, o chefe infalível da igreja de Roma mandara cunhar uma medalha comemorativa do massacre de São Bartolomeu.

Com o fito de prestar auxilio à insurreição, e antes mesmo da partida de Cardoso, Camarão marchara para Sergipe com 2.700 índios, enquanto Henrique Dias, à frente de 1.500 pretos, acampava ainda mais perto do Recife. Levavam, no entanto, ordens do vice-rei de não se reunirem a Vieira senão dando mostras de que o faziam contrariando as intenções do govêrno português, arrastados pelas circunstâncias e sob o impêrio da opinião pública. Até então, o rei de Portugal, embora intimamente satisfeito com a projetada revolução, não dera nenhum sinal visível dessa aprovação, porque seria violar o armistício de 10 anos e êle não se sentia ainda bastante forte para fazê-lo. Tudo estava, portanto, preparado por Vieira e os seus partidários, e não se aguardava senão o dia fixado para o rompimento das hostilidades.

Felizmente o fanatismo patriótico e religioso não abafara os sentimentos de humanidade e de lealdade nos corações de todos os conjurados. Dois portugueses, Sebastião Carvalho e Fernando Vaie, com 5 judeus, temendo pelas suas vidas e por seus bens, decidiram denunciar a conspiração ao Supremo Conselho. Receosos, porém, das consequências de uma delação direta escreveram-lhe, em 30 de maio, uma carta anônima e, à vista do denunciado, decidiram os membros dêsse Conselho, por unanimidade, manter todos os fortes de prontidão, ordenar a

Lestry, comandante dos brasileiros simpáticos aos holandeses, permanecesse vigilante e capaz de atender ao primeiro chamado, e, sobretudo, chamar Vieira ao Recife (*). Êste, avisado por espiões de haver sido descoberta a conspiração, fugira para as matas vizinhas, no dia 13 de junho, e ali se lhe fôram reunir, dias após, mais de 200 portuguezes, todos impelidos pelo ideal de independência.

Desde êsse momento podia-se considerar Vieira em guerra aberta com os holandeses. E como não podia agir em nome do rei, fazia-o por sua própria conta e correndo o risco de não merecer a aprovação do soberano ou de ser entregue aos neerlandeses a quem combatia, visando a liberdade de sua gente. A principio teve Vieira de vencer o descontentamento e o desânimo reinantes no seu pequeno exército, resultantes das fadigas e da falta de víveres que suas tropas tinham de suportar, mas com uma certa dose de entusiasmo e de estímulo levou-os a esquecer êsses obstáculos a ponto de serem os holandeses perseguidos por todos os lados. Ninguém se considerou mais em segurança, fóra da cidade, e, por isso, procurava-se abrigo no Recife ou nos fortes. Foi quando se sentiram os desastrosos resultados do regime de economia adotado na colônia. No porto só existia um navio e êsse mesmo não pertencia à Companhia das Índias Ocidentais; era uma embarcação destinada às Índias Orientais, arribado para reparar avarias (**). Os depósitos de víveres e munições estavam completamente vazios. Nos primeiros momentos de perigo não fôra possível armar senão 300 holandeses e 200 índios, sob o comando do coronel Haus.

O Supremo Conselho, por carta de 27 de junho de 1645, levou ao conhecimento do Conselho dos XIX e dos Estados-Gerais o que se estava passando no Brasil.

(*) — As minutas das resoluções tomadas a êsse respeito pelo Supremo Conselho do Recife se encontram nos Arquivos do Rei (Maço Índ. Occ., 1645-1646).

(**) — Biografia de WAGENAAR — por VAN WIJN — II, pg. 90.

E davam também conta, juntando cópias, das providências tomadas no interêsse da segurança pública. Pediam insistentemente a remessa de tropas e mantimentos. "Sem êsses elementos não poderiam se responsabilizar pelo que de calamitoso viesse a acontecer. Lavavam as suas mãos diante de Deus e dos homens, porque mais de uma vez já haviam pedido êsses recursos". O Conselho ainda enviou, a 7 de julho, um dos seus membros, Baltazar van de Voorde, e o major Hoogstraeten, comandante do forte de Nazaré, em Sto. Agostinho, até a presença do vice-rei, afim de interpellá-lo a respeito da insurreição irrompida contra o domínio holandês e da qual êle parecia ser cúmplice; essa missão porém só pôde conseguir do vice-rei vagas respostas. Aproveitou-se dêsse ensejo o major Hoogstraeten para entrar em comunicações secretas com o inimigo e combinar traíçoeiramente a entrega da fortaleza que comandava (*).

Depois do seu regresso ao Recife foi van de Voorde enviado à metrópole afim de pessoalmente entregar um relatório acêrca do estado de cousas na colônia. Êsse documento, com os respectivos anexos, datados de 27 de novembro de 1645, bem assim a carta de 27 de junho já citada, se encontram nos Arquivos do Reino (**). Demonstram à sociedade êsses documentos que Hamel, van Beullestrate e Bas não contribuíram, como pretendem alguns autores, erradamente, para a perda da colônia, mas, ao contrário, fizeram, como seu antecessor Maurício, todo o possível no sentido de convencer os Diretores do quanto eram prejudiciais as medidas adotadas relativamente ao Brasil.

Os Estados Gerais, logo após o recebimento das notícias a que nos referimos, entraram em entendimentos

(*) — Ver NIEBUHR — pg. 88-89.

(**) — Maço ind. Occ., 1645-1646.

com o Conselho dos XIX, alvitando providências capazes de salvar a colônia da sua decadência. Resolveram a 18 de novembro, que Walter van Schoonenborch em, barcaria para Pernambuco, no caráter de presidente do Supremo Conselho. Schoonenbroch fazia parte dos Estados Gerais, como representante da província de Groningue, e aceitou constrangido essa difícil missão. Acompanhavam-no Michiel van Goch, Simon van Beaumont, Abraham Trouwels e Hendrik Haecsx, como membros do aludido Conselho. Os dois últimos iam ainda com a missão de verificar as contas da Companhia, no Brasil (*). Decidiram igualmente a remessa de grandes reforços militares e, para auxiliar a Companhia nessas vultosas despesas de expedição, os Estados Gerais lhe concederam uma subvenção de 700.000 florins com a autorização de alistar no exército do Estado três homens por companhia e de retirar, dos arsenais do govêrno, as armas necessárias (**).

Veio muito a propósito essa subvenção: os recursos da Companhia estavam de tal modo onerados que a essa circunstância se deve atribuir a fraqueza e a incúria causadoras dos insucessos militares dos holandeses nesses últimos tempos. O prazo das primeiras cartas-patentes terminaria no corrente ano de 1645 e já em fevereiro de 1644 a Companhia se dirigira aos Estados Gerais impetrando-lhe uma prorrogação e, si possível, sua fusão com a Companhia das Índias Orientais, cuja segunda concessão estava a terminar. Nessa época escreveu-se e discutiu-se bastante a respeito dessa questão (***). Alguns eram de opinião não ser mais aceitável a existência da Companhia, por desnecessária, uma vez que já se reconhecia o direito da liberdade de comércio para o Brasil. Outros,

(*) — Arquivos do Reino — Registro Índ. Occ., 1638-1651 — fl. 170.

(**) — Arquivos do Reino — Idem, idem — fls. 180-190.

(***) — Ver várias brochuras dessa época que se encontram na Bibliotheca Real assim como petições e memórias manuscritas dos Arquivos do Reino.

e nesse número estava o famoso negociante Usselincx, achavam que se devia estender o privilégio da Companhia até à faculdade de navegação para as Índias Orientais. Lê-se ainda hoje nos Arquivos do Reino um longo e valioso parecer de Usselincx, datado de 15 de outubro de 1644, no qual após serem expostas, com rara habilidade, as causas do declínio da Companhia das Índias Ocidentais, são sugeridos os meios de remediar essa decadência. "Até então a maior parte dos empreendimentos da Companhia, levados a efeito com um grande dispêndio de fôrças, havia dado resultados, mas tão vultosas eram as despesas feitas que essas conquistas lhe tinham causado uma verdadeira ruína. A Companhia das Índias Ocidentais estabelecera comércio com os reinos já organizados no Oriente e sem ser necessário fazer face a muitos encargos de guerra, ao passo que a das Índias Ocidentais vivera constantemente em luta com os inimigos. Essa circunstância, aliás, serviu ainda para poupar a Companhia das Índias Orientais de ataques que lhes seriam dirigidos caso às voltas com êles não andasse a sua congênere das Índias Ocidentais. Dêste modo era de inteira justiça partilhar a Companhia das Índias Ocidentais das vantagens da navegação para o Oriente, autorisação que poderia lhe ser dada por ocasião da reforma das cartas-patentes".

Outras personalidades de importância, como o Conde Maurício, foram de opinião que as duas Companhias deviam ser fundidas. A das Índias Ocidentais ofereceu, até, nesse propósito, uma soma de 3.600.000 de florins, além de navios, fortificações e munições de guerra, mas a das Índias Orientais recusou essa oferta, alegando que sua colega já tendo um passivo de cinco milhões nada poderia dar; que teria, assim, de pedir emprestado aquela soma, o que não obteria senão valendo-se do crédito da Companhia das Índias Orientais, operação

prejudicial a esta última empresa. Foi em vão que os Estados Gerais tentaram convencê-la do contrário.

Peorava, no Brasil, dia a dia, a situação dos holandeses, enquanto crescia o entusiasmo dos portugueses pela causa da independência. Contribuía imensamente para êsse entusiasmo a propaganda do clero, espalhando notícias de milagres como sinal da aprovação divina.

As tropas holandesas que ainda se haviam mantido fóra da cidade, com 700 homens comandados por Haus, foram batidas por 1.100 insurretos às ordens de Vieira, no dia 3 de agosto de 1645, perto do Monte das Tabocas (*) (**). Os padres animavam os portugueses com a palavra e o exemplo. Mais de 200 dos nossos ficaram no campo de batalha, enquanto o resto das tropas batia em retirada para a cidade. Vieira, a quem chamavam de Governador da Liberdade, cercou de tal modo o Recife que os sitiados se viram forçados a evacuar as fortificações exteriores e até a arrasar a cidade de Mauritsstad, recém-construída, inclusive o magnífico palácio de Vryburg, afim de se poder restringir mais os portos de defesa. As únicas fôrças disponíveis, num total de 500 homens, sob o comando do coronel Haus, tentaram uma sortida, no dia 17 de agosto, mas foram batidos por Vidal com os seus 2.000 portugueses e índios. As nessas perdas foram apenas de 37 mortos, mas o coronel Haus, três capitães, três tenentes, três alferes e 240 soldados caíram prisioneiros e foram mandados para São Salvador. Cem indígenas, combatentes das nossas fileiras,

(*) -- Diário de MATH. VAN DEN BROEK -- pg. 5. Comparem-se SOUTHEY -- II, pgs. 107-115, que alude a 1500 soldados holandeses, número a que não chegavam nessa época todos os nossos militares existentes no Brasil.

(**) -- No Monte das Tabocas existe uma lápide comemorativa da batalha ali travada entre os pernambucanos e os holandeses, mandada colocar pelo Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco. O local fica a 9 quilômetros da antiga cidade de Santo Antônio, hoje Vitória, onde foi erguido um monumento que também relembra o feito. Pedro II visitou o Monte das Tabocas em 1859. -- (N. do T.).

ficaram também prisioneiros e foram sacrificados, bárbaramente, pelos insurretos. Não tiveram igual sorte os soldados holandeses sinão a trôco de trabalhar expostos aos ataques do inimigo (*).

Pouco tempo depois o forte de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho, era entregue aos portugueses, por uma covarde traição do major Hoogstraeten. Êle se vendera pela quantia de 18.000 florins e por um comando de regimento (92).

No mar, entretanto, a honra nacional era mantida gloriosamente pelo imortal almirante Lichthardt. Há al-

(*) — NETSCHER — não alude no combate travado, a 17 de agosto de 1645, no antigo engenho de d. Ana Pais, no atual atrabalde da Casa Forte. PORTO-SUGURO assim alude a êsse episódio da insurreição pernambucana: "Resolvet pois Vidal que Martim Soares, com o seu terço, passasse a investir a fortaleza do Pontal no passo que êle, com o seu, e as tropas de Vieira iriam a marcha forçada em busca das fôrças de Haus, junto do Recife. Esta marcha se effectuou durante todo o dia e noite de 16, sendo nesse tempo vencer a distancia até a Várzea do Recife, apesar de muita lodo e falta de comodidades que as tropas encontraram. Durante a noite foi Vidal avisado de que, a meia légua de distancia, na chamada ainda hoje Casa-Forte, se achava alojado o chefe inimigo com as suas tropas. A vista do que, mandou dar um pequeno descanso. Porém, duas horas antes do amanhecer se prosseguiu na marcha. Apenas passado o Capiberibe, foi encontrado o inimigo que rapidamente investido apenas teve tempo de recolher-se à dita Casa-Forte, a qual foi logo atacada. Aí se defendeu tenazmente por três horas, ao cabo das quais ainda se não entregara, a não se ter visto ameaçado pelo incêndio que os nossos já preparavam, da mesma Casa-Forte. Então se renderam à discreção 322 praças, incluindo o chefe Haus, o coronel Blaar, um sargento-mór, e vários outros officiaes, que foram todos mandados para a Bala, não chegando, porém, lá, o coronel Blaar que, em represália de passadas ofensas foi, segundo parece, assassinado. Todos os indios que se entregaram foram condenados à pena última."

A Casa-Forte, a que se recolheram os holandeses, era o casa-grande do engenho allí situado e que fôra edificada, em época anterior à invasão bôtava, por Diogo Gonçalves. Posteriormente êsse engenho vieta a pertencer, por dote nupcial, à filha do proprietário, d. Ana Pais, uma "bela pernambucana". Ela se casara, então, com o fidalgo Pedro Correia da Silva, um dos defensores do forte de São Jorge, tendo morrido pouco depois de ferimentos recebidos na peleja. Viuva e moça, d. Ana Pais casou-se em segundas núpcias com o capitão da guarda de Nassau, Carlos Tourlon, e, ainda em terceiras núpcias, com Gilbert de Witt, membro do Conselho Político Holandês.

Narram alguns eremitas que, encurralados na casa-grande do engenho, os holandeses tentaram impedir o ataque dos insurretos mandando expor as varandas do edificio várias senhoras pernambucanas que êles tinham aprisionado nos outros engenhos por onde passaram, na sua retirada do Monte das Taboas. Essas senhoras, porém, tiveram um gesto heróico: — exigiram, em alta voz, dos chefes da insurreição que não suspendessem o fogo, por sua causa; antes continuassem com mais vigor a investir a casa-grande, mesmo com o sacrificio das suas vidas. Não foi preciso tanto, porque, logo depois, ameaçados pelo incêndio, os holandeses se renderam e aquelas valorosas senhoras pernambucanas se salvaram.

A antiga capela do engenho, hoje transformada num bonito templo, ainda se mostra hoje aos visitantes na atual Campina da Casa-Forte, por sinal um das mais encantadoras scenas da cidade do Recife. — (N. do T.).

gumas semanas uma esquadra portugueza, comandada por Salvador Corrêa de Sá, cruzava diante de Pernambuco no aparente propósito de intimidar os insurretos, mas, na realidade, com o fito de proteger um desembarque de tropas trazidas em outra frota do comando do almirante Paiva. O desembarque efetuou-se e Salvador Corrêa, depois, partiu para Lisboa, porém a 9 de setembro dêsse ano de 1645, (precisamente na véspera da negra traição de Hoogstraeten), o almirante Lichthardt com 3 navios e 5 hiates destruiu completamente a esquadra de Paiva composta de 15 velas. O combate travou-se na baía de Tamandaré onde haviam desembarcado as tropas de auxílio aos insurretos, e na luta morreram, afogados, 700 portuguezes; dez dos navios foram incendiados ou postos a pique; o seu almirante, Jerônimo Serrão de Paiva, com dois barcos, inclusive o do vice-almirante, foram levados em triunfo para o Recife (*).

As principais praças do Brasil-holandês, Itamaracá, Iguarassú, Porto Calvo e o forte Maurício, à margem do São Francisco, caíram sucessivamente às mãos dos insurretos (**). Sòmente Paraíba e Rio Grande continuavam em nosso poder, muito embora Vidal já houvesse tentado levantar a população da primeira dessas praças e tomar o forte de Cabedelo (Margarida). Quis entrar em entendimentos com o comandante Paul de Linge, oferecendo-lhe 15.000 florins para lhe entregar o forte, mas a proposta foi repelida com indignação; o portador dêsse aviltante oferecimento foi enforcado e os insurretos bateram em retirada.

Êsse nobre exemplo e a vitória de Tamandaré levantaram um pouco o moral e a coragem dos defensores do Recife, cuja população, assás diminuída pela mortalidade,

(*) — Ver a carta de 10-12-1645 do Grande Conselho aos Estados Gerais (Arquivos do Reino — Maço Ind. Oce., 1645-1646). Comparar Nieuhof — pg. 14 e Southey — II, pg. 133.

(**) — Ver para maiores detalhes Nieuhof, pag. 60-101 e Southey, II, pag. 120-158.

a fuga e a deserção, baixara a 11.000 habitantes, inclusive soldados, marinheiros e índios. Faltava-lhes tudo. A alimentação estava sujita ao regime de ração: cada pessoa recebia três libras de pão por semana. Nos últimos dias essa quantidade fôra reduzida a uma libra.

Apesar da terrível privação de alimentos a população soube se manter calma até a chegada dos prometidos reforços da mãe-pátria (03). Com as maiores dificuldades haviam alistado, na Holanda, para essa nova expedição, uns 2.000 homens, e os coroneis Schkoppe e Henderson, há tempos já de volta ao Brasil, tiveram o comando dessas tropas, conforme decisão dos Estados Gerais, datada de 27 de março de 1646. O presidente Schoonenborch e os outros conselheiros, depois de mil hesitações, embarcaram afinal em abril. No correr dêsse mesmo mês zarparam de vários pontos todos os navios que compunham a frota. A travessia fôra penosa: — cinco navios naufragaram e, a bordo dos outros, reinava acentuada discórdia entre os comandantes das fôrças. Afinal alcançaram o Recife no dia 1.º de agosto. Estavam ali, já dispostos a procurar, fôsse como fôsse, um caminho para o interior, porque a escassez de alimentos se tornara intolerável. Outros queriam a capitulação, convencidos da impossibilidade de suportar o cêrco do inimigo. Precisamente no dia da chegada dêsses reforços viam-se os sitiados na contingência de não poder distribuir mais a ração de uma libra de pão por semana (*). Os novos conselheiros tomaram logo conta da administração; faleceu, porém, um deles, Trouwels, dias após ter chegado. Hamel, van Bullestraten e Bas, injustamente caluniados na Holanda, demoraram ainda alguns dias no Recife, afim de poderem ser punidos, caso os seus sucessores viessem a descobrir qualquer cousa que os compromettessem, e, também, para fornecer as instruções e conselhos necessários.

(*) — Vejam-se duas cartas de Schoonenborch e de Schkoppe, de 26-9-1646, dirigidas aos Estados Gerais (Arquivos do Reino — Maga Ind. Occ., 1645-1646).

Sòmente em maio do ano seguinte èles voltaram à Holanda para darem conta dos seus atos (*). E para prova de que não foram encontrados em culpa pelos Diretores da Companhia basta notar-se que nos Arquivos do Reino vêem-se os seus nomes como membros da Assembléia dos XIX em 1648.

Pouco tempo depois da chegada ao Recife, os novos dirigentes holandeses propuzeram novas condições de anistia aos chefes dos insurretos, com intimação de retirada das suas tropas, de acôrdo com os pacíficos propósitos da côrte de Lisboa. Seriam perdoados todos os que se submetessem de novo às autoridades holandesas, apenas excetuando-se dessa anistia Hoogstraeten e mais dois outros traidores. Não produziu nenhum efeito essa proclamação que tinha a data de 5 de setembro de 1646, tendo até provocado uma outra de Vieira a 23 do mesmo mês (**). Nela Vieira ameaçava aos holandeses, a quem classificava de turcos e de bárbaros, e afirmava ser invencível a confederação brasileira, a menos viesse a Providência a combater contra ela. E, pomposamente, aludia ao poder de suas tropas que se compunham de, 14,000 homens, afóra os negros e os tapúias.

Debalde tentou Schkoppe, com uma vigorosa investida, expulsar os sitiantes do seu campo do Arraial, também chamado do Bom Jesus (***), como era denominado em 1630 o de Albuquerque, ou forte de Altena. Por mais de uma vez nossas fôrças foram repelidas com grandes perdas. Visando afastar quanto possível das vizinhanças do Recife as cada vez mais numerosas tropas do adversário, nosso almirante Lichthardt foi mandado com alguns

(*) — *NEBUHOFF* — pg. 191. *MONTANUS* — pg. 515, que é de opinião de serem èles culpados.

(**) — As cópias d'esses do s interessantes documentos se acham nos Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1645-1646. Veja-se *SOUTHEY* — II, pg. 186.

(***) — No local do Novo Arraial do Bom Jesus há uma coluna comemorativa, mandada construir pelo Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco. — (N. do T.).

navios até ao São Francisco. Chegou a fazer ali um desembarque, mas, desgraçadamente, no dia 30 de novembro, após uma doença de curta duração, veio a falecer à margem do grande rio. Perdido o seu chefe regressou a esquadra sem nada ter realizado de importante. Transportado para o Recife, ali teve o corpo do almirante sepultura, com todas as honras militares (*). Viu-se assim a Companhia privada dos relevantes serviços de um dos seus mais fiéis e bravos marinheiros.

O general Schkoppe, em janeiro de 1647, acompanhado de 2.500 soldados, dirigiu-se à Baía; desembarcou as tropas na ilha de Itaparica, expulsando a guarnição portuguesa e, dali, hostilizaram os arredores de São Salvador. Tomaram, então, uma terrível e cruenta vingança dos insurretos, por causa das atrocidades por êles cometidas com os prisioneiros holandeses: centenas de portugueses foram massacrados. Repetidas e baldas tentativas de recuperação da ilha foram feitas por fôrças vindas de São Salvador; um dêesses ataques, dirigido pelo comandante Rebelo e por Hoogstraeten, recebeu repulsa vigorosa de nossa parte e custou a vida a 700 portugueses (**), tendo os holandeses ficado senhores da ilha.

Contudo ia se tornando evidentíssimo aprovar o rei de Portugal secretamente a insurreição no Brasil, embora aos olhos do resto do mundo fingisse desautorisá-la. Não lhe sendo politicamente permitido dar-lhe auxílios diretos, o rei ordenou ao governador da Baía a favorecesse de modo discreto, evitando comprometer a côrte de Lisboa e de modo a parecer ser a guerra movida apenas pelos insurretos. Por mais de uma vez os Estados Gerais enviaram reclamações a êsse respeito ao representante de Portugal em Haia, Francisco de Souza Coutinho, mas êste sabia sempre contornar o assunto com

(*) — NIEUHOFF — pg. 184.

(**) — Veja-se SOUTHEY — II, pg. 189. MONTANUS — pg. 521 e NIEUHOFF — pg. 192.

aguda finura, procurando demonstrar, não obstante a evidência do contrário, estar d. João IV inocente naquilo tudo (*). Prementes, e até ameaçadoras no entanto, as queixas dos Estados Gerais, e, na perspectiva de uma aliança entre a Espanha e a Neerlandia (já haviam começado as negociações de Munster) o rei de Portugal, receoso das consequências, enviou ordens à Baía para que fôsem afastadas das capitánias ocupadas pelos holandeses as tropas comandadas por Vieira, Vidal, Soares e Dias, devendo cessar todas as operações de guerra. Vieira e Vidal, porém, recusaram-se a cumprir essas ordens, alegando não estar o soberano perfeitamente informado da desesperadora situação em que se veriam os seus fiéis súditos de Pernambuco si essa província voltasse às mãos dos heréges. Intimamente regozijava-se d. João com essa recusa, porquanto muito contra a vontade ordenara o recuo. Utilizando-se dos serviços de um judeu residente em Lisboa, conseguiram apreender algumas cartas do rei que provaram claramente sua cumplicidade na insurreição (**). A indignação dos holandeses diante dêsse procedimento dúbio do rei era geral, a ponto de haver o povo, em Haia, tentado agredir o ministro português, o que a custo fôra impedido pela guarda do Stadliouder. Sem querer ainda declarar guerra a Portugal "o Stadhouder e os Estados Gerais autorisaram a todos os officiais de terra e mar ao serviço da Companhia das Índias Ocidentais usassem de represálias contra quem quer que tentasse causar prejuízo à mesma Companhia (***)).

Continuava a ser excessivamente desfavorável para os holandeses a situação do Brasil. Conseguira-se, é verdade, com a vinda da esquadra de reforço, manter a

(*) — Arquivos do Reino — Registro Índ. Occ., 1638-1651 — fl. 215.

(**) — Essas cartas acham-se nos Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ. 1647-1648.

(***) — Resolução dos Estados Gerais de 24 de dezembro de 1646 e 22 de janeiro de 1647.

posse do Recife, tomar a ilha de Itaparica, e, algum tempo depois, reconquistar-se Itamaracá e o rio São Francisco, mas, as provisões trazidas da Holanda não duraram muito e a falta de víveres se acentuou novamente. Para dar uma idéia dessa escassez basta citar-se um pequeno trecho de uma carta que, a 1.º de março de 1647, Johan van Raesvelt, conselheiro da côrte de justiça do Recife, dirigiu aos Estados Gerais e onde afirmava ser de tal ordem a penúria "que mais de uma vez sua mulher e seus filhos choraram de fome". (*Mijn vrouw en mijn kinder hebben tot meermaels deerlick geschreijt en gecreten bij gebreck* (*). Realmente deveria ter atingido a extremos a fome quando um alto funcionário da colônia assim se expressa. Nosso exército, já reduzido, se viu ainda mais desfalcado com a defecção dos Tapúias, até então nossos devotados amigos. Motivou essa mudança de atitudes o fato de haver o tenente-coronel Garstman, num gesto impolítico, mandado fuzilar, por um crime não bem apurado (**), um alemão, Jacob Rabbi, homem de maus bofes e que vivera, por longos anos, entre os índios, como agente do govêrno holandês. Não quis o Supremo Conselho dar ouvidos ao pedido dos Tapúias para que lhe fôsse entregue Garstman, porém ordenou a abertura de um inquérito a respeito do caso e dele resultou a expulsão de Garstman, do Brasil, como celebrado. Os Tapúias não se satisfizeram com êsse castigo e juraram vingar-se dos holandeses. Cumpriram a promessa abandonando em massa as nossas fileiras, no comêço de 1647.

Repetidamente solicitaram os membros do Supremo Conselho reforços à Holanda, porquanto Vieira e Vidal não se tinham absolutamente desencorajado com o ata-

(*) — Essa carta está nos Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ. 1647-1648.

(**) — Carta da defesa de Garstman, aos Estados Gerais, em 27 de setembro de 1646 — Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ., 1645-1646,

que contra São Salvador, nem com a desaprovação de d. João IV. Os Estados Gerais, e particularmente os Estados da Holanda, resolveram afinal encarar sèriamente a situação. Grande parte das suas reuniões foi reservada à leitura e exame de documentos relativos ao caso do Brasil. No ano anterior já os Estados Gerais haviam designado uma comissão de elementos do seu próprio seio para entrar em entendimentos com a Assembléia dos XIX, no sentido de acertar providências mais eficazes que salvassem a Companhia das Índias Ocidentais de sua decadência. Ainda há poucos anos constituia essa empresa poderoso sustentáculo do Estado e agora caíra num tal descrédito que um capital de 100.000 florins representado pelas suas ações fôra adquirido por 30.000.

O prazo de concessão da Companhia que, como acentuámos noutro local desta obra, expirara em 1645, vinha sendo sucessivamente prorrogado por novos e curtos períodos, na esperança da possibilidade de uma fusão dessa Companhia com a das Índias Orientais. Contudo, depois dos últimos acontecimentos, renunciou-se a essa idéia. Ainda a 22 de maio de 1647 foram as cartas-patentes da Companhia renovadas por um período de 25 anos (^{9a}). A concessão da Companhia das Índias Ocidentais obtivera, nessa época, dilatação de prazo, por igual tempo, sob a condição de depositar no Tesouro uma soma de 1.500.000 florins, importância essa destinada a socorrer a sua congênera das Índias Ocidentais.

Decidiu-se, então, a enviar imediatamente poderoso reforço ao Brasil. Debalde o representante francês tentou uma acomodação entre os Estados Gerais e Portugal. Os Estados Gerais já haviam, em agosto, cedido à Companhia das Índias Ocidentais 12 vasos de guerra e 6.000 soldados do seu exército; deveria a tropa ser transportada em 39 navios do Estado, correndo por conta do mesmo a despesa com o soldo e o sustento

dessas forças durante um ano. A Companhia, por sua vez, daria 1.350 homens e 6 barcos para seu transporte. O bravo almirante Witte Corneliszoon fôra nomeado comandante em chefe dessa esquadra, sem prejuízo do seu título de vice-almirante da Holanda (*). Nessa altura convenciam-se de ser imprescindível para remediar a crítica situação da colônia, pôr à frente do govêrno um homem de certa linhagem, profundo conhecedor do país, e investido de um poder ditatorial. Pensou-se logo, é claro, no nome do Conde Maurício de Nassau e os delegados dos Estados Gerais consultaram-no nesse sentido (**), sem terem obtido o êxito desejado. Maurício exigia um exército de 12.000 homens, um ordenado vitalício de 50.000 florins anuais. Eram condições inaceitáveis. A seu alvitre confiaram o comando em chefe de todas as forças militares no Brasil a Sigemund von Schkoppe, o mais antigo dos coroneis que ali se achavam, então promovido a tenente-general.

Durante o tempo dos preparativos dessa expedição o representante português em Haia desenvolveu todos os esforços imagináveis para retardá-la. Compareceu até perante os Estados Gerais e declarou estar o rei de Portugal disposto a restituir todas as conquistas feitas pelos insurretos e a assinar um tratado definitivo de paz. Chegou ao ponto de se oferecer para ir êle próprio ao Brasil afim de apressar aquelas restituições. Inclinar-se os Estados a aceitar essas condições, porém logo depois Coutinho recusou entregar a Baía ou a ilha Terceira aos holandeses como garantia do cumprimento dessas promessas (***) .

(*) — Arquivos do Reino — Resoluções dos Estados Gerais de 10, 14, 17 e 29 de agosto de 1647.

(**) — Arquivos do Reino — Registro Índ. Occ., 1639-1651 — fls. 180-194 e outras.

(***) — Veja-se a ata da sessão de 15 de outubro de 1647 dos Estados Gerais (Registro Índ. Occ., fl. 279) e a carta de Souza Coutinho a essa mesma assembleia datada de 9 de novembro de 1647 (Maço Índ. Occ., 1647-1648).

Essas conversações diplomáticas, todavia, não alteraram os preparativos para a expedição aludida, no que andaram acertados, pois tempo depois se soube, por uma carta particular vinda de Lisboa, datada de 10 de setembro (*), ter partido de Setubal para o Brasil uma esquadra portuguesa. Apressou-se então o aprestamento dos navios, embora com as maiores dificuldades, principalmente porque o alistamento das tropas prometidas pela Companhia era o mais moroso possível: os soldados mostravam-se pouco dispostos a ir servir no Brasil, e outros, já alistados, desertaram antes do embarque. Afinal a 26 de dezembro de 1647 partiu Witte do porto de Goerre com o grosso da esquadra. Pouco tempo depois outros navios zarparam de Texel.

Cada vez se apertava mais o cêrco do Recife. Uma posição holandesa, próxima da cidade, fôra bombardeada durante muitos dias pelos insurretos, com tal intensidade que, peorando a situação dos sitiados, mandaram chamar Schkoppe, ainda ocupando Itaparica. Schkoppe deixou a Baía em princípios de janeiro de 1648, precisamente 9 dias antes da chegada da esquadra portuguesa, composta de 30 velas e ao comando de Salvador Corrêa de Sá. Essa frota viera libertar São Salvador (**), achando-se a bordo dela d. Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila-Pouca, que autorizado assumiu o govêrno da Baía em substituição a Antônio Teles da Silva a quem o rei chamara a Portugal, para dar satisfações aos Estados Gerais.

A armada holandesa em socorro do Brasil fizera uma travessia atormentada, batida de temporais violentos, e conseguira aparecer diante do Recife no dia 18 de março de 1648. Trazia 9 vasos de guerra, 4 hiates e 28 navios

(*) -- Essa carta é conservada nos Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1637-1648.

(**) -- Carta de 9-3-1648 de Schkoppe aos Estados Gerais—Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1647-1648.

transportes cheios de tropas e de víveres (*). Na época da chegada de Witte ao Brasil só dispúnhamos ali de quatro praças : Recife, Paraíba, Rio Grande e Itamaracá.

Conhecedor da eficiência da armada holandesa de Witte não ousara o rei de Portugal se declarar abertamente; contudo não se resolveu a abandonar os insurretos temendo que êles, em desespero de causa, proclamassem a independência da colônia. Enviou, secretamente, ao Brasil, Francisco Barreto de Menezes, com a missão de assumir o comando geral das forças revolucionárias e dar-lhes mais cohesão e eficiência nas operações. Barreto embarcou em Lisboa, numa caravela, mas, em caminho, caíu prisioneiro e foi trazido para o Recife. Conseguiu porém iludir a vigilância dos guardas e evadiu-se, indo se reunir a Vieira que, nessa ocasião, deu um nobre exemplo de grandeza de alma cedendo-lhe, sem suscetibilidades, o comando geral das forças, consoante determinara o rei. Prestou-lhe com devotamentos auxílio e obediência. Foi êsse um dos gestos mais dignos da vida de Vieira, porque, sem dúvida, lhe seria fácil opor-se, à autoridade suprema de Barreto e fazer valer seu direito a essas funções (**).

Resolveu o Supremo Conselho reiniciar sem demora a luta, assim que chegaram os reforços da Holanda, mas parecia conspirar contra nós a roda da sorte. Enquanto há anos um punhado de holandeses pusêra em debandada batalhões inteiros de portugueses, a 19 de abril de 1648, nas proximidades dos montes Guaratapés (***), 4.500

(*) — Ver a carta de 1-4-1648 de De With aos Estados Gerais — Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1647-1648.

(**) — Ver BEAUCHAMP — III, e os autores portugueses. SOUTHEY silenciou esse episódio.

(***) — Num dos montes Guaratapés mandou levantar Francisco Barreto de Menezes uma capela, em ação de graças pelas duas grandes vitórias obtidas pelos pernambucanos contra os holandeses naquele local, uma em 1648 e outra em 1649. Mais tarde, em 1762, os beneditinos transformaram essa capela num templo que ainda hoje se ostenta naquele sítio histórico, verdadeiro baluarte da nacionalidade brasileira. Há nele uma lápide com estes dizeres :

homens de nossas fôrças, comandados por Schkoppe, foram completamente derrotados por 2.400 portugueses dirigidos por Barreto, Vidal e Vieira. Perdemos nesse combate 45 oficiais e 17 bandeiras, além de 470 soldados mortos e 523 feridos. O próprio general Schkoppe recebeu um ferimento grave que por muito tempo o affligiu. Em comparação às nossas, foram pequenas as perdas dos adversários, embora tivessem também a lamentar a morte de um dos seus valentes chefes, o índio Camarão. Motivou principalmente essa derrota o terem se recusado a bater-se muitos dos nossos soldados à falta de pagamento de um mês de soldo em atraso (*).

Explodiram violentas discussões entre o nosso almirante e o Supremo Conselho, em tórno da insuficiência de víveres para as tripulações dos navios, circunstância essa que dera em resultado o insucesso de uma tentativa de ataque à Baía. O almirante para lá se destinara, com o propósito de impedir que a esquadra do comando de Salvador Corrêa de Sá saísse da baía de Todos-os-Santos para reconquistar Angola. Os navios holandeses, porém, só levavam mantimentos para algumas semanas e por

1656 — O mestre de campo general dos Estados do Brasil, Francisco Barreto, mandou em acção de graças edificar assa cista esta Capela e Virgem Senhora nossa dos Prazeres, com evio favor alcançov neste lugar as divas memotaveis victorias contra o inimigo holandez, apmteim em 18 de abril de 1648, em domingo da Paschoella vespora da ditta Senhora a segunda em 18 de fevereiro de 1649 em hva sexta-feira e ultimamente em 27 de janeiro de 1654 ganhov o reciffe e todas as mais prassas que o inimigo pesulho 24 annes.

Anualmente se realisa na igreja de N. S. dos Prazeres a festa da padroeira que atrai milhares de pessoas do Recife e dos arredores, sendo talvez a mais pitoresca festa de arraial que ainda tem lugar em Pernambuco. O povo se aboleta debaixo das árvores e ali faz refeições, toca violões, canta molinhas, dança, bebe, diverte-se à vontade. Era costume antigo cadaromeiro reunir-se de um galho de árvore, desfiliando todos, assim, pelas encostas dos morros, numa espécie de procissão, muito curiosa mas irreverente, porque se homenageava não a Nossa Senhora mas ao Deus Bacho. Entoavam cânticos de louvor ao vinho e à embriaguez. A pedido das autoridades eclesiásticas, segundo conta PEREIRA DA COSTA, no seu *Folclore Pernambucano*, o governo, em 1869, mandou fôrças de cavalaria e infantaria para impedir a realização desse cortejo. Ainda hoje, porém, diga-se a verdade, o Deus Bacho continúa a ser bastante reverenciado nessa festa dos Prazeres. — (N. do T.).

(*) — Veja-se o detalhado relatório desse caso enviado pelo Supremo Conselho aos Estados Gerais em 22 de abril de 1648 (Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1647-1648).

isso se viram forçados a regressar, sem nada ter conseguido, não obstante haverem dias antes se apoderado dos fortes de São Bartolomeu e Rosário, perto de São Salvador, cujas cercanias hostilizaram.

A frota portuguesa, tendo escapado da de Witte, prosseguiu calmamente sua rota, em demanda da costa da África, e em outubro reconquistou Angola e São Tomé. Reclamaram os Estados Gerais junto ao embaixador de D. João IV contra êsse ataque às possessões africanas, mas Coutinho, como sempre, ia procurando novos pretextos afim de frustrar ou demover quaisquer negociações em tôrno das lutas no Brasil. As notícias dessa reconquista de Angola e São Tomé provocaram reações no povo, em Haia, tendo o embaixador de Portugal sofrido, pela segunda vez, ameaças na sua própria residência. A guarda do príncipe de Orange, ainda desta vez, protegeu-o.

Nessa época, o rei de Portugal, atendendo às solicitações de seus súditos no Brasil, e para proteger o comércio português, consentiu na formação de uma Companhia Portuguesa das Índias Ocidentais, à semelhança da dos holandeses, e sob o título de *Companhia Geral do Brasil*. (*Companhia geral para o Estado do Brasil*). Sobressaltados pela organização dessa empresa, os Estados Gerais autorisaram às Companhias das Índias Ocidentais e Orientais "praticar o côrso e hostilidades, por direito de represálias, contra os portugueses, em qualquer zona dos limites de suas possessões em que os encontrassem". (*) A trégua européa foi mantida, mas o rei João, temendo as manifestações de desgosto do povo holandês contra Coutinho, fê-lo regressar a Portugal em agosto de 1649.

Nesse interim, a 19 de fevereiro de 1649, nossas forças de terra, com um efetivo de 3.510 homens, coman-

(*) — Resoluções dos Estados Gerais de 19 e 23 de Janeiro de 1649 (Arquivos do Reino).

dados pelo coronel van den Brinck, (por estar Schkoppe ainda em tratamento) sofriam nova derrota, batidas pelos portugueses, sob o comando de Barreto, Vidal e Vieira, no mesmo local do revés do ano anterior: os montes Guararapes. Pereceram nessa batalha o coronel Brinck e 92 oficiais, além de 864 sub-oficiais e soldados também mortos. Caíram prisioneiros 89 dos nossos soldados e perdemos toda nossa artilharia de campanha (95). Essas enormes perdas, desproporcionadas para o pequeno número de tropas presentes a êsse combate, provam quanto êle foi encarniçado, constituindo mesmo o golpe mortal no domínio holandês no Brasil.

Essa estrondosa vitória animou ainda mais o entusiasmo dos portugueses, enquanto no Recife levava ao extremo o desencorajamento e as dissensões entre os chefes militares e civis. Um dos altos-conselheiros, van Beaumont, o coronel van den Brande (que se distinguira tanto contra Roxas, em 1636), e o coronel Houthain solicitaram licença e regressaram à Holanda (*).

Fez With vãos esforços para ajudar com sua experiência os membros do Supremo-Conselho e, para convencê-los a fornecer-lhe viveres necessários aos seus navios, o que aliás era impossível, pois os armazens estavam vazios. Exasperado com os obstáculos oferecidos às suas operações, e convicto de que nada poderia mais fazer para melhorar a situação, embarcou a 9 de novembro de 1649 e regressou com dois navios à pátria, independente de autorização do Supremo-Conselho (96). À sua chegada na Holanda foi imediatamente prêso pelos Estados-Gerais às ordens do príncipe. Essa detenção deu margem a fortes discussões entre os Estados-Gerais e os Estados da Holanda, pretendendo estes últimos ser o assunto de sua competência, nada tendo com êle os Estados-Gerais. Durou bastante essa polêmica, sendo

(*) — Carta de 29 de abril de 1649 do Conselho Supremo nos Estados Gerais. Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1649).

necessário que o Stadhouter Guilherme II lhe pusesse termo. Sòmente depois da morte do príncipe, De With foi solto (97).

A primeira frota organizada pela *Companhia Portuguesa do Brasil*, sob o comando de Pedro Jaques de Magalhães, chegou à Baía no comêço de 1650, conduzindo a essa província um novo governador-geral, o Conde de Castel-Melhor. Êle devia substituir o Conde de Vila-Pouca, chamado ao reino para dar satisfações aos Estados-Gerais, por haver êle prestado ostensivo auxílio à insurreição, contra as ordens do soberano. Mas, na Holanda já se sabia o que pensar acêrca dessas atitudes do rei, e, também, não se ignorava a situação precária da colônia a exigir pronto e poderoso socorro. Não obstante forte opposição por parte de grande número de províncias (notadamente a Frisia) resolveu-se preparar uma nova expedição, sobretudo por estar prestes a expirar o prazo do armistício. O rei d. João IV, a quem essa expedição causava vivos temores, enviou em setembro de 1650 um outro embaixador a Haia, Antônio de Souza Macedo, com a missão de entabular negociações de paz, mas sòmente em março de 1651 êsse representante de Portugal foi recebido em audiência da Suprema Assemblêia dos Estados Gerais (98). O embaixador principiou sua exposição queixando-se da demora em ser admitido naquela Assemblêia, e, em seguida, fez as seguintes declarações: O rei de Portugal encontrava-se impotente para compêlir os insurretos do Brasil a se submeter ao domínio nerlandês, porém estava disposto a oferecer à Companhia uma indenisação de 8.000.000 de florins, bem assim mais 800.000 florins à província da Zelandia, a mais prejudicada com a perda da colônia (*); seria outrossim facultado à Companhia o comércio no Brasil com um certo número de navios e, também, se

(*) — Essa província fôra sempre a mais interessada no comércio com o Brasil e, mais tarde, com a Gufana.

Ihe concederia o comércio do sal em Setubal, Portugal. Os Estados-Gerais, no entanto, julgando que a missão do embaixador português se prendia a condições de *integral restituição* do Brasil, recusaram aceitar as propostas que lhes eram feitas. Fizeram sentir ao embaixador que êle e todos os portugueses atualmente residindo no sólo nerlandês deveriam deixar êsse território o mais cedo possível. O representante da Nerlandia, em Portugal, havia sido chamado e as hostilidades iriam recommençar de parte a parte. “As Companhias das Índias Ocidentais e Orientais foram autorizadas a atacar os portugueses não sòmente na Europa como nas colônias (*).

Teria sido fácil, é certo, à poderosa Neerlandia aniquilar completamente as fôrças de Portugal que, por assim dizer, renascia, mas foi precisamente a pujança e o constante desenvolvimento de nosso comércio marítimo e de nossa navegação⁽⁹⁾ que provocaram uma atitude bélica da Inglaterra, contra nós, guerra essa que não se prolongou, é verdade, porém nem por isso deixou de nos ser bastante prejudicial. Nessa época, estava à frente do govêrno inglês o general Cromwell e se tornava preciso toda a capacidade militar do célebre Johan de With, Conselheiro-Pensionista da Holanda, para resistir a tão temível adversário. Todos os nossos recursos navais eram apenas suficientes para conter o inimigo distanciado de nossas costas e, daí, a impossibilidade de se preparar uma nova expedição para o Brasil.

Os sitiados do Recife viam dia a dia diminuir seus já escassos elementos de resistência. Tornava-se extrema essa situação. De nada lhes valia continuar senhores do mar porque há muitos meses não vinha um só navio da Europa. Pelo lado de terra todos os caminhos lhes estavam fechados. Várias vêzes enviaram emissários ou escre-

(*) — Diversas resoluções dos Estados Gerais de Amsterdã, abril e maio de 1651 (Arquivos do Reino). Ver também WAGENAAR — XII, pgs. 200-205.

veram cartas reclamando socorros da Holanda (*). Em junho de 1653 o próprio Michiel van Goch, membro do Supremo-Conselho, embarcou para lá com o fito de pedir às autoridades que, na hipótese de não ser possível virem em auxílio da colônia angustiada, mandassem alguns navios para repatriar os poucos patrícios que ainda se encontravam no Brasil, porquanto embora ainda ocupassem ali um litoral de cêrca de tresentas milhas de extensão, ninguém se arriscava a dar um passo para o interior. E ia faltando tudo.

O antigo representante neerlandês em Portugal, Wouter van der Houve e Gysbert Rudolphy, advogado da Companhia das Índias Ocidentais, enviados a Lisboa, em missão extraordinária, no decorrer do ano de 1653, esforçaram-se para conseguir firmar com d. João IV um tratado de paz. Eles pediam apenas a conservação da posse do Recife, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Ceará, bem assim a liberdade de religião e de comércio no Brasil; e em troca o porto do Recife ficaria aberto aos portugueses (**). Rejeitou o rei essas propostas; no fim desse mesmo ano, uma poderosa frota, pertencente à Companhia Geral do Brasil, deixava o Tejo, sob o comando do almirante Pedro Jaques de Magalhães e com Brito Freire como vice-almirante (***). Essa frota apareceu diante do Recife a 20 de dezembro e ali fundeou. Trazia 60 navios e foi acolhida por aclamações dos insurretos que desde êsse momento se consideraram definitivamente vitoriosos, visto não estarem mais os holandeses senhores do mar. Desembarcaram sem demora as tropas e começaram o ataque. Com indescritível bravura o general Schkoppe defendeu por algum tempo as fortificações exteriores, mas teve de recuar para o Recife, onde

(*) — Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ., 1651, 1652 e 1653.

(**) — Várias notas diplomáticas e cartas nos Arquivos do Reino — Maço Índ. Occ., 1653. Veja-se também WAGENAAR — XII, pgs. 190-385.

(***) — Êsse vice-almirante é o autor de um dos melhores livros portuguezes a respeito da guerra holandesa no Brasil.

a consternação atingira ao auge, desaparecendo a disciplina e a calma. Em vão procurou Schkoppe restabelecer a coragem e a ordem, mas a 26 de janeiro de 1654, teve de capitular, entregando o Recife aos portugueses.

Os fortes de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba, ainda guarnecidos por holandeses, e também a ilha de Fernando de Noronha, foram incluídos nas condições da capitulação. Informada a tempo dessa rendição a guarnição da Paraíba embarcou com toda a artilharia e munições de guerra e regressou à Holanda. A capitulação obedeceu às seguintes condições: A cidade e todas as fortificações seriam imediatamente restituídas ao rei de Portugal, com toda a artilharia e munições. A guarnição, composta de 1.200 homens, sairia com armas e bagagens, mas, em seguida, entregaria essas armas que só lhes seriam de novo entregues na ocasião do embarque para a Holanda. Era concedida ampla anistia aos portugueses e judeus que tinham tomado o partido dos holandeses, bem como a outras pessoas não católicas, que permanecessem no Brasil, onde seriam tratadas da mesma maneira que em Portugal (cláusula a encobrir um subterfúgio digno da intolerância religiosa daqueles tempos) (*).

Os índios, os negros e os mulatos gozaram também dessa anistia, sendo-lhes negado apenas as honras militares. Para voltar à Europa seriam embarcados todos os holandeses, parte em navios de sua pátria e parte nos de Portugal. O navio que conduzisse o general Schkoppe seria armado com 20 canhões de bronze. As outras embarcações receberiam apenas pequenos canhões de ferro ficando o resto da artilharia, 260 peças, em poder dos vencedores. Os holandeses que houvessem se casado com portuguesas poderiam levar suas mulheres caso elas o quisessem; outrossim era-lhes permitido transportar os seus bens. Consentia-se-lhes também uma demora de

(*) — Hoje quasi não existem judeus no Brasil.

3 meses, no Recife, para poderem de melhor modo regularizar seus interesses; durante êsse tempo não sofreriam nenhum vexame, sendo tratados com toda cortezia e o maior respeito. (*Met groot respect ende cortoisie*) (*).

A 27 de janeiro, Vieira, na qualidade de comandante da vanguarda do exército vencedor, tomou posse da cidade e das fortalezas; logo no dia seguinte os outros chefes portugueses, Vidal e Barreto, fizeram sua entrada solene no Recife. Partiu a 3 de fevereiro para Portugal o chefe Vidal, afim de levar pessoalmente a boa notícia ao rei. Mais tarde seguiu igualmente Vieira para lá e, ao chegar, foi cumulado de honras, tendo sido nomeado conselheiro de guerra, capitão-general e governador de Angola. Uma bula do papa Inocêncio X concedeu-lhe o título de Restaurador da Igreja na América. Realmente não eram exageradas essas recompensas aos serviços dêsse extraordinário homem que o Brasil pode elevar com orgulho ao nível dos seus maiores cidadãos.

Ao chegarem à Holanda, Schkoppe, Schonenborch e Haecxs foram presos sob a acusação de haverem mal administrado a colônia, seguindo-se longo inquérito que, como o de With, deu margem a dissensões entre os Estados Gerais e os Estados da Holanda a respeito da competência dos juizes. Por fim Schkoppe e os companheiros foram absolvidos (**). Todavia a opinião pública continuou a condená-los e a julgá-los com a maior severidade (***). Entretanto não fôra por falta de reclamações suas que a Companhia os deixara na colônia desprovidos de soldados e de víveres, pondo-os numa situação impos-

(*) — A cõpia autêntica dessa capitulação existe nos Arquivos do Reino (Maço Ind. Occ., 1654); ella foi impressa com o título "Accord van Brazilien" — Amsterdam, 1654 e se encontra na Bibliotheca Real de Haia. AITZEMA reproduz por extenso dêsse termo de capitulação.

(**) — Os relatórios de Schkoppe e dos Conselheiros Schoonenborch e Haecxs sobre a rendição do Recife são conservados nos Arquivos do Reino (Maço Ind. Occ., 1654) e se reproduz na íntegra (apêndice, pg. 111).

(***) — Nessa época appareceram vários panfletos civados de invectivas contra elles. Alguns se acham na Bibliotheca Real de Haia.

sibilisadora de recursos para dominar a insurreição. Os portugueses no Brasil estavam, por sua vez, impelidos por duas paixões: a da independência e a da religião. Contra adversários dessa natureza quaisquer esforços se anulariam. Tivemos exemplo disso na luta de 80 anos da Holanda contra a Espanha, naquela época a mais poderosa monarquia da Europa.

Meses após a perda do Brasil, as Províncias Unidas assinaram a paz com a Inglaterra, de modo a lhes ser possível dirigir então todas as suas forças contra Portugal. Nós não nos achávamos, propriamente, em estado de guerra com esse país, porquanto o rei d. João IV, falecido em 1656, e seu sucessor Afonso VI sempre consideraram a insurreição pernambucana como um movimento alheio à vontade do reino, mas o armistício de 1641, aliás pouco respeitado de parte a parte, há muito já expirara. Uma das cláusulas desse armistício estipulava não devia ser êle senão um prelúdio à conclusão de uma paz definitiva. Destá fôrma, os Estados-Gerais, cansados de suportar essa prolongada duplicidade por parte do rei de Portugal, prepararam, em 1657, uma esquadra às ordens dos almirantes van Wassenaar e Ruyter, com a missão de ir a Lisboa ditar aquela paz, sob condições, entre as quais estaria a da restituição do Brasil holandês, de São Tomé e de Angola. O rei Afonso VI fez perder-se um tempo precioso com negociações e por sua vez ofereceu propostas inaceitáveis. Nesse interim haviam surgido complicações entre a Suécia e a República, exigindo a presença de nossa esquadra no Báltico, pelo que regressou de Lisboa a frota dos Estados Gerais. Pouco tempo depois abriram-se novamente hostilidades contra Portugal. Pretendia-se, sobretudo, atacar as Índias Orientais.

Cuidava-se desse plano quando, a 6 de agosto de 1661, um tratado de paz foi firmado entre os Estados Gerais e o embaixador de Portugal, Henrique de Souza

de Tavares da Silva, Conde de Miranda. Os holandeses, nesse interim, já se tinham apoderado da importante ilha de Ceilão e de Négapatnam na costa de Coromandel. A exemplo do que já se dera em 1641, por ocasião do armistício de 10 anos, o rei de Portugal demorou bastante em ratificar êsse tratado, de modo que ao ser publicada a ratificação nossas tropas haviam tomado também Cochim e Cananor. Foram estas as condições de paz propostas hâbilmente por De With: Liberdade ampla de navegação e de comércio, em todas as possessões portuguezas, inclusive o Brasil⁽¹⁰⁰⁾, e na África (exce-tuado o pau-brasil). Em todas essas possessões os holandeses teriam também liberdade de culto. Toda a artilharia encontrada no Recife, por ocasião da capitulação, seria restituída e, ainda, Portugal pagaria às Províncias Unidas uma indenisação de 8 milhões de florins em dinheiro ou em produtos das suas colônias (*).

(*) — O original dêste tratado está no Arquivo Real. A cópia do mesmo é encontrada em AITZEMA e no *Hollandsche Mercurius* — 1661.

CONCLUSÃO

Julgamos haver nos desobrigado conscienciosamente da tarefa de oferecer um resumo histórico do domínio holandês no Brasil e das causas que nos ocasionaram a perda dessa bela terra. O Brasil continuou, desde aquella época, até 1821, a ser uma colônia de Portugal.

Não foi mais feliz com suas outras possessões a Companhia das Índias Ocidentais. A Nova-Neerlandia (*Nieuw-Nederland*) que, de 1640 a 1660, atingira a um alto grau de prosperidade, sob a inteligente administração do diretor-geral Pieter Stuyvesand, e que, no conceito dos próprios Diretores da Companhia, "por sua importância valia os tesouros das Índias Orientais", foi-nos tomada, em plena paz, pelos ingleses, sorte que vieram a ter também Tabago, São Eustáquio e algumas praças da Costa do Ouro na Africa. Ao ser firmada a paz de Bréda, em 1667, cedemos definitivamente a Nova-Neerlandia à Inglaterra. Contudo, havíamos sido de algum modo compensados dêsse prejuízo com a conquista do Surinam, efetuada nesse mesmo ano pelo capitão Crynsen. Santo Eustáquio foi reconquistado, enquanto Saba e San Martín tornavam-se nesse tempo possessões neerlandesas. Êsses quatro territórios, bem assim as ilhazinhas de Curaçáo, Aruba, e Bonaire, e o forte de São Jorge d'Elmina, na costa do Ouro, eis tudo quanto nos resta hoje das grandes conquistas da Companhia das Índias Ocidentais.

Nossos antepassados, infelizmente, não souberam olhar com o merecido carinho para essas possessões da América, muito embora os golpes que iam sofrendo, um após outro, nesse hemisfério, devessem tê-los posto de alerta. Si não os tivesse cegado a crescente prosperidade nas Índias Orientais, por certo lhes teriam sobrado energias para defender suas colônias do Novo-Mundo.

A Companhia das Índias Ocidentais que, pela situação geográfica de suas possessões, se vira forçada a sustentar tantas e custosas guerras, nunca fôra suficientemente amparada, resultando daí o agravamento de sua situação financeira, a tal ponto que em 1674 foi declarada em falência. Organizaram uma outra empresa que deveria principiar suas operações em 1675, de acôrdo com uma concessão obtida por 25 anos. A dívida da Companhia, então vultosa, ficou diminuída de 30 % e o capital dos acionistas de 15 %. Os dividendos distribuídos desde essa época, nunca ultrapassaram o limite de 10 %; aconteceu até ter sido em 1728 apenas de 3 %. Aquela concessão teve sucessivas prorrogações, de 25 em 25 anos, até 1791, após uma moíina existência de mais de um século, sendo, afinal, supressa por proposta do Conselheiro-Pensionista van de Spieghel. O comércio, então, tornou-se livre para todos os neerlandeses e em todas as colônias holandesas das Indias Ocidentais.

Essa liberdade de comércio contribuiu eficazmente para aumentar a prosperidade das colônias neerlandesas das Índias Ocidentais, notadamente na de Demerary, (hoje pertencente à Inglaterra), a qual produziu, já no ano de 1794, o duplo do que produzira nos anos mais favoráveis da Companhia das Índias Ocidentais. (*) Não teve, infelizmente, duração êsse estado florescente, porque a revolução francesa até 1815, causou completa paralização em todos os ramos do comércio neerlandês. Tomaram-se várias medidas no propósito de restabelecer o comércio e de incentivar a indústria nos Países-Baixos; uma delas foi a organização, em 1828, de uma *Sociedade das Indias Ocidentais* (*West-Indische Maatschappij*) sob bases muito diversas das duas empresas dos séculos anteriores: não havia privilégio de comércio. Tinha essa Companhia por finalidade principal o desenvolvi-

(*) — VAN DE SPIEGHEL — *Nadenking van een Staatsman*, (Reflexão de um homem de Estado) — pag. 53.

mento das relações comerciais dos Países-Baixos, sobretudo de Amsterdam, com as ilhas das Índias-Ocidentais e da América Central, bem assim a incrementação da indústria e do comércio em Curaçáo. Não deu porém essa Sociedade frutos de monta e não se sabe ao certo si suas cartas-patentes, que expiraram em 1853, foram prorrogadas. Seu êxito foi, assim, menor que o da antiga Companhia das Índias Ocidentais.

Esta, como já vimos, não lograra ser tão feliz nos seus empreendimentos, nem na conservação das colônias, quanto a sua co-irmã, a Companhia das Índias Orientais. Entretanto, devemos sempre lembrar, reconhecidamente, sua existência, porquanto cooperou, notadamente no século XVII, na obra da grande expansão do nosso comércio e da nossa navegação, e no combate ao poderio de nossos inúmeros inimigos.

NOTAS

(1) — *Prefácio.* O título do periódico no qual estas páginas históricas já apareceram, em grande parte, é: *Monitor das Índias Orientais e Ocidentais, resumo de memórias e descrições científicas e industriais, de notícias e fatos importantes concernentes às possessões neerlandesas da Asia, e da América, publicado sob os auspícios de S. A. R. Senhor Príncipe Henrique dos Países-Baixos com a cooperação de vários Membros da Sociedade das Artes e Ciências de Batávia* — pelo Barão P. Melvill de Carnbee, Haia, Editores Belinfante Frères. Essa publicação fôra fundada em 1846, pelos srs. Von Siebold e Melvill, mas de 1847 em diante obedeceu à direção apenas do sr. Melvill. Era escrita em francês e, por isso, constituiu excelente meio de defesa dos interesses holandeses no estrangeiro contra os constantes ataques da imprensa inglesa à política colonial da Holanda. O *Monitor das Índias*, durante os seus 3 anos de vida, ofereceu, além dos seus três alentados volumes in-4º, uma série de belos mapas de quasi todas as colônias dos Países-Baixos, organizadas pelo Barão Melvill, um dos mais illustres oficiais da marinha holandesa.

(2) — *Prefácio.* Há muitos anos o Brasil representava-se diplomaticamente na Holanda apenas por um cônsul-geral, que residia em Bruxelas. Em 1851, porém, se dignou S. Magestade o Imperador de nomear um encarregado de negócios em Haia, recaindo a escolha no sr. Joaquim Caetano da Silva, homem muito erudito.

(3) — *Prefácio.* A obra de O' CALLAGHAN — *History of New-Netherland* foi composta, principalmente, em face dos dados que o sr. Brodhead, membro da Sociedade de História de Nova York, e mais tarde secretário da legação dos Estados Unidos em Londres, colheira nos Arquivos de Haia, em 1839. O sr. Brodhead, atualmente, está escrevendo uma história da Nova Neerlândia.

(4) — Esse nome de rio das Amazonas, ou também de rio de Orellana, foi-lhe dado em 1540 por Orellana, companheiro de Pizarro. Ele descera o rio desde as suas nascentes, que ficam no Perú, até a foz. Tendo visto, durante a viagem, algumas tribus de índios imberbes, tomou-os por mulheres guerreiras, do que resultou as mais absurdas histórias. (HARTSINCK — I, pg. 131; RAYNAL e HERRERA).

(5) — “Depois esse nome foi mudado no de Brasil por causa da abundância de pau-brasil que havia nessa região . . .” Essa frase à primeira vista parece contraditória e, no entanto, é rigorosamente exata. O pau-brasil já era conhecido muito tempo antes da descoberta do Brasil. Era uma espécie de madeira côr de braza ou

carvão ardente (em espanhol e portuguez — *brazo*). Velhos documentos de importação em Ferrara, no século XII, aludem a carregamentos de *brasile*. Os franceses transformaram essa palavra em *brésil* e, quando vieram a ter possessões na América do Sul, encontrando nelas muita madeira dessa qualidade, mudaram o primitivo nome de Terra da Santa Cruz para o de Terra do Pau-Brasil, ou de modo mais curto, Brasil. Nas cartas antigas encontra-se sempre a denominação: Terra do Brasil.

(6) — Achamos útil dar aquí alguns informes a respeito dêsse homem eminente a quem, por engano, VAN KAMPEN chama de Usselius, em sua *Nederl. buiten Europa*, mas cujo verdadeiro nome é Usselinx com o qual appareceu frequentemente no correr desta narrativa. Nasceu êle em Anvers, porém se estabeleceu na Holanda, ora em Middelbourg ora em Amsterdam. Encontramos inúmeros fatos com êle relacionados, ao consultar vários livros holandeses, sobretudo nas memórias que deixou e estão guardadas nos Arquivos do Reino. Verifica-se dessas antigas páginas que, durante meio século, de 1592 a 1644, êle se revelou um esclarecido conselheiro em todas as questões de comércio concernentes às Índias Orientais e Ocidentais. As memórias e brochuras que publicou em muitas ocasiões a propósito do comércio das Índias Ocidentais, eram de um tal interêsse que, em 1608, os Estados Gerais lhe concederam por um dêsse trabalhos um prêmio de mil florins, soma essa avultada para aquella época.

Fôra, como êle próprio declarou em uma de suas cartas aos Estados Gerais, "o fundador e o promotor da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621" e ve-lo-emos, na 4.ª parte de nossa obra, em 1644, aliado aos que mais se esforçaram por uma prorrogação da concessão da Companhia ou pela sua reunião à das Índias Orientais.

Não poderemos enaltecer bastante os méritos dêsse notável homem, apenas queremos lembrar aos leitores holandeses ter tido Usselinx um eloquente panegirista no autor de um bellissimo livro de memórias históricas a respeito da Nova-Neerlândia (New York), apparecidas nos números do *Cids*, de Novembro de 1848 e junho de 1849. Lamentamos que, para o interêsse da ciência, êsse consciencioso escritor, Sr. Berg van Dussen-Muilkerk, não haja continuado essa valiosa obra.

(7) — Essa expedição, sob as ordens de van der Does, era realmente poderosa e somente fracassou devido às inclemências do clima de São Tomé. Os navios achavam-se perfeitamente equipados e armados, contando-se entre elles o maior barco até então saído dos estaleiros holandeses, de 500 *lasts*. O general em chefe, Pieter van der Does, senhor de Rinsaterwoude e general de artilharia, era dotado de intelligência e coragem. Seu pai fôra o heróico defensor de Leyde, contra os espanhóis, em 1574. (Para conhecer por-

menores dessa expedição leia-se VAN METEREN, livro 21, fl. 2 e PIETER BOR — IV, pg. 565, 570, etc.).

(8) — Encontra-se a narrativa da fundação dessas duas pequenas colônias pelos holandeses, às margens do Amazonas, à página 206 do 1.º volume da célebre obra de HARTSINCK, *BESCHRIJVING VAN GUIJANA*, e em BENOIT, *Viagem a Surinam*, Paris — 1839 (Esta obra é esplendidamente ilustrada por Madou e Wauters).

A respeito da sorte desses primeiros estabelecimentos à margem do Amazonas nada podemos dizer com segurança; nenhum historiador holandês a elas se refere. Achamos apenas em dois livros portugueses estas indicações: "Em 1616, o capitão português Castelo Branco foi mandado pelo governador do Maranhão para expulsar os holandeses que queriam se estabelecer às margens do Amazonas". (*Compêndio das éras da província do Pará*, por BAENA, Pará, 1838).

No outro livro a que aludimos há este tópico: "Em 1616 tendo os holandeses fundado à margem norte do rio Amazonas algumas colônias, de onde faziam vantajoso comércio com os indígenas, Caldeia, governador do Pará, mandou o sub-tenente Pedro Teixeira a combatê-los. Esse militar foi bem sucedido nessa empresa, tendo incendiado um navio holandês cuja artilharia foi remetida para Belém, capital do Pará." (*Sinópsis ou dedução cronológica*, pelo general ABREU LIMA, Pernambuco, 1845).

Vê-se, portanto, que um desses estabelecimentos, si não os dois, foi destruído em 1616.

(9) — Essa frota, denominada *A Nassau*, composta de 11 navios, partiu em abril de 1623 da Goerée. Suas cartas de prego que não deveriam ser abertas senão em alto-mar, ordenavam-lhes fôsem à procura da *esquadra da prata* que estava a caminho da Espanha, apresando-a. Não o conseguindo, deveriam tentar um ataque contra o Chile ou capturar os galeões espanhóis que, ricamente carregados, viajavam todos os anos de Manilha para o Panamá. Durante a viagem, libertaram alguns escravos das mãos dos piratas algerianos e, após uma viagem pouco favorável de 9 meses, durante a qual tiveram de lutar contra o escorbuto e outras doenças, atingiram o estreito de Le Maire, que, desde sua descoberta, não havia sido mais transposto por nenhum navegador holandês. Realisaram-se vários ataques contra o Chile e o Perú, sem êxito; toda a costa estava bem guarnecida e a esquadra não appareceu de surpresa. Apoderaram-se apenas de Guaiquil e incendiaram-na. Algum tempo depois morreu o almirante L'Hermite, sendo substituído pelo bravo e famoso Witte Corneliszoon de With. Em janeiro de 1625 De With chegou, com os seus navios, às ilhas Ladrões; voltou a Texel em junho de 1626.

(10) — O verdadeiro nome dêsse herói é, conforme aqui o damos, Pieter Pieterszoon Heyn, ou então, como vemos mais adiante pelo fac-símile de sua assinatura: Pieter Pietersz Heyn. E', no entanto, mais conhecido na Holanda pelo seu nome abreviado de Piet Heyn, fórma que adotaremos dora em diante. (Piet é geralmente empregado como simplificação de Pieter). Frequentemente encontraremos nesta narrativa nomes terminados em *zoon*, cujo significado é de "filho". Assim Pieterszoon quer dizer *o filho de Pieter*; Hendrikszoon: *o filho de Hendrik*, etc., etc.

(11) — Empregamos todas as vèzes a palavra "coulevrines" para traduzir a expressão "gotelingen" dos originaes holandeses, e essa é a antiga denominação das peças de ferro fundido que lançavam balas de 2 ½, 3, 4, 6 ou 8 libras. As grandes bôcas de fogo, de ferro, eram de 8 a 12 libras, enquanto as de bronze costumavam ser de 18 a 24 libras. (DE JONGE — I, pg. 398).

(12) — Conservámos no antigo idioma holandês os nomes dos navios, mas para nossos leitores estrangeiros daremos aqui a sua tradução (*):

Hollandia	Denominação latina da província da Holanda.
Zeelandia	Id., id., de Zelandia.
Gêldria	Id., id., de Gueldre.
Provincie van Utrecht	Província de Utrêcht.
Eendracht	União.
St. Christophel	São Cristóvam.
De Hope	A Esperança.
Nassau	Nassau.
De 4 haynskinderen	Os 4 filhos de Aymon.
Overijssel	(Uma das 7 províncias).
De Haen	O Galo.
De Tijger	O Tigre.
't Gulde Zeepaert	O cavalo marinho de ouro.
Post-paert	O cavalo de posta.
De Neptunus	Netuno.
De Oragnien-boom	Laranjeira.
't Jacht de Zee — Jaeger	Hiate Caçador do mar.
't Jacht de Haesewindt	Hiate Galgo.
De Samson	Sansão.
De oude roode Leeuw	O velho leão vermelho.
Groningue	(Uma das 7 províncias).
De Sterre	Estrela.
St. Marten	São Martinho.
't Jacht de Vos	Hiate A Raposa.

(*) — Fizemos também a tradução dêsses nomes para o português. — (N. do T.).

O Gêldria, acima mencionado, não se encontra na lista dada por LAET, à pg. 7, mas parece estar compreendido no total de unidades e na narrativa do ataque a São Salvador; faz-se mesmo menção dêsse navio à página 13 do seu livro.

(13) — O bispo do Brasil, assim chamado por ser o único existente então na colônia, é denominado, por engano, por quasi todos os historiadores, *arcebispo*.

(14) — Lemos no *Istoria delle guerre del Regno del Brasile*, do Padre SANTA TERESA, que, nessa época, só existiam em São Salvador 80 homens de tropas regulares e 2.000 voluntários, estimativa adotada por FERNANDO DÉNIS em seu *Resumo de História do Brasil* (*Resumé de l'Histoire du Brésil*). Êsses voluntários teriam desertado antes mesmo da chegada dos holandeses. E' provávelmente falso êsse episódio e decerto visou diminuir a glória dos vencedores. Louvamo-nos nos dados oferecidos por Laet, a nosso ver mais verosímeis, tanto mais quanto um relatório oficial dos Diretores da Companhia, dirigido em 1.º de novembro de 1624 aos Estados Gerais (e que se encontra nos Arquivos do Reino), as fôrças do inimigo, por ocasião do ataque, eram avaliadas em 1626 homens ao todo. SOUTHEY também confirma êsse total.

(15) — Para se ter minudências dêsse feito d'armas convém ver VAN KAMPEN, *Nederl. buit. Europa* — I, pgs. 300 a 303, *Leeven en Daaden der doorluchtigste zeehelden*, pgs. 482 e seguintes; DE LAET — pgs. 12-17; ENGELBERTS GERRITS — I, pgs. 264-270; RAYNAL — livro IX; WAGENAAR — XI; *Nederlandsche reizen* — XIV, pgs. 1-8 e SOUTHEY — pgs. 479-486. Nessas obras colhemos de preferência os pormenores que estão de perfeito acôrdo com o relatório oficial a respeito dêsse feito militar dirigido aos Estados Gerais pelos diretores Koenraats e Jacobson, membros da Assembléja dos XIX. (Arquivos do Reino — Maço Índias Ocidentais — 1623-1629).

Causará talvez extranheza que êsses mesmos portugueses, tão decididos, mais tarde, em nos combater no Brasil, houvessem se submetido tão rapidamente aos holandeses em 1624. Talvez explique êsse contraste de atitudes a circunstância de detestarem de tal modo os portugueses o despotismo espanhol que preferiam, naquela época, o domínio holandês. Readquirida depois a independência (1641), e sendo outra a situação de Portugal, defenderam com maior calor e bravura a sua terra.

(16) — Em cada navio existia um corneteiro que, por ocasião das manobras e dos combates, permanecia ao lado do comandante para transmitir-lhe as ordens. Parece que nessa época se dava grande importância a êsse pôsto, porque vimos no *Gesch. Nederl*

Zeewezen, de M. DE JONGE — I, pg. 400, ser de 20 florins mensais o ordenado de um corneteiro, o que constituía uma remuneração bem alta.

(17) — E' como se expressa LAET: “por um sentimento de irrefletido orgulho, sem visar com isso obter a melhor vantagem para seu soberano”. Vemos, também, na *História do Brasil*, de BEAUCHAMP — II, pg. 16, e em Padre SANTA TERESA, pg. 60, que esse governador se defendeu por muito tempo dentro do palácio e não se rendeu senão quando lhe permitiram sair dali livremente. Encontramos esse fato assim consignado, no *Resumo da História do Brasil*, de DÉNIS, Paris, 1826, pg. 93. Lê-se, no entanto, em outro autor “Foi assim contra as leis da honra que ele foi levado para o navio capitânea como prisioneiro”. Não é necessário demonstrar a falsidade dessa afirmativa, não confirmada por nenhum historiador holandês e que SOURHEY desmente de modo formal. Senhores de toda a cidade, os holandeses não iriam certamente impor essa condição ao governador, e si tal houvera acontecido, Willekens e Piet Heyn manteriam a palavra dada. Em todas as épocas os nossos antepassados praticaram religiosamente essa virtude.

Não invocaremos nunca na nossa narrativa a obra de DÉNIS por estar repleta de erros, bem assim uma outra obra estrangeira intitulada *História do Brasil*, traduzida do inglês, de ANDREW GRANT, São Petersburgo, 1811. Para dar uma prova do critério desses historiadores releva citar estes exemplos: Êsses dois livros, falando de Piet Heyn, dizem: — “Pieter Haynes, inglês, mais conhecido como o almirante Pedrid!!!”. Aludem ao segundo ataque de Piet Heyn a São Salvador como a um fato acontecido em 1626, e ao aprisionamento da frota como se tendo verificado em 1627, quando ambos os feitos tiveram lugar um ano mais tarde. (O Padre SANTA TERESA cometeu os mesmos enganos).

A obra de ANDREW GRANT, entre outras informações errôneas, dá a conquista de São Salvador a data de 20 de fevereiro de 1626, ao invés de 1.º de maio de 1625, etc., etc.

(18) — Ele a principio rumou às costas da África, onde conseguiu algumas vantagens em Angola: juntou-se, às margens do rio Congo, à esquadra do almirante Van Suylen, e regressou ao Brasil novamente. Ali fez uma tentativa, aliás inútil, para se apoderar da pequena vila de Espírito-Santo, e apresou alguns navios espanhóis. Tendo sabido da retomada de São Salvador pelos espanhóis (maio de 1625) voltou à metrópole e chegou a Texel em junho desse mesmo ano.

(19) — Quando a Companhia das Índias Ocidentais preparava uma grande frota concedia, geralmente, ao seu comandante,

o título de *General*, o qual tinha sob suas ordens um almirante e um vice-dito. Em cada frota da Companhia, por menor que fôsse, um dos comandantes de navios usava o título de "Comendador" ou Almirante, e um outro o de Vice-Almirante. Esses postos concedidos pela Companhia, com aprovação dos Estados-Gerais, eram de todo independentes das patentes conferidas por atos do governo aos oficiais a serviço do Almirantado do Estado. Veremos, para exemplo, no desenrolar desta narrativa, que Pier Heyn, distinguido várias vezes pela Companhia com o título de General e de Almirante, foi nomeado em 1628 Tenente-Almirante ao serviço do Estado.

(20) — O texto holandês é este: "*omdat d'zelve seldom om reedt om de werken te besichtigen, ofte andere saecken daar ten hoogsten aan ghelegghen was te versorghen; ende als hy 't sewe somtyds dede, son gaf de soldaten kleynen moedt, haar met quade woorden ende vloecken scheldende, daer door den ghestadighen arbeydt ghenoegh beswaert waren, hy ging liever in de hoeren-huysen ende bleef op't hof sitten swelghende en srypende*" — DE LAET — pg. 51.

(21) — Consoante afirma DE LAET, Kyff, até então geralmente estimado, começou, desde que foi governador, a desagradar. Os autores estrangeiros lhe fazem grandes elogios, atribuem-lhe a direção do ataque no qual pereceu Osório, e explicam sua rápida capitulação como consequência de súbito levante das suas tropas. A opinião de DE LAET, a meu ver, merece mais crédito, porquanto elle não iria publicar uma informação errônea, com descrédito para seu nome, maximé numa época tão próxima ainda do episódio a que se referia e quando provavelmente Kyff ainda era vivo. (1644).

(22) — Essa condição de dar plena liberdade a todos os holandeses parece não ter sido fielmente respeitada. Em 1626, quando os espanhóis envjaram, de Dunquerque, uma esquadra contra os piratas, havia a bordo do capitânea, entre outros estrangeiros, 9 marinheiros holandeses, feitos prisioneiros no ano anterior, em São Salvador, os quais se viram obrigados a prestar serviços à Espanha. Numa noite elles mataram a sentinela da ponte de comando, bem assim o capitão, e, com o auxilio dos outros marinheiros estrangeiros, que se achavam a bordo, aprisionaram todos os espanhóis e os conduziram a Texel no próprio navio. Essa embarcação era de 200 toneladas e possuía 4 canhões de bronze e 30 de ferro. De Texel, elles se dirigiram, com o seu fardamento espanhol, a Haia, onde se apresentaram ao *Stadhouter* e receberam de presente o navio de que se haviam apoderado, como prêmio ao seu valoroso ato. (Ver *Leeven Daaden*, pg. 183).

(23) — Lemos esse importante fato em SOUTHEY e em BEAUCHAMP. Mas, com grande pesar nosso, elles acrescentam terem sido

abandonados à sua sorte e punidos com a morte os israelitas e índios que haviam confiado nas proclamações da Holanda.

(24) — Permitia-se a franca navegação da maior parte d'esses navios negreiros ou, de outras vêzes, desembarcavam num ponto qualquer os negros, apresando-se as embarcações. Como, nessa época, ainda não possuíamos nenhuma colônia no continente americano esses negros não tinham para nós utilidade.

(25) — Quasi sempre era da Câmara da Zelândia que emanavam os projéctos de estabelecimento pacífico de colônias no Novo Mundo. Em 1639 já os armadores dessa província haviam fundado pequenas feitorias às margens do Amazonas; a elles se devem, portanto, os primeiros núcleos de europeus formados no litoral da Guiana.

(26) — DE LAEY — pg. 112 e HARTSINCK — pg. 210 do volume I, relatam esse episódio da mesma maneira e acrescentam que a fundação dessa pequena colônia pelo capitão Oudaen deveria ter se efetuado muito tempo antes, porque um dos três holandeses, que ainda existiam, esquecera sua língua materna. Era até provável terem elles feito parte do grupo que em 1660 fundara os dois fortes de Orange e Nassau. Presumimos que apenas um d'esses fortes fôra destruído em 1616 pelos portuguezes comandados por Pedro Teixeira (Vide nota 8), enquanto a outra fortificação do comando de Oudaen, sômente em 1625 desapareceu.

(27) — Equivoca-se VAN KAMPEN quando diz no *Ned. buiten Europa*, I volume, pg. 318, haver Dirk Simonszoon van Uitgeest se apoderado d'esses dois navios. Esse almirante, como já se viu atrás, estava separado das outras unidades da esquadra e se encontrava em julho (mês em que aquelles dois navios foram aprisionados, nas vizinhanças de Cuba, por Lucifer, Gyszoon e Pitzerszoon) na costa do Brasil com os hiates Orter, Eenhoorn e Windhond. Ali elle se apoderou de sete barcos inimigos e só voltou à Europa em setembro. (DE LAET — pg. 121 comparada com os *Leeven en Daaden der doorluchtigste Zeehelden* — pgs. 188-190).

(28) — Lemos em *Leeven en Daaden*, etc., pg. 191: "Então, os holandeses redobram de coragem e voltaram à abordagem com frenética temeridade". (*Alstoen vernieuwen de Hollanders hun moed en met hun moed den aenval en werden sich in een rasemij als stoutheid uijtgelaten*").

Ainda se lê na mesma obra, na de VAN KAMPEN, e em outras, que por ocasião do ataque ao vice-capitanea espanhol se manifestou um incêndio a bordo. Tentando os marinheiros abandonar o barco, conteve-os o almirante, de espada em punho, inutilizou os escaletes e forçou os seus homens a extinguir o fogo ou a morrer queimados:

E' claro que êles preferiram a primeira condição. DE LAET não cita êsse episódio.

(29) — Na obra, muito rara, de M. DE JONGE — *Geschied. Nederl. Zeezezen*, à pg. 492, 1.º volume, pode-se ler que, consoante algumas versões, a glória dêsse aprisionamento recaí sôbre um certo capitão chamado Nicolaas Juinbol, mas, na ocasião em que o capitãea espanhol estava prestes a se render Piet Heyn ordenou cedesse-lhe o lugar.

Todavia êsse escritor não dá a êsse fato importância superior a de uma versão que corria a respeito, a qual não nos parece verossímil, de vez que nenhum outro historiador a ela se refere. LAET, pelo menos, contemporãnee dêsses homens e um dos diretores da Companhia, deveria ter tido conhecimento dêsse episódio, e, no entanto, nem sequer inclue o nome dêsse Juinbol na relação publicada às pgs. 137 e 138 de todos os comandantes de navios dessa expedição.

(30) — Piet Heyn nasceu no ano de 1578 em Delfshaven (cidadezinha próxima a Rotterdam) sendo seus pais de origem modesta. Por duas vêzes esteve prisioneiro dos espanhóis, votando-lhes implacável ódio. De grumete êle ascendeu ao mais alto cargo do Estado depois do de Stadhouder, o que prova quanto na República das Províncias Unidas se sabia prezar e recompensar o legítimo mérito, elevando-se um homem saído das camadas populares a funções anteriormente apenas exercidas por um dos membros da família do illustre Stadhouder Frederico Henrique.

Não andou com a verdade DE BEAUCHAMP ao afirmar (tomo II, pg. 70) que Heyn era pouco respeitado pelos seus subordinados. Dava-se o contrário: nenhum outro oficial de marinha soube melhor exercer a disciplina tão rigorosamente e nenhum outra pessoa se vira revestido de um poder tão ilimitado no cargo de tenente-almirante da Holanda. (Veja-se, principalmente, a êsse respeito, DE JONGE — I, pg. 355, e um tópico do seu epitáfio onde fôra escrito: "*Disciplinæ navalis tenax non sine severitate; ut obsequi hinc omnis patiens, sic imperii post modum omnis capax*".

Bem cedo, infelizmente, foi Pieter Heyn roubado à pátria! A posteridade, entretanto, mantém o culto do seu nome em reconhecimento aos seus notáveis feitos. Na Holanda êle é venerado como os de Michiel Adriaenszoon de Ruyter e n de Marten Harpertszoon Tromp.

(31) — O verdadeiro nome dêsse distinto oficial era Weerdenburch, como se vê no fac-símile de sua assinatura. Ficou mais conhecido por Waardenburg ou Waerdenburch; êste último nome se tornou tão popular que resolvemos adoptá-lo também neste trabalho, mesmo porque sua assinatura pode se prestar a dúvidas.

(32) — DE LAET, com sua habitual ingenuidade, diz à pg. 172 de seu livro: "A Companhia contribuiu para a salvação pública com tudo aquilo de que dispunha, quer quanto a munições, quer quanto a outro qualquer material de guerra, como, aliás, todos os verdadeiros patriotas devem fazer, em circunstâncias idênticas (*ende de Compagnie contribueerde alles wes zig veerdich hadde van ammunitie ende anders tot dienste van't ghemeijn, ghelijck alle liefhebbers des vaderlands in sulchen toestand gehouden zijn te doen*) Entre todos os habitantes da República das Províncias-Unidas prevaleceu essa disposição de espírito, durante o tempo em que houve um iminente perigo. A divisa "*Concordia Res Parvae Crescunt*" não era lida somente nas moedas, mas também no coração do povo. E foi o culto dessa velha legenda que fortaleceu o poder da Holanda, no século XVII.

(33) — O Last" para aferir a tonelagem dos navios é uma medida ainda em uso na Holanda e equivale a duas toneladas. Para se ter uma idéia perfeita do aspecto externo de um navio daquele tempo, basta dizer-se que as dimensões de um barco de 200 "lasts" eram de 125 pés renanos de comprimento, 29 de largura e 11 ½ de profundidade até a quilha. (DE JONGE — I, pg. 392, extraído de um documento oficial de 1630). O tombadillo desses navios era muito mais alto do que o resto do convés.

(34) — A ilha de Antônio Vaz, onde hoje está localizado o bairro principal da cidade de Pernambuco, separa-se do continente por dois braços da embocadura do Capibaribe. Há geógrafos que afirmam ser essa ilha formada pela junção dos rios Capibaribe e Beberibe, hipótese que nos parece menos aceitável do que a primeira. O braço sul do Capibaribe é indicado nos antigos livros holandeses, e em SOUTHEY, com o nome de Afogados.

(35) — Para tratarmos, com exatidão, da tomada de Olinda e de suas fortalezas, consultámos SOUTHEY, DE LAET, AITZEMA, VAN KAMPEN, WAGENAAR e vários outros autores holandeses e estrangeiros. Podem ser também folheadas numerosas brochuras existentes na coleção que se chama "Biblioteca Duncaniana", publicadas em 1630 e que se referem à queda daquela cidade em nosso poder. Essas brochuras foram, na sua maioria, escritas por testemunhas oculares; elas entram em curiosos pormenores que, aliás, estão de pleno acôrdo com a narrativa de DE LAET. Existe ainda uma cópia impressa do relatório oficial de Weerdenburch, dirigido aos Estados Gerais, concernente à conquista de Olinda, cópia que possui ainda maior valor por não se achar no Arquivo Real, nem no da Companhia, em Amsterdam, o original desse documento. Encontrar-se-á o título de algumas das brochuras acima aludidas na relação de obras consultadas logo após o prefácio deste livro.

(36) — Si nesta circunstância e em outras expedições de que nos ocupamos nesta obra, nossos soldados se tornaram responsáveis por saques e excessos, a causa desse procedimento estará ligada ao modo por que essas tropas eram formadas. Esses soldados, quer os das nossas fileiras, quer os das espanholas, eram, na maioria, mercenários alemães, italianos, franceses e irlandeses, verdadeira vasa da sociedade, sem outro alvo que não fôsse o da pilhagem. Em contraste, os marinheiros, quasi todos filhos do país, e recrutados com mais seleção, conduziam-se em geral com moderação e disciplina.

(37) — Há certamente engano por parte de vários autores portugueses e de BEAUCHAMP, ao afirmarem que elles não se tinham rendido senão sob a condição de sair com todas as honras de guerra, ao som dos tambores, mecha acêsa, bandeira desfraldada. Encontramos numa das brochuras da Biblioteca Duncaniana a cópia de termo de capitulação redigido nas línguas holandesa e portuguesa o qual confirma integralmente nossa narrativa, aliás apoiada em DE LAET. No seu 1.º volume, à página 519, SOUTHEY dá uma explicação bem hábil, mas a nosso ver pouco accitável, dessa aparente contradição dos autores holandeses e portugueses: — os quarenta homens que se recusaram a prestar o juramento, não teriam sido informados por seus chefes dos termos dessa capitulação, antes de sua saída da fortaleza, e foi somente após algum tempo de prisão que elles se submeteram à exigência. Esse mal entendido teria, assim, ocasionado as opiniões contraditórias dos vários autores que se occuparam do episódio.

Já feita a impressão de grande parte deste livro, veio ter-nos às mãos o *Jornal do Comércio*, do Rio, que publicou as Memórias de DUARTE DE ALBUQUERQUE, attingindo até o frustrado ataque dos holandeses ao forte de São Jorge. São essas memórias de muito valor e perfeitamente autênticas, dada a situação do seu autor. Elle não faz a menor allusão à pretendida deserção da primitiva guarnição do forte de São Jorge, nem ao ato de devotamento e bravura de Vieira, nessa ocasião. Compunha-se a guarnição apenas de 37 homens que se portaram dignamente, desde o comêço do cêrco. É possível que os serviços prestados por Vieira, nessa emergência, não tenham tido existência real e fossem inventados visando-se realçar ainda mais os méritos desse grande homem. Pelo menos SOUTHEY, que aceita essa versão, cita, em apêdio, a autoridade de dois historiadores portugueses dos mais conceituados.

(38) — Erradamente SOUTHEY — I, pg. 523, BEAUCHAMP e outros historiadores estrangeiros afirmam ser de 600 homens a escolta do general, afirmativa de todo inverosímel. DE LAET, mais perto da verdade, estima essa escolta em 50 homens.

(39) — Depois de ter em vão esperado durante 4 meses, em Santa Helena, a passagem dos navios portugueses, êle regressou à Holanda. Santa Helena nessa época era inabitada e tão pouco visitada que as gaivotas e outras aves se deixavam com facilidade cativar ou matar a cacetadas. A equipagem, na sua permanência nessas paragens, sacrificou, também, dêsse modo, cêrca de 25.000 cabras e porcos selvagens.

(40) — A maior parte dessas brochuras se encontram na Collecção Duncaniana da biblioteca real de Haia, e têm títulos muito bizarros, cheios de entusiasmo e bem característicos dessa época de agitações e lutas.

(41) — A fortaleza próxima ao Recife, e que recebeu a denominação de *Bruyne*, ainda existe hoje, a menos não seja outra construída no mesmo local. Conserva o mesmo nome, mas transformado em "Brum".

(42) — Os títulos de recomendação de Rembach, dirigidos aos Estados Gerais e assinados por Weerdenburch e demais membros do Conselho de guerra: Alexander Seton, Adolph Van der Elst, Hartman Godfrid van Steyn, Gallenfels e Foulcke Hounckes, conservam-se ainda nos Arquivos do Reino (Maço Índias Ocidentais, 1630-1634). E' de supor que o coronel Rembach houvesse se apresentado dêsse modo perante a Assembléja dos XIX, no propósito de defender os pontos de vista do conselho de guerra, porquanto encontramos nos Arquivos da Companhia, em Amsterdam, uma carta de recomendação dirigida aos seus Directores mais ou menos do mesmo teor e da mesma data daquelas outras.

(43) — Lemos em *SOUTHEY* — I, pg. 530, que o total das tropas embarcadas para essa expedição era de 3.500 homens; mas há erro nesse cálculo. *DE LAET* dá detalhadamente a equipagem de cada navio (pg. 204) e o total é de 1270 marinheiros e 860 soldados, distribuídos em 9 companhias.

(44) — Pela primeira vez fazemos referêncja ao bravo van Schkoppe que veio a desempenhar tão relevante papel nas guerras holandesas no Brasil. E' êle na Holanda mais conhecido por *Sigismundo van Schuppen* ou *Schoppe*, porém seu verdadeiro nome foi *Sigemundt von Schkoppe*, conforme se verifica em vários documentos a que após sua assinatura. Seu título de nobreza era "Senhor de Krebsbergen — Gran Cotzen". Daremos o fac-símile de sua assinatura no fim desta obra. Não podemos obter pormenores de sua origem, nem de sua família, mas a julgar pelo nome e pelo título parece-nos que Schkoppe fôsse polonês. No Brasil fez êle sua carreira militar e allí viveu ininterruptamente 24 anos — de 1630 a

1654. Era um perfeito soldado, embora levasse aos extremos da crueldade, o seu sentido da disciplina.

(45) — Aquí também aparece pela primeira vez Artichofsky que se tornou, mais tarde, famoso no Brasil, investido de um comando autônomo. Era um gentilhomen polaco que fugira da pátria por perseguições aos seus princípios socinianos e anti-jesuíticos. Procurou asilo na Holanda e aí se alistou no exército. Geralmente conhecido por Artichofsky, seu verdadeiro nome foi *Crestofle d'Artischau Arciszewsky*. Encontramos sua assinatura nos Arquivos do Reino e daremos um fac-símil. Era homem de talento e de erudição.

(46) — O encontro dessas duas frotas é dado em VAN KAMPEN — I, pg. 394, como se tendo verificado a 5 de maio; há, porém, engano porque nesse dia a frota inimiga deixára o porto de Lisboa.

(47) — Lê-se em BEAUCHAMP — II, pg. 373: "Então, o capitão espanhol, Juan Cartalho, expondo-se a uma morte certa, saltou para bordo do capitânea holandês, conseguiu passar um cabo em redor do mastro de mesena e impediu assim o afastamento dos dois navios. Custou-lhe a vida êsse gesto heróico". Posto que nos seja agradável pôr em destaque e elogiar os rasgos de bravura, até quando praticados pelos nossos adversários, essa descrição nos parece um tanto exagerada. O destemido Pater para combater não necessitava que detivessem seu navio, e si êle quisesse se libertar do barco inimigo não seria êsse cabo um intransponível obstáculo.

(48) — Causa-nos o maior espanto não haver nenhum dos nossos historiadores feito referência a um gesto atribuído a Pater por quasi todos os autores estrangeiros, quer antigos, quer modernos. Lemos em SOUTHEY, DE BEAUCHAMP, FERDINAND DÉNIS, ANDREW GRENT, Padre SANTA TERESA e outros: "O almirante Pater, desdenhando salvar sua vida, envolveu-se no pavilhão do seu país e atirou-se ao mar, dizendo aos oficiais que o queriam deter: O oceano é o único túmulo digno de um almirante batavo". Embora a versão colhida em DE LAET e VAN KAMPEN nos pareça mais verosímil, não nos furtamos a aludir também àquela outra, que comprova o aprego dos nossos inimigos à nossa bravura, atribuindo um ato dessa natureza a um dos nossos almirantes. Notemos, de passagem, que êsse almirante cujo verdadeiro nome era Adriaan Janszoon Pater, ficou conhecido geralmente pelos portugueses e por autores estrangeiros como o almirante *Pedrid*.

(49) — Errôneamente afirma SOUTHEY, e louvando-se nele DE BEAUCHAMP, que Lichthardt comandou essa expedição. Em 1631 êsse herói não se achava no Brasil e sim na Holanda. Nesse ano êle recebera até, em sua pátria, um prêmio da Companhia das Índias Ocidentais: uma corrente e medalhão de ouro como

recompensa da intrepidez com que agira em dezembro de 1630. Numa travessia de Pernambuco para os Países-Baixos êle foi atacado, na altura do cabo Lezard, Inglaterra, por 5 grandes navios dunquerqueanos. O barco em que ia Jan Corneliszoon Lichthardt não passava de um hiate, *l'Overijssel*, e, não obstante essa desigualdade de fôrças, sustentou um combate dos mais encarniçados durante 8 horas, tendo por fim conseguido alcançar as costas inglesas para reparar as avarias sofridas na luta. Perdera mais da metade da equipagem; o hiate recebera 417 balas no casco, sendo 17 na linha d'água. (Ver DE LAET — pg. 221). Todos os historiadores lhe chamam Lichthardt e assim lhe chamamos também na maior parte desta obra, só alterando essa grafia depois de encontrarmos o fac-símile de sua assinatura reproduzida no final d'este trabalho. (Ver as notas 77 e 93).

(50) — A narrativa que demos da tomada e saque de Iguarassú foi recolhida de DE LAET, AITZEMA, MONTANUS e VAN KAMPEN. SOUTHEY e outros historiadores estrangeiros pretendem haver os nossos soldados cometido nessa ocasião as mais bárbaras ações.

(51) — Ver DE LAET, AITZEMA e MONTANUS para compará-los a SOUTHEY e de BEAUCHAMP. Nestes dois últimos autores o total das tropas holandesas, nesse primeiro ataque ao Arraial, é muito exagerado. Afirmam ter sido o assalto feito por 3.000 holandeses quando o efetivo total das nossas tropas em Pernambuco estava longe de atingir a êsse número.

(52) — Deve-se certamente a um êrro tipográfico na obra de VAN KAMPEN (Vol. I, pg. 399) ler-se nela que essa expedição fôra feita sob o comando de Mathias van Houten, porque nunca official superior ou funcionário civil com êsse nome esteve ao serviço da Companhia das Índias Ocidentais. DE LAET e todos os outros historiadores aludem a Mathijs van Ceulen.

(53) — Numa carta enviada por Schkoppe aos Estados Gerais, em 1634, (Arquivos do Reino, Maço Índ. Oc., 1630-1634) queixa-se êle bastante da falta de víveres, munições, sobretudo fuzís. E' de lamentar que nessa época de prosperidade, a Companhia, não houvesse atendido às mais prementes necessidades dos seus servidores no Brasil. Teria sido causa dessa negligência a falta de ordem e de unidade de vistas da sua administração, na Holanda, porquanto verificamos nos Arquivos da Companhia, em Amsterdam, terem, várias vêzes os Diretores aprovado unanimemente a remessa de socorros em tropas e mantimentos, o que, porém, não se realizou.

(54) — Mais tarde o Conde João Maurício de Nassau trocou o nome de Cabeddo pelo de Margarida, nome de sua irmã mais querida, casada com o Conde Van Limburg Stirum.

(55) — Para melhores detalhes da conquista da Paraíba e dos dois fortes, veja-se DE LAET — pgs. 450-453 ; SOUTHEY — I, pgs. 569-575 ; DE BEAUCHAMP — II, pg. 447 ; P. SANTA TERESA — I, pg. 150, etc., etc.

A permissão para que 50 dos prisioneiros feitos no forte de Cabedêlo, fossem para o interior foi estendida, posteriormente, a mais 100 outros. A 3 de janeiro de 1635 os restantes prisioneiros, em número de 350, foram transportados em dois navios para a ilha de S. Vicente, nas Antilhas espanholas (DE LAET). Todos os historiadores estrangeiros, exceto SOUTHEY, estimam as tropas holandesas que tomaram parte nessa expedição em 5.000 homens, quando não atingiam senão a 2.400.

(56) — As principais particularidades acêrca da tomada do Arraial foram extraídas da cópia manuscrita de um relatório enviado por Artichofsky, em 16 de junho de 1636, à Assembléja dos XIX, documento esse guardado na Biblioteca Real de Haia. (DE LAET publica a cópia na íntegra). Para dar uma melhor idéja do que fôsse o Arraial, aos seus leitores da Holanda, êle o compara em tamanho ao forte de St. Andries, situado às margens dos rios Meuse e Wahal, na província de Gueldre, dos Países Baixos.

(57) — Quando SOUTHEY se refere às atrocidades, ao seu ver, cometidas pelos holandeses, para extorquir êsse resgate, esquece a moderação e o critério tão habituais na sua pena. Êle diz : "*and it is by such means that they have rendered their history as infamous and their names as detestables, in the East and in the West, as in their own country their deeds have been glorius...*". (E foi com semelhante procedimento que nas Índias Orientais e Ocidentais sua história e seu nome se tornaram tão infames e detestados quanto na sua própria pátria suas ações constituem glórias). Vê-se aí a linguagem usada pelo inglês animado de despeito e de difamação para com os holandeses, ao se ocupar dos seus triunfos nas colônias. Essa tendência de espírito tão injusta, mas, infelizmente, tão comum entre os ingleses que, de ordinário, gostam tanto da equidade, se manifesta ainda hoje. Ultimamente uma de suas revistas mais conceituadas na Europa, a *Edinburgh Quarterly Review*, acolheu nas suas colunas um artigo eivado de fel e de inverdades, por título *Dutch diplomacy and Indian Piracy*. Êsse trabalho está impregnado de hostilidades tais que, pelo seu próprio exagêro, perde o valor aos olhos dos leitores imparciais, não merecendo reputação. Todavia ela não tardará a aparecer. De nenhum modo cabe aos ingleses o direito de fazer semelhantes comentários. Do ponto de vista puramente moral a colonização à mão armada constitui sempre uma iniquidade, uma violação dos direitos do homem ; mas se puzermos em paralelo os meios utilizados pelos ingleses para se apoderarem

das suas colônias com os postos em prática pelos holandeses, temos certeza de não se inclinar a balança para o nosso lado. Que nos desculpem essa digressão, que teve o único fito de acentuar as sistemáticas hostilidades da imprensa inglesa no tocante à política colonial dos Países Baixos. Nem LAET, sempre tão criterioso e sincero, nem tão pouco nenhuma das brochuras contemporâneas da tomada do Arraial, se referem às crueldades de que fala SOUTHEY. Que alguns soldados hajam praticado excessos não o negaremos; são atitudes lamentáveis, sem dúvida, mas comuns de parte a parte, maximé quando, como já fizemos notar, as tropas são compostas de mercenários, verdadeiro rebutalho da sociedade de todas as nações da Europa. A melhor prova do que afirmamos está em DE LAET, à página 424, quando êsse autor escreve que para se comemorar a tomada de Cabedêlo foram realizadas cerimônias religiosas em ação de graças e nelas a oração foi lida em *holandês, francês e inglês*. Não o ignorava SOUTHEY pois alude a êsse fato, tendo-o bebido em DE LAET; dêste modo deveria ter sido mais comedido nas suas invectivas contra os holandeses.

(58) — O texto dessas capitulações se encontra em DE LAET — pgs. 464 e 481. Foram os prisioneiros transportados para a ilha Terceira e a de S. Vicente. Conservaram como refens apenas dois capitães espanhóis até o regresso dos navios que conduziam os presos.

(59) — Engana-se SOUTHEY ao attribuir no seu volume I, pg. 592, a tomada da ilha de Fernando de Noronha, em 1635, a Jol; o P. SANTA TERESA, tomo I, pg. 169, labora no mesmo êrro. Nenhum historiador holandês, nem mesmo DE LAET, faz alusão a qualquer expedição contra essa ilha em 1635. De qualquer modo, porém, a Jol é que seria impossível fazê-la, porque saiu de Texel com seu hiate em 25 de dezembro de 1634, de rumo às Índias Ocidentais, cujos mares cruzou durante todo o ano de 1635, e, no regresso à pátria, caíu prisioneiro dos corsários dunquerqueanos. Vêm-se pormenorizadas narrativas dos gloriosos feitos de Jol, como também de Lichthardt, em DE LAET, ENGELBERTS GERRITS, e em *meven en Daeden der Doorl Zeebelden* (1683), etc.

(60) — Os Albuquerque, citados várias vêzes nesta obra, eram descendentes de Afonso de Albuquerque que ficou célebre como vice-rei da Índia. São ainda hoje os Albuquerque uma das mais importantes famílias do Brasil; vimos no Almanaque brasileiro de 1853 existir ali um Conselheiro de Estado e Senador pela província de Pernambuco chamado Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti d'Albuquerque. Ordinariamente, é êle tratado por Senhor *Holanda*, reminiscência muito curiosa, sem dúvida,

do tempo do domínio holandês no Brasil, e semelhante ao sobrenome de *Americano* por nós dado a Maurício de Nassau. (*).

(61) — Colhemos os dados principais a respeito desse combate entre Roxas e Artichofsky na cópia manuscrita do relatório apresentado pelo último d'esses militares à Assembléa dos XIX, em data de 16 de junho de 1636. (Biblioteca Real em Haia). Como um traço característico da época citamos este treço: "Mandamos novamente formar em batalhões as nossas tropas, e ao estarem todos de joelhos, o ministro Jean Oosterdagh elevou ao Deus Todo Poderoso nossos agradecimentos; em seguida levantei-me e agradei os valiosos serviços que acabavam de prestar à Companhia. Os batalhões deram então três descargas em sinal de vitória. (*Wij rangeerden ons weeron in onse bataljons, ende sittende op de knies wierde tot God almachtic een danksegginge gedaen van den predicant Johannes Oosterdagh, daerna opstaende dankte ik haer alle voor den goeden dienst de Comp. gedaen, ende daerna liet alle de Batajons de Triumphe schieten, daernaech achtermalcruider vier gevende*").

Constata-se também do relatório de Artichofsky que os mosqueiteiros batalharam tumultuariamente e, por consequência, a utilidade dos atiradores fôra já então recolhida. DE LAER — pgs. 503-507, reproduz na íntegra esse interessante relatório.

(62) — Vários autores estrangeiros confundem as frotas da Companhia com as do Estado. O engano é desculpável e até natural porque fôra de tal modo prodigioso o desenvolvimento das forças marítimas da joven República das Províncias Unidas que, sem as provas diante dos nossos olhos, não se poderia acreditar nesse progresso. Em 1588, ao ser a República ameaçada pela grande armada espanhola, intitulada a *Invencível*, o maior navio de guerra da Holanda era de 100 lasts (200 toneladas) e armado de 16 canhões; o restante de nossa esquadra compunha-se de uns 60 hiates e chalupas providos de 5 a 14 pequenas colunbrinas e tripulado cada um d'esses barcos por 30 a 60 homens.

Em 1628, por ocasião da guerra contra Dunquerque, a frota do Estado ou do Almirantado se compunha de 133 navios em serviço ativo, equipados pelas escolas do Almirantado estabelecidas nas diversas províncias. Vinte e um d'esses navios dispunham de mais de 30, e cincoenta outros de mais de 20 canhões. Nesse ano a Companhia das Índias Ocidentais equipara 84 navios de guerra com 7.721 homens; a das Índias Orientais, por sua vez, contava com

(*) — O senador Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque foi agraciado pelo Imperador d. Pedro II com o título de Visconde de Albuquerque. Elle apresentou o projecto da maioridade do Imperador, em 1840. Nasceu em 21 de agosto de 1797, em Pernambuco, e falleceu no Rio a 14 de abril de 1863. — (N. do T.).

uma frota numerosa e bem armada. (Ver DE JONGE — *Nederl. Zeewezen*).

Custa-se a acreditar que se tenha encontrado marinheiros, sobretudo capitães, para essa poderosa marinha, num país de apenas 2.000.000 de habitantes.

(63) — *Gouverneur, Capteijn ende Admirael-generael over de plaetsen bij de West. Indische Compagnie in Brasyl, geconquesteert ende noch te conquesteren, alsmede alle macht te lande ende te water, die deselve aldaer hout ofte sal houden.* — São estas as expressões originaes do título de João Maurício, conforme se lêem no registro das Comissões (*Commissieboek*) dos Estados Gerais. (1626-1639) Arquivos do Reino.

(64) — Entre as pessoas escolhidas para acompanhar Maurício de Nassau ao Brasil achava-se Pieter de Groot, um dos filhos do illustre Hugo Grotius, e que posteriormente se tornou também notável como embaixador das Províncias-Unidas na côrte da Suécia e na de Luís XIV. Êle não partiu, no entanto, para o Brasil, porque, antes de sair sua nomeação, teve de ir ocupar outras funções importantes.

(65) — Ver as cartas MS. do Conde Maurício dirigidas aos Estados Gerais e que se encontram nos Arquivos do Reino (Maço Índ. Oc., 1635-1640); compare-se também BARLAEUS, SOUTHEY, VEEGENS e outras brochuras que se guardam na Biblioteca Duncaniiana em Haja.

(66) — Encontramos esta exposição da situação do Brasil Holandês, por ocasião da chegada de João Maurício, bem assim a dos melhoramentos por êle introduzidos, em BARLAEUS — pgs. 43-50; em P. SANTA TERESA — pg. 138, vol. I; VAN KAMPEN — I, pg. 412; VEEGENS — pgs. 190-194. DE BEAUCHAMP — II, pgs. 426 e subsequentes, oferece-nos uma tradução do que SOUTHEY escreveu em seu 1.º volume, às pgs. 613 e 614, sem todavia citar o original. A tradução é bem feita e dela nos aproveitamos fielmente. RAYNAL se pronuncia de modo mais favorável do que todos aqueles outros escritores quanto à situação moral das tropas holandesas no Brasil. Nos Arquivos da Companhia, em Amsterdam, encontramos um relatório ou resumo de 50 páginas duplas in fol., da autoria de Artichofsky e endereçado a Maurício, no qual pinta em todos os seus pormenores a situação e enumera as forças disponíveis da colônia em 1637.

(67) — Acha-se na coleção numismática da Biblioteca Real de Haja uma cópia em prata da medalha cunhada pela Companhia das Índias Ocidentais em honra de Artichofsky. Tem um diâmetro mais ou menos, de 7 centímetros. Na face vê-se ao longe a fortaleza do Arraial cercada por todos os lados pelas trincheiras dos sitiantes,

e, no primeiro plano, uma coluna monumental encimada por um troféu; em roda uma legenda latina: "*Hostibus Hispanis Profligatis Victricem Accipe Laurum*". No verso há uma longa dedicatória a Artichofsky. A descrição dessa medalha se lê em VAN LOON — *Nederl. Historiepenningen*, II, pg. 241.

(68) — Em LUZAC — II, pg. 260 e AITZEMA, encontra-se o original desse regulamento da liberdade de comércio. Uma infinidade de brochuras surgiram em 1636 e 1637 nos Países-Baixos, algumas pregando essa libertação do comércio e outras combatendo-a. São todas de grande importância e se guardam, na maior parte, na Biblioteca Duncaniana, em Haia.

Foi sob insistente recomendação do governador João Maurício que, em 1638, os Diretores da Companhia resolveram adotar o sistema do comércio livre; não tinha portanto razão VAN KAMPEN ao assegurar, à pg. 415 do seu volume I, que o Conde Maurício e os Conselheiros do Brasil, haviam adotado os princípios acanhados e falsos que o século trouxera às relações comerciais. — As cartas do Conde aos Estados Gerais, conservadas nos Arquivos do Reino, provam o contrário.

(69) — Os autores estrangeiros estimam em maior número as forças empregadas na expedição à Baía. SOUTHEY chega a declarar que atingiam a 7.000 os marinheiros e soldados embarcados. É um erro evidente por isso que, conforme os relatórios oficiais as tropas holandesas se compunham apenas de 6.000 homens, inclusive as guarnições e os índios. O resto teria sido de marinheiros! Mas, o total desses era tão pequeno que, como o próprio SOUTHEY confessa em algumas páginas adiante, utilizavam soldados para os serviços de bordo.

(70) — A narrativa detalhada do infrutífero ataque a São Salvador, feita nessa carta, confirma integralmente a que fizemos mais acima e que comparámos às particularidades dessa expedição dadas por AITZEMA — II, WAGENAAR — XI, VAN KAMPEN — I, Padre SANTA TERESA — I, BEAUCHAMP — II, SOUTHEY — I e VEEGENS.

(71) — Comparem-se, quanto a essas divergências entre Maurício e Artichofsky, os textos de VEEGENS — pg.225; AITZEMA — II, pgs. 538, 539; WAGENAAR — XI, pg. 247; VAN KAMPEN — I, pg. 423; *Ned. Reizen* — XIV, pg. 76; DE BEAUCHAMP — III, pg. 86; BARLAEUS — pg. 172; e, em especial, a correspondência do Conde Maurício com os Estados Gerais, conservada no Arquivo do Reino.

Há nesse Arquivo uma carta de Artichofsky, endereçada aos Estados-Gerais, a 29 de março de 1640, defendendo-se das acusações de Maurício; queixa-se bastante de que, quer ainda no Brasil, quer

também depois de seu regresso à Holanda, não lhe tenham oferecido oportunidade para explicar seu modo de proceder. Pede, ao mesmo tempo, para ser novamente investido nos seus títulos e desobrigado do seu compromisso com a Holanda. Esse pedido mereceu o apêlo de várias pessoas notáveis da Polônia, entre outras Christophore Radziwill, príncipe do Santo Império romano e generalíssimo dos exércitos do rei da Polônia, que em 1640 dirigiram cartas nesse sentido aos Estados-Gerais. Falamos já neste livro da nossa dúvida quanto a si Artichofsky havia ou não recebido instruções secretas dos Diretores para fiscalizar os atos do Conde Maurício, por isso que a parte dos Arquivos da Companhia capazes de esclarecer esse ponto, fôra destruída. Realmente, o livro de ordens (*Instructieboek*) da Assembléia dos XIX perdeu-se. Todavia demos buscas, com o auxílio do arquivista de Amsterdam, a respeito desse caso, em documentos encontrados e que haviam pertencido à Câmara de Zee-landia. Fôra conservado um livro de "Nótulas secretas" (*Secrete Notulen*) da Assembléia dos XIX, utilizado entre 1629 e 1645, e nele encontramos, entre outras instruções, as dirigidas em 1636 ao Conde Maurício e a todos os Supremos-conselheiros que o acompanharam. Faltam a esse livro duas páginas, relativas ao ano de 1638, justamente a época em que deveriam ter expedido as tais ordens a Artichofsky, antes de seu embarque para o Brasil. Essa circunstância nos levou a crer na existência de um documento comprometedor. Contudo, devemos confessar haver achado na mesma coleção a minuta de uma carta escrita pelos Diretores da Companhia a Artichofsky, em 1.º de julho de 1639, (ignoravam ainda os signatários o chamado daquele genero', o que ocorrera em junho) e, nessa carta, dão a seguinte explicação: "V. Excia. nos informa estarem se verificando irregularidades e abusos no govêrno dessa colônia, mas esperamos se verifiquem com o correr do tempo meliores de situação. Sobretudo desejamos reine sempre boa harmonia entre os officiaes: que cada um saiba ceder aos outros em autoridade contanto não haja falta de respeito aos superiores. Si forem se guiar pela soberbia e pela inveja resultarão lastimáveis consequências para os interesses da Companhia". (*Ued. schrijft dat vele defecten ende abuijen daer noch sijn in den staet ende regeringe van dien, willen hopen dat van tijdt tot tijdt sullen beteren ende voornamentlijk Godt de Heere bidden met verlowen, dat aldaer soo goede harmonie ende onderlinge correspondentie onder de officieren sal geven, dat iedreen liever de minste als de meeste sal sijn, alcer hij sich vergeetende in ' respect dat sijn overhoofden schuldigh is eenigh ondiensst voor de Compagnie veraorzaken sou, die anderzins met jalousie ende hoovaerdy te verwachten staen*).

Essa carta mataria a questão, não obstante aquelas páginas arrancadas do livro de Nótulas secretas, uma vez que revela expres-

sões de apóio à autoridade do Conde, tanto mais quanto em uma outra missiva endereçada, na mesma época, a Maurício (*Secret Notulen Boeck*) lhe são feitas, em termos ainda mais claros, garantias de prestígio. Todavia, pode-se admitir que as instruções em causa contivessem frases comprometedoras e, por isso, os Diretores as tenham destruído, procurando, pelas cartas posteriores, reparar a falta cometida. Não seria essa a primeira vez que os membros da Assembléia dos XIX voltassem atrás numa decisão tomada a respeito do Conde Maurício; no começo de 1639 lhe haviam escrito ordenando "não empreendesse mais nenhuma expedição (*exployten*) sem madura reflexão e com prévia aprovação da Assembléia dos XIX". Essa mensagem que restringia as funções de governador devia ser enviada por intermédio dos Estados-Gerais, e ainda não seguira ao seu destino, quando os Diretores, arrependidos, mandaram, em 3 de fevereiro, uns comissários à Haia, "para conseguir, por todos os meios, e de modo diplomático, (*met alle mogelijke middelen en soetheijdt*) que os Estados riscassem aquela frase, por se achar em desacôrdo com as instruções recebidas por Maurício ao partir para o Brasil, (*als sijnde strijdende tegen de instructie aen Graef Maurits gegeven, gaende naer Brasil*) dela podendo resultar prejuízos para a Companhia.

Talvez no caso de Artichofsky haja se verificado um arrependimento semelhante ao do que acima tratamos.

(72) — Todos os informes relativos à situação do Brasil, sob o governo de Maurício, se encontram em BARLAEUS, VEEGENS, SOUTHEY — I, DE BEAUCHAMP — III, VAN KAMPEN — I, *Ned. Reizen* — XIV, e NIEUHOFF.

Foi na obra de BARLAEUS que todos se abeberaram e será muito difícil oferecer qualquer cousa de novo, neste assunto, depois da obra do minucioso panegirista de Maurício.

DE BEAUCHAMP tomou a dar, nesse ponto, uma tradução de SOUTHEY. Conservamos algumas de suas expressões, corrigindo, entretanto, certos enganos. Devemos ao sr. Jacob, da Haia, o conhecimento de um trabalho que diz respeito ao comércio, no Brasil, em 1639. Sollicitamente acolhemos êsses subsídios de que oferecemos aos leitores uma tradução quasi textual, cônscios do interesse que despertará essa publicação holandesa de data muito antiga. É ela um folheto ou brochura in-4º, intitulada *Descoberta de ricas minas no Brasil* (*Outdeckinghe van Rijke Mijnen in Brasil*) e foi impressa em Amsterdam, em 1639. Traz a divisa: "*Luctor e Emergo*", as armas da Holanda e significativos emblemas: veados arrastam-se pela terra confiada à guarda do leão batavo que se põe em pé para ferir êsses intrusos com as suas garras armadas de uma espada. No primeiro plano, a Virgem, com a Bíblia numa das mãos, e a sim-

bolizar a República das Províncias Unidas, empunha resolutamente a sua bandeira.

No tocante ao texto dessa brochura enganar-se-á o leitor ao julgar encontrar informações pormenorizadas acêrca das minas do Novo Mundo, especialmente do Brasil, muito embora, na época em que viveu o autor, elas constituíssem motivo de geral atenção, como hoje ainda acontece ao se descobrirem veios auríferos. O próprio autor, como se verá, acolhe com certa reserva essas histórias fabulosas, correntes naquele tempo, mas, em particular, não visou as minas ao escrever seu folheto. Poder-se-lhe-ia aplicar a frase do fabulista: "*Un grain seroit bien mieux mon affaire*". Não foi o ouro nem a prata que o inspiraram mas, sim, o comércio, a navegação, a indústria, elementos de aquisição do metal precioso sem sofrimentos e sem que a humanidade venha, por isso, a ter motivos de desolação. Os cálculos, os dados estatísticos e outros pontos de vista focalizados nesse trabalho lhe emprestam, sem dúvida, razões para a melhor atenção e demonstram se achar o autor bem ao par dos projetos de Nassau. No que diz respeito à tolerância religiosa, ele se afasta inteiramente do modo de ver do príncipe, e diverge das medidas tomadas no sentido de situar os colonos protestantes, católicos e israelitas num mesmo plano.

Deixemos, porém, o autor falar por si mesmo, dada sua identificação com as coisas brasileiras; notemos, apenas, nosso esforço em respeitar o mais possível sua maneira de dizer, muito imbuída da ingenuidade da época:

"Vários escritores espanhóis e também outros que, nas suas memórias, nos descreveram a situação do Brasil, aludem a minas de ouro e de prata descobertas em diferentes épocas e locais, e que deixaram de ser exploradas em face de ordens contrárias do rei. Embora não ignore carecerem às vêzes de fundamento muitas dessas versões, não tenho, todavia, razões para rejeitar em absoluto tais afirmativas e taxá-las de puras invenções.

E' mister levar em conta, aqui, as velhas ciuçadas desde muitos anos existentes entre Castela e Portugal, dois povos poderosos e vizinhos e que devem sua prosperidade e seu bem-estar à recente navegação para as Índias Orientais e Ocidentais. Pesai, também, no caso, a desigual partilha das terras descobertas entre as duas coroas, por ordem do Papa, divisão essa prejudicial a Portugal, segundo a opinião desse povo; e não esqueçamos menos o jugo em que hoje vivem os portugueses, tratados como gente conquistada e privada de seus direitos de independência. Diante dessas considerações, pode-se concluir francamente terem os castelhanos razões de Estado bem aceitáveis para restringir os recursos de Portugal, receosos de que o seu poder e as suas riquezas venham a alimentar neles aspirações de liberdade; como se sabe, os corcéis briosos e

bem alimentados não suportam as esporadas muito fortes. Para que permitir, assim, a exploração das minas do Brasil? Admitindo-se que isso acontecesse, os lucros só serviriam para fortalecer uma nação que o Rei desejava, ao contrário, enfraquecer, manietar. Tanto mais quanto descobertas as minas de Potosi, outras não menos valiosas, nas Índias Ocidentais, ficaram abandonadas, por não se dispor de escravos em número bastante siqueer para atender aos trabalhos daquela exploração. Si nas Índias Ocidentais existem tantas minas esquecidas, à falta de braços, como permitir aos portugueses fazerem o que os castelhanos não podiam realizar de modo desejado? Do que disso vier a resultar, haveremos de ter notícias.

As minas que eu descobrí, porém, não se parecem com as de Potosi onde, cada ano, milhares de homens sucumbem. As de que eu falo, pelo contrário, sustentam milhares de creaturas, e, como é provável, cada vez exigindo maior número de trabalhadores. Minas essas cuja exploração tanto mais se impõe, por sabermos haver o comércio, as artes, a navegação e o tráfico caído, em nosso país, em decadência. Tudo, porém, poderá ser restabelecido sensivelmente si seguirem a róta que indico. E si me perguntarem si essas minas são bastante ricas para compensar as despesas da exploração, apresentarei, para serem apreciados, os dados seguintes:

A parte do Brasil hoje pertencente à Companhia produzia, no tempo do govêrno espanhol, cada anc, de 40 a 50 mil caixas de açúcar. Ora, si atualmente essas mesmas terras não produzem mais de 33.000 caixas, conforme a estimativa da safra para este ano (1633), os dizimos a pagar à Companhia, por aquele produto, serão de 3.000 caixas; pelos 20 %, 6.000; total, 9.000 caixas. As caixas de açúcar branco são de 20 arrobas e a arroba corresponde a 30 libras, valendo a libra 16 dracmas; (*) quanto ao açúcar escuro (mascavado) neste o que se perde no preço ganha-se no tamanho das caixas: de modo que si o açúcar branco tem um pêso de 20 arrobas os mascavados dão facilmente 24 arrobas. Dêste modo aquelas 9.000 caixas, tamanho médio, pesando 600 libras, e a libra a 16 dracmas, cada caixa, transportada à metrópole, valerá 240 florins, ou sejam no total, 2.160.000 florins.

As 24 mil caixas restantes e que são vendidas a particulares utilizam-se do transporte da Companhia e lhe oferecem ainda uma renda, pelo frete e pelos direitos de recognição, 4 dracmas por libra, ou seja um total de 1.440.000 florins.

Os proveitos tirados do comércio com a costa da Guiné, Cabo Verde e Senegal são estimados em 450.000 florins. O rendimento do fumo, do sal e do seu transporte por mar, bem assim do pau-

(*) — A drachma valia mais ou menos $2\frac{1}{2}$ cents. da Holanda ou 5 centavos da França e é portanto a 40.^a parte do Florim.

Brasil, e em geral de tudo o que é exportado do país, sôbe a 400.000 florins.

Antigamente a parte do Brasil, por nós hoje conquistada, precisava anualmente de mais de 4.000 escravos. Sem dúvida si se introduzisse ali num só ano 20.000 negros, eles não seriam todos vendidos, maximé tendo subido o preço de cada escravo, agora, para 600, 700, 800 e mesmo 900 florins. Cortudo, sendo a importação anual de apenas 5.000, e vendida cada "cabeça" a 500 florins, haveria uma renda para a Companhia de 15.000 florins (Compare-se página ... e página ... e a nota 80).

O pagamento dos engenhos vendidos e confiscados, o qual durará ainda alguns anos, idem da venda de terrenos para cultivo e edificações, estimam-se em 100.000 florins.

O arrendamento dos vinhos e das cervejas, das farinhas, do gado, da pesagem, das pontes, e em geral a cobrança de outros tributos regulares dessa natureza, dará 200.000 florins.

As províncias conquistadas consumiam antigamente mais de 10.000 pipas de vinho espanhol; esse consumo hoje pode ser avaliado em 3.000 pipas sômente. 50 florins, por pipa, de direitos de novo exame, 30 florins de frete e 3 sous (*) por avaria : total, 253.500 florins.

Avaliemos também o consumo de 1.000 barrís de aguardente que pagam 160 florins por unidade, de direitos de recognição : 80 florins de frete e 3 sous de avaria, e teremos um total de 252.000 florins.

O consumo de vinho da França é de 2.000 barrís. Sendo os direitos de recognição de 60 florins por barril, pagando-se 60 florins por transporte e 3 sous para avaria, soma tudo 258.000 florins.

De azeite se consomem 2.000 barrís; direitos de recognição, 6 florins por barril; frete, 15 florins; avaria, 3 sous; total, 46.500 florins.

Gosta-se muito de cerveja neste clima quente, e, assim, pede-se avallar em 3.000 toneladas o consumo; direitos, 3 florins; transporte, 10; avaria, 3 sous; seja tudo : 43.500 florins.

O consumo do vinagre sôbe a 1.000 toneladas; direitos, 2 florins por tonelada; frete, 15; avaria, 3 sous; total : 19.250 florins. O consumo de bacalhau e pescado vai a 100.000 libras; os direitos são de 1 florim por 100 libras : frete, 5 e avaria, 3 sous — sejam 27.000 florins.

O fiambre e a carne são consumidos num total presumível de 400.000 libras que pagam de direitos 1 fl.; por frete 4 fl e por avaria 3 sous — sejam 22.400 florins.

(*) — O sous era a vigésima parte do florim ou mais ou menos 10 cêntimos da França.

De direitos, frete e avaria da farinha de trigo, biscoito, queijo manteiga, aveia, ervilhas, favas, especiarias, óleo de linhaça e de baleia — somemos 450.000 florins.

Idem relativamente a todas as qualidades de tecidos, sejam de lã, seda, etc., bem assim a cobre, ferro, aço, estanho, táboas, varas, alcatrão, resina, num total de 477.850 florins.

Aditemos mais 700.000 florins que os Estados pagam há tempos à Companhia, e tudo somará então 9.200.000 florins.

As presas feitas pela Companhia, quer no mar quer em terra, montam a algumas centenas de mil florins por ano, mas, dependendo essas vantagens de certas circunstâncias, não podemos com precisão orçá-las aqui.

Talvez haja quem conteste a estimativa que fizemos de 240 florins para as caixas de açúcar; todavia, si houver alguma diferença não será sensível, e como o número de caixas aumentará de ano para ano, sem dúvida a Companhia lucrará com isso, embora se ofereça uma diminuição no preço de cada caixa.

Até agora não excede de 5.000 o número de escravos entrados no Brasil, sei-o perfeitamente, mas sei também que ainda não se deu a devida importância ao assunto, porque os escravos se compram por um preço muito baixo.

Decerto o comércio com a Guiné não oferece mais hoje os resultados de outrora; relewa, no entanto, acentuar que não será difícil conseguir-se no futuro um proveito semelhante ao já obtido.

O consumo de cervejas e vinhos, dirão, não é de uma importância tão grande quanto supomos; convenho, mas, também, antigamente, já se sentia muito a falta de bebidas agradáveis no Brasil. Ademais, a remessa de víveres foi fortemente impedida pelas continuas discussões a respeito dêsse comércio e, igualmente, com receio dos navios espanhóis. Logo que entrarmos na posse pacífica de Pernambuco veremos sua população aumentar e sem dúvida o consumo de tudo também aumentará."

Tratando dos métodos de direção da Companhia, diz o autor que grandes abusos se verificaram; no próprio momento em que elle escreve, êsses abusos são sensíveis, o que não era muito de admirar pois haviam sido chamados para ocupar cargos de direção pessoas de todo alheias às suas responsabilidades. "Mas, acrescentava, é mais fácil apontar essas falhas do que remedial-as; quem a tal se propuzesse escreveria um grosso volume; não é essa minha intenção e, por isso, me limitarei a poucas linhas."

Neste ponto o autor se insurge contra as tendências de tolerância de Maurício. Vê nisso um excesso de liberdade e propõe abolirse tal regime quanto aos católicos e judeus, que, no entanto, constituíam a maioria da população. Essa opinião embora partilhada por

grande parte dos seus contemporâneos, não demoveu Maurício de sua alta missão, tendo protegido todas as religiões. Quando se viu constrangido, por ordens superiores, a agir de modo diferente, logo a bela colônia se viu a braços com os revêzes e com a perda. Desde então a população vai decrescendo por isso que os católicos emigram e se refugiam em outras províncias. Por outro lado os judeus fundam uma outra colônia, a de Surinam, para onde se dirigem os perseguidos. (Ver as notas 82 e 90).

Assim se expressa o autor :

“Há um ponto digno de reflexão e é o de que, com a ajuda de Deus, somente um aumento da população poderá concorrer para a conservação e a prosperidade do Brasil. Ora, não se poderá povoar nenhuma terra onde haja constantemente carestia ou falta absoluta de pão, o que se tem verificado até hoje, quasi sempre, no Brasil. Reconheço não permitir a atual situação da Companhia diminuir fretes e direitos, e, dêste modo, precisa-se achar um meio de se abastecer de pão o Brasil, a um preço razoável, sem prejudicar os interesses daquela empresa. Penso que tudo se poderia conseguir com facilidade. A farinha que se transporta para essa colônia, com a permissão dos Estados Gerais, não paga imposto de carga, do que resulta um lucro de 20 %. Desfruta, assim, a Companhia, isenção de direitos dessa natureza, mas cobra-os dos particulares. Acrescente-se ainda que, por pouco a Companhia venda essa farinha à vista, porque necessita de numerário para pagar às suas tropas e atender a outros compromissos, pede ela também empregar seu dinheiro a prazo, o que não acontece com os negociantes particulares, em vista do dinheiro no Brasil ter um valor intrínseco inferior de 15 a 20 % ao da metrópole. Deduz-se de tudo isso gozar a Companhia de grandes vantagens sobre os comerciantes particulares, pelo que proponho remeta ela constantemente vultosas partidas de farinha para o Brasil, vendendo-as por um preço de tal modo razoável que lhe conceda apenas um lucro correspondente ao frete, direitos de recognição e de carga que se pagam hoje. Nestas bases o pão será vendido barato, a um preço igual ao dos tempos do domínio português. Não só a Companhia nada perderá com isso, como, aumentando o consumo da farinha de procedência holandesa (atualmente o povo se alimenta de um pão ordinário feito com farinha da terra), aumentará lógicamente as rendas da mesma Companhia. Os artigos de alimentação se tornarão de qualidade muito melhor e voltarão a ser negociados por um preço inferior, desde que a Companhia queira, além de farinha, exportar igualmente em quantidade, bastante presunto, carne, ervilha, favas, bacalhau, pescado, afim de serem também expostos à venda por preços baixos. Muita gente taxará de ridículos estes cálculos, bem o sei, pelo que aceitarei de bom grado sugestões a êsse respeito, as quais serão de proveito para mim e

para os outros. Todavia não imitarei o exemplo do grande pintor antigo que se escondia por traz do seu quadro para ouvir, à verdade, o juízo dos que o apreciavam, porque sei que a maior parte das pessoas não terá a paciência indispensável de ler estas páginas até o fim, e, na metade delas, exclamarão: “Êsse homem é um doido!” E eu desejarei que êles sejam uns sábios e não uns ineptos.”

(73) — Eis aquí as próprias expressões do Conde: “*Soo dat U Ho Mo. lichtelijc kunnen oordeelen in wat voor een postuur wij ons bevinden ende wat cere voor mijn alhier is te behaefen. De vijant inacct groote preparatien om om ons dese maent aen te tasten. Ick ben geresolveert met de hulpe Codts met hem te slaen, het mag kosten wat het wil, aenghesien het beter is in't velt te sterven met het rapier in de hand als door hunger vergaen*”.

(74) — Extraímos os dados a respeito da batalha de Itamaracá, que durou 4 dias, do relatório oficial enviado pelo Conde Maurício aos Estados-Gerais, em data de 28 de fevereiro de 1640. (Arquivos do Reino — Maço Ind. Occ., 1635-1640). Particularidades idênticas se encontram em BARLEUS, VEEGENS, VAN KAMPEN — I, SOUTHEY — I, e MONTANUS, bem assim nas brochuras que datam de 1640 e se encontram na Biblioteca Real de Haia. Em BARLEUS, à pg. 174, encontramos o original do relatório espanhol no qual a frota hispano-portuguesa se compõe de 93 velas e a da Holanda de 35. VAN KAMPEN, a êsse respeito, faz a judiciosa observação de que raramente são escritos com boa fé os relatórios oficiais. De nossa parte ponderamos, sem temor de parcialidade, fazerem exceção, nesse ponto, os relatórios holandeses. Em face dos acontecimentos desenrolados nesses últimos tempos, podemos chegar, por nós mesmos, a essa conclusão: — ao examinarmos nos Arquivos do Reino os documentos indispensáveis a esta narrativa, e, comparando-os ao que escreveram autores estrangeiros, ficamos convictos de que é raro encontrar-se naqueles papéis alguma cousa contrária à verdade. Dêste modo nos baseamos, para avaliar as forças inimigas, no que diz a carta de Nassau de se nos afigura a mais verosímil pois se fundou nas declarações de um oficial inimigo (sem dúvida Andrada), cujo depoimento, em português, acompanha o relatório de Maurício e dá até os nomes de todos os navios espanhóis e portugueses.

De ordinário tão exato, SOUTHEY comete um grande êrro estimando o número de canhões da frota hispano-portuguesa em 2.400 !!

(75) — Enviou o Conde Maurício êsse comandante português à Holanda e aconselhou aos Estados-Gerais conservá-lo prisioneiro por algum tempo “porque era um bravo capitão que nos podia ainda causar muito mal”. Esteve êle, assim, preso, em Haia (Gerangenpoort) de 26 de julho a 16 de agosto de 1640, e foi depois solto sob a

condição de não voltar nem a Portugal, nem à Espanha, permitindo-se-lhe apenas ir para a ilha Terceira. (Arquivos do Reino, Registro Índ. Occ., 1638-1641).

(76) — Pretende SOUTHEY haver Montalvão dado ordens secretas para que continuassem as hostilidades contra os holandeses enquanto ostensivamente fazia proclamações conciliadoras. Essa grave acusação de má fé do nobre vice-rei não nos parece assentar em nenhuma prova. Nunca encontramos em qualquer relatório oficial dos chefes holandeses nada que o confirmasse, e, por muito tempo, após a partida do vice-rei, entreteve Maurício, com êle, uma amistosa correspondência. Isso prova que si de fato Montalvão teve êsse procedimento pérfido, aliás em desacôrdo com o seu caráter leal, os seus contemporâneos não vieram a ter dêsse ato conhecimento. O historiador VEEGENS comete outro êrro quando afirma que na batalha de Itamaracá, o almirante e o vice-rei Montalvão eram uma só pessoa. Êsse engano nasceu de uma confusão de nomes: todos os dois usavam o mesmo nome português de Mascarenhas.

(77) — Encontramos nos Arquivos do Reino uma carta, de 10 de janeiro de 1641, escrita por Maurício aos Estados-Gerais, a primeira datada de Mauriststad, ao passo que anteriormente êle datava suas correspondências de Pernambuco. Aham-se anexadas a essa carta cópias autênticas dos relatórios de Koin e Nieulant acêrca da expedição ao Espírito-Santo, e dos de Jol e Lichthardt em tôrno das infrutíferas buscas da frota da prata. No último dêsses relatórios deparam-se-nos algumas expressões muito características da parte de dois marinheiros tão afamados pela sua rude bravura, e que achamos interessante citar nesta nota. Depois de haverem descrito o terrível temporal que destruíra uma parte dos seus navios e exposto os esforços dispendidos para colher informações da aludida frota da prata, ouvindo a respeito pescadores e habitantes das redondezas, concluem assim: "mas tudo foi em vão, de fôrma que devemos dizer com o psalmista: Si o Eterno não edificar a casa, os que a quiserem levantar sem êle fá-lo-ão sem resultado, porque a proteção divina é de toda importância". (Ps. 127, Vol. I). (*maer alles onnut, soo dat met den Psalmist moetgen zeggen; Soo de Heere het huijs niet en bouwt, soo arbeidjen te veergeefs die daeraen bouwen*, Ps. 127, v. I, *want aan Godts segen is 't all gelegen*).

Abaixo da cópia autêntica dêsse relatório vimos, pela primeira vez, o nome de Lichthardt, e não Lichthart, daí nascendo a nossa dúvida a respeito da grafia certa dessa palavra. Mas, sua assinatura autógrafa (muito rara) numa carta escrita do Recife, em 1645, e endereçada aos Estados Gerais, (vet nota 93), tirou-nos toda incerteza porque lá se encontra: Lichthardt e não Lichthart.

(78) — Uma descrição mais pormenorizada dessa importante revolução se encontra no primeiro volume de ERYCEIRA — *História de Portugal Restaurado*, a qual só se ocupa dessa época. Padre SANTA TERESA — II, WAGENAAR XI, e SOUTHEY — I, também a mencionam. Empregamos algumas expressões de DE BEAUCHAMP que não passam, aliás, de uma tradução de SOUTHEY.

(79) — Encontram-se todos esses pormenores das conquistas de Angola (São Paulo de Loanda), e de São Tomé, nos relatórios de Maurício, de 29 de outubro e 11 de novembro de 1641, e também de 17 de janeiro de 1642, todos dirigidos aos Estados-Gerais e existentes no Arquivo Real. Veja-se, igualmente, BARRAEUS, VEEGENS VAN KAMPEN, e WAGENAAR. Este último equívoca-se ao dizer (v. XI, pg. 316) que a conquista de São Paulo de Loanda tivera lugar em 1640.

(80) — Esse documento, que se acha no Arquivo Real, é um anexo do relatório de Maurício aos Estados-Gerais, datado de 11 de novembro de 1641. Outro anexo desse mesmo relatório alude aos proveitos que traria à Companhia essa nova conquista, avaliados nuns 6.674.000 florins. Essa avaliação era dos diretores civis de São Paulo de Loanda e, sem dúvida, exagerada. São sumamente interessantes esses dois documentos para a história do tráfico dos negros. O preço de compra de cada escravo, em Angola, é avaliado em 30 fl. e o produto de sua venda no Brasil em 300 a 500 florins.

(81) — Fazia parte dessa frota, pela primeira vez, nosso famoso marujo Michiel Adriaenszoon de Ruyter, no posto de capitão de navio, ao serviço do Estado. Essa esquadra, ao chegar às costas de Portugal, travou um combate de pequena importância com a esquadra espanhola e, depois, prosseguiu na sua rota para Lisboa, onde foi recebida do modo mais cordial. O novo rei d. João IV reuniu todos os comandantes de navios a bordo do capitânea e ofereceu a cada um deles um cordão de ouro com uma medalha do valor de 250 florins. Essa medalha tinha na face o busto do rei com a inscrição "*Joannes IV Dei Gratia Rex Portugaliae - 1641*", e, no verso, uma Fenix que se alteia de um facão acêso sobre um altar, com a inscrição: "*Vici Mea Fato Superste*". (Ver a descrição dessa medalha em VAN LOAN — *Nederl. Historiepenning*, II). Essa esquadra regressou à Holanda em janeiro de 1642.

(82) — Conforme se depreende da carta do Conde Maurício, datada de 1642, os israelistas puderam novamente exercer o seu culto nas sinagogas, permissão que lhes fôra negada em 1638, a pedido dos ministros protestantes. O descontentamento dos portugueses no tocante à falta de liberdade religiosa era fundado, porque os Estados Gerais, e especialmente a Companhia, não levando em

conta os criteriosos conselhos de Maurício, recusaram, apesar de suas promessas e proclamações, a autorisação para se construir uma igreja católica no Recife com o temor de que viesse a prejudicar a seita protestante. Essa resolução foi ainda renovada em 1643. (Arq. do Reino — Registro Índ. Oc., 1638-1651, fl. 87).

(83) — Luís Barbalho obteve perdão em recompensa de seus altos serviços aos portugueses do Brasil; mas Brito permaneceu preso durante muitos anos por castigo de seu procedimento injusto e desleal. O bispo Pedro da Silva foi condenado ao pagamento de uma multa. (ERICEYRA — I, pg. 411 e SOUTHEY — II, pg. 20).

(84) — O comandante do forte, Maximiliaen Schade, um tenente e dois soldados foram poupados, mas remetidos presos para o Pará. Depois de um ano de detenção, com grandes sofrimentos, conseguiram evadir-se num navio francês. Chegaram à Holanda por volta de 1644. O relatório de Maximiliaen Schade dirigido aos Estados-Gerais e à Assembléia dos XIX, a 4 de novembro de 1644, é conservado nos Arquivos do Reino.

(85) — Si se atendesse apenas aos algarismos citados, a Companhia poderia ter razões em classificar de dispendiosa a administração de Maurício, porquanto verificamos numa exposição da receita e despesa da colônia do Brasil, existente no Arquivo Real, e relativa a 1647, (Registro Índ. Oc., 1638-1651), que os gastos do governador, do Supremo-conselho, dos juizes e outros altos funcionários, após as economias e reduções já aludidas, se elevavam em 1643 a 221.208 florins, enquanto em 1647 montavam apenas a 161.520. Verificamos, também, nesse balanço, que os rendimentos do Brasil eram, em 1643 (na administração de Maurício) de florins 1.800.000, enquanto em 1647 não passavam de 400.000 florins. Foi esse o resultado da errônea economia da Companhia.

(86) — Essas petições redigidas parte em português, parte em holandês, com assinaturas de mais de cem dos mais notáveis habitantes do Brasil, são guardadas nos Arquivos do Reino (Maço Índ. Oc., 1641-1644).

(87) — Os pormenores da viagem de Brouwer e Herkmans se encontram nos relatórios feitos pelo segundo e pelo Conde Maurício aos Estados Gerais, em datas de 16 de setembro e 28 de dezembro de 1643. (Arquivos do Reino — Maço Índ. Oc., 1641-1644). Ver também VEECENS — pgs. 302-308, SOUTHEY — II, pg. 24, VAN KAMPEN — I, pg. 448 e MONTANUS — pgs. 113 e 114.

(88) — Êsses dados a respeito da composição da frota que acompanhou Maurício à Holanda foram extraídos de um dos anexos do relatório do Conde aos Estados Gerais, datado de 12 de agosto de

1644 (Arquivos do Reino — Maço Índ. Oc., 1641-1644). Encontram-se dados idênticos em BARLAEUS — pg. 292, MONTANUS — pg. 505 e LUZAC — I, pg. 536.

Concernente à narrativa de SOUTHEY — II, pg. 50, poder-se-ia crer que o número de pessoas que acompanharam o Conde Maurício fôsse de 1.400. SOUTHEY louva-se na autoridade de BARLAEUS, mas êste quando alude àquele total inclui nela toda a equipagem da frota.

(89) — Extraímos a maior parte das minudências acêrca da vida de Maurício, posteriormente ao seu regresso do Brasil, da biografia do Conde publicada por VEEGENS, tendo apenas acrescentado algumas notas colhidas nos Arquivos do Reino. Os que desejem conhecer mais profundamente a vida de Maurício de Nassau devem ler uma obra publicada em Berlin, em 1849: "*Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau Siegen,*" pelo dr. LUDWIG DRIESEN.

(90) — Os israelistas que deixaram o Brasil, após a partida do Conde Maurício, se estabeleceram, sob a chefia de um tal David Nassy, numa das partes mais salubres de Surinam, no interior, sôbre uma colina arenosa e perto do rio dêsse nome. Ainda existem hoje os vestígios dessa colônia conhecida por Savana dos Judeus (*Joden Savannah*). Pouco tempo depois da chegada deles a êsse local, os ingleses, chefiados por Lord William Willoughby, tomaram conta de certa região da Guiana, e em 1652 obtiveram do rei Carlos II o direito à posse dessa nova colônia. O texto dêsse documento existe, hoje, em línguas holandesa e inglesa, na excelente obra de HARTSINCK. Há ainda um outro livro, muito interessante para êsse período da história da Guiana, intitulado: *Ensaio sôbre a colônia de Surinam por uma associação de sábios israelistas*. Amsterdam, 1788. Foi traduzida para o holandês essa obra com o título *Geschiedenis der kolonie Suriname door een gezelschap van geleerde Joodsche mannen aldaar 1797*.

(91) — Todos os detalhes da insurreição dos portuguezes no Brasil e das causas que a robusteceram encontram-se em: SOUTHEY — II, pgs. 68 e seguintes; DE BEAUCHAMP — III, pgs. 140 e seguintes; P. SANTA TERESA — II; *Nederl. reizen* — XIV; RAYNAL — III, pg. 349; WAGENAAR — XII, pg. 10; e as notícias por VAN WYN; VAN KAMPEN — II, pg. 41; MONTANUS — pgs. 507-528; LUZAC — I, pg. 336 e inúmeras outras brochuras contemporâneas dêsse acontecimento que estão recolhidas à Biblioteca Duncaniana.

(92) — Vimos que Hoogstraeten, enviado a S. Salvador, pelo Supremo Conselho do Recife, numa missão, aproveitara-se da estada naquela cidade para tramar uma traição. Pretestou ser católico e, por isso, embora holandês, detestar seus heréticos compatriotas. Decorreram várias semanas após essas desleais negociações

até que, a 8 de setembro, depois de ter recebido algumas cartas urgentes do governador Silva, Hoogstraeten levou a efeito seu crime. Reuniu os oficiais, fez-lhes sentir não existirem mais viveres nem munições; ponderou mais que dada a derrota do coronel Haus não tinham mais a esperar nenhum socorro; que, ao contrário, entregando-se aos portugueses obteriam condições as mais favoráveis, entre outras, o pagamento de soldos atrasados. Opinaram favoravelmente à rendição todos os oficiais, à exceção do tenente Jacob Flemming e dos alferes Barent van Tekelenburgh e Johannes van Broeckhuysen.

A maior parte dos soldados acompanhou o seu vil comandante e se alistou sob as bandeiras inimigas; os que se recusaram a fazê-lo foram presos e mandados para São Salvador. Entre esses se achava Isaac Sweers que veio a se celebrar mais tarde como tenente-almirante da Holanda. Após alguns meses de prisão em São Salvador êle foi suspeitado de estar tendo comunicações secretas com o Alto Conselho do Recife. Torturaram-no, mas suportou herôicamente o castigo e recusou-se a revelar o que pudesse vir a comprometer seus companheiros e compatriotas. Mais tarde, numa permuta de prisioneiros, êle obteve a liberdade, depois de longo e penoso cativeiro.

Todos os pormenores dessa rendição do forte de Santo Agostinho, bem assim da derrota total de Haus, nós obtivemos em cartas do Alto-Conselho aos Estados-Gerais, datadas de 16 de setembro e 10 de dezembro de 1645, (Arquivos do Reino, Maço Índ. Occ., 1645 e 1646) e do *Journal ofte Historaelse Beschrijving*, por MATH VAN BROEK, 1651. Compare-se também, SOUTHEY — II, DE BEAUCHAMP — III e NIEUHOFF.

(93) — Essa exposição da deplorável situação em que se encontravam os moradores do Recife, em comêço de 1646, é encontrada em várias missivas dos conselheiros Hamel, van Bullestrate e Bas, endereçadas aos Estados Geraes, em datas de 26 de fevereiro, 17 de abril e 21 de junho de 1646, hoje conservadas nos Arquivos do Reino, Maço Índ. Occ., 1645 a 1646 (*). Na mesma coleção se acham igualmente duas outras cartas a respeito do mesmo assunto. A primeira, de 26 de fevereiro, do almirante Lichthardt, também dirigida aos Estados-Geraes, está repleta de queixas a respeito das privações por que passavam, mas termina por esta notável e característica frase: "Pedimos a VV. Altas Potências ficarem certas de que, embora sejam mínimos nossos recursos, sacrificaremos nossos corpos, nossos bens e nossa derradeira gota de sangue em prol de nossa querida pátria". (... *U Ho. Mo. gelievc ook te vertrouwen dat alhoewel onze macht kleyn is, wij evenwel ons lijf, goedt ende bloedt tot den lesten druppel toe voor ons lieve vaderlandt zullen stellen*".

(*) — Estão assim no original essas duas datas, possivelmente por engano. — (N. de T.).

A segunda carta a que aludimos é de Johan van Raesvelt, conselheiro da Côrte de Justiça do Recife; foi dirigida em 16 de abril aos Estados Gerais e contém as mesmas lamentações. Diz, por exemplo, entre outras coisas, que já eram passados três dias sem conseguir mantimentos, siquer pão, nem para si próprio e nem para sua mulher e 5 filhos!! Por fim chegaram ao Recife dois navios, o *Valk* e o *Elisabeth*, trazendo a notícia de haverem deixado em preparativos na Holanda uma grande frota com vultosos reforços. Foi tão impetuosa a alegria na praça sitiada que ofereceram aos comandantes dêsses dois navios, portadores de tão encorajadoras novas, medalhas com a inscrição: "O Recife salvo pelo *Valk* e pelo *Elisabeth*". (*Door de Valk en Elisabeth is het Recif ontzt*).

(94) — Apenas a província da Frísia se opôs à prorrogação da concessão e recusou-se depois a contribuir com qualquer auxílio para a Companhia das Índias Ocidentais. A cópia das novas cartas-patentes de 1647 se acha conservada nos Arquivos do Reino, no livro de atas dos Estados-Gerais, (*Actenboek*), relativa aos anos de 1646 a 1649, e no Registro das Índias Ocidentais, 1638-1651, fls. 220-242. Esse curioso registro contém 759 páginas duplas in-fol. das quais somente as deliberações relativas aos anos de 1647 e 1648 ocupam 221.

(95) — No relatório apresentado pelos conselheiros Schoorenborch, Haecxs, van Beaumont e van Goch, aos Estados Gerais, podem se ler pormenores dessa segunda batalha dos Guararapes. (Arquivos do Reino, Maço Índ. Oc., 1649). Os anexos indicam nossas perdas nesse cruento combate. Não aludem, porém, essas listas, a feridos, mas tão somente a mortos e prisioneiros. Eis um resumo:

Mortos	Prisioneiros
1 coronel	2 capitães
4 tenentes-coroneis	4 tenentes
4 majores	3 alferes
33 capitães	6 sargentos
28 tenentes	2 cirurgiões
23 alferes	72 soldados
43 sargentos	
521 soldados	
	<i>Total dos</i> —
	<i>prisioneiros</i> 89
<i>Total dos</i> —	<i>Os officiaes são al indicados momentânea-</i>
<i>mortos</i> 957	<i>mente.</i>

Nesses números não foram incluídos o vice-almirante Gielisen e grande número de marinheiros que assistiam à batalha e pereceram. Os historiadores NIEUHOFF e MONTANUS, de ordinário muito exatos, nos deixaram descrições pouco claras dessas duas

batalhas dos Guararapes. Êles nõ-las dão como si tivessem sido apenas um só combate, que se teria verificado, segundo MONTANUS, pg. 524, a 17 de fevereiro de 1649, enquanto NIEUHOFF, pg. 195, não precisa a data. Há, portanto, evidente omissão da parte d'esses dois autores porque êles próprios dizem que o campo de batalha estava coberto de ossos humanos dos mortos da batalha anterior, a que não fazem alusão. Foi um engano de sua parte e nós temos satisfação de restabelecer a verdade histórica, de conformidade com os documentos encontrados nos arquivos. A primeira batalha verificou-se a 19 de abril de 1648 e a segunda a 19 de fevereiro de 1649. Com a exatidão que geralmente o distingue, SOUTHEY coloca êsses dois feitos nessa ordem cronológica ; apenas, abusivamente, empresta à primeira batalha a data de 18 de abril.

(96) — A situação do Brasil, após as batalhas dos Guararapes, e bem assim as divergências entre o almirante De With e o Alto-Conselho do Recife, estão descritos por MONTANUS — pgs. 524 e 525 ; NIEUHOFF, pgs. 195 e 196 ; WAGENAAR — XII, e nas notícias de Van Wijn, e, sobretudo, no relatório M. S. do almirante (conservado nos Arquivos do Reino), com o título : "Registro sucinto de nossa viagem e de nossas operações no Brasil, 1647-1649". (*Cort Register von onse reijse naer ende Brasil, ende van onse verrichtingen aldaer 1647-1649.*)

Nesse importante documento que êle dirigiu aos Estados Gerais para justificar seu súbito regresso, acusa o Alto-Conselho de negligência e má fé. Como exemplo dos inúmeros abusos e escândalos ali cometidos, e causadores de grande descontentamento entre os soldados, o almirante se refere às rações distribuídas aos militares e ao seu custo. Cada ração consistia em 2 pães de centeio de 2 libras d'Amst. cada uma, 1 $\frac{1}{2}$ libras de carne ; $\frac{1}{2}$ libra de farinha e $\frac{1}{2}$ canada de vinho Madeira por semana. Tudo isso era debitado ao soldado, de modo que nos dois florins de soldo, êle só recebia semanalmente 5 sous (5 cêntimos). Uma roupa ou uma calça que a Companhia adquiria na Holanda por 5 florins era vendida aos soldados à razão de 50 florins. Por uma libra de fumo, que custava na Holanda, 8 a 9 sous, pagava-se 30 sous, etc., etc.

As inúmeras cartas endereçadas por De With aos Estados Gerais, durante sua estada no Brasil, e nas quais era pintada de modo semelhante a situação no Brasil, estão guardadas no Arquivo Real, Maço Índ. Oc., 1647, 1648 e 1649.

(97) — As peças d'esse fastidioso processo de De With se acham nos Arquivos do Reino. Para apreciá-lo nas suas minudências é mistér consultar as Resoluções dos Estados-Gerais, relativas ao ano de 1650, que são de alta importância (Registro Índ. Oc., 1638-1651) e, também, WAGENAAR — XII, sem esquecer as notícias de VAN

WIJN. M. DE JONGE, no primeiro tomo de seu "*Notices et piéces inédites*", onde existem particularidades sobremodo interessantes. Indubitavelmente o regresso de De With, sem ordem superior, era de molde a condemná-lo, mas, devia-se levar em conta tratar-se de um bravo marujo, tendo prestado ao país, como vice-almirante da Holanda, valiosos serviços. Êle foi morto, em 1658, no combate naval travado perto de Elseneur, contra os suécos comandados por Wrangel. No ano seguinte seu corpo teve sepultura, com grandes honras, em Rotterdam, por iniciativa dos Estados Gerais.

(98) — Essa reunião extraordinária ou Grande Assembléia, dos Estados Gerais, convocada após a morte de Guilherme II, afim de se deliberar acêrca das relações políticas que existiam entre as duas províncias, no tocante ao culto e ao exército (*Unie, Religie en Militie*), iniciou suas sessões a 18 de janeiro de 1651, pronunciando nessa ocasião o seu presidente Jacob Cats um memorável discurso. (Jacob Cats era um famoso e popular poeta).

(99) — Na época em que Johan de With, Conselheiro Pensionista da Holanda, estava encarregado da direção suprema do govêrno, a República das Províncias Unidas dispunha de 10.000 navios mercantes que navegavam por todos os mares. Nesse número havia somente 14 pertencentes à Companhia das Índias Orientais e destinados exclusivamente à navegação para aquela região do globo. Isto prova, evidentemente, o desenvolvimento do comércio neerlandês nas outras partes do mundo e a importância da cabotagem.

(100) — Para se ter uma idéia da maneira por que os portugueses cumpriram êsse artigo do tratado de paz basta citar o seguinte fato: Quando, em 1721, o célebre navegador holandês Roggeveen fez sua viagem ao redor do mundo, pretendeu obter mantimentos no Brasil, mas não lhe permitiram o desembarque.

EXPLICAÇÃO DOS FAC-SIMILES

1. Joan Maurice, conde de Nassau.
2. Coronel Weerdenburch, ou Waerdenburch (ver nota 31).
3. General Sigemundt von Schkoppe (ver nota 44).
4. General (almirante) Hendrik Corneliszoon Lonck, ou Loncq.
5. Coronel Crestoffle d'Artischau. Arciszewsky, ou Artichofsky (ver nota 45).
6. Almirante Pieter Pieterszoon Heyn, ou Piet Heyn (ver nota 10).
7. Almirante Jan Corneliszoon Lichthardt (ver notas 49, 77 e 93).
8. João Fernandes Vieira, chefe dos Insurretos portugueses, 1645-1654.

Retirámos todos êsses fac-símiles de assinaturas autógrafas dêsses personagens, apostas em documentos conservados nos Arquivos do Reino. A de *Piet Heyn* foi retirada duma carta autógrafa dêsse famoso marinheiro datada de 11 de agosto de 1627, da ilha de Fernando de Noronha, e que se encontra na bela coleção de autógrafos de S. M. a Rainha dos Países Baixos.

Aproveitamos ainda esta oportunidade para retificar dois pequenos erros que aparecem neste livro. Demos o nome de *Loncq* ao conquistador de Olinda em 1630; é um erro, êle se chamava *Lonck*, como se verifica pela sua própria assinatura que recebemos há dias por uma gentileza do arquivista de Amsterdam. Nosso erro é, contudo, perdoável, pois todos os historiadores holandeses e mesmo o arquivista de Jonge, chamavam-no *Lonque* ou *Loncq*, e seus descendentes, que ainda vivem em Rotterdam e Haya, ainda usam êsse último nome. Além disso, os personagens daquela época não costumavam assinar seus nomes sempre do mesmo modo.

Depois da impressão dêste livro, tivemos oportunidade de ver uma assinatura do almirante que comandou a frota holandesa na batalha de Itamaracá em 1640; ela é *Willem Cornelissen*, embora o tenhamos chamado, como fazem quasi todos os historiadores holandeses, *Willem Corneliszoon Loos*.

N°1

Caenice Conte
de Nassau

N°2.

V. v. Wardenburg

N°3

Sigismund von Szegey

N°4

Geudica Coura general

N°5

Cretofle d'Artischau
Arciszewskij

N°6

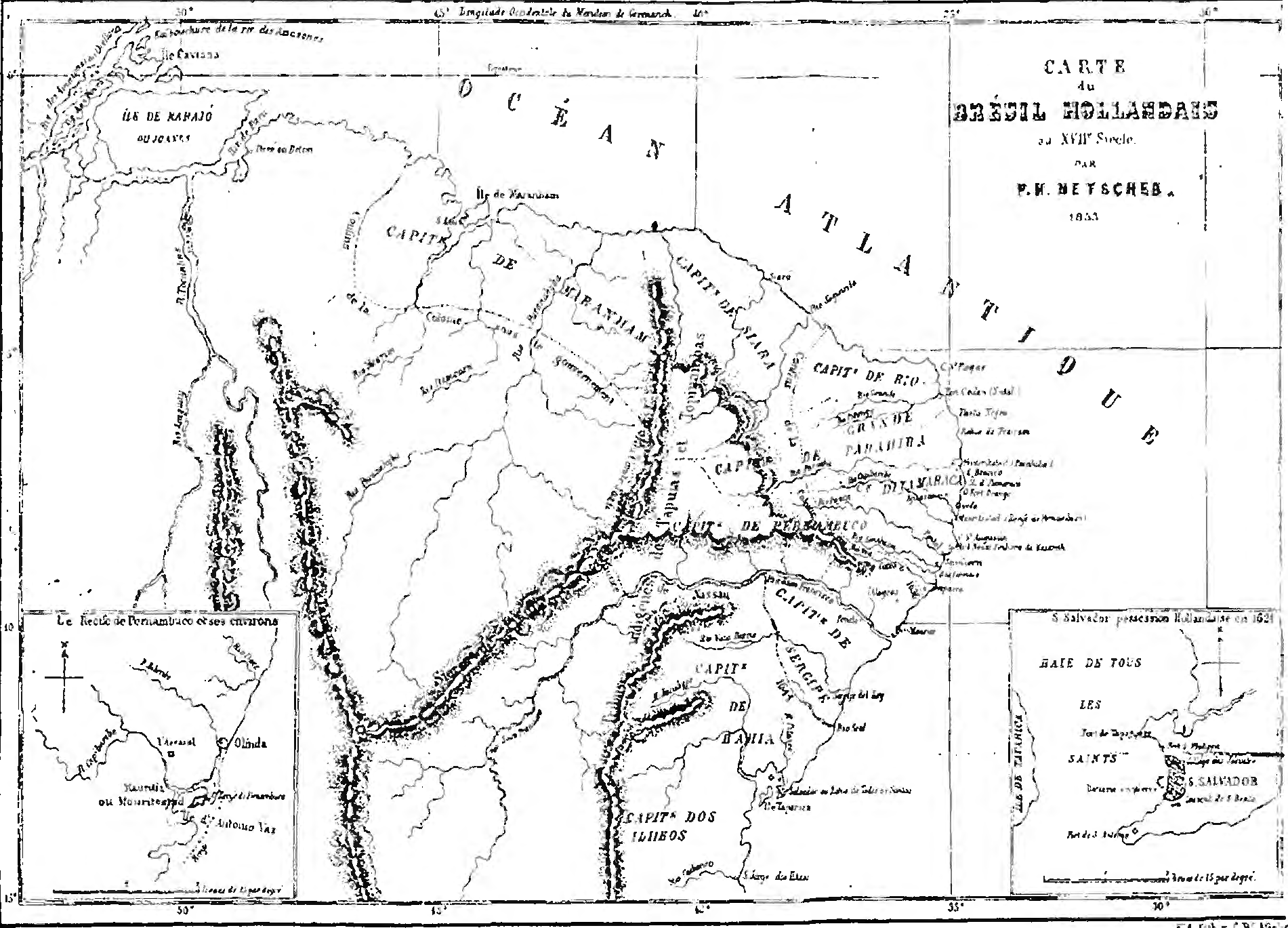
Pieterz de
vo

N°7.

Erhard

N°8.

Caenice



CARTÉ
 du
BRÉSIL HOLLANDAIS
 au XVIII^e Siècle.
 PAR
P. M. NEYSCHER.
 1853

Le Recife de Pernambuco et ses environs

Recife
 Olinda
 Yacouba ou Moura
 Le d^e Antonio Laz
 Le d^e Elpidio

S. Salvador possession Hollandaise en 1624

BAIE DE TOUS
 LES
 SAINTS
 S. SALVADOR
 Le d^e de S. Brás

10' par degré.